Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 2

2.3 - Outras informações relevantes 4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 5

3.2 - Medições não contábeis 6

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 7

3.4 - Política de destinação dos resultados 9

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 10

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 11

3.7 - Nível de endividamento 12

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 14

3.9 - Outras informações relevantes 15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 16

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 26

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 27

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 39

4.5 - Processos sigilosos relevantes 41

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 42

4.7 - Outras contingências relevantes 43

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 44

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 45

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 49
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 50
5.4 - Outras informações relevantes 51

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 52
6.3 - Breve histórico 53
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 54
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 57
6.7 - Outras informações relevantes 58

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 59
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 61
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 63
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 72
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 73
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 80
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 81
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 82
7.9 - Outras informações relevantes 84

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 87
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 88
8.3 - Operações de reestruturação 89
8.4 - Outras informações relevantes 90

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 91
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 92

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 93

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 94

9.2 - Outras informações relevantes 96

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 97

10.2 - Resultado operacional e financeiro 141

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 145

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 146

10.5 - Políticas contábeis críticas 150

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 153

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 154

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 155

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 156

10.10 - Plano de negócios 157

10.11 - Outros fatores com influência relevante 158

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 159

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 160

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 161

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 166

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 167

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 169

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 170

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 171

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 174

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 175

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 180

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 187

12.12 - Outras informações relevantes 188

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 189

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 193

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 198

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 200

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 204

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 205

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 206

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 207

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 208

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 209

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 210

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 211

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 212

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 213

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 214

13.16 - Outras informações relevantes 215

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 216

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 218

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 219

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 220

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 221

15.3 - Distribuição de capital 283

15.4 - Organograma dos acionistas 284

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 285

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 286

15.7 - Outras informações relevantes 287

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 288

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 289

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 295

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 296

17.2 - Aumentos do capital social 297

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 298

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 299

17.5 - Outras informações relevantes 300

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 301

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 303

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 304

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 305

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 307

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 310

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 311

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 312

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 313

18.10 - Outras informações relevantes 314

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 322

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 323

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 325

19.4 - Outras informações relevantes 327

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 328

20.2 - Outras informações relevantes 329

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 330

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 331

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 332

21.4 - Outras informações relevantes 333

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 334

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 335

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 336

22.4 - Outras informações relevantes 337

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Pericles Pereira Druck**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Odivan Carlos Cargnin**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0010-02
Período de prestação de serviço	21/03/2007 a 31/12/2011
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e consolidadas, revisão especial das Informações Trimestrais e laudos contábeis e consultoria para a adoção dos CPCs e do IFRS.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31.12.2011 corresponde ao montante de R$275.000,00, livre de impostos, referente a serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais e consolidadas e revisão especial das Informações Trimestrais. Não houve prestação de outros serviços além dos referidos acima.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Roberto Wagner Promenzio	21/03/2007 a 31/12/2011	633.231.338-20	Av. Carlos Gomes, 403, 12° andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90480-003, Telefone (51) 33278800, Fax (51) 33278800, e-mail: rpromenzio@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0006-35
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras anuais e consolidadas, e revisão especial das Informações Trimestrais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não aplicável, a prestação de serviço iniciou em 01/01/2012.
Justificativa da substituição	Rodízio Obrigatório. Substituição devido à rotatividade de auditores prevista no artigo 31 da Instrução CVM n° 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Biedermann	01/01/2012	220.349.270-87	Rua Mostardeiro, 800, 8° e 9° andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90430-000, Telefone (51) 33781704, Fax (51) 33281609, e-mail: carlos.biedermann@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações relevantes:

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2012)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	467.747.594,21	464.249.860,73	467.130.118,20	442.720.984,98
Ativo Total	1.183.179.799,18	1.181.753.982,36	1.144.760.066,84	1.062.465.316,09
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	117.658.057,97	481.513.200,03	442.686.275,13	349.996.776,00
Resultado Bruto	33.471.800,18	142.446.747,24	173.333.763,84	86.485.590,72
Resultado Líquido	3.497.396,35	9.358.546,56	34.360.571,53	21.952.468,37
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	8.023.898	8.023.898	8.089.798	8.098.898
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	58,290000	57,860000	57,740000	54,660000
Resultado Líquido por Ação	0,435900	1,166300	4,247400	2,710600

3.2 - Medições não contábeis

3.2. a) Medições não contábeis e b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, auditadas, e as informações contábeis intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR em 31 de março de 2012, revisadas:

Cálculo do EBITDA Ajustado consolidado (em milhares de R$):	Período de três meses encerrado em	Exercício Social encerrado em		
	31.03.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Receita de venda de bens e/ou serviços (Receita Líquida de Vendas)	117.658	481.513	442.686	349.997
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro (Lucro Bruto)	2.072	5.590	35.951	40.171
(+) Depreciações e Amortizações	9.756	38.124	34.756	37.281
(+) Exaustão	4.470	17.402	16.236	25.001
(-) Receitas financeiras	(11.476)	(30.588)	(37.163)	(75.538)
(+) Despesas financeiras	23.387	83.103	79.907	62.950
(=) EBITDA	28.209	113.631	129.687	89.865
(+) Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	(14.327)	(50.738)	(3.696)
(+) Participação dos administradores	-	5.251	3.818	-
(+) Provisão IPI	-	5.981	9.432	4.581
(+)Venda de ativo e Despesas com sinistro	-	-	-	1.645
(=) EBITDA Ajustado	28.209	110.536	92.199	92.395
Margem de EBITDA Ajustado (%)	24,0%	23,0%	20,8%	26,4%

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Apesar de o EBITDA e o EBITDA Ajustado não serem medidas dos fluxos de caixa de atividades operacionais de acordo com o BRGAAP ou o IFRS, os diretores da Companhia os utilizam para medir o desempenho operacional da Companhia. Alguns contratos financeiros da Companhia requerem que a Companhia observe certos níveis de EBITDA Ajustado. A Companhia entende, ainda, que certos investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA e o EBITDA Ajustado como indicadores do desempenho operacional de uma companhia.

A Companhia calcula o EBITDA da seguinte forma: resultado antes dos tributos sobre o lucro (lucro bruto) (i) adicionando depreciação, amortização e exaustão e despesas financeiras; e (ii) subtraindo as receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil de acordo com o BRGAAP ou o IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos.

Já o EBITDA Ajustado da Companhia é o seu EBITDA ajustado (i) para os exercícios sociais de 2011, 2010 e 2009, pela variação do valor justo dos ativos biológicos; (ii) para os exercícios sociais de 2011 e 2010, pela participação dos administradores; (iii) para os exercícios sociais de 2011, 2010 e 2009, pelas provisões para contingências associadas ao IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, conforme informado nas demonstrações financeiras; e (iv) no exercício social de 2009, pelos custos e despesas associadas (a) à venda da Fazenda Serraria Grande para Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda.; e (b) a um vendaval ocorrido em Santa Catarina, em que algumas das instalações e galpões de Vargem Bonita foram parcialmente destelhados, causando uma interrupção temporária de tais instalações. O EBITDA Ajustado da Companhia é calculado de acordo com as disposições dos seus principais contratos financeiros (ver item 10.1 (f) deste Formulário de Referência).

O EBITDA e o EBITDA Ajustado apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, exaustão, despesas de capital, ajustes de valor justo de ativos biológicos e outros encargos relacionados. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicadores de liquidez. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não devem ser considerados como indicador de recursos disponíveis para dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem um significado padronizado, e, portanto, a definição de EBITDA e EBITDA Ajustado da Companhia podem não ser comparáveis à definição de EBITDA e EBITDA Ajustado utilizada por outras empresas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Em 19 de abril de 2012, foram realizadas Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas e Assembleia Geral de Acionistas Preferencialistas, nas quais foram aprovadas e ratificadas, conforme o caso, as seguintes propostas relevantes, entre outras: (1) alterar as vantagens antes atribuídas às ações preferenciais da Companhia para que tenham as seguintes características: (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia; (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas às ações integrantes do bloco de controle da Companhia; e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; (2) desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, de modo que cada ação ordinária seja desdobrada em 20 (vinte) ações ordinárias e cada ação preferencial seja desdobrada em 20 (vinte) ações preferenciais de emissão da Companhia; e (3) outorga aos acionistas da Companhia do direito de conversão facultativa e definitiva, objetivando a formação de *units* (i) de ações ordinárias em ações preferenciais, sendo que a cada lote de cinco ações ordinárias, quatro ações ordinárias poderão ser convertidas em quatro ações preferenciais; e (ii) de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, sendo que a cada lote de cinco ações preferenciais, uma poderá ser convertida em uma ação ordinária, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer o prazo e demais condições para a conversão.

Na mesma data, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação do lucro líquido ajustado do exercício de 2011, no valor de R$39.512 mil, conforme segue: (i) R$468 mil destinado à reserva legal; (ii) R$9.761 mil distribuídos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio e de dividendo mínimo obrigatório, a ser pago até 31 de maio de 2012; e (iii) R$28.533 mil destinados à reserva de retenção de lucros. Somente acionistas que detinham ações em 19 de abril de 2012 farão jus aos dividendos acima descritos, sendo que após 19 de abril de 2012 as ações da Companhia serão negociadas ex-dividendos.

Em 27 de abril de 2012, a Companhia aditou o contrato de Pré-Pagamento de Exportação – PPE com o Banco Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, aumentando o prazo médio de pagamento, passando o vencimento final de Agosto de 2015 para Fevereiro de 2017. No contexto de tal aditamento, também foram rescindidos certos *covenants* e liberadas certas garantias reais da operação dentre as quais as ações que a Controladora Irani Participações S.A. detém da Celulose Irani S.A. e que estavam oneradas em favor do Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited. As condições econômicas, inclusive a taxa de juros do contrato, não foram alteradas.

Em 10 de maio de 2012, o Sr. Jorge Juerecy Oliveira da Cunha renunciou ao cargo de conselheiro da Companhia. Em seu lugar, utilizando prerrogativa estatutária e para manter o número mínimo de conselheiros da Companhia, o conselho de administração elegeu temporariamente, com mandato até 25 de maio deste ano, o Sr. Noé Joel da Costa Oliveira. Vide item 12.8 (a) deste Formulário de Referência para seu currículo.

Nesta mesma data, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012 para:

1. Analisar e aprovar o Primeiro Programa do Plano de Outorga de Opções de Aquisição de Ações ("Programa I") e o Segundo Programa do Plano de Outorga de Aquisição de Ações ("Programa II") da Companhia.

Para mais informações sobre o Programa I e o Programa II, ver item 13.4 deste Formulário de Referência.

2. Eleger um membro independente para o Conselho de Administração, nos termos do disposto no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa e previsto no Estatuto Social da Companhia:

Membro indicado a eleição para o Conselho de Administração

a) Nome:	Paulo Rabello de Castro
b) Idade	62 anos
c) Profissão	Economista e advogado
d) CPF	202.955.617-37
e) Cargo	A ser eleito como Conselheiro Independente
f) Data de eleição	A ser eleito em 25.05.2012, em Assembleia Geral Extraordinária
g) Data de posse	A ser definido em Assembleia Geral Extraordinária
h) Prazo do mandato	2 anos
i) Outros cargos ou funções exercidos na Companhia	Não há

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

j) Eleito pelo controlador	Sim

Currículo:

Paulo Rabello de Castro: Formado em Economia pela UFRJ e em Direito pela UERJ, Doutor em Economia (M.A. e Ph.D) pela Universidade de Chicago (EUA). É membro do Conselho de Administração da Petropar S.A. e de outras empresas nacionais. Diretor-Presidente da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, que atua no mercado desde 1993. Fundador da RC Consultores, em 1979, empresa de Previsão Econômica e Análises de Mercado. Presidente da Macroconsulting, empresa de Projetos & Estruturação de Negócios, com foco especial nos ramos do agronegócio, da aviação civil, previdência complementar e estudos setoriais de Investimentos. Preside o Conselho Superior de Economia da Fecomercio/SP. Presidente do Lide Economia e integrante do Comitê de Gestão do Lide – Grupo de Líderes Empresariais. Contribui para diversas mídias, como colunista e comentarista, entre os quais o jornal Brasil Econômico, Jovem Pan, e vários blogues de opinião. É Presidente do Instituto Atlântico, entidade de políticas públicas fundada em 1993 e fundador da OSCIP Instituto Maria Stella que já formou mais de 2000 alunos carentes na iniciação à informática como ferramenta de estudo e trabalho. É autor de mais de 10 livros, solo ou em co-autoria com diversos colegas.

3. Aprovar acréscimo à remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2012.

Proposta para a remuneração anual global da Administração: R$ 16.600.000,00 (dezesseis milhões e seiscentos mil reais), sendo R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) referente à remuneração ordinária, já aprovada na AGE de 19 de abril de 2012 e, adicionalmente, R$ 7.600.000,00 (sete milhões e seiscentos mil reais) referente à remuneração extraordinária a ser aprovada na AGE de 25 de maio de 2012.

O montante proposto refere-se à remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, para período de Janeiro a Dezembro de 2012 e compreende: (i) honorários fixos e benefícios; (ii) remuneração variável de curto prazo vinculada a metas a serem atingidas; e (iii) outras remunerações variáveis representada por um prêmio de liquidez, sujeito aos termos e condições a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012.

A variação da proposta atual, no montante de R$ 16.600.000,00 (dezesseis milhões e seiscentos mil de reais), em relação à proposta do exercício anterior, no montante de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), decorre do alinhamento da remuneração dos administradores aos níveis de mercado, bem como da reestruturação do Conselho de Administração com a previsão de implantação de comitês e, ainda, referente a um prêmio liquidez no montante de R$ 7.600.000,00 a ser pago sujeito aos termos e condições a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012.

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
a) Regras sobre retenção de lucros	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada, a critério do Conselho de Administração, participação de empregados no lucro e participação aos administradores, esta última em montante não superior a 10% dos lucros, ou à sua remuneração anual, se este limite for menor. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada uma participação aos administradores, a critério do Conselho de Administração, não superior a 10% dos lucros remanescentes. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada uma participação aos administradores, a critério do Conselho de Administração, não superior a 10% dos lucros remanescentes. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Nos termos do contrato de pré-pagamento de exportação firmado pela Companhia com Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de celebração do contrato. Nos termos da escritura de sua 1ª emissão pública de debêntures, a Companhia não poderá, sem a prévia anuência dos debenturistas, distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de emissão das debêntures. Nos termos do termo de securitização de créditos imobiliários firmado pela Companhia Brazilian Securities Companhia de Securitização, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de emissão dos certificados de recebíveis imobiliários.	Nos termos do contrato de pré-pagamento de exportação firmado pela Companhia com Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de celebração do contrato. Nos termos da escritura de sua 1ª emissão pública de debêntures, a Companhia não poderá, sem a prévia anuência dos debenturistas, distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de emissão das debêntures. Nos termos do termo de securitização de créditos imobiliários firmado pela Companhia Brazilian Securities Companhia de Securitização, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de emissão dos certificados de recebíveis imobiliários.	Nos termos do contrato de pré-pagamento de exportação firmado pela Companhia com Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social na data de celebração do contrato.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil 31/03/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado		39.044.041,55	38.920.678,47	15.480.234,30
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado		25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor		2,020000	7,360000	4,960000
Dividendo distribuído total		9.761.010,39	9.730.169,62	3.870.058,57
Lucro líquido retido		28.533.031,16	29.190.508,85	8.543.282,86
Data da aprovação da retenção		19/04/2012	29/04/2011	30/04/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			5.010.813,73	09/05/2012	8.893.804,18	31/05/2011	3.536.017,78	31/05/2010
Preferencial			500.196,66	09/05/2012	836.365,44	31/05/2011	334.040,79	31/05/2010
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			3.917.997,00	30/11/2011				
Preferencial			332.003,00	30/11/2011				

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2011, 31.12.2010 e 31.12.2009 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos em exercícios sociais anteriores.

Em relação a dividendos declarados à conta de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores, a Companhia tem como prática adicionar na base de cálculo dos dividendos a realização da reserva de reavaliação e da reserva de ativos biológicos, esta constituída com base na adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29). A adição dessas à base de cálculo dos dividendos está prevista no artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Os valores adicionados foram em 31.12.2011 de R$ 5.384 mil, em 31.12.10 de R$ 3.570 mil e em 31.12.2009 de R$ 11.899 mil.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2012	715.433.204,97	Índice de Endividamento	1,53000000	
31/12/2011	717.504.121,63	Índice de Endividamento	1,55000000	
31/03/2012	0,00	Outros índices	2,55000000	a) Montante total de dívida: somatório do passivo circulante e do passivo não circulante (orientação: Ofício CVM 05/2011). Informações consolidadas.b) Índice de endividamento: passivo circulante mais o passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido. c) É calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA Ajustado. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é mais adequado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, por representar mais apropriadamente a capacidade de pagamento da Companhia, pois reflete o resultado operacional contábil sem o efeito de itens não caixa relevantes (como depreciação e amortização, exaustão, variação do valor justo dos ativos biológicos e o resultado financeiro). A Dívida Líquida é calculada conforme item 10.1 b) deste Formulário de Referência. O EBITDA Ajustado é calculado conforme item 3.2 c) deste Formulário de Referência.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	0,00	Outros índices	2,58000000	a) Montante total de dívida: somatório do passivo circulante e do passivo não circulante (orientação: Ofício CVM 05/2011). Informações consolidadas.b) Índice de endividamento: passivo circulante mais o passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido.c) É calculado através da razão Dívida Líquida /EBITDA Ajustado. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é mais adequado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, por representar mais apropriadamente a capacidade de pagamento da Companhia, pois reflete o resultado operacional contábil sem o efeito de itens não caixa relevantes (como depreciação e amortização, exaustão, variação do valor justo dos ativos biológicos e o resultado financeiro). A Dívida Líquida é calculada conforme item 10.1 b) deste Formulário de Referência. O EBITDA Ajustado é calculado conforme item 3.2 c) deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2012)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	120.857.527,09	140.017.322,26	94.954.285,73	23.615.235,70	379.444.370,78
Quirografárias	77.082.610,05	15.685.014,51	12.415.052,33	230.806.157,30	335.988.834,19
Total	197.940.137,14	155.702.336,77	107.369.338,06	254.421.393,00	715.433.204,97

Observação

As informações prestadas neste item se referem às Informações Trimestrais Consolidadas de 31.03.2012 da Companhia. Em 27 de abril de 2012 a Companhia celebrou determinados aditamentos aos documentos relativos ao Pré-Pagamento de Exportação - PPE com o banco Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, aumentando o prazo médio de pagamento, passando o vencimento final de agosto/2015 para fevereiro/2017, e rescindindo certo covenants. Por meio de tais aditamentos também foram liberadas certas garantias reais da operação conforme segue: (i) hipoteca de imóveis da Companhia, objeto das matrículas n° 795, 8452, 8449, 1172 e 1484 dos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Catanduvas-SC e Ponte Serrada-SC, equivalentes a aproximadamente 1.800 hectares de terras. A hipoteca abrange as florestas plantadas em tais imóveis; (ii) alienação fiduciária da máquina onduladeira marca B.H.S da unidade Embalagem de Indaiatuba, Estado de São Paulo e da caldeira marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da unidade papel da Companhia e; (iii) Ações de emissão da Companhia detidas pela Irani Participações S.A. e que estavam oneradas em favor dos credores da operação. As condições econômicas, inclusive a taxa de juros do contrato, não foram alteradas. Critérios para classificação das dívidas: As dívidas da Companhia foram segregadas nas categorias de garantia real e quirografária de acordo com o tipo de garantia prestada a cada uma das obrigações. Na sua grande maioria as dívidas com garantia real são representadas por empréstimos e financiamentos, sendo todas as demais obrigações classificadas como garantia quirografária. Os valores estão distribuídos de acordo com o prazo de vencimento atribuível a cada contrato.

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	129.756.460,79	153.512.053,53	74.714.882,67	15.658.907,70	373.642.304,69
Quirografárias	83.936.594,54	16.826.012,77	10.908.052,33	232.191.157,30	343.861.816,94
Total	213.693.055,33	170.338.066,30	85.622.935,00	247.850.065,00	717.504.121,63

Observação

As informações prestadas neste item se referem às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Critérios para classificação das dívidas: As dívidas da Companhia foram segregadas nas categorias de garantia real e quirografária de acordo com o tipo de garantia prestada a cada uma das obrigações. Na sua grande maioria as dívidas com garantia real são representadas por empréstimos e financiamentos, sendo todas as demais obrigações classificadas como garantia quirografária. Os valores estão distribuídos de acordo com o prazo de vencimento atribuível a cada contrato.

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

Informações complementares item 3.1

OBS: desde 2010, comparativamente a 2009, as demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(1) Em 19 de abril de 2012, foi aprovado o desdobramento das ações ON e PN da Companhia na proporção 1:20. Considerando tal desdobramento, os itens (f), (g) e (h) da coluna de 31 de março de 2012 seriam respectivamente (f) 160.477.960, (g) R$2,9147 e (h) ON R$0,0218.

(2) As ações PN tinham direito a dividendos 10% superiores às ON, antes das deliberações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinário de Acionistas Preferencialistas de 19 de abril de 2012, conforme descrito no item 3.3 deste Formulário de Referência.

i) Outras informações contábeis selecionadas: Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Conciliação do número de ações ex-tesouraria (3.1.f.) com a nota explicativa 23.b – Ações em tesouraria

(informações anteriores ao desdobramento ocorrido em 19.04.2012)	Período de três meses encerrado em	Exercício social encerrado em
	31.03.2012	31.12.2011
Total geral de ações:	8.104.500	8.104.500
Quantidade de ações adquiridas em 2010 (em tesouraria):		
Ordinárias	7.900	7.900
Preferenciais	1.200	1.200
Quantidade de ações adquiridas em 2011 (em tesouraria):		
Ordinárias	54.400	54.400
Preferenciais	12.500	12.500
Ações mantidas em tesouraria de períodos anteriores:		
Ordinárias:	4.602	4.602
Preferenciais:	-	-
Total de ações mantidas em tesouraria:	**80.602**	**80.602**
Número de ações, ex-tesouraria:	**8.023.898**	**8.023.898**

Informações complementares item 3.5

Dados de 2009 anteriores aos ajustes do IFRS.
Não houve distribuição de dividendo prioritário, fixo e mínimo.
2009 e 2010: não houve distribuição de juros sobre capital próprio.
Lucro líquido antes dos ajustes /PL = Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido "f")
(1) Em 19 de abril de 2012, foi aprovado o desdobramento das ações ON e PN da Companhia na proporção 1:20. Considerando tal desdobramento, o item (d) da coluna de 31 de dezembro de 2011 consistiria nos seguintes valores (i) Dividendo obrigatório: ON R$0,033 por ação e PN R$0,039 por ação; e (ii) Juros sobre capital próprio: R$0,026 por ação. As ações PN tinham direito a dividendos 10% superiores às ON, antes das deliberações aprovadas em Assembleia Geral Extraordinário de Acionistas Preferencialistas de 19 de abril de 2012.

3.5.f Cálculo da taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido

	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
(i) Lucro líquido, antes dos ajustes	9.358.546,56	34.360.571,53	21.952.468,37
(ii) Patrimônio líquido	464.249.860,73	467.130.118,20	442.720.984,98
(i)/(ii) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido	2,02%	7,36%	4,96%

Informações complementares item 3.7

A reconciliação da dívida de qualquer natureza apresentada acima, com a dívida bruta consolidada apresentada no item 10.1 – b), está apresentada conforme segue:

Em R$

	31.03.2012	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Total de dívidas circulantes*	119.379.218,90	128.278.736,90	127.700.040,06	134.774.514,47
Outros passivos circulantes	78.560.918,24	85.414.318,43	81.996.336,20	70.230.414,84
Total passivos circulantes	**197.940.137,14**	**213.693.055,33**	**209.696.376,26**	**205.004.929,31**
Total de dívidas não circulantes*	255.164.251,11	240.462.881,35	203.503.853,02	168.724.863,68
Outros passivos não circulantes	262.328.816,72	263.348.184,95	264.429.833,58	246.014.533,69
Total passivos não circulantes	**517.493.067,83**	**503.811.066,30**	**467.933.686,60**	**414.739.397,37**
Montante total da dívida de qualquer natureza	**715.433.204,97**	**717.504.121,63**	**677.630.062,86**	**619.744.326,68**

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4. FATORES DE RISCO

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Atrasos ou custos inesperados na implementação de projetos de crescimento ou ampliação das instalações da Companhia, incluindo o Projeto de Expansão, podem afetar os seus custos e resultados de operações.

Como parte da estratégia para aumentar a participação no mercado nacional e melhorar a sua concorrência através de maiores economias de escala, a Companhia pretende ampliar suas atuais e/ou construir novas instalações de produção, através de seu Plano de Expansão. A ampliação, modernização ou construção de uma instalação de produção envolve diversos riscos, incluindo desafios de engenharia, construção, gestão eficiente de projetos, regulamentos, mão de obra qualificada, licenciamento ambiental, contratação de fornecedores, dentre outros, que podem atrasar ou impedir a operação bem-sucedida do projeto ou aumentar, significativamente, os custos da Companhia. Além disso, a implementação de tais projetos, incluindo o Plano de Expansão, dependerá da habilidade de acessar financiamentos com taxas mais competitivas, como, por exemplo, do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Portanto, a habilidade da Companhia de concluir com êxito e a tempo qualquer projeto de ampliação, modernização e/ou construção de novas instalações também está sujeita aos riscos de financiamento entre outros. A Companhia pode também ser afetada de modo adverso pelos seguintes fatores:

- não conseguir iniciar ou concluir qualquer projeto de ampliação ou nova construção a tempo ou dentro do orçamento ou precisar, devido às condições do mercado ou outros fatores, atrasar o início da construção, ou o cronograma para concluir novos projetos ou ampliações;
- instalações novas ou modificadas podem não operar na capacidade projetada ou apresentar custos operacionais superiores ao esperado;
- não conseguir vender sua produção adicional a preços atrativos; e/ou
- não ter os fundos, não conseguir adquirir financiamento ou não conseguir contratar financiamento em condições viáveis para implementar os planos de crescimento.

O atraso, custos inesperados ou não implementação de qualquer projeto de ampliação, modernização ou construção de novas instalações da Companhia poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros da Companhia, o que pode prejudicar a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada material e adversamente se suas unidades produtivas ou instalações de transporte, armazenamento e distribuição que possui ou utiliza sofrerem interrupções significativas, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

As operações da Companhia dependem do funcionamento ininterrupto de suas unidades produtivas e das instalações de transporte, armazenamento e distribuição que possui, ou utiliza, as quais podem ser parcial ou totalmente interrompidas, temporária ou permanentemente, como consequência de inúmeras circunstâncias que não estão no controle da Companhia, tais como:

- eventos catastróficos, tais como tempestades, vendavais, enchentes e incêndios;
- greves ou outras dificuldades trabalhistas; e/ou
- outras perturbações nos meios de transporte.

A título exemplificativo, em 2009, devido a um vendaval ocorrido em Santa Catarina, as plantas e galpões de Vargem Bonita foram parcialmente destelhadas, causando uma interrupção temporária de tais instalações. Qualquer interrupção significativa nestas instalações ou a incapacidade de transportar os produtos destas instalações aos clientes da Companhia pode afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a cobertura de seguro da Companhia para danos em suas unidades industriais decorrentes de incêndio, responsabilidade de terceiros por acidentes e riscos operacionais, bem como para transporte doméstico e internacional pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Companhia pode vir a ter. A Companhia não mantém seguro contra incêndio, pragas ou outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos subcontratados da Companhia e suas controladas em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e suas controladas ou em contratar seguros, pode ter um efeito material adverso. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos que não sejam cobertos pelo seguro da Companhia ou que excedam os limites de cobertura de suas apólices também podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Companhia poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e no nível de riscos cobertos. Tais fatores podem gerar custos adicionais para a Companhia, afetando adversamente a sua situação financeira e o seu resultado operacional.

As atividades da Companhia apresentam alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Além disso, movimentos sociais e a possibilidade de expropriação podem afetar o uso normal, danificar ou privar a Companhia do uso ou valor justo das suas propriedades. Qualquer dano efetivo ou perda dessas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Grande parte da madeira utilizada nos processos de produção da Companhia é fornecida por suas próprias operações florestais, que incluem áreas de plantio localizadas próximas às unidades industriais de produção da Companhia. O mercado de madeira no Brasil é limitado, já que a maioria dos produtores de celulose e papel utiliza a madeira extraída de suas áreas de plantio para consumo próprio. As áreas de plantio da Companhia estão sujeitas a ameaças naturais, tais como, seca, vendaval, incêndio, pestes e pragas, que podem reduzir o fornecimento de madeira para a Companhia ou resultar em maiores preços para sua aquisição. As áreas de plantio da Companhia também estão sujeitas a ameaças adicionais, tais como a perda temporária da posse causada por invasão de posseiros ou grupos ativistas que defendem a reforma agrária e redistribuição de terras. Embora historicamente a Companhia não tenha tido conflitos com tais entidades, a Companhia não pode assegurar que suas propriedades não estarão sujeitas a invasões ou ocupação por estes grupos. Uma invasão ou ocupação de terra pode prejudicar o uso normal das terras da Companhia ou ter um impacto adverso nos resultados de suas operações e condições financeiras.

As terras da Companhia podem ainda estar sujeitas a desapropriação pelo governo brasileiro. Segundo a legislação brasileira, o governo federal pode desapropriar terras que não estejam em conformidade com sua "função social", um conceito fluido que inclui a exploração racional e adequada da terra, utilização adequada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, o cumprimento das leis trabalhistas, dentre outros. Se o governo brasileiro desapropriar qualquer das propriedades da Companhia, os resultados das operações da Companhia podem ser adversamente afetados na medida em que a compensação do governo se mostre insuficiente. Além disso, a Companhia poderá ser forçada a aceitar títulos da dívida pública, que têm liquidez limitada, em vez de dinheiro como pagamento pelas terras desapropriadas.

Portanto, qualquer dano efetivo sobre as áreas de plantio da Companhia, o que inclui a perda ou invasão de suas propriedades, pode afetar adversamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A redução dos volumes de autoprodução de energia da Companhia poderá levá-la a ter que adquirir energia no mercado, afetando sua situação financeira e seu resultado operacional.

A Companhia produz aproximadamente 77% da energia que utiliza. Tal produção se dá por meio de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) e usina termelétrica, que utiliza matéria-prima florestal como combustível. Eventuais períodos de estiagem prolongados, diminuição na disponibilidade de matéria prima florestal ou a ocorrência de outros eventos que reduzam a capacidade da Companhia gerar sua própria energia obrigará a Companhia a comprar energia no mercado *spot*, ou de curto prazo, cujos preços são normalmente mais elevados do que os contratados a longo prazo. O Brasil já enfrentou escassez de energia elétrica no passado, principalmente em virtude de períodos prolongados e rigorosos de estiagem que prejudicaram a geração de energia. Não há garantia que a Companhia conseguirá adquirir energia no mercado e que, se adquirir, seja em condições razoáveis. Eventual diminuição da autoprodução de energia da Companhia gerará aumento de custos e pode afetar adversamente a situação financeira e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não conseguir renovar as licenças governamentais que autorizam a produção de energia em suas usinas ou pode obter tais renovações em termos desfavoráveis, o que pode forçá-la a buscar outras fontes de energia, afetando sua situação financeira e seu resultado operacional.

A geração de energia elétrica da Companhia é desenvolvida nos termos de concessões e autorizações concedidas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A concessão da PCH Flor do Mato, com geração média anual de 2,7MW (capacidade instalada de 4,8MW), venceu em 14.10.2005, tendo a Companhia solicitado a sua renovação, porém fora do prazo legal, e as demais concessões vencerão a partir de 2018, tendo a Companhia que requerer suas renovações dentro do prazo legal. Para mais detalhes, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

De acordo com o cenário legislativo e regulatório atual, a renovação das concessões e autorizações para produção de energia depende da atuação conjunta da ANEEL, que é competente para proceder, caso a caso, à análise técnica dos pedidos de renovação apresentados pelos agentes do setor, e do Ministério de Minas e Energia (MME), que é a autoridade revestida de poderes para efetivamente prorrogar o prazo das concessões e autorizações. Devido ao grau de discricionariedade conferido a tais entidades para renovação das concessões e autorizações de geração de energia elétrica, a Companhia não pode garantir que estas serão renovadas e se as condições de renovação serão em termos favoráveis para a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, o processo de renovação das concessões do setor elétrico, tal como descrito acima, é atualmente praticado considerando o panorama legal e regulatório que rege a matéria da renovação das concessões de energia elétrica. Esta política pode mudar nos próximos anos, em vista de discussões havidas nos âmbitos dos Poderes Legislativo e Executivo considerando fatores legais, políticos, institucionais e de mercado, relacionados com o setor de energia. Tal mudança no cenário atual poderá afetar e alterar as condições de, ou, até mesmo, impossibilitar a renovação das concessões e autorizações vincendas da Companhia.

Caso a Companhia não consiga renovar suas concessões e autorizações para produção de energia elétrica ou os termos de renovação sejam desfavoráveis, a Companhia pode ser forçada a buscar outras fontes de energia para suprir a sua demanda, afetando sua situação financeira e seu resultado operacional.

Resultados desfavoráveis em processos (judiciais, arbitrais ou administrativos) ou em renegociações sindicais podem afetar negativamente os resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

A Companhia figura como parte em diversos processos judiciais e administrativos que tratam de questões de natureza tributária, trabalhista, cível, ambiental e criminal, envolvendo reivindicações monetárias significativas, alguns dos quais serão descritos no item 4.3 deste Formulário. Em 31 de março de 2012, a Companhia estava envolvida em processos judiciais e administrativos representando valor total estimado de R$118.655 mil, tendo constituído provisões de R$1.874 mil. Não há provisionamento para as ações em que a Companhia figura como parte e que são consideradas com chances de perda possível ou remota pelos seus consultores jurídicos, e as provisões contabilizadas pela Companhia para ações com chance de perda provável podem não ser suficientes para satisfazer o valor total que esta poderia ser chamada a honrar. Se forem proferidas decisões desfavoráveis em um ou mais destes processos, a Companhia pode ser solicitada a pagar valores substanciais que podem afetar material e adversamente sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Além disso, a maioria dos empregados da Companhia é representada por sindicatos ou órgãos similares. As relações de trabalho alteram-se periodicamente em razão das convenções coletivas ou contratos similares sujeitos a renegociações esporádicas. As negociações trabalhistas podem também não ser concluídas com êxito ou em termos satisfatórios, o que pode resultar em um aumento significativo do custo de trabalho, ou em paradas, ou perturbações no trabalho, que atrapalham as operações da Companhia. Estes aumentos de custos e paradas ou interrupções de trabalho podem afetar a Companhia de modo adverso.

Os contratos de financiamento incluem termos e condições importantes, algumas das quais objetivam manter os índices financeiros. Qualquer inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Companhia.

A Companhia faz parte de diversos contratos de financiamento, que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de outras cláusulas específicas. Estes contratos incluem limitações para:

- constituir novas garantias;
- pagar dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, conforme definido no Estatuto Social da Companhia e na Lei de Sociedade por Ações; e
- manter níveis máximos de dívida líquida sobre EBITDA ou EBITDA Ajustado e mínimos de EBITDA ou EBTIDA Ajustado sobre despesas financeiras líquidas, conforme definido nos contratos.

Nos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro de 2011 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, não fomos capazes de manter os níveis mínimos de EBITDA sobre despesas financeiras exigido pelo *Credit and Export Prepayment Agreement,* celebrado com o Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, em 16 de fevereiro de 2007, conforme alterado. Adicionalmente, no trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, não fomos capazes de manter os níveis máximos de dívida líquida exigido pelo *Credit and Export Prepayment Agreement*. Tais descumprimentos contratuais foram, contudo, perdoados pelos respectivos credores. A Companhia não pode garantir que tais credores voltarão a perdoar qualquer descumprimento contratual semelhante no futuro. Qualquer inadimplência dos termos dos contratos de financiamento, que não for aprovada pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida relevante. Isto, também, pode resultar na execução das garantias e no vencimento antecipado das dívidas de outros contratos de financiamento em virtude das provisões de inadimplências e aceleração cruzada. Os ativos e fluxos de caixa podem ser insuficientes para pagar o saldo em aberto total destes contratos de financiamento, seja nas datas de vencimento agendadas ou na aceleração dos pagamentos após um evento de inadimplência. A ocorrência de qualquer de tais eventos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Companhia. Em 31 de março de 2012, a Companhia atendeu a todos os índices financeiros previstos no *Credit and Export Prepayment Agreement.* Para mais detalhes sobre as restrições contidas nos contratos financeiros da Companhia, ver item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O endividamento consolidado da Companhia vai requerer que parte significativa de seu fluxo de caixa seja utilizada para o pagamento de principal e juros de dívidas.

Em 31 de março de 2012, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R$374.543 mil, dos quais R$119.379 mil (31,9%) representavam dívidas de curto prazo e R$255.164 mil, ou 68,1%, dívidas de longo prazo. Já a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado era 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011 e passou para 2,55 vezes em 31 de março de 2012. O nível do endividamento pode causar alguns riscos, tais como:

- o pagamento do serviço das dívidas pode dificultar o pagamento de dividendos aos acionistas; e/ou
- o nível de endividamento da Companhia pode limitar sua flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças no seu negócio, podendo torná-la mais vulnerável no caso de uma desaceleração em seus negócios.

A perda de membros da alta administração ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la pode ter um efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

A capacidade da Companhia em manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração e acompanhar o ritmo de seu crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Se a Companhia for incapaz de administrar os problemas e riscos em potencial relacionados a aquisições e alianças comerciais, seus negócios e perspectivas de crescimento podem ser afetados. Alguns dos concorrentes da Companhia podem estar melhor posicionados para adquirir outros negócios de papel para embalagem e embalagem papelão ondulado.

A Companhia pode, como parte de sua estratégia comercial, adquirir outros negócios no Brasil, ou em outros países, ou firmar alianças comerciais. A administração da Companhia não consegue prever se, ou quando ocorrerão, quaisquer aquisições ou alianças em potencial, ou a probabilidade de conclusão de uma transação material em termos e condições favoráveis.

A capacidade da Companhia de continuar a ampliar com êxito, através de aquisições ou alianças, depende de diversos fatores, incluindo sua habilidade de identificar aquisições e negociar, financiar e concluir transações. Mesmo se a Companhia concluir aquisições futuras:

- a Companhia pode falhar ao selecionar os melhores sócios ou ao planejar e administrar qualquer estratégia de aliança de modo eficaz;
- as aquisições podem aumentar os gastos da Companhia;
- a Companhia pode vir a ser responsabilizada por passivos ocultos dos negócios adquiridos;
- a atenção da administração pode ser desviada de outras preocupações do negócio; e
- a Companhia pode perder os principais empregados da empresa adquirida.

Uma falha ao integrar novos negócios, ou administrar novas alianças com êxito, pode afetar adversamente o desempenho comercial e financeiro da Companhia. Além disso, o setor mundial de papel e embalagens está passando por um momento de consolidação e muitas empresas competem por oportunidades de aquisições e alianças neste setor. Alguns dos concorrentes da Companhia têm mais recursos, dentre eles financeiros, que a mesma. Isto pode reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia ao concluir aquisições e alianças necessárias à ampliação de seu negócio.

Além disso, qualquer grande aquisição pode estar sujeita a aprovação regulamentar. A Companhia pode não ter sucesso ao obter as aprovações regulamentares necessárias a tempo ou pode não obtê-las.

Os negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais.

A maior parte das operações da Companhia é conduzida no Brasil. Assim, as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia dependem, de certa maneira, das condições políticas e econômicas brasileiras. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais, incluindo:

- liquidez do capital interno e dos mercados de crédito;
- disponibilidade de mão de obra qualificada;
- políticas que impactam na infraestrutura de logística no Brasil;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- política fiscal;
- outras alterações políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que afetam o Brasil; e
- inflação e taxas de câmbio e juros.

Historicamente, o cenário político do Brasil tem sido influenciado no desempenho da economia do país e crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral. O desenvolvimento futuro de políticas do governo brasileiro e/ou incertezas sobre quando tais políticas e regulamentações podem ser implementadas está fora do controle da Companhia e pode ocasionar em um efeito adverso para a Companhia. Além disso, o governo brasileiro tenta impedir a ocorrência de condições anormais de mercado, tais como especulação nos preços de fornecimento e na taxa de câmbio, intervindo frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente realizando alterações significativas nas políticas e regulamentação.

Uma redução contínua no crescimento econômico do país, do setor de consumo nacional ou do nível de atividade nos mercados em que a Companhia opera, pode afetar a demanda e o preço de seus produtos de modo adverso e causar efeitos materiais adversos à Companhia.

A demanda dos produtos da Companhia está diretamente relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Uma redução contínua no crescimento econômico do país, do setor de consumo nacional ou do nível de atividade nos mercados em que a Companhia opera, pode afetar a demanda e o preço de seus produtos de modo adverso e causar efeitos materiais adversos à Companhia. A deterioração das condições econômicas brasileiras pode, entre outras coisas:

- causar impactos negativos sobre a demanda de embalagens e papéis para embalagem papelão ondulado ou reduzir os preços de mercado dos produtos, o que pode resultar em uma redução contínua das vendas, lucros operacionais e fluxos de caixa da Companhia;
- dificultar ou tornar custosos para a Companhia a obtenção de financiamento para suas operações, investimentos ou o refinanciamento de suas dívidas no futuro;
- fazer com que os financiadores da Companhia dificultem ou encareçam a obtenção de quaisquer concessões técnicas ou outras em contratos de dívidas, à medida que a Companhia procure obtê-los no futuro;
- prejudicar a situação financeira de alguns dos clientes, fornecedores ou contrapartes nos instrumentos derivativos da Companhia, aumentando as dívidas incobráveis dos clientes, ou o não desempenho por parte dos fornecedores ou contrapartes; e
- reduzir o valor de alguns dos investimentos realizados pela Companhia.

Outros riscos que afetam as florestas e processos de fabricação da Companhia podem causar impactos materiais adversos sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

As operações da Companhia estão sujeitas a diversos outros riscos que afetam suas florestas e processos de fabricação, incluindo incêndios, secas, pragas, alterações climáticas, greves, fechamentos de portos, custos de expedições, falhas elétricas, explosões em fábricas e terrorismo ou ameaça de terrorismo, que podem causar efeitos materiais adversos sobre seus resultados operacionais e financeiros.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Interesses dos acionistas controladores da Companhia podem conflitar com interesses de investidores.

Os acionistas controladores, conforme identificados no item 8.1 (a) deste Formulário de Referência, têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar os resultados de qualquer deliberação que exija aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Os interesses dos acionistas controladores poderão não coincidir com os interesses dos demais acionistas.

Além disso, no curso normal dos negócios, a Companhia celebrou, e pretende continuar a celebrar, operações comerciais e financeiras com seus acionistas controladores ou sociedades a eles relacionadas. Para uma descrição das operações com partes relacionadas da Companhia, ver item 16 deste Formulário de Referência. Operações comerciais e financeiras entre a Companhia e partes a ela relacionadas criam potencial ou podem resultar em conflitos de interesse.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

c) Com relação aos seus acionistas

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% do seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei n° 6.404/76, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se os administradores recomendarem, e se a assembleia geral de acionistas da Companhia assim aprovar, se tal pagamento for desaconselhável diante da situação financeira da Companhia. Além disso, alguns dos contratos financeiros da Companhia limitam a sua habilidade de pagar dividendos acima do obrigatório, caso em que, ainda que haja valores passíveis de declaração, a Companhia não poderá fazê-lo sob pena de ter seus contratos de financiamento vencidos antecipadamente.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Em 31 de dezembro de 2011, o valor total de capitalização das companhias listadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") correspondia a aproximadamente R$2,3 trilhões. Além disso, pode não haver um mercado líquido para as ações de emissão da Companhia. Essas características poderão limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e momento desejados, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a cotação das ações da Companhia.

d) Com relação à suas controladas e coligadas

Parcela de negócios da Companhia é efetuada por meio de suas controladas, conforme identificadas no item 8.1 (b) deste Formulário de Referência. Caso essas controladas não tenham recursos suficientes para nos pagar dividendos, a capacidade da Companhia de pagar dividendos pode ser afetada por esta mesma falta de recursos.

e) Com relação a seus fornecedores

Aumento nos preços ou falta das matérias-primas pode elevar o custo operacional e afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo são celulose (fibra virgem) e aparas de papelão (reciclado). Uma grande parte da celulose (fibra virgem) consumida pela Companhia é produzida em suas próprias propriedades. As aparas de papelão, todavia, são adquiridas no mercado. Variações adversas nos preços das aparas ou falta delas no mercado poderão afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Mudanças na qualidade de crédito dos fornecedores para os quais tenham sido efetuados adiantamentos ou empréstimos podem causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Companhia.

É prática corrente e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Companhia atua, a concessão de adiantamentos a fornecedores. Ao realizar adiantamentos ou empréstimos aos seus fornecedores, a Companhia assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes fornecedores, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Companhia.

Adicionalmente, existe o risco de descasamento entre as taxas pagas sobre os recursos que a Companhia capta e as recebidas com relação ao crédito que concede aos seus fornecedores, pois nem sempre é possível equiparar os termos dos financiamentos que a Companhia contrata aos termos dos créditos que concede aos seus fornecedores.

Qualquer deterioração do risco de crédito de fornecedores ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta ao movimento de primarização da indústria/setor, podendo incorrer em custos adicionais em relação a mão de obra própria.

Existe um movimento de primarização da mão de obra na indústria de papel e embalagem, tal como ocorreu no Estado do Rio Grande do Sul. Estimamos que os processos florestais de produção de mudas (com viveiro próprio) e carregamento de madeira, quando primarizados, apresentam custo operacional maior do que quando terceirizados. Adicionalmente existem fatores tais como: custo com mão-de-obra (significativamente maior para a atividade primarizada) e custo com estrutura de apoio. Estes fatores podem impactar negativamente a estrutura de custos da Companhia, afetando adversamente a sua situação financeira e seu resultado operacional.

A Companhia pode ser exposta a ações, penalidades e obrigações de reparar dano relacionadas a questões ambientais de responsabilidade de nossos prestadores de serviço terceirizados.

A Companhia utiliza serviços de empresas terceirizadas para plantio e corte da madeira. Devido à legislação aplicável, aumento das exigências ambientais e alterações repentinas nas legislações, a Companhia está exposta a ações, penalidades e obrigações de reparar danos relacionadas a questões ambientais cometidos por empresas terceirizadas, que podem impactar em paradas da produção e danos à imagem e reputação da Companhia.

f) Com relação a seus clientes

Instabilidade econômica mundial e brasileira pode provocar redução no consumo e, consequentemente, os clientes podem restringir ou diminuir os volumes de compras, afetando adversamente a situação financeira e o resultado operacional da Companhia.

Os principais produtos produzidos e comercializados pela Companhia estão diretamente relacionados ao mercado consumidor brasileiro e mundial. Eventos que gerem instabilidade na economia mundial e brasileira e que provoquem reduções de consumo podem gerar os mesmos efeitos nos volumes de venda da Companhia e, consequentemente, na sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Mudanças na qualidade de crédito dos clientes para os quais tenham sido efetuadas vendas a prazo ou empréstimos podem causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio e resultados da Companhia.

É prática corrente e, eventualmente, condição para atuação competitiva em diversos mercados onde a Companhia atua, a venda a prazo a clientes. Ao realizar vendas a prazo ou empréstimos aos seus clientes, a Companhia assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, mudanças no ambiente macroeconômico, nas condições específicas dos seus mercados de atuação, ou ainda problemas relacionados à gestão destes clientes, podem afetar significativamente a sua capacidade de efetuar pagamentos, impactando diretamente o valor dos ativos e o capital de giro da Companhia.

Adicionalmente, existe o risco de descasamento entre as taxas pagas sobre os recursos que a Companhia capta e as recebidas com relação ao crédito que concede aos seus clientes, pois nem sempre é possível equiparar os termos dos financiamentos que a Companhia contrata aos termos dos créditos que concede aos seus clientes.

Qualquer deterioração do risco de crédito de clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Parte relevante da receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) da Companhia é dependente dos principais clientes da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, os vinte maiores clientes da Companhia representaram 36% de sua receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas), sendo que um único cliente representou pouco mais de 10% da receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) da Companhia. Embora a Companhia mantenha um bom relacionamento com tais clientes, não temos um contrato de fornecimento de longo prazo com quaisquer deles. De fato, a Companhia não possui contrato de fornecimento de longo prazo com qualquer cliente. Se quaisquer dos principais clientes da Companhia interromper a compra de produtos e a Companhia não for capaz de substituir os volumes de vendas para outros clientes, a Companhia pode experimentar um efeito material adverso sobre os seus resultados operacionais, fluxos de caixa e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Com relação aos setores de atuação

Os preços do papel e embalagens são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Companhia. A variação negativa dos preços do papel e embalagens pode afetar as receitas e os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho do setor de papel para embalagens e embalagem papelão ondulado tem natureza cíclica, sendo influenciado principalmente pelos períodos de expansão e retração da economia mundial. A expansão da economia faz com que a demanda por papel e embalagens aumente e os estoques do produto diminuam, causando o aumento dos preços no mercado. Por outro lado, a retração da economia gera a diminuição da demanda pelo produto e o aumento dos estoques, resultando na redução dos preços praticados no mercado. Outros fatores também influenciam os preços dos produtos fabricados pela Companhia, tais como a capacidade de produção nacional, as estratégias adotadas pelos principais produtores mundiais e a disponibilidade de substitutos para tais produtos. Um declínio no preço do papel no mercado internacional pode afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais.

O setor de papel e embalagem é altamente competitivo. A Companhia poderá perder participação de mercado caso não seja capaz de manter-se competitiva com relação aos seus principais concorrentes, afetando adversamente, portanto, sua condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia sofre intensa concorrência em todos os segmentos em que atua. Alguns dos concorrentes da Companhia são maiores e têm maior capacidade de produção e acesso ao mercado financeiro e de capitais a custos menores e prazos maiores do que aqueles disponíveis à Companhia, o que lhes confere vantagens competitivas. A Companhia sofre a concorrência de diversos fabricantes de menor porte que atuam no mercado informal, o que lhes confere vantagens econômicas, pois seus custos são menores que aqueles incorridos pela Companhia. Não há garantias de que a Companhia conseguirá se manter competitiva nos mercados em que atua. Caso a Companhia não seja capaz de manter sua posição dentre as líderes destes mercados, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A concorrência por terra para utilização como florestas de *pinus* ou outras culturas, como soja, cana de açúcar, dentre outras *commodities*, pode afetar a ampliação da Companhia.

A grande demanda global por certas commodities, principalmente grãos e biocombustível, pode causar impactos sobre as operações da Companhia em florestas de duas maneiras:

- a maior concorrência por terra pode causar impacto sobre seu preço. Geralmente, a produção de grãos e biocombustível é economicamente superior às atividades florestais e, consequentemente, os aumentos potenciais dos valores da terra podem inibir a ampliação da base florestal; e
- pela mesma razão descrita acima, a Companhia pode enfrentar dificuldades ao convencer terceiros a começar ou a ampliar a produção de *pinus* para utilização no setor de embalagens.

Em ambos os casos, os projetos de ampliação da Companhia poderão ser afetados.

A Companhia pode não ser capaz de ajustar o volume de produção em tempo hábil ou custo-eficiente em resposta a mudanças na demanda.

Se a Companhia tiver que operar com capacidade ociosa significativa durante os períodos de demanda fraca, pode estar exposta a maior custo de produção. Além disso, os esforços para reduzir os custos durante os períodos de fraca demanda podem ser limitados pela regulamentação do trabalho, ou contratos de trabalho e acordos governamentais prévios. Por outro lado, durante os períodos de alta demanda, a capacidade da Companhia de aumentar rapidamente a capacidade de produção é limitada, na medida em que envolve instrumentos relevantes para projetos de expansão, além de requerer longos prazos para sua implantação, o que poderia tornar-nos incapazes de satisfazer a demanda pelos seus produtos. Se a Companhia não for capaz de satisfazer a demanda excedente de clientes, ela pode perder participação de mercado.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

A Companhia pode ser afetada adversamente pela imposição e aplicação de regulamentos ambientais mais rígidos que exigiriam o dispêndio de fundos adicionais.

A Companhia está sujeita a rígidas leis e regulamentos ambientais locais, estaduais e federais brasileiros, que regem as emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento, entre outros, e precisa de autorizações, licenças e permissões governamentais para algumas de suas operações. Alterações nestas leis e regulamentos e/ou alterações nas políticas e procedimentos utilizados para executar as leis e regulamentos existentes podem afetar a empresa de modo adverso. Por exemplo, o processo de licenciamento ambiental das florestas da Companhia ainda não foi concluído, conforme descrito no item 7.5(a) do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia violar ou falhar ao cumprir estas leis, regulamentos e permissões, pode ser multada ou sancionada pelos órgãos governamentais, suas autorizações, licenças e permissões podem ser revogadas ou não renovadas e sua habilidade de operar suspendida ou afetada de modo adverso. Além disso, a não conformidade com estas leis, regulamentos e permissões pode resultar em sanções criminais e administrativas para a Companhia e seus empregados. A título exemplificativo, a Companhia e alguns de seus empregados e administradores foram processados pelo Ministério Público Federal em 2003 por supostos crimes de destruição de florestas nativas em área de preservação, bem como por suposto crime de corte e comercialização de madeira sem as licenças e autorizações governamentais necessárias, conforme descrito no item 4.3(IV) do Formulário de Referência. A Companhia, também, pode ser responsável pelos custos de soluções ambientais relacionadas, que podem ser substanciais.

Os regulamentos ambientais brasileiros aplicáveis a florestas são complexos porque são uma composição mista de regulamentos federais, estaduais e municipais; as exigências e restrições podem variar entre esses órgãos públicos. Estas restrições são consequência da pressão dos movimentos e organizações sociais contra os supostos "desertos verdes", que incluem, entre outros, plantações de cana de açúcar para a produção de etanol e florestas de *pinus* e *eucaliptus*.

É possível ainda que sejam criadas novas leis ou que as autoridades governamentais brasileiras imponham regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os atualmente implantados, ou busquem uma interpretação mais rígida das leis e regulamentos existentes, o que exigiria da Companhia o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou limitaria sua habilidade de operar como atualmente. Por exemplo, o Congresso Nacional brasileiro aprovou o novo código florestal, que ainda aguarda sanção presidencial. Embora a Companhia entenda que não haverá qualquer impacto adverso relevante aos seus negócios e operações, como atualmente redigida, essa lei pode ser vetada pelo Presidente da República e voltar para discussão no Congresso, podendo sofrer novas alterações que eventualmente causem impactos à Companhia. Além disso, estas ações podem aumentar os custos associados à renovação das permissões e autorizações governamentais existentes ou à solicitação de novas permissões ou autorizações. Não há garantias de que estes fundos ou custos adicionais não serão materiais ou de que as permissões e autorizações governamentais existentes serão renovadas.

Além disso, as leis e regulamentos ambientais, em certos países, podem ser mais rígidos que as leis e regulamentos do Brasil, o que pode levar estes países a impor sanções relacionadas ao comércio para o Brasil ou para o setor de atuação da Companhia. Uma eventual incapacidade da Companhia de cumprir leis e regulamentos ambientais internacionais mais rígidos poderia impedi-la de buscar financiamentos de menor custo em organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, ou relacionadas ao governo, o que pode condicionar futuros financiamentos de acordo com a conformidade da Companhia com as leis e regulamentos ambientais mais rígidos.

Alterações na legislação fiscal brasileira podem causar impactos adversos sobre os resultados da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa alterações aos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes e fornecedores. Essas alterações incluem alterações nas alíquotas de imposto e, ocasionalmente, a aprovação de tributos temporários, cujas receitas são destinadas a fins governamentais previamente designados.

Algumas destas alterações podem resultar em aumento no pagamento de impostos, que podem afetar adversamente a lucratividade do setor, aumentar os preços dos produtos da Companhia, restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados-alvo e existentes e prejudicar seus resultados financeiros. Não há garantias de que a Companhia conseguirá manter o fluxo de caixa e lucratividade planejados após quaisquer aumentos nos impostos aplicáveis à Companhia e às suas operações.

i) Com relação aos países estrangeiros

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais.

Algumas operações de vendas da Companhia são com o mercado externo e representaram em 2011 12% de sua receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas). Desta forma a Companhia está sujeita a fatores que fogem ao seu controle, como a variação das taxas de câmbio, a imposição de restrições comerciais e controles cambiais, a imposição de regimes regulatórios estrangeiros etc. O desempenho financeiro das operações internacionais da Companhia depende da união desses fatores e poderá prejudicar os negócios deste mercado, na relação de receita que ele representa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os negócios da Companhia podem sofrer impactos negativos pelos riscos relacionados à celebração de operações de derivativos para fins de *hedge.*

A Companhia celebrou e pode de tempos em tempos celebrar novas operações de derivativos de moeda e/ou juros para fins de hedge, em conformidade com a sua política de gestão financeira e de riscos. Sendo assim a Companhia é exposta a alterações potenciais no valor de seus instrumentos derivativos causadas, principalmente, pelas oscilações nas taxas de câmbio e juros. Tais oscilações podem resultar de alterações nas condições econômicas, sentimentos dos investidores, políticas monetárias e fiscais e na liquidez dos mercados mundiais, eventos políticos internacionais e regionais e atos de guerra ou terrorismo.

A Companhia contabiliza seus instrumentos derivativos a valor justo, conforme seja enquadrado no momento da contratação,em conformidade com o BRGAAP e as IFRS e em atendimento às normatizações da CVM no Brasil. O valor justo destes instrumentos pode aumentar ou diminuir antes de sua data de liquidação, devido aos fatores além de seu controle, conforme descrito anteriormente, sendo que os efeitos de caixa, no caso de recebimentos ou pagamentos, ocorrerão somente quando da liquidação de tais instrumentos. A forma de contabilização dos instrumentos financeiros derivativos no Brasil está em constante evolução, e pode ser modificada no futuro, levando a Companhia a alterar a sua forma de reconhecimento contábil destes instrumentos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Mudanças da economia mundial, com um enfraquecimento do seu crescimento e impacto na economia local podem aumentar os riscos mencionados na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia ou suas controladas figuram como parte em ações na esfera judicial relacionadas a matérias tributária, cível, trabalhista, ambiental e criminal, e processos na esfera administrativa. Todas as ações em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte são oriundas do curso normal dos seus negócios.

O valor da contingência de cada processo pode não corresponder ao valor provisionado, tendo em vista a metodologia de definição de provisionamento utilizada. Para o provisionamento, o prognóstico dos processos é classificado em "provável", "possível" ou "remoto", conforme a estimativa de perda de cada demanda, considerando-se as ações nas quais a Companhia e suas controladas figuram no pólo passivo. São provisionados valores apenas para ações em que a Companhia e suas controladas são rés. As ações nas quais são autoras também podem gerar sucumbência no caso de improcedência, por exemplo. Essa classificação é feita após análise dos fatos e fundamentos alegados na peça processual inicial, dos argumentos de defesa e provas produzidas, do pleito deduzido em face da situação fática e de direito, da posição jurisprudencial dominante em casos análogos, além da opinião dos advogados internos e externos responsáveis pela condução de cada processo. A provisão é feita apenas para os processos classificados como de perda provável.

Na opinião de seus advogados e consultores legais, a Companhia mantém provisão suficiente em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada dessas perdas. Abaixo seguem de forma sintética as matérias discutidas nos litígios judiciais e administrativos da Companhia e suas controladas.

I) Tributários

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas figuravam no pólo ativo em 30 processos tributários judiciais, sendo que, por se tratarem de questões de direitos a créditos tributários, não é possível mensurar o valor total envolvido. Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas figuravam no pólo passivo em 51 processos tributários judiciais e administrativos. O valor total envolvido nas demandas passivas representava em 31 de março de 2012 o montante de R$ 76.022 mil, para os quais não existem provisões, uma vez que a estimativa de perda desses processos foi classificada como possível ou remoto, segundo prognóstico dos assessores jurídicos da Companhia. Os processos aqui informados incluem os descritos no item 4.6 abaixo (causas repetitivas ou conexas, I - Tributárias). Segue abaixo o detalhamento de algumas ações que a Companhia entende serem relevantes:

I.I) Processos administrativos nº. 11080.009904/2006-78, 11080.009902/2006-89 e 11080.009905/2006-12: A Companhia está envolvida em três processos administrativos nos quais realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), perfazendo um montante total de R$ 13.614 mil (sendo que R$ 4.081 mil principal; R$ 4.744 mil juros e R$ 4.789 mil multa), os quais encontram-se aguardando o julgamento dos respectivos recursos, sendo classificados pelos advogados e consultores jurídicos da Companhia como de perda possível, conforme tabelas abaixo:

Processo Administrativo nº 11080.009904/2006-78	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Barueri/SP
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	20/11/2006
Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 9.146 mil (R$ 2.718 mil principal; R$ 3.239 mil juros e R$ 3.189 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo referente à compensação, por parte da Ré, de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI. Andamento processual: Em 19/12/2006, a Ré apresentou impugnação contra a notificação recebida. Em 10/04/2007, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, cancelando R$ 1.108 mil do valor principal notificado, mantendo o valor de R$ 2.718 mil. Em 12/11/2009, a Ré interpôs recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo Administrativo nº 11080.009902/2006-89	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Joaçaba/SC
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	20/11/2006
Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 774 mil (R$ 251 mil principal; R$ 228 mil juros e R$ 295 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo referente à compensação, por parte da Ré, de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI. Andamento processual: Em 19/12/2006, a Ré apresentou impugnação contra a notificação recebida. Em 17/04/2007, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, cancelando R$ 794 mil do valor principal notificado. Em 09/05/2007, a Ré interpôs recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual no dia 1º/12/2011, foi julgado parcialmente procedente o recurso voluntário, cancelado R$ 475 mil e mantendo autuado R$ 251 mil do valor principal. Em 14/12/2011, a Ré interpôs recurso especial ao Conselho de Contribuinte, o qual se encontra pendente de julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº 11080.009905/2006-12	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Joaçaba/SC
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	20/11/2006
Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 3.694 mil (sendo que R$ 1.112 mil principal; R$ 1.277 mil juros e R$ 1.305 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo referente à compensação, por parte da Ré, de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI. Andamento processual: Em 19/12/2006, a Ré apresentou impugnação contra a notificação recebida. Em 10/04/2007, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, cancelando R$ 131 mil do valor principal. Em 09/05/2007, a Ré interpôs recurso voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual foi julgado parcialmente procedente no dia 22/11/2011, cancelando R$ 1.180 mil do valor principal e mantendo o montante de R$ 1.112 mil. Em 06/12/2011, a Ré interpôs recurso especial ao Conselho de Contribuintes, o qual encontra-se pendente de julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

I.II) Processo administrativo nº 10925.000172/2003-66: O processo tem por objeto suposta irregularidade na compensação de crédito tributário relativo ao IPI – Taxa Referencial Diária. A Companhia obteve decisão administrativa que demonstra o seu direito ao referido crédito, porém, a Receita Federal alega que a Companhia utilizou crédito maior do que ela tinha direito. Segue breve descrição de tal processo:

Processo Administrativo nº 10925.000172/2003-66	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Joaçaba/SC
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	20/02/2003
Partes no processo	Autora: Secretaria da Receita Federal Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 9.588 mil (sendo que R$ 2.739 mil principal; R$ 5.641 mil juros e R$ 1.208 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo movido pela Autora referente à suposta irregularidade da Ré na compensação de crédito tributário relativo ao IPI – Taxa Referencial Diária. Andamento processual: Em 21/03/2003, a Ré apresentou impugnação contra a notificação recebida. Em 31/07/2003, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, diminuindo a multa de 75% para 20%, consequentemente cancelando R$ 1.506 mil do valor referente à multa. Em 28/08/2003, a Ré interpôs recurso voluntário, que foi julgado improcedente. Em 17/07/2008, a Ré interpôs embargos de declaração e, em 23/07/2008, a ré interpôs recurso especial ao Conselho de Contribuintes, sendo que ambos encontram-se pendentes de julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

I.III) Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8: O processo tem por objeto a cobrança de valores referentes a contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. Segue breve descrição de tal execução:

Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8	
Juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	15/10/2004
Partes no processo	Autora: Procuradoria da Fazenda Nacional – INSS Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 4.463 mil (R$ 1.499 mil principal; R$ 1.765 mil juros e R$ 1.199 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de execução fiscal movida pela Autora visando à cobrança de valores referentes à contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção da Ré. Andamento processual: Após a citação, a Ré ofereceu bens em garantia da execução, os quais foram aceitos. Em 11/10/2004, a Ré apresentou embargos à execução, que suspendeu o processo. Na mesma data, a Ré moveu ação anulatória junto ao Poder Judiciário visando anular a cobrança de tributos requerida nesta execução fiscal. A referida ação anulatória foi distribuída sob o nº 2005.71.00.002527-8, tendo o sido julgada procedente, determinando a anulação do referido crédito tributário. Diante dessa sentença, a União interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado provimento pelo TRF da 4ª Região. Em face a essa decisão a Companhia interpôs Recurso Extraordinário, o qual foi recebido pelo STF e atualmente se encontra aguardando julgamento. Diante disso, a presente execução fiscal resta suspensa até o julgamento da ação ordinária nº 2005.72.00.002527-8.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

I.IV) Execução Fiscal nº 99.70.00325-9: O processo tem por objeto a cobrança de valores referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação de serviços de cessão de mão de obra, sendo a Companhia tratada como responsável solidária. Segue breve descrição de tal execução:

Execução Fiscal nº 99.70.00325-9	
Juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
Instância	2ª Instância – Tribunal Regional da 4ª Região
Data de instauração	05/04/1999
Partes no processo	Autora: Procuradoria da Fazenda Nacional – INSS Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 4.627 mil (R$ 1.074 mil principal; R$ 2.908 mil juros; R$ 645 mil multa).
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de execução fiscal movida pela Autora visando à cobrança de valores referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação de serviços de cessão de mão de obra, sendo a Ré tratada como responsável solidária. Andamento processual: No dia 05/04/1999 foi distribuída a presente execução fiscal, sendo que após ser citada, a Ré ofereceu bens em garantia da execução, os quais foram aceitos. Em 07/05/1999, a Ré apresentou embargos à execução, que suspendeu o processo. Em relação ao assunto, objeto da referida execução fiscal, a Companhia no dia 18/11/1998 já havia ajuizado ação ordinária com o objetivo de anular o referido crédito tributário já constituído mas ainda não ajuizado, a qual foi distribuída sob o nº 98.70.01692-8. Esta ação ordinária foi julgada improcedente em primeira instância. Em face da referida improcedência a Companhia interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado provimento por unanimidade pelo TRF 4ª Região. Diante disso, a União interpôs Recurso Especial junto ao STJ, o qual não foi admitido, tendo então sido interposto o recurso de agravo regimental pela União contra a decisão do STJ de não admitir seu Recurso Especial. Diante do referido agravo regimental o Recurso Especial foi redistribuído e aguarda julgamento. Sendo assim, a presente execução fiscal continua suspensa até o julgamento da ação ordinária nº 98.70.01692-8.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

I.V) Processo administrativo nº 1070000001253: O processo tem por objeto a cobrança de supostos créditos indevidos de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de produtos acabados com fim específico para exportação. Segue breve descrição de tal processo:

Processo Administrativo nº 1070000001253	
Juízo	Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina
Instância	2ª Instância da Administrativa (Conselho Estadual de Contribuintes de Santa Catarina)
Data de instauração	20/07/2009
Partes no processo	Autora: Secretaria do Estado da Fazenda/SC Ré: Celulose Irani S.A.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 12.032 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo movido pela Autora visando à cobrança de supostos créditos indevidos de ICMS na aquisição de produtos acabados com fim específico para exportação utilizados pela Ré. Andamento processual: Em 11/12/2009, a Ré apresentou defesa prévia, que foi julgada improcedente. Com isso, foi constituído crédito tributário, convertido em notificação fiscal em 17/12/2009. Em 21/01/2010, a Ré apresentou defesa administrativa, que foi julgada improcedente. Em 16/08/2010, a Ré interpôs recurso ordinário, também julgado improcedente em 04/10/2011. Contra essa decisão, a Ré interpôs recurso especial em 19/10/2011, que encontra-se pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes do Estado de Santa Catarina.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Administrativo nº 11080.013.972/2007-12	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	13/12/2007
Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 3.607 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de notificação fiscal que discute a legitimidade de créditos referentes à apuração da contribuição da COFINS. Andamento processual: Em 14/01/2008, a Ré apresentou Manifestação de Inconformidade contra a notificação recebida. Em 07/10/2011, a referida Manifestação de Inconformidade foi julgada improcedente, diante disso, a Companhia interpôs no dia 21/10/2011 Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Processo Administrativo nº 11080.013.973/2007-67	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	13/12/2007
Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 715 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de notificação fiscal que discute a legitimidade de créditos referentes à apuração das contribuições do PIS/PASEP. Andamento processual: Em 14/01/2008, a Ré apresentou Manifestação de Inconformidade contra a notificação recebida. Em 07/10/2011, a referida Manifestação de Inconformidade foi julgada improcedente, diante disso, a Companhia interpôs no dia 21/10/2011 Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Processo Administrativo nº 11080.014.747/2008-84	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	19/12/2008
Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 1.795 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de Notificação Fiscal, no qual se discute suposta insuficiência de recolhimento de IRPJ por estimativa referente ao ano-calendário de 2003. Andamento processual: Em 19/01/2009, a Ré apresentou Impugnação contra a notificação recebida. Em 14/05/2010, a referida Impugnação foi julgada improcedente, diante disso, a Companhia interpôs no dia 15/06/2010 Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Processo Administrativo nº 11080.014.746/2008-30	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
Instância	2ª Instância Administrativa (Conselho de Contribuintes)
Data de instauração	19/12/2008
Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 485 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de Notificação Fiscal, no qual se discute suposta insuficiência de recolhimento da CSLL por estimativa referente ao ano-calendário de 2003. Andamento processual: Em 19/01/2009, a Ré apresentou Impugnação contra a notificação recebida. Em 21/11/2011, a referida Impugnação foi julgada improcedente, diante disso, a Companhia interpôs no dia 21/12/2011 Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes, o qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Processo Administrativo nº 10925.001.182/2003-19	
Juízo	Secretaria da Receita Federal de Ribeirão Preto/SP
Instância	1ª Instância Administrativa
Data de instauração	28/03/2003
Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 3.672 mil

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de processo administrativo movido pela Autora referente à suposta irregularidade da Ré na compensação de crédito tributário relativo ao IPI – Taxa Referencial Diária. Andamento processual: Em 28/04/2003, a Ré apresentou Impugnação contra a notificação recebida, a qual aguarda julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores envolvidos, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

A Companhia ajuizou na 1ª Vara Federal Tributária de Porto Alegre, ação ordinária distribuída sob o nº 5055931-08.2011.404.7100, que tem por objeto a discussão de erro formal por parte da Companhia no preenchimento de pedidos de compensação de tributos federais em períodos passados. Os advogados da Companhia apontam a probabilidade de perda da ação como possível, sendo que mesmo em caso de perda não haverá desembolso do valor do crédito tributário que deu origem a compensação, mas apenas juros de mora durante o período descoberto.

II) Trabalhistas

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas eram partes em 103 processos trabalhistas, dos quais em 100 processos constam no pólo passivo e em 3 processos no pólo ativo. O valor total envolvido nessas demandas do pólo passivo perfazia o montante aproximado de R$ 34.838 mil, sendo que, considerando a experiência dos advogados da Companhia bem como as provas produzidas nos autos e o posicionamento jurisprudencial de cada pedido, o valor estimado e atualizado dessas demandas é de R$ 13.134 mil. Em 31 de março de 2012, está provisionado, contabilmente, o montante de R$ 546 mil referente às ações trabalhistas para as quais a estimativa de perda foi classificada como provável, segundo prognóstico dos assessores jurídicos da Companhia. Os processos aqui informados incluem os descritos no item 4.6 abaixo (causas repetitivas ou conexas, II - Trabalhistas). Da totalidade desses processos, destacam-se pela sua relevância as reclamatórias abaixo detalhadas, as quais possuem chance de perda provável ou possível.

Reclamação Trabalhista nº 466/2007	
Juízo	Vara do Trabalho de Joaçaba/SC
Instância	2ª Instância
Data de instauração	08/12/2010
Partes no processo	Autor: Elizeu Mayer Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 2.521 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de reclamação trabalhista visando indenização por danos morais; despesas médicas; adicional de insalubridade e reflexos. Em 26/01/2010 foi proferida sentença que julgou totalmente improcedente a ação. Em 03/02/2010 o Autor interpôs Recurso Ordinário da referida sentença, tendo a Ré protocolado suas contra-razões no dia 17/03/2010. Em 09/09/2010 o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região julgou parcialmente procedente o recurso do Autor. Em 16/09/2010 a Ré apresentou Embargos de Declaração do Acórdão proferido. No dia 20/09/2010 o Autor interpôs Recurso de Revista da Decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. No dia 20/10/2010 os embargos de Declaração apresentados pela Ré foram conhecidos e rejeitados. Em 29/10/2010 a Ré protocolou Recurso de Revista da Decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Em 25/01/2011 foi publicada decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região denegando o seguimento do recurso de revista interposto pela Ré e pelo Autor. No dia 03/02/2011 foi interposto Agravo de Instrumento pela Ré e pelo Autor das respectivas decisões que denegaram o seguimento dos Recursos de Revista.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	Andamento processual: A presente reclamação trabalhista encontra-se em fase recursal, aguardando julgamento dos agravos de instrumento interpostos pelas partes. Segundo a opinião dos advogados da Companhia o valor estimado desta reclamatória é de R$ 9 mil e a probabilidade de perda é possível.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores da condenação para a Autora, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Reclamação Trabalhista nº 570/2010	
Juízo	1ª Vara do Trabalho de Santana da Parnaíba/SP
Instância	1ª Instância
Data de instauração	03/03/2010
Partes no processo	Autor: Aguinaldo Pedroso Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 1.180 mil.
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de reclamação trabalhista visando indenização por doença ocupacional (perda auditiva); danos morais; e pensão mensal vitalícia. Em 26/04/2012 foi publicada a sentença de 1º grau que julgou totalmente improcedente a ação. Até o momento a Ré não tem conhecimento e não foi intimada da interposição de Recurso Ordinário por parte do Autor.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores da condenação para a Autora, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Reclamação Trabalhista nº 0000674-23.2011.5.12.0037	
Juízo	Vara do Trabalho de Florianópolis/SC
Instância	2ª Instância
Data de instauração	02/02/2011
Partes no processo	Autora: Maria de Fátima Freitas Barbosa Réus: Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários; Jurerê Open Shoping Ltda; Jurerê Paria Hotel Ltda; Habitasul Crédito Imobiliário Ltda; Habitasul Florestal S.A.; Habitasul Turismo S.A.; Hotel Laje de Pedra S.A.; Celulose Irani S.A. (responsável solidária); Irani Trading S.A. Comércio Exterior; Koch Metalúrgica S.A.; Condomínio Complexo Turístico Jurerê Beach Village; CHP – Companhia Habitasul de Participações S.A.; JI Administradora Hoteleira Ltda; II Campanário Village Resort; Arte Dell A'cqua Ltda; Ceintur – Centro Internacional de Turismo e Lazer Ltda; Resort Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 9.505 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de reclamação trabalhista movida por ex-funcionária contratada como Advogada na empresa Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários, visando à declaração de nulidade da sua demissão, reintegração ao emprego, indenização por danos morais e materiais, pagamento de pensão vitalícia, doença do trabalho e redução da capacidade laborativa, horas extras, adicional noturno, férias em dobro e indenização por assédio moral, acrescidos de multas convencionais, assistência judiciária gratuita, juros e correção monetária. Na opinião dos advogados da Companhia, o valor estimado e atualizado do processo é de R$ 600 mil. Andamento processual: A presente reclamação trabalhista está em fase de instrução e encontra-se pendente de julgamento.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores da condenação para a Autor. Se a condenação recair sobre a Companhia ou suas subsidiárias na condição de Co-Rés, estas poderão requerer à Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários o reembolso por ela pagos.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

Ação Civil Pública nº 0001386-60.2011.5.10.007	
Juízo	7ª Vara do Trabalho de Brasília/DF
Instância	1ª Instância
Data de instauração	30/08/2011
Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho da 10ª Região Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 1.246 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação civil pública alegando descumprimento da Ré na cota legal para contratação de trabalhadores portadores de deficiência física ou reabilitados. Andamento processual: O presente processo está em fase de instrução e encontra-se pendente de julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá contratar mais deficientes para cumprir a cota legal.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há provisão constituída.

A Companhia possui, além das 100 ações trabalhistas em que figura no polo passivo, acima mencionadas, 2 Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho, firmados após fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e constatação de irregularidades atinentes ao descumprimento por terceiros (prestadores de serviços) da legislação trabalhista, principalmente, com relação às normas de saúde, medicina e seguranças no ambiente de trabalho. O TAC firmado em 09.05.07 tem por objeto a obrigação por parte da Companhia de verificar e fiscalizar, quando firmar contrato com outra empresa, que esta garanta a observância da legislação trabalhista, especialmente as normas atinentes à saúde, medicina e segurança no trabalho, sob pena de multa diária de R$ 10 mil em caso de descumprimento do TAC. Adicionalmente, por meio do TAC firmado em 29.03.2012, a Companhia se comprometeu a (i) extração de resina nas propriedades da Companhia ou do grupo econômico, especialmente em relação aos trabalhadores envolvidos na extração de resinas de *pinus eliotis*, abstendo-se definitivamente de terceirizar essas atividades; (ii) adotar diversas medidas de modo a cumprir, também, com as normas de saúde, medicina e segurança do trabalho, por exemplo, disponibilizar locais para refeição e boas condições de conforto e higiene, bem como abrigos que protejam os trabalhadores contra intempéries durante as refeições, manter alojamentos em quantidade suficiente e em condições de utilização pelos trabalhadores e fornecer nos alojamentos instalações sanitárias em boas condições; (iii) não aliciar, recrutar ou transportar trabalhadores para trabalhar em locais diversos das suas origens; e (iv) ser responsável solidariamente pelo pagamento das verbas rescisórias, danos morais individuais e coletivos resultantes da constatação de trabalho em condição análoga à de escravo (trabalho forçado, condições degradantes ou jornada exaustiva) nas suas propriedades ou do grupo econômico, em futuras fiscalizações, mesmo que as atividades estejam sendo executadas por terceiros (prestadores de serviços), tanto na atividade de extração de resina como no corte de madeira, sob pena de multa pelo descumprimento das obrigações, que poderão variar de R$ 5 mil a R$ 100 mil, por infração ou por trabalhador encontrado em situação irregular.

III) Processos Cíveis

III.I - Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas subsidiárias eram partes no pólo passivo em 26 processos cíveis. O valor total envolvido nessas demandas perfazia o montante de R$ 4.437 mil. Em 31 de março de 2012, está provisionado, contabilmente, o montante de R$ 1.328 mil, referente às ações cíveis para as quais a estimativa de perda foi classificada como provável, segundo prognóstico dos assessores jurídicos da Companhia. Da totalidade desses processos, destaca-se pela sua relevância a ação indenizatória abaixo detalhada, a qual possui chance de perda provável.

Ação Indenizatória nº 0000084-22.1996.8.16.0001	
Juízo	17ª Vara Cível de Curitiba/PR
Instância	2ª Instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Data de instauração	01/02/1996
Partes no processo	Autora: Representações Helimar S/C Ltda. Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 898 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação indenizatória movida pela Autora visando receber diferença de comissões pagas durante o período que prestou serviços de representação para a Ré. Andamento processual: Foi proferida sentença condenando a Ré ao pagamento do valor de R$898 mil, o qual foi impugnado. A Autora está executando provisoriamente a sentença.
Chance de perda:	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores da condenação para a Autora, o que poderá afetar adversamente a sua situação financeira.
Valor provisionado, se houver provisão	R$ 898 mil

IV) Processos Ambientais

A Companhia figura no pólo passivo da Ação Civil Pública nº 2003.72.03.001696-0, que discute suposto dano ambiental causado em consequência de suas atividades, visando à condenação da Companhia a reparar tais danos a que deu causa, por meio de projeto ambiental previamente aprovado pelo IBAMA ou pagamento de indenização pecuniária. Segue breve descrição de tal processo:

Ação Civil Pública nº 2003.72.03.001696-0	
Juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/11/2003
Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Celulose Irani S.A.; Indústria de madeiras Faqueadas Ipumirim S.A; Luiz Amilton Martins; Gilberto Frederico Feldhaus.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 1.000 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público sob a alegação de que as Rés Irani e Ipumirim teriam cortado irregularmente árvores de espécie ameaçada de extinção (imbuia); retirado, sem autorização, parte de vegetação em área de preservação permanente; bem como teriam transportado e vendido tais árvores em desacordo com as normas ambientais. Diante disto, visa o Autor a condenação das Rés Irani e Ipumirim a reparar os alegados danos ambientais, por meio de projeto ambiental aprovado e fiscalizado pelo IBAMA ou, no caso da impossibilidade deste, pagamento de indenização pecuniária. Andamento processual: Em 16.02.2012 foi juntada petição pela Companhia apresentando considerações acerca do inventário florestal. Em 27.02.2012 os autos foram conclusos para sentença.
Chance de perda:	Provável
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, as Rés Irani e Ipumirim deverão recuperar os danos ambientais de acordo com um plano de recuperação que deverão elaborar e apresentar ao IBAMA. Caso haja constatação de que os danos ambientais são irreversíveis as Rés deverão pagar uma indenização, medidas estas que poderão afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais. Em recente vistoria ambiental contratada pela Companhia, foi constatado que a área é exemplo de conservação, com floresta de alta riqueza ambiental, o que, na visão da Companhia, não ensejaria em pagamento pecuniário adicional.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há porque em 31 de março de 2012 a chance de perda era considerada possível.

A Companhia possui, ainda, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ("TAC"), assinado em 13 de dezembro de 2011 com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina ("MPSC"), a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA") e a empresa Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem por objetivo regularizar o corte de árvores exóticas plantadas em áreas de preservação permanente e após, proceder a recuperação ambiental da referida área. Em

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

contrapartida a obrigações assumidas pela Companhia no TAC, a FATMA comprometeu-se a concluir as avaliações necessárias para concluir os procedimentos de licenciamento ambiental dos plantios executados pela Companhia em áreas próprias no prazo máximo de 06 (seis) meses. O termo inicial de referido prazo para aqueles procedimentos já em curso (relacionados às Fazendas Marcelinense, Tapera, Pinho, Campina da Alegria, Ressaca, São Luiz, Marrecas, Limoeiro, Cristo Rei, Irani, São Pedro, São João do Pinhal e Fazenda Cadeado) é a data do protocolo pela Companhia de ofício informando a assinatura do TAC, juntamente com as informações atualizadas que se fizessem necessárias. Embora a Companhia tenha apresentado referido ofício à FATMA, ainda não houve a apresentação das informações atualizadas, que deverão ser especificadas pelo órgão ambiental. Assim, a contagem do prazo para a conclusão dos procedimentos de licenciamento ambiental em curso, referentes aos plantios nas fazendas acima mencionadas, ainda não foi iniciado.

A Companhia figura também no pólo passivo da Ação Civil Pública nº 5021435-84.2010.404.7100, que discute suposto dano ambiental causado em consequência de suas atividades, visando à condenação da Companhia a reparar tais danos a que deu causa, por meio de projeto ambiental previamente aprovado pelo IBAMA ou pagamento de indenização pecuniária. Segue breve descrição de tal processo:

Ação Civil Pública nº 5021435-84.2010.404.7100	
Juízo	Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância
Data de instauração	24/09/2010
Partes no processo	Autor: Instituto Curicaca Interessados: Estado do Rio Grande do Sul e Inst. Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO MPF: Ministério Público Federal Réus: HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda., Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa: R$ 2.179 mil.
Principais fatos	Principais fatos: A presente ação tem como objetivo principal a suspensão da licença ambiental de empreendimento de geração de energia eólica sobre as dunas do balneário Salinas, em Cidreira/RS (Parque Eólico Complexo Cidreira), a qual foi concedida pela fundação de preservação do meio ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (FEPAM). Alega o Autor que tal região é um dos últimos locais desse Estado onde ainda estaria preservada toda a sequencia de formação de ambientes costeiros com animais e plantas associadas. Nesse contexto, a HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda. teve sua Licença Prévia RIA/RIMA nº 1237/2009 suspensa em razão de liminar concedida no âmbito da Ação Cautelar nº 2009.71.00.0033654-9, situação que permanece até o presente momento. Todas as Licenças Ambientais e Processos de Licenciamento Ambiental para o local onde se pretende construir o Parque Eólico da Cidreira estão suspensos até decisão judicial em contrário. Andamento processual: Contestada a ação por todos os réus, no dia 09/03/2012 a juíza proferiu despacho determinando a manifestação do Autor acerca das contestações e, depois, fosse intimado o Ministério Público para apresentar seu parecer. No dia 09/04/2012 o autor apresentou sua manifestação, e no dia 24/04/2012 o MP protocolou seu parecer. Diante disso, segue aguardando despacho da MM Juíza.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de ser julgada procedente ocorrerá a impossibilidade de construção do empreendimento Parque Eólico Cidreira.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

V) Processos Criminais

A Companhia figura no pólo passivo da ação penal nº 2003.72.03.001695-9, o qual tem por objeto o pedido de condenação em razão de suposto corte de árvores em área de preservação permanente e transporte e venda irregular de produtos florestais, nas penas dos art. 38,39, 45 e 46, § ún c/c art. 53, II letra c da Lei 9.605/98, na forma dos arts. 29, caput e 69, *caput* do Código Penal. Segue breve descrição de tal processo:

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Ação Penal nº 2003.72.03.001695-9:	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Instância	Vara Federal de Joaçaba
Data de instauração	20/11/2003
Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: (i) Celulose Irani S.A.; Pericles de Freitas Druck; Hans Lauermann; Pericles Pereira Druck; Edson Jose Marson; Edson Casagrande Alves (Réus Irani); (ii) Indústria de Madeiras Faqueadas Ipumirim S.A.; Miriam Maria Bonissoni Giombelli Canfield; Antonio Luiz Libano; Joao Jairo Canfield Filho (Réus Ipumirim); (iii) Luiz Amilton Martins; Gilberto Frederico Feldhaus.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 179 mil (considerando o valor atual do salário mínimo)
Principais fatos	Principais Fatos: Trata-se de processo judicial instaurado por denúncia oferecida pelo Ministério Público sob a alegação de que as Rés Irani e Ipumirim teriam cortado irregularmente árvores de espécie ameaçada de extinção (imbuia); retirado, sem autorização, parte de vegetação em área de preservação permanente; bem como teriam transportado e vendido tais árvores em desacordo com as normas ambientais. Ademais, alega que todas essas atividades foram incorretamente corroboradas pelos Srs. Luís Amilton Martins e Giberto Frederico Feldhaus, funcionários do IBAMA na época. Diante disto, visa o Autor a condenação dos Réus nos termos da Lei de Crimes Ambientais. Andamento Processual: Em 01/12/2011, foi disponibilizada a sentença que: (i) extinguiu a punibilidade de Péricles de Freitas Druck e Hans Lauermann; (ii) absolveu Péricles Pereira Druck, João Canfield Filho, Luiz Amilton Martins e Gilberto Frederico; (iii) condenou Edson José Marson, Edson Casagrande Alves, Celulose Irani S.A., Miriam Maria Bonissoni Giombelli Canfield, Antônio Luíz Líbano e Indústrias de Faqueadas Ipumirim S.A. Em 03/02/2012, a Justiça Federal de Santa Catarina recebeu os recursos de apelação interpostos por Celulose Irani S.A, Edson José Marson, Edson Casagrande Alves e Luiz Amilton Martins. Em 22/02/2012, recebeu, por sua vez, recurso interposto pelo Ministério Público Federal. A Companhia irá apresentar as razões do recurso perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região quando for intimada para tanto. Todos encontram-se pendentes de julgamento.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não consiga reformar a sentença, estará obrigada a pagar contribuições mensais no valor de seis salários mínimos a entidades ambientais pelo período de 4 anos.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

VI) Processos Administrativos

Em 27.09.2007, a Habitasul Crédito Imobiliário S.A. e certos membros do seu conselho de administração na época foram condenados pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional a pagar multas de R$ 75 mil cada em processo administrativo junto ao Banco Central do Brasil (Bacen). O objeto do processo administrativo foi a compra, pela empresa Habitasul Crédito Imobiliário S.A., à empresas ligadas, de Certificados de Depósito Bancário, emitidos pelo Banco Rural S.A. e pelo Bicbanco S.A. A aquisição foi feita por simples emissão de recibos e o Bacen, em suma, entendeu que não havendo um documento que comprovasse a alteração de titularidade junto aos bancos emissores, a operação caracterizou empréstimo a sociedade ligada. A multa foi paga e o processo foi arquivado.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores:

A Companhia figura em 2 (duas) ações cuja parte contrária é um ex-administrador, sendo uma delas no pólo passivo e uma no pólo ativo. Com relação à Reclamação Trabalhista do pólo passivo, nº 01290-2009-024-12-00-0, a ex-diretora da Companhia Cristiana Jahn visa à declaração de nulidade contratual, o reconhecimento da natureza salarial das parcelas denominadas "pro labore e bônus trimestral", o pagamento de diferenças salariais, salários vencidos a partir de 01.06.2009 até a data do desligamento, férias mais 1/3; 13º salário; FGTS; verbas rescisórias; seguro desemprego, indenizações relativas a danos morais e aviso prévio, tudo acrescido de juros e correção monetária, garantia de emprego e multa dos artigos 477 e 467 da CLT.

Reclamação Trabalhista nº 01290-2009-024-12-00-0	
Juízo	Vara do Trabalho de São Bento do Sul/SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	18/09/2009
Partes no processo	Autora: Cristiana Jahn Ré: Celulose Irani S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 16.056 mil
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de reclamação trabalhista movida pela Autora visando à declaração de nulidade contratual, o reconhecimento da natureza salarial das parcelas denominadas "Pro labore e bônus trimestral", o pagamento de diferenças salariais, salários vencidos a partir de 01.06.2009 até a data do desligamento, férias mais 1/3; 13º salário; FGTS; verbas rescisórias; seguro desemprego, indenizações relativas a danos morais e aviso prévio, tudo acrescido de juros e correção monetária, garantia de emprego e multa dos artigos 477 e 467 da CLT. Andamento processual: Em 11/05/2011, foi proferida sentença improcedente em sua totalidade. Em 11/04/2012, foi julgado pelo TRT da 12ª Região o Recurso Ordinário interposto pela Autora buscando alterar a referida sentença, o qual foi julgado totalmente improcedente, mantendo-se a sentença de primeiro grau.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Ré deverá pagar os valores reclamados pela Autora, medida esta que poderá afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Com relação à Ação Indenizatória do pólo ativo, nº 055.11.000825-6, a Companhia visa à condenação de sua ex-diretora, Cristiana Jahn, ao pagamento de indenização referente a atos por ela praticados que a Companhia entende ter lhe causado danos patrimoniais.

Ação Indenizatória nº 055.11.000825-6	
Juízo	Vara Única de Rio Negrinho/SC
Instância	1ª Instância
Data de instauração	28/04/2011
Partes no processo	Autora: Celulose Irani S.A. Ré: Cristiana Jahn
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R$ 2.263 mil.
Principais fatos	Principais fatos: Trata-se de ação indenizatória movida pela Autora visando à condenação da Ré ao pagamento de indenização referente a atos por ela praticados durante o seu período como diretora da Autora. Andamento processual: Em 06/03/2012 foi proferido despacho, o qual indeferiu o pedido da Celulose Irani para que fosse expedido ofício à Vara do Trabalho de São Bento do Sul a fim de obter-se o endereço da ré para citá-la.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a Autora não receberá a indenização pretendida e ainda deverá arcar com as verbas de sucumbência.
Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não há.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

I. Tributárias

I.I Discussões sobre o recolhimento de ICMS

Em 31 de março de 2012, a Companhia era parte em 10 processos administrativos, além do processo detalhado no item 4.3 (I.V) deste Formulário de Referência, que discutem a utilização de supostos créditos indevidos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) na aquisição de produtos utilizados no processo produtivo das Unidades Industriais instaladas no Estado de Santa Catarina, totalizando R$ 15.266 mil para os quais não existem provisões. Tais processos correspondem, em número de litígios a 19,6% do contingenciamento tributário total consolidado da Companhia e, em valores envolvidos, a 20,1% deste total.

I.II - Discussões sobre o recolhimento de ITR

Em 31 de março de 2012, a Companhia era parte em 12 processos administrativos que discutem a Declaração de ITR – Imposto Territorial Rural, apresentada pela Companhia perante a Receita Federal do Brasil, totalizando R$ 3.497 mil para os quais não existem provisões. A Companhia apresentou recursos voluntários, dos quais 8 foram julgados procedentes, cancelando o valor total de R$2.321 mil.

Também no ano de 2011, foi julgado procedente o Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, distribuído sob o nº 5000910-63.2010.404.7203 que envolve o valor de R$ 79 mil. Diante da referida sentença, a União interpôs Recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento perante o TRF da 4ª Região.

Sendo assim, restam apenas aguardando julgamento dos respectivos recursos, na esfera administrativa, 3 notificações referentes a Declarações de ITR no total de R$ 1.096 mil.

II. Trabalhistas

Em 31 de março de 2012, a Companhia era parte em 96 reclamações trabalhistas, além das cinco detalhadas no item 4.3 (II) acima, nas quais são requeridos pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como horas extras, adicionais, danos morais e acidentes de trabalho. Tais reclamações trabalhistas totalizam R$ 20.386 mil, sendo que, considerando a experiência dos advogados da Companhia bem como as provas produzidas nos autos e o posicionamento jurisprudencial de cada pedido, o valor estimado e atualizado dessas demandas é de R$ 11.279 mil, para as quais existem provisões no valor de R$ 106 mil.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes:

A Companhia mantém provisão constituída para crédito tributário referente a compensação de tributos federais com crédito de IPI sobre aquisição de aparas utilizadas em seu processo produtivo. O montante constituído até dezembro de 2011 foi de R$27.425 mil, e o saldo atualizado até 31 de março de 2012 totaliza R$ 39.026 mil.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados:

Não aplicável. A Celulose Irani S.A. é uma empresa brasileira e seus valores mobiliários estão custodiados no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

A Companhia está sujeita aos riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Os principais são:

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e de 2010, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Dados consolidados (em R$ mil)			
	31.03.2012	31.12.2011	31.12.2010
Contas a receber	7.503	4.198	2.949
Créditos de carbono a receber	6.794	6.378	5.789
Bancos conta vinculada	6.999	8.674	10.484
Adiantamento de clientes	(218)	(661)	(207)
Fornecedores	(37)	(123)	(661)
Empréstimos e financiamentos*	(124.230)	(89.545)	(99.841)
Exposição líquida	(103.189)	(71.079)	(81.487)

* Empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira e convertidos em reais. Atualizados pelo valor justo das operações de Swap.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 22 meses das exportações tomando como base a média mensal das exportações realizadas no ano 2011, e 20 meses das exportações tomando como base a média mensal das exportações realizadas no período de três meses findos em 31 de março de 2012. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo (consolidado):

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2012.
2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.
3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

			Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto
Operação	Saldo 31.03.12	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)
	US$	R$/US$	R$	R$/US$	R$	R$/US$	R$
Ativos							
Contas a receber	11.688	1,83	111	2,29	5.463	2,75	10.815
Passivos							
Contas a pagar	(140)	1,83	(1)	2,29	(65)	2,75	(129)
Empréstios e financiamentos*	(68.180)	1,83	(648)	2,29	(31.867)	2,75	(63.087)
Efeito líquido			(538)		(26.470)		(52.402)

* As operações de empréstimos e financiamentos contratadas em euro estão contempladas na análise de sensibilidade do dólar juntamente com as demais operações por se tratarem de operações sem grande valor material.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de março de 2012 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos depois do efeito de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos mensais equivalentes ou menores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Quando há precisão de que em determinado mês os pagamentos em moeda estrangeira superarão os recebimentos em moeda estrangeira proveniente de suas exportações, a Companhia busca proteção através da manutenção, em aplicação financeira, de recursos financeiros em moeda estrangeira para fazer frente ao excedente dos pagamentos previstos. Eventualmente a Companhia pode contratar instrumento financeiro derivativo para proteção do seu fluxo de caixa. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas no seu resultado.

As operações de empréstimos e financiamentos contratadas em euro estão contempladas na análise de sensibilidade do dólar juntamente com as demais operações por se tratarem de operações sem grande valor material.

Risco de taxas de juros e índice de inflação sobre operações financeiras

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo (consolidado):

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2012.
2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.
3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

Operação			Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
	Indexador	Saldo 31.03.12	Indexador %	R$	Indexador %	R$	Indexador %	R$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	90.240	10,29%	(19)	12,86%	2.175	15,44%	4.368
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	105.230	10,29%	22	12,86%	(2.634)	15,44%	(5.291)
Debêntures	CDI	72.508	10,29%	15	12,86%	(1.771)	15,44%	(3.557)
Capital de Giro	TR	5.536	0,09%	6	0,11%	4	0,13%	3
BNDES	TJLP	12.714	6,00%	-	7,50%	(191)	9,00%	(381)
Capital de Giro	IPCA	100.919	6,22%	-	7,78%	(1.476)	9,33%	(2.951)
Financiamentos Moeda Estrangeira	Libor	4.513	0,50%	-	0,62%	(9)	0,74%	(17)
Financiamentos Moeda Estrangeira	Euribor	5.010	1,35%	17	1,68%	4	2,02%	(9)
Efeito Líquido no Resultado				41		(3.898)		(7.835)

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, a Companhia solicita uma cobertura de garantia de crédito aos nossos clientes. Qualquer deterioração do risco de crédito de clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia contrata e concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, pagamento de empréstimos e financiamentos e dividendos obrigatórios. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências de suas políticas internas e compromissos com terceiros e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2012 para os juros pós-fixados e taxas de câmbio e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados (i.e.: seguem os detalhes do prazo e vencimentos previstos para ativos e passivos), incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos, que são considerados pela Companhia. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	2012	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos					
Fornecedores	33.712	-	-	-	-
Empréstimos	113.145	70.857	75.654	66.917	52.640
Debêntures	14.485	26.446	24.809	11.369	-
Derivativos	538	1.075	1.075	537	-
Outros Passivos	5.022	2.786	2.482	758	4.249
	166.902	101.164	104.020	79.581	56.889
Ativos					
Caixa e Equivalentes	85.085	-	-	-	-
Banco Conta Vinculada	4.439	640	1.280	640	-
Clientes a Vencer	94.091	-	-	-	-
Outros Ativos	3.114	909	648	24	-
	186.729	1.549	1.928	664	-
	19.827	(99.615)	(102.092)	(78.917)	(56.889)

Bancos Conta Vinculada (Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil): representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo oriundas de Pré Pagamento de Exportação firmado com Credit Suisse e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente, Swap de fluxo de caixa foi liquidado em 20 de abril de 2012.
Outros ativos: São representados por contas a receber de clientes em renegociação e créditos a receber de funcionários, ambos a serem realizados nos períodos informados acima.

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório. Qualquer deterioração do risco de liquidez da Companhia poderá causar um efeito adverso relevante sobre sua situação financeira e seus resultados operacionais.

Risco Político

Exceto pelas vendas no exterior, todas as operações da Companhia são conduzidas no Brasil. Assim, as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia dependem, de certa maneira, das condições políticas e econômicas brasileiras. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por fatores econômicos gerais, incluindo:

- liquidez do capital interno e dos mercados de crédito;
- disponibilidade de mão de obra qualificada;
- políticas que impactam na infraestrutura de logística no Brasil;
- política fiscal;
- outras alterações políticas, diplomáticas, sociais e econômicas que afetam o Brasil; e
- inflação.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Historicamente, o cenário político do Brasil tem sido influenciado no desempenho da economia do país e crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral. O desenvolvimento futuro de políticas do governo brasileiro e/ou incertezas sobre quando tais políticas e regulamentações podem ser implementadas está fora do controle da Companhia e pode ocasionar em um efeito adverso para a Companhia. Além disso, o governo brasileiro tenta impedir a ocorrência de condições anormais de mercado, tais como especulação nos preços de fornecimento e na taxa de câmbio, intervindo frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente realizando alterações significativas nas políticas e regulamentação.

Risco de Inflação

O Brasil tem também historicamente experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 4,2% em 2009, 5,9% de 2010 e 6,5% em 2011, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando, assim, a capacidade da Companhia de acessar os mercados financeiros e de capitais. A Companhia pode, também, não ter capacidade de repassar para seus clientes a inflação verificada em seus custos e despesas.

Risco de Redução do Crescimento Econômico

A demanda dos produtos da Companhia está, diretamente, relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Uma redução contínua no crescimento econômico do país, do setor de consumo nacional ou do nível de atividade nos mercados em que a Companhia opera, pode afetar a demanda e o preço de seus produtos de modo adverso e causar efeitos materiais adversos à Companhia. A deterioração das condições econômicas brasileiras pode, entre outras coisas:

- causar impactos negativos sobre a demanda de embalagem papelão ondulado e papéis para embalagens ou reduzir os preços de mercado dos produtos, o que pode resultar em uma redução contínua das vendas, lucros operacionais e fluxos de caixa da Companhia;
- dificultar ou tornar custosos para a Companhia a obtenção de financiamento para suas operações, investimentos ou o refinanciamento de suas dívidas no futuro;
- fazer com que os financiadores da Companhia dificultem ou encareçam a obtenção de quaisquer concessões técnicas ou outras em contratos de dívidas, à medida que a Companhia procure obtê-los no futuro;
- prejudicar a situação financeira de alguns dos clientes, fornecedores ou contrapartes nos instrumentos derivativos da Companhia, aumentando as dívidas incobráveis dos clientes, ou o não desempenho por parte dos fornecedores ou contrapartes;
- reduzir o valor de alguns dos investimentos realizados pela Companhia; e
- prejudicar a viabilidade financeira dos seguros contratados pela Companhia.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge), c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge), d) parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada
a) A Companhia busca proteção em relação à exposição e à variação cambial e ao risco de liquidez dos mercados de crédito. b) A Companhia procura manter iguais as receitas e despesas de operações em moeda estrangeira, buscando mitigar impacto de riscos cambiais no seu fluxo de caixa. A Companhia também procura níveis adequados de endividamento em relação à sua geração de caixa buscando mitigar riscos de falta de liquidez nos mercados de crédito. c) Eventualmente a Companhia utiliza derivativos cambiais (NDF, Swap, ou outro semelhante) buscando proteção do seu fluxo de caixa às variações cambiais. Atualmente a Companhia tem contratado o seguinte derivativo financeiro com os seguintes derivativos financeiros: • Instrumento derivativo – Swap de Fluxo de Caixa que tem como valor nocional em 31 de março de 2012 o montante de R$ 3.225 mil, o qual tem como vencimento final 28 de agosto 2015, e está atrelado e se encontra registrado junto a aplicação financeira. Em 20 de abril de 2012, a Companhia liquidou esta operação. • Instrumento financeiro derivativo – Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, que tem por objetivo modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros da operação já existente entre as partes no *Credit and Export Prepayment Agreement*. O valor de referência atribuído em 31 de maio de 2011, data de sua contratação, foi de R$70.374 mil, equivalente a USD44.544 mil na data da transação, e vem diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o vencimento final em agosto de 2015. Em 20 de abril de 2012, a Companhia liquidou esta operação. • Instrumento financeiro derivativo reconhecido a custo amortizado – Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, que tem por objetivo modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito a Exportação. O valor de referência atribuído em 23 de março de 2012, data de sua contratação, foi de R$ 40.000 mil, equivalente a USD 21.990 mil na data de transação, e vem diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o vencimento final em março de 2017. d) Os riscos cambiais são mitigados mantendo como parâmetro as receitas e despesas em moeda estrangeira iguais ao longo do ano. Os riscos de crédito são mitigados usando como parâmetro a referência (meta) dívida líquida x EBITDA Ajustado de 2,5 vezes e que vem sendo progressivamente buscado pela Companhia (em 31 de março de 2012 a relação era de 2,55 vezes), a manutenção de saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata e prazos de pagamento dos empréstimos e financiamentos alongados conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração. e) Não há além do informado no item c. f) A Companhia está implementando uma estrutura organizacional específica para o controle e gerenciamento de riscos. g) A área administrativa e financeira da Companhia busca o cumprimento das regras acima e reporta os indicadores periodicamente ao Conselho de Administração.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes conhecidas já foram divulgadas acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/06/1941
Forma de Constituição do Emissor	Constituída na forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Posteriormente, transformou-se em sociedade por ações em 14 de outubro de 1964.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

Ao longo de sua história, a Companhia diversificou as suas atividades geograficamente e em termos de produtos, posicionando-se como um dos principais competidores nos mercados em que atua. A Companhia foi fundada em 1941, tendo matriz na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo da implantação de uma fábrica de papel no município de Joaçaba, no Estado de Santa Catarina, atualmente município de Vargem Bonita, região oeste do Estado de Santa Catarina. Em 1977, a Companhia obteve o registro de companhia aberta, quando suas ações passaram a ser listadas na BM&FBovespa.

Em 1994 a Companhia passou por um processo de reestruturação societária com a aquisição de seu controle pelo Grupo Habitasul. Em 1997, a Companhia adquiriu os ativos de uma fábrica de chapas e caixas de papelão ondulado situada em Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo. Esta aquisição representou o seu ingresso no mercado de papelão ondulado e o marco inicial do processo de sua verticalização, integrando a cadeia produtiva a partir do cultivo da semente da árvore até a embalagem.

No ano de 1999, a Companhia adquiriu uma fábrica de móveis situada em Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina. Nos anos de 2000 e 2001, foram efetuados investimentos relevantes nos segmentos de papel para embalagens e embalagem papelão ondulado. Foi implantada simultaneamente uma nova máquina de papel a base de reciclados (Máquina de Papel V), e uma nova unidade de fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado, ambas na unidade industrial localizada no município de Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina.

Em março de 2004, a Companhia inaugurou a usina de cogeração de energia na fábrica de papel para embalagens de Vargem Bonita. Esta usina proporcionou à Companhia a garantia no fornecimento de energia e vapor, além de proporcionar redução significativa no custo de fabricação de seus produtos por meio da substituição de sua matriz energética de combustíveis fósseis para biomassa renovável. Este foi o projeto que tornou a Companhia a primeira empresa do setor de papel e embalagem do Brasil a gerar créditos de carbono nos termos do Protocolo de Kyoto.

Em 2006, a Companhia inaugurou o seu sistema de recuperação de produtos químicos, proporcionando aumento na produção de celulose, na geração de vapor e, principalmente, na preservação do meio-ambiente. Nos anos de 2007 e 2008, foram realizados os maiores investimentos da história da Companhia. Denominado Projeto SuperAção, o seu plano de investimentos foi implementado com sucesso, englobando todos os ramos de atividade da Companhia e significou R$ 160.800 mil em investimentos.

Em 2010, a Companhia encerrou as atividades de sua fábrica de móveis situada em Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, mantendo apenas a operação comercial via *internet*, revendendo produtos que adquire no mercado.

Em 2011, a Companhia constituiu a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, que realiza operações de administração e comercialização de madeiras para a Companhia e também para o mercado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas e coligadas

Até 31 de março de 2012:

a) Evento	Transferência de florestas plantadas para a controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda como meio de integralização de capital
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 3.360 mil Forma de pagamento: Através de aporte de florestas plantadas Prazo de pagamento: Mediante aporte Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não há.
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	Não aplicável.

2011:

a) Evento	Transferência de florestas plantadas para a controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda como meio de integralização de capital
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 37.475 mil Forma de pagamento: Através de aporte de florestas plantadas Prazo de pagamento: Mediante aporte Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não há.
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	Não aplicável.

a) Evento	Compra de 2,5 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul pela controlada Habitasul Florestal S.A.
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 5.357 mil Forma de pagamento: Em 4 parcelas, sendo a primeira na assinatura do contrato no valor de R$ 500 mil e as duas parcelas seguintes no mesmo valor pagas em 17.05.2011 e 19.05.2011. O saldo remanescente foi pago em 2011. Prazo de pagamento: Em até 12 meses contados da data de assinatura do contrato. Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Habitasul Florestal S.A.
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não aplicável
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	Não aplicável

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

2010:

a) Evento	Encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) e a alienação de seus ativos.
b) Principais Condições do Negócio	Valor: Não há Forma de pagamento: Não há Prazo de pagamento: Não há Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A.
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não há
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	**-**

2009:

a) Evento	Aumento de Capital da controlada Irani Trading S.A.
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 38.172 mil Forma de pagamento: Através de aporte de um imóvel industrial Prazo de pagamento: Mediante aporte Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A. e Irani Trading S.A.
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não há
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	

	Antes	Depois
No. de Ações	22.528	290.931

a) Evento	Venda de 3.284,78 hectares de terras (Fazenda Serraria Grande) localizadas no município de Caçador, Estado de Santa Catarina.
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 27.500 mil Forma de pagamento: Dinheiro Prazo de pagamento: Á vista Cláusulas suspensivas: Retenção de valor equivalente a 30% do valor de negociação do imóvel, até a aprovação do georeferenciamento da área pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que ocorreu em 12 de fevereiro de 2010. Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A. e Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda
d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário	Não há
e) Quadro Societário antes e depois da Operação	Não Aplicável

a) Evento	Aquisição de participação de 90% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda e aumento de seu capital, passando sua participação para 99,98% nesta controlada.
b) Principais Condições do Negócio	Valor: R$ 9 mil (aquisição) e R$ 4.000 mil (aumento de capital) Forma de pagamento: A ser integralizado até o final de 2012. Prazo de pagamento: Mediante aporte Cláusulas suspensivas: Não há Acordos regulando direito de voto: Não há Pendência de aprovação por órgãos reguladores: Não há
c) Sociedades Envolvidas	Celulose Irani S.A. e HGE – Geração de Energia Sustentável

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Ltda

d) Efeitos Resultantes da Operação no Quadro Societário

Não há

e) Quadro Societário antes e depois da Operação

Aquisição e Aumento de Participação na HGE	Antes	Depois
Celulose Irani S.A.	0,00%	99,98%
Companhia Habitasul de Participações	99,98%	0,02%
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	0,02%	0,00%

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extra judicial:

Não houve pedidos de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes conhecidas foram divulgadas acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7. ATIVIDADES DO EMISSOR

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Objeto social:

A Companhia é uma sociedade de capital aberto que produz celulose de fibra longa (que é toda convertida na produção própria de papéis), papel *kraft*, papéis reciclados, chapas e caixas de papelão ondulado e resinas e comercializa móveis com predominância de madeira.

O objeto social da Companhia, nos termos de seu Estatuto Social em vigor na data deste Formulário de Referência, compreende as seguintes atividades:

a) a indústria e o comércio de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como, a industrialização e comercialização da madeira;

b) a administração de projetos de florestamento, reflorestamento e de serviços de silvicultura prestados por terceiros, necessários ao processo de industrialização de celulose, papel, embalagem de papel em geral e seus derivados, bem como à industrialização e comercialização da madeira;

c) a fabricação e comercialização de móveis, painéis e artefatos em geral com predominância de madeira;

d) a importação e exportação de produtos agrícolas ou industriais, especialmente madeira, celulose e papel, relacionados com o objeto social;

e) a indústria, comércio, importação e exportação de produtos resinosos e seus derivados; e

f) a fabricação e comercialização de carbonato de cálcio.

Visão Geral da Companhia:

A Companhia é uma das principais produtoras brasileiras de embalagens de papel. De acordo com dados de 2010 da BRACELPA e da ABPO, a Companhia é líder no mercado nacional de papel de baixa gramatura para produção de sacos, o 5º maior produtor de embalagens de papelão ondulado e de papel para embalagens no Brasil e o 8º maior produtor de papel do País, em termos de volume de produção. Entre 2006 e 2010, a Companhia foi a que mais cresceu entre os dez maiores produtores de embalagens de papelão ondulado do país em termos de volume de produção, tendo aumentado em 59% a sua participação no mercado de embalagens de papelão ondulado brasileiro, segundo dados da ABPO.

A Companhia está bem posicionada para capturar o crescimento dos setores relacionados ao consumo doméstico. Da receita obtida pelo seu segmento de embalagem papelão ondulado em 2011, 56,3% foi gerada pela venda de embalagens para o segmento de alimentos e bebidas, 14,9% pela venda de embalagens para demais segmentos de consumo e 28,8% para outros segmentos. Entre 2006 e 2011 a produção da Companhia de embalagens de papelão ondulado cresceu em média 9,6% ao ano, representando incremento total de 45.616 toneladas, das quais, 91,0% foram absorvidas pelo segmento de alimentos e bebidas. Neste sentido, o plano de expansão da Companhia contempla a abertura de novas plantas industriais, de forma a acompanhar o processo de expansão geográfica de seus principais clientes, fidelizando-os e compartilhando de seu crescimento.

As vendas de embalagens de papelão ondulado representaram aproximadamente 60% da receita líquida de vendas da Companhia em 2011, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira. Outros 29% da receita líquida de vendas de 2011 da Companhia foram provenientes da venda de papel para embalagens para nossos clientes que convertem o papel em sacos e sacolas destinados ao varejo brasileiro. Aproximadamente 88% da receita líquida de vendas de 2011 da Companhia se referiram a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados americano, do oriente médio e europeu.

O modelo de negócios da Companhia assegura baixa exposição à variação dos custos de matéria prima e alta eficiência operacional. A Companhia atua de forma integrada, com terras e florestas próprias, as quais proporcionam autossuficiência de madeira para produção de celulose de fibra longa. A celulose fabricada é consumida integralmente na produção de papel para embalagens que, por sua vez, é utilizado em grande parte para a fabricação de embalagem de papelão ondulado. Além disso, em 2011, aproximadamente 77% da demanda energética da Companhia foi suprida por autoprodução de energia. Contribuindo ainda mais à eficiência operacional da Companhia, as suas unidades industriais de embalagens de papelão ondulado estão estrategicamente localizadas próximas aos seus principais consumidores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

As atividades da Companhia incluem a produção de: (i) celulose de fibra longa, (ii) papel kraft; (iii) papéis reciclados; (iv) chapas e caixas de papelão ondulado, e (v) resinas. A Companhia possui capacidade anual de produção de cerca de 214.700 toneladas de papel e 162.000 toneladas de chapas e caixas de papelão ondulado. A Companhia fornece produtos de reconhecida qualidade para uma carteira de clientes composta por algumas das maiores empresas do país. Os investimentos em tecnologia da Companhia para a fabricação de papel para embalagens e embalagem papelão ondulado permite desenvolver produtos customizados e papéis de menores gramaturas, o que proporciona margens competitivas.

A Companhia possui aproximadamente 46.000 hectares de terras próprias e 3.600 hectares de terras arrendadas. A base florestal da Companhia é constituída por aproximadamente 26.100 hectares de florestas plantadas e 20.500 hectares de florestas nativas e áreas de preservação. A Companhia é proprietária de aproximadamente 29.800 hectares de terras localizadas no Estado de Santa Catarina, cujas florestas de *pinus* asseguram autossuficiência de madeira, e 16.300 hectares de terras no Estado do Rio Grande do Sul, cujas florestas são destinadas ao mercado de madeira e produzem a goma resina para a fábrica de resinas da Companhia. As florestas da Companhia em Santa Catarina estão localizadas a um raio médio de 20 km de sua fábrica de celulose e papel, cerca de 77% menor que a distância média de transporte floresta-fábrica no Brasil, que é de 88 km, segundo os dados mais recentes da BRACELPA de 2009, resultando em eficiência logística.

A Companhia acredita que sustentabilidade é sinônimo de competitividade. Na medida em que aperfeiçoa o uso dos recursos naturais, a Companhia diferencia seus produtos, minimizando os impactos ambientais do negócio, promovendo o desenvolvimento social e aumentando o retorno dos investidores. A Companhia acredita ser um dos líderes nacionais nos temas relacionados à sustentabilidade, tendo sido a primeira empresa do setor de papel e embalagem do País a emitir créditos de carbono em conformidade com o Protocolo de Kyoto, ainda no ano de 2005, segundo a ONU. As suas florestas de Santa Catarina possuem a certificação FSC - *Forest Stewardship Council*, bem como a fábrica de celulose e papel e as duas fábricas de embalagem papelão ondulado. Na última pesquisa bianual divulgada em 2010 pela FBDS e SustainAbility, o relatório de sustentabilidade da Companhia, elaborado de acordo com as normas do GRI, foi eleito o terceiro melhor relatório do país e foi a única empresa do setor a figurar entre a lista dos dez melhores relatórios desta pesquisa.

Visão Geral das Controladas:

A Companhia conta atualmente com as seguintes controladas:

(i) Irani Trading S.A.: é uma sociedade anônima de capital fechado que atua principalmente na administração de bens imóveis, atuando também na exportação e importação por conta própria ou de terceiros, bens, mercadorias, produtos e serviços.

(ii) Habitasul Florestal S.A.: é uma sociedade anônima de capital fechado que atua no cultivo de Pinus e a industrialização e comercialização de madeiras em geral, atuando exclusivamente no Rio Grande do Sul.

(iii) Meu Móvel de Madeira - Comércio de Móveis e Decorações Ltda: atua no comércio varejista de móveis e produto de decoração de interiores, revendendo produtos que adquire no mercado, atendendo a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio da *internet*.

(iv) HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda: Adquirida em 2009, atua na geração de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtora independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos. Encontra-se em fase pré-operacional.

(v) Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.: constituída em 2011, realiza a compra e venda de madeira para a Companhia e também para o mercado.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais:

a) produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia estão distribuídas em quatro principais segmentos: (i) Embalagem Papelão Ondulado; (ii) Papel para Embalagens; (iii) Florestal e Resinas; e (iv) Móveis.

Embalagem Papelão Ondulado

O segmento Embalagem de Papel Ondulado (P.O.) produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas. Os produtos de papelão ondulado da Companhia - caixas tipo maleta e com corte em vinco – passam por um rigoroso controle de qualidade. Os projetos são customizados para cada produto, garantindo um melhor desempenho produtivo e otimização da cadeia logística. As chapas de papelão ondulado são ofertadas em variada gama de composições. A Companhia possui duas unidades fabris para fabricação de embalagem papelão ondulado localizadas em Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina, e Indaiatuba, no Estado de São Paulo, regiões próximas aos seus principais clientes e aos principais mercados consumidores brasileiros. Ambas as fábricas também possuem a certificação FSC.

Papel para Embalagens

O segmento Papel para Embalagens tem por finalidade a produção de papéis *kraft* de baixa e alta gramaturas (de 30 a 200 g/m2) e de papéis reciclados, destinados ao mercado interno e externo, além de direcionar internamente parte da produção para o segmento Embalagem Papelão Ondulado. O processo produtivo utiliza fibra virgem não-branqueada e branqueada e disponibiliza papéis *kraft* pardos com opções de gramaturas em branco e em cores. A matéria prima para produção da celulose são florestas plantadas de pínus de propriedade da Companhia, e a matéria prima para produção de papéis reciclados são aparas de papel, coletadas e adquiridas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre os tipos de papéis que produz destacam-se as seguintes variedades com aplicações, utilidades e finalidades diferenciadas:

(1) Fine Kraft – É um papel de baixa gramatura que permite impressões de alta definição. Possui características físicas que permitem a retenção de calor, sendo excelente opção para embalagem de alimentos quentes. Dentre seus usuários finais destacam-se grandes redes de fast-food e padarias. O Fine Kraft também está disponível com acabamento listrado, resultando em produtos finais diferenciados.
(2) Flash Kraft – É um papel monolúcido forte e resistente. Seu lado monolúcido é liso e proporciona um ótimo resultado para impressões. É utilizado, principalmente, em sacolas de butiques, rótulos, embalagem de alimentos, envelopes, embrulhos em geral, papéis para presentes e fitas gomadas. O Flash Kraft também está disponível com resistência à umidade, podendo ser utilizado para embalagens especiais de frutas e legumes e ainda para transporte de papel em regiões úmidas.
(3) Flat Kraft – É um papel forte e resistente, alisado em ambas as faces, largamente utilizado para sacarias em geral. Também é utilizado com sucesso para envelopes, fabricação de lixas, e como base para laminação de materiais plásticos e outros.
(4) Flexi Kraft – É um papel extensível altamente resistente. Seu processo de fabricação lhe dá a extensibilidade necessária para que cumpra suas funções de embalagem utilizando gramatura mais baixa ou menor número de folhas. É adequado para ensacamento automatizado. Algumas sugestões de uso são: embalagem em geral, embalagem de materiais de construção, grãos, sementes, produtos químicos granulados e outros.
(5) Fancy Kraft – É um papel diferenciado por suas cores e versatilidade. O Fancy Kraft agrega requinte às embalagens, embrulhos, envelopes personalizados e aplicações escolares, dentre outros usos. É uma solução criativa para usos comuns como, por exemplo, embalagens diferenciadas para frutas e outros alimentos.
(6) Bag Kraft – É um papel reciclado com alta resistência física e que permite qualidade de impressão. Possui a certificação do FSC (*Forest Stewardship Council*) e atende o segmento de sacolas para lojas de varejo.
(7) Papéis Especiais – A Companhia está capacitada a produzir variações de suas linhas de papéis originais a partir de fibra longa. Para tanto, coloca seus técnicos à disposição dos clientes para desenvolvimento de papéis adequados às suas necessidades como, por exemplo, papéis de alta absorção (HDA) para impregnação de anti-corrosivo utilizado na embalagem de peças automotivas.
(8) Kraftliner, Testliner, Miolo e Reciclado para embalagens rígidas – São papéis produzidos com características e especificações próprias para produção de embalagens rígidas (caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas), destinada integralmente às fábricas de Embalagem em Vargem Bonita(SC) e Indaiatuba(SP).

Com aproximadamente 214.700 toneladas anuais de capacidade instalada, a unidade industrial de papel para embalagens da Companhia está localizada em Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina e atende os mercados nacional (49.600 toneladas, ou 25% da produção da Companhia em 2011) e internacional (22.400 toneladas, ou 12% da produção da Companhia em 2011), além de fornecer matéria-prima para a produção de embalagens de papelão ondulado (123.700 toneladas, ou 63% da produção em 2011).

A Companhia utiliza para produção de celulose as florestas plantadas no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Vargem Bonita, Irani, Ponte Serrada, Água Doce e Catanduvas, as quais possuem certificação FSC e estão situadas a

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

um raio médio de 20 km da fábrica de Vargem Bonita. Uma pequena parte da madeira, com diâmetro superior a 25 cm, é vendida no mercado local. A fim de atender ao suprimento de matéria prima, a Companhia adquire ainda aparas de papel (para produção de papel reciclado) e uma pequena quantidade celulose branqueada no mercado. A celulose de produção própria e a celulose branqueada adquirida são utilizadas para produção de papéis destinados a embalagens flexíveis (sacos e sacolas), sendo que as aparas de papel são utilizadas na fabricação de papéis para embalagens rígidas (chapas e caixas de papelão ondulado). Apenas papéis fabricados exclusivamente com celulose (fibra virgem) podem entrar em contato direto com alimentos. Essa parte da produção de papel é destinada ao mercado brasileiro de sacos de papel utilizados na indústria alimentícia.

Florestal RS e Resinas

O segmento Florestal RS e Resinas industrializa os produtos de sua base florestal no Rio Grande do Sul, buscando otimizar a exploração das florestas plantadas de *pinus*. A partir da resina natural, a unidade Resinas produz breu e terebintina para a confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, isolantes, explosivos, gomas de mascar, ceras, dentre outros, destinados principalmente ao mercado externo.

Florestas RS

A Companhia é um dos principais fornecedores de madeira no litoral do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal, Mostardas, Tavares e São José do Norte com base florestal de cerca de 8.400 hectares plantados em aproximadamente 16.300 hectares de terras. As florestas de Santa Catarina, como mencionado no segmento Papel para Embalagens, são utilizadas para produção de celulose e, por isso, não são consideradas como parte do segmento Florestas RS. As florestas da Companhia localizadas no Rio Grande do Sul, por estarem distantes a mais de 800 km da fábrica de celulose Santa Catarina, não são utilizadas para produção de celulose de fibra longa. O segmento de Florestas se refere basicamente à madeira vendida no mercado local no Estado do Rio Grande do Sul. A madeira vendida é utilizada pela indústria de fabricação de MDF e de industrialização da madeira.

Resinas

A unidade industrial de Resinas está localizada em Balneário Pinhal, Estado do Rio Grande do Sul, e produz breu e terebintina a partir da extração da resina natural das florestas de pínus da Companhia localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e, ainda, parte da resina é adquirida no mercado local. O breu e a terebintina são comercializados para produção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, esmaltes, desinfetantes, isolantes e perfumes. A produção de resina da Companhia é direcionada eminentemente à exportação e os principais mercados consumidores são: Holanda, França, Espanha, Chile, Canadá, Estados Unidos da América e Bélgica.

Móveis

O segmento Móveis é responsável pela comercialização de móveis sob encomenda para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela *internet*. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares. A Companhia adquire no mercado os produtos para venda pela *internet*.

b) receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada proveniente do segmento e sua participação na receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada do Emissor nos 3 últimos exercícios sociais e no trimestre findo em 31 de março de 2012

	2011		2010		2009		1T2012	
Segmento	Receita Líquida (R$ mil)	% da Receita Líquida	Receita Líquida (R$ mil)	% da Receita Líquida	Receita Líquida (R$ mil)	% da Receita Líquida	Receita Líquida (R$ mil)	% da Receita Líquida
Embalagem Papelão Ondulado	286.194	60%	270.325	62%	193.426	55%	67.539	58%
Papel para embalagem	168.352	35%	160.884	36%	140.075	40%	40.330	34%
Móveis	10.078	2%	6.411	1%	3.913	1%	2.735	2%
Florestal RS e Resinas	39.225	8%	31.778	7%	26.358	8%	9.378	8%
Corporativos/eliminações	(22.336)	-5%	(26.712)	-6%	(13.775)	-4%	(2.324)	-2%
Total	**481.513**	**100%**	**442.686**	**100%**	**349.997**	**100%**	**117.658**	**100%**

c) lucro líquido (prejuízo) consolidado resultante do segmento e sua participação no lucro líquido (prejuízo) consolidado do Emissor nos 3 últimos exercícios sociais e no trimestre findo em 31 de março de 2012

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que as funções de sua estrutura operacional são compartilhadas entre todos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades para cada um deles, além da concentração do caixa da Companhia em sua unidade corporativa, sem a segregação nas unidades de negócio.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços:

a) características do processo de produção

Segmento Embalagem Papelão Ondulado: A Companhia produz caixas de papelão ondulado – tipo maleta ou corte vinco – com rigoroso controle de qualidade e suporte técnico, utilizando matéria prima proveniente do seu segmento Papel para Embalagens. O processo de impressão é a flexografia, que emprega clichês de borracha ou fotopolímero e tintas líquidas à base de água. O sistema proporciona secagem rápida e alta resistência à fricção. As chapas de papelão ondulado da Companhia são ofertadas em variada gama de composições, e são reconhecidas pelo mercado por sua ótima resistência. Capas interna, intermediária, externa e miolo e seu excelente aproveitamento asseguram qualidade para o cliente.

Segmento Papel para Embalagens: Este segmento tem seu início no cultivo de florestas de pínus que servem de matéria prima para o processo de fabricação do papel de fibra longa virgem a partir da polpa de madeira e seguindo as seguintes etapas:

Estoque de cavacos**:** Madeiras de *pinus* e de *eucaliptus* são as matérias-primas mais comumente utilizadas para a fabricação de papel. A Companhia utiliza o *pínus* para a produção de celulose, por ser a maderia adequada para produção de papéis para embalagens (fibra longa). Após o corte, as toras são descascadas, dando origem aos cavacos que geram a celulose aos resíduos (casca e serragem) que são usados como combustível para produzir vapor e energia elétrica.

Fabricação da Polpa**:** A madeira é feita de fibras celulosas aderidas umas às outras por uma "cola", chamada lignina. Para converter madeira em polpa, estas fibras devem ser separadas pela remoção da lignina.

Processo Químico**:** Os cavacos, ou lascas de madeira, são misturados com substâncias químicas e cozidos sob alta pressão em imensos vasos, chamados digestores. A ação combinada das substâncias químicas e do calor dissolve a lignina e as separa das fibras. Papéis feitos de polpa química são muito resistentes, como é o caso do *kraft*, palavra de origem germânica que designa força.

Processo por Reciclagem**:** É o processo realizado a partir da reciclagem do papel já utilizado (aparas). Realizado com a desintegração das aparas em água dentro de pulpers (liquidificadores enormes). Elementos contaminantes como plástico, metal e polietileno são afastados da mistura. Quando necessário, faz-se a retirada de tinta da polpa pela ação combinada de água, substâncias químicas, calor e energia mecânica. A polpa reciclada é usada para fabricar papel miolo, test liner, capinha, utilizados na fabricação de papelão ondulado.

Formação da Folha**:** Quando a polpa chega à caixa de entrada da máquina de papel, contém mais de 99% de água. A mistura é lançada sob a forma de um jato fino e uniforme sobre uma tela móvel, a tela formadora. A ação filtrante da tela formadora, combinada com um sistema de vácuo, extrai a maior parte da água contida na polpa, formando assim, a folha de papel. A folha é prensada entre rolos para remover mais água. Na sequência, atravessa a seção de secagem, onde entra em contato com cilindros enormes que extraem a maior parte da água restante por meio da evaporação.

Acabamento**:** O acabamento é constituído pelas etapas de conversão em bobinas menores e finalizadas para uso nos processos subsequentes, sejam pelos clientes ou seja pelas fábricas da Companhia de embalagem de papelão ondulado.

Segmento Florestal RS e Resinas: Este segmento conta com as operações Florestais, que consiste no cultivo, colheita e comercialização de madeira de *pinus* de floretas plantadas no Rio Grande do Sul, e na Unidade Resinas que está localizada em Balneário Pinhal no Estado do Rio Grande do Sul e produz breu e terebintina, a partir da extração da resina natural de *pinus*. O processo de resinagem na Companhia é realizado de acordo com as melhores normas e práticas ambientais de manejo. As árvores selecionadas precisam ter aproximadamente 12 anos de idade e possuir no mínimo, 18 cm de diâmetro. A resinagem consiste na extração de goma resina em árvores vivas do gênero *pinus*. É considerada como uma forma de antecipar receitas de uma floresta implantada com outros objetivos, que não a produção da goma resina. Na Companhia, os produtos obtidos nesse processo são comercializados para confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, esmaltes, desinfetantes, isolantes e perfumes que atendem atualmente, na sua maioria, as demandas do mercado externo.

Segmento Móveis: Este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares. A Companhia adquire no mercado os produtos para venda pela *internet*.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b) características do processo de distribuição

A Companhia comercializa seus produtos por venda direta e também através de sua rede de representantes. A área comercial em São Paulo, seu maior mercado, controla as vendas e distribuição para o Brasil e exterior. A logística de distribuição é realizada através de empresas transportadoras terceirizadas.

O segmento Papel para Embalagens transfere aproximadamente 63% da sua produção para o segmento Embalagem Papelão Ondulado, do restante, cerca de 25% é comercializado no mercado interno e 12% no mercado externo, sendo os maiores mercados externos Argentina, Arábia Saudita, Paraguai, África do Sul, Peru, Chile e Alemanha. No mercado interno os principais mercados atendidos são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro.

O segmento Embalagem Papelão Ondulado atende o mercado interno, concentrando suas vendas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O Estado onde concentra o maior volume de vendas é São Paulo, seguido por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O segmento Florestal RS e Resinas atende principalmente o mercado externo. Os principais países atendidos por este segmento são Argentina, Estados Unidos da América, Holanda, Espanha, Portugal, França e Alemanha. O principal mercado interno atendido é o Rio Grande do Sul. Madeiras oriundas das florestas plantadas também têm como principal mercado interno atendido o Estado do Rio Grande do Sul.

O segmento Móveis atende o mercado nacional via vendas pela internet. Os principais mercados atendidos são São Paulo e Rio de Janeiro.

c) características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Visão geral do setor de florestas, papel e celulose e embalagem papelão ondulado

Processo Produtivo:

O setor de celulose e papel é formado por fábricas produtoras de celulose, integradas às que produzem e a transformam em papel e as fábricas não integradas às que produzem papel, mas adquirem a celulose ou as aparas de papel no mercado.

A celulose de madeira é a principal matéria-prima para fabricação do papel. A celulose é classificada de acordo (a) com o tipo de madeira ou fibra da qual é feita, (b) com a forma como a madeira ou fibra é processada e (c) se é ou não branqueada.

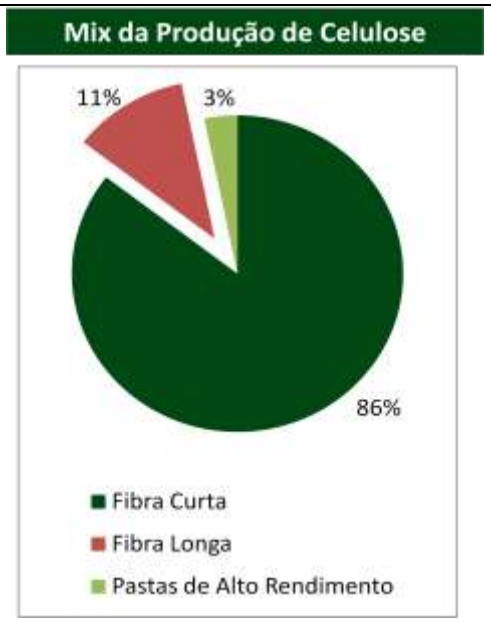
Pode-se produzir dois tipos de celulose de madeira: a de fibra curta e a de fibra longa.

O primeiro tipo de celulose é produzido com árvores de fibra curta, como o eucalipto, o álamo, a bétula e a acácia. A celulose feita com fibra mais curta é mais adequada para fabricar papéis de imprimir e escrever revestidos e não-revestidos, papel de seda e papelão de embalagem revestido, bem como para fabricação de papel sem pasta com boa capacidade de impressão, maciez, brilho e uniformidade.

Já a celulose fibra longa é produzida com árvores de madeira de fibras longas como o pinheiro, pínus e o abeto. A celulose produzida a partir dessas árvores tem fibras longas e geralmente é usada na fabricação de papéis que exijam durabilidade e resistência, utilizados principalmente na fabricação de embalagens (caixas, sacos, sacolas), tal como *kraftliner*, e aqueles que exijam alta opacidade, como papéis de imprensa e de catálogos.

Segundo dados da Bracelpa de 2010, o *mix* de produção de celulose no mercado brasileiro concentrou-se na fibra curta, com 86% da produção, enquanto que a fibra longa, foco de produção da Companhia, concentrou 11% da produção. O restante da produção abrange as pastas de alto rendimento, referindo-se às pastas produzidas com rendimento na transformação madeira/pasta superior a 85%, sujeitas a processo de branqueamento diverso.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Bracelpa (2010)

O processo de fabricação do papel fibra longa inicia-se a partir da polpa de madeira e segue as seguintes etapas:

- Estoque de cavacos: A madeira de pínus e eucaliptos são as matérias-primas mais comumente utilizadas para a fabricação de papel. Após o corte, as toras são descascadas, dando origem aos cavacos que geram a celulose e são usadas como combustível para produzir vapor e eletricidade.

- Fabricação da Polpa: A madeira é feita de fibras celulosas aderidas umas às outras por uma "cola", chamada lignina. Para converter madeira em polpa, estas fibras devem ser separadas pela remoção da lignina.

- Processo Mecânico: A polpa é obtida na prensagem dos troncos contra pedras de moer na presença de água. Frequentemente, o processo é finalizado na presença de vapor. O produto obtido é chamado de polpa termomecânica. A adição de reagente para a separação das fibras celulosas da lignina resulta em polpa termomecânica.

- Processo Químico: Os cavacos, ou lascas de madeira, são misturados com substâncias químicas e cozidos sob alta pressão em imensos vasos, chamados digestores. A ação combinada das substâncias químicas e do calor dissolve a lignina e as separa das fibras. Papéis feitos de polpa química são muito resistentes, como é o caso do *kraft*, palavra de origem germânica que designa força.

- Processo por Reciclagem: Realizado com a desintegração de aparas em água dentro de pulpers (liquidificadores enormes). Elementos contaminantes como plástico, metal e polietileno são afastados da mistura. Quando necessário, faz-se a retirada de tinta da polpa pela ação combinada de água, substâncias químicas, calor e energia mecânica. A polpa reciclada é usada para fabricar papel cartão, papel jornal e papéis usados na indústria e nos lares.

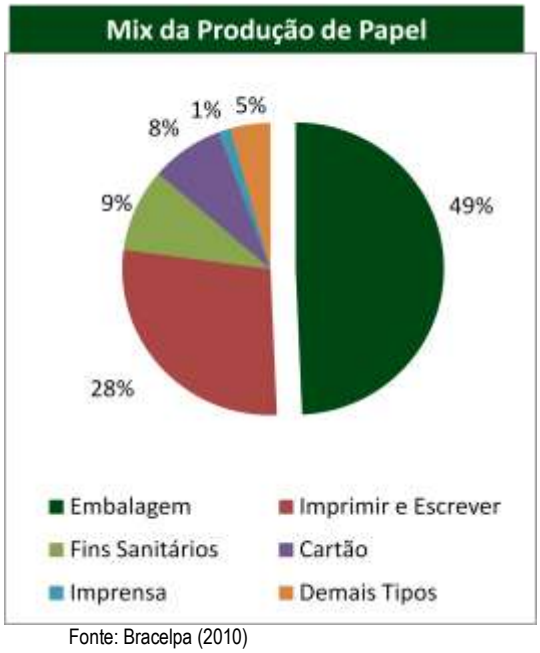
- Formação da Folha: Quando a polpa chega à caixa de entrada da máquina de papel, contém mais de 99% de água. A mistura é lançada sob a forma de um jato fino e uniforme sobre a tela móvel, a tela formadora. A ação filtrante da tela formadora, combinada com um sistema de vácuo, extrai a maior parte da água contida na polpa, formando assim, a folha de papel. A folha é prensada entre rolos para remover mais água. Na sequência, atravessa a seção de secagem, onde entra em contato com cilindros enormes que extraem a maior parte da água restante por meio da evaporação.

- Acabamento: O acabamento é constituído pelas etapas de conversão em folhas cortadas e embalagem de todos os produtos fabricados. O processo prescinde de modernos equipamentos para o corte, empacotamento e paletização – técnica mais utilizada para a movimentação e armazenagem de cargas ao longo das cadeias logísticas. Atualmente, na maioria das fábricas toda a produção é realizada automaticamente, sem contato manual.

Uma vez finalizado o processo produtivo, a destinação do papel divide-se em cinco principais segmentos, quais sejam: embalagem, imprimir e escrever, fins sanitários, cartão e imprensa. Destes segmentos, a produção de papel para

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

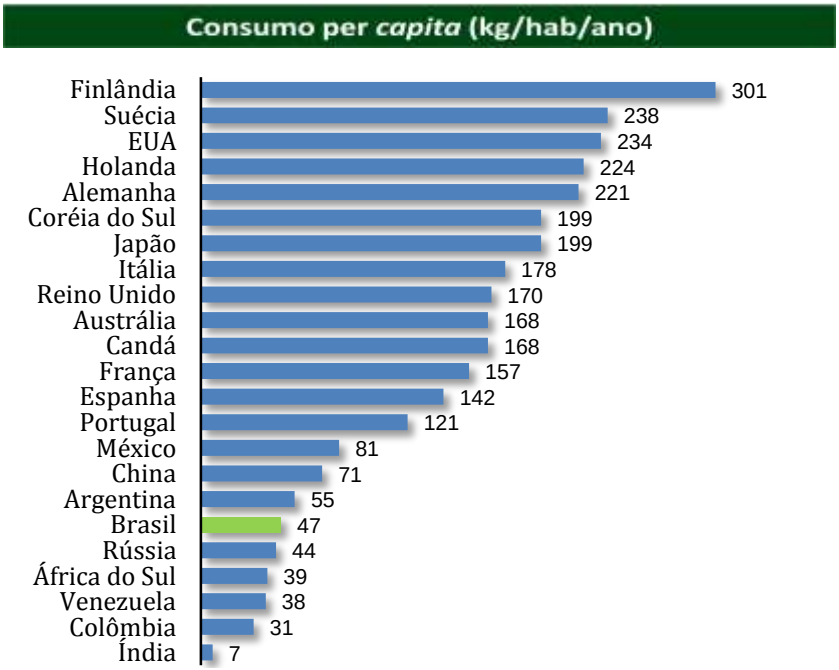
embalagens, foco de produção da Companhia, dominava o mercado com 49% de participação em 2010.



Fonte: Bracelpa (2010)

Mercado Brasileiro:

A Companhia acredita que o mercado brasileiro de celulose apresenta uma significativa oportunidade de crescimento, conforme evidenciado pelo consumo *per capita* brasileiro, que ainda se encontra em níveis muito inferiores ao de outros países, inclusive outras nações em desenvolvimento.



Fonte: Bracelpa, RISI, ABPO e IBGE.

Considerando a amostra de países supracitada, a média de consumo per capita é de 72kg/hab/ano, mostrando que o Brasil ainda se encontra consideravelmente abaixo da média. Como reflexo desse mercado subexplorado, aliado à melhora dos indicadores econômicos e sociais no país, é possível observar um crescimento constante no consumo de celulose nos últimos anos, considerando o consumo final das famílias.

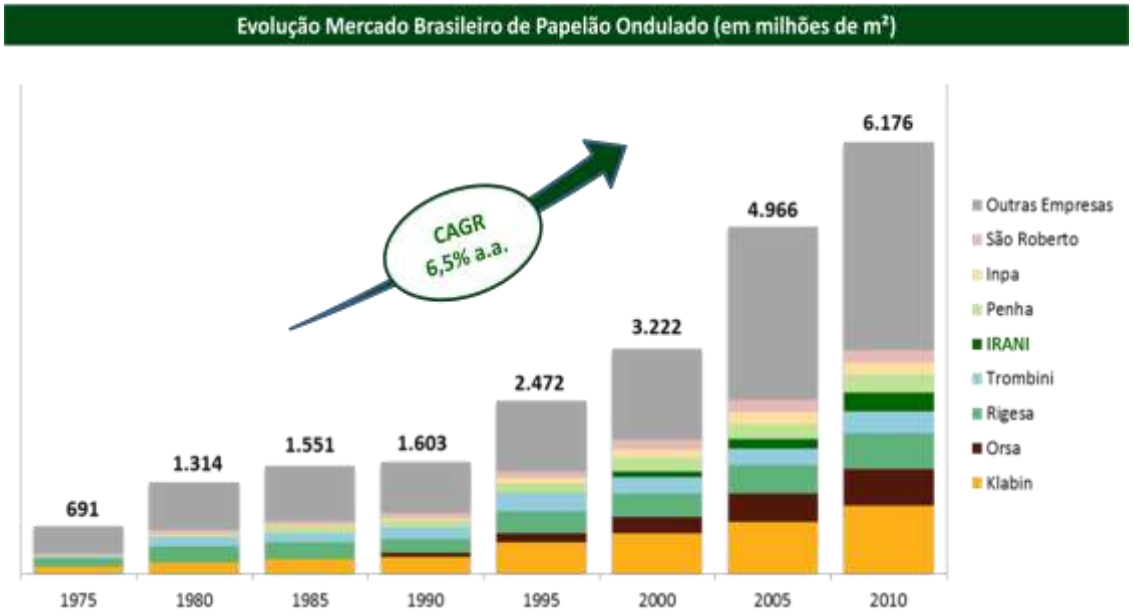
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: Bracelpa, RISI, ABPO e IBGE

i) Participação em cada um dos mercados

Segmento Embalagem Papelão Ondulado:

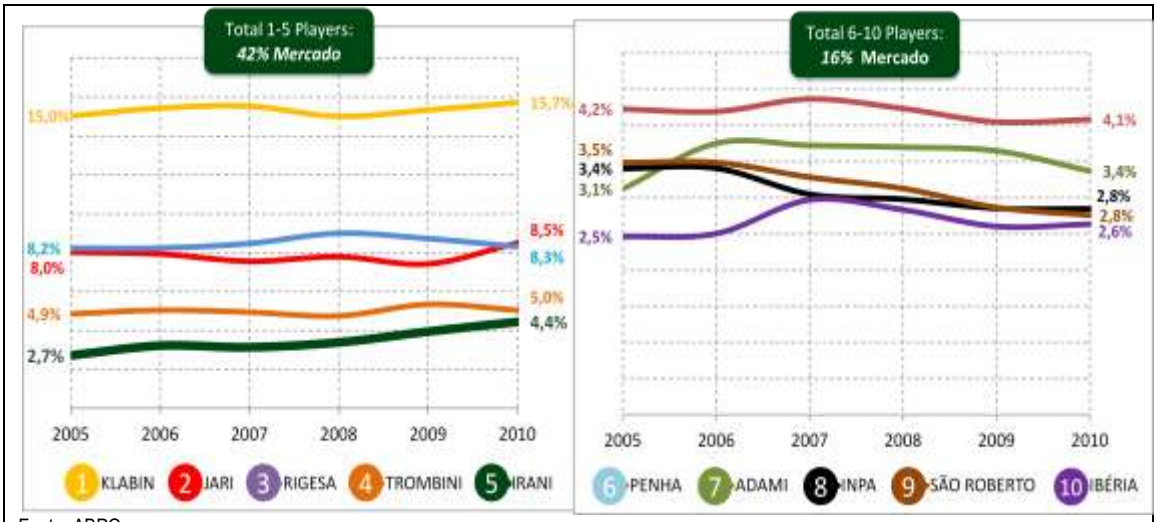
O mercado brasileiro de papelão ondulado cresceu em ritmo acelerado nas últimas décadas. Considerando o período de 1975 a 2010, o mercado brasileiro de papelão ondulado cresceu a um CAGR de 6,5% a.a., atingindo 6.176 milhões de m^2 em 2010, segundo dados da ABPO (Associação Brasileira de Papelão Ondulado). No segmento de papelão ondulado, os mercados atendidos pela Companhia de forma mais intensa são o alimentício, de fruticultura, cerâmico, *fast food*, laticínios e têxtil.



Fonte: ABPO

O mercado brasileiro de papelão ondulado ainda pode ser considerado relativamente fragmentado, com os cinco maiores participantes da indústria em 2010 representando 42% do mercado e os dez maiores participantes representando 58% do mercado. A Companhia tem aproveitado o crescimento de mercado brasileiro de papelão ondulado, passando da nona posição de mercado em 2005 para a quinta posição no mercado em 2010, em metros quadrados, segundo dados da ABPO.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: ABPO

Segundo informações prévias da ABPO, em 2011, a participação da Companhia no mercado nacional de papelão ondulado em metros quadrados (m²) foi de 4,38% e em toneladas foi de 3,85%. Abaixo é possível observar a evolução de mercado da Companhia segundo estas duas métricas de desempenho nos períodos indicados:

Papelão Ondulado (participação por m2)

ABPO - Mercado Brasileiro		Celulose Irani S.A.	
Ano	Expedição Mercado (mil m2)	Expedição IRANI (mil m2)	Participação da IRANI no mercado (%)
2011	6.236.790	273.165	4,38%
2010	6.176.327	274.637	4,45%
2009	5.502.744	217.339	3,95%
2008	5.404.889	167.308	3,10%
2007	5.322.239	163.850	3,08%
2006	5.077.632	135.325	2,67%

Fonte: ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado

Papelão Ondulado (participação por tonelada)

ABPO- Mercado Brasileiro					Celulose Irani S.A.	
Ano	Expedição (mil ton)	Importação (mil ton)	Exportação (mil ton)	Consumo (mil ton)	Produção IRANI (mil ton)	Participação da IRANI no Mercado (%)
2011	3.218	26	11	3.233	124	3,85%
2010	3.162	17	12	3.168	123	3,90%
2009	2.879	9	13	2.875	104	3,62%
2008	2.871	20	14	2.877	93	3,22%
2007	2.824	20	17	2.827	79	2,81%
2006	2.701	13	12	2.702	78	2,88%

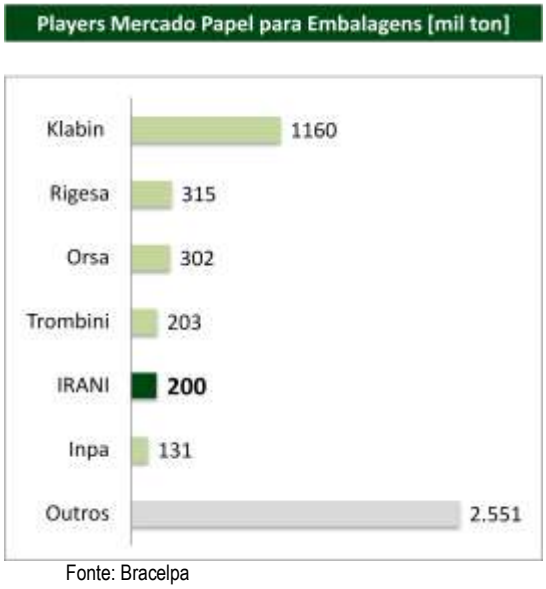
Fonte: ABPO - Associação Brasileira do Papelão Ondulado

Segmento Papel para Embalagens:

O mercado brasileiro de papel para embalagens em 2011 foi de 4.937 mil toneladas, segundo dados prévios da Bracelpa, enquanto que em 2010 este situou-se em 4.862 mil toneladas, segundo dados da mesma entidade. A produção da Companhia de papel para embalagens em 2010 foi de 200 mil toneladas, representando uma participação de mercado de 4,11%, situando-a na quinta colocação de mercado. Como no caso do papelão ondulado, o segmento de papel para embalagens também encontra-se relativamente fragmentado, com os cinco maiores competidores do

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

mercado concentrando apenas 44,84% do mercado em 2010.



Fonte: Bracelpa

Segundo dados prévios da Bracelpa, em 2011 a participação da Companhia na produção nacional de papel para embalagens atingiu 3,98%. Abaixo é possível observar a evolução de mercado da Companhia no período indicado, em milhares de toneladas:

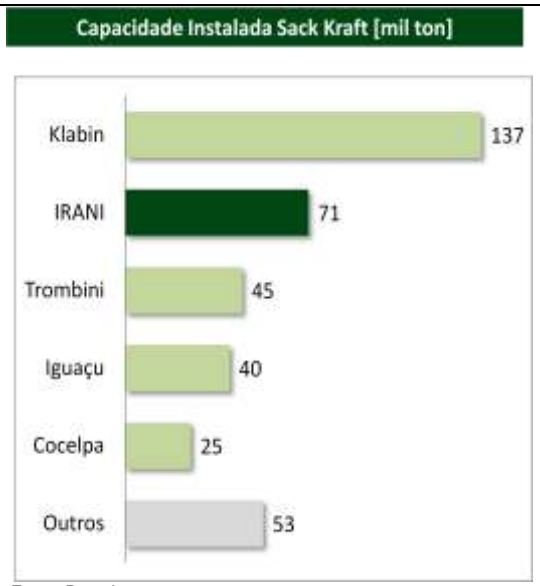
Papéis para Embalagem (participação por tonelada)

	Bracelpa - Mercado Brasileiro				Celulose Irani S.A.	
Ano	Produção (mil ton)	Importação (mil ton)	Exportação (mil ton)	Consumo (mil ton)	Produção IRANI (mil ton)	Participação da IRANI no Mercado (%)
2011	4.937	70	606	4.401	196	3,98%
2010	4.862	70	583	4.349	196	4,03%
2009	4.862	70	583	4.103	187	3,85%
2008	4.649	42	588	4.154	169	3,63%
2007	4.775	39	660	3.808	176	3,69%
2006	4.424	39	655	3.595	172	3,89%

Fonte: Bracelpa

No segmento de papel para embalagens, a Companhia se destaca na produção de papéis *kraft* para sacos do mercado brasileiro. A Companhia desenvolve papéis *kraft* especiais para usos específicos como: fabricação de sacos leves para rede de *fast food* e panificadoras, mascaramento de pintura, moldes de costura e plotter, fabricação de sacolas, sacos industriais, fitas gomadas e embrulhos e fabricação de envelopes. A Companhia possui atualmente capacidade instalada para produção de papel *kraft* de 71 mil toneladas, a segunda maior capacidade instalada no mercado brasileiro de acordo com a Bracelpa.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Bracelpa

Segmentos Florestal RS e Resinas: O breu e a terebintina são comercializados para produção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, esmaltes, desinfetantes, isolantes e perfumes. A produção é direcionada ao mercado externo. A madeira tem como principal mercado interno o Rio Grande do Sul. A participação da Companhia no mercado deste segmento não é relevante.

Segmento Móveis: O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares comercializados exclusivamente através da internet. A participação de mercado da Companhia neste segmento não é relevante.

ii) Condições de competição nos mercados

Segmento Embalagem Papel Ondulado:

Em 2011, a participação no mercado nacional do Segmento Embalagem Papel Ondulado em metros quadrados (m²) foi de 4,4%, segundo informações prévias da ABPO (Associação Brasileira de Papelão Ondulado). Estamos na 5° posição do mercado de papelão ondulado no Brasil.

Mercado nacional do Segmento Embalagem Papel Ondulado
participação de mercado (%)

	2010	2009	2008	2007	2006
Klabin	15,7	15,3	15,0	15,5	15,4
Jari	8,5	7,4	7,8	7,6	7,9
Rigesa	8,3	8,7	9,0	8,5	8,2
Trombini	5,0	5,4	4,8	5,0	5,1
Irani	**4,4**	**3,9**	**3,4**	**3,1**	**3,2**
Penha	4,1	4,0	4,2	4,4	4,2
Adami	3,4	3,6	3,7	3,7	3,8
Inpa	2,8	2,9	3,0	3,0	3,4
São Roberto	2,8	2,9	3,1	3,3	3,5
Ibéria	2,6	2,6	2,8	3,0	2,5

Fonte: ABPO 2010

Segmento Papel para Embalagens: Segundo dados de 2010 da BRACELPA – Associação Brasileira de Papel e Celulose, estamos posicionados como o oitavo maior produtor de papel no Brasil e o quinto maior fabricante de papéis para embalagens, conforme distribuição abaixo:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Produção de papel
maiores fabricantes (mil ton)

	2010	2009	2008	2007
Klabin	1.727	1.600	1.666	1.495
Suzano	1.125	1.081	1.113	1.087
International Paper	1.105	929	779	762
Rigesa	315	309	313	320
Fibria	305	366	325	421
Orsa	302	286	303	300
Trombini	203	186	183	179
IRANI	**200**	**190**	**169**	**176**
Santher	194	172	185	156
MD Papéis	156	152	174	133
Stora Enso	155	144	183	187
Norske Skog	153	155	177	179
Inpa	131	120	120	116

fonte: Relatório Bracelpa 2010

Produção de papel para embalagens
maiores fabricantes (mil ton)

	2010	2009
Klabin	1.160	1.071
Rigesa	315	309
Orsa	302	286
Trombini	203	186
IRANI	**200**	**190**
Inpa	131	120
Outros	2.551	2.487

fonte: Relatório Bracelpa 2010

d) eventual sazonalidade

Os mercados de embalagem papelão ondulado e de papel para embalagens tendem a ser melhores no segundo semestre de cada ano, pois como o foco de atuação da Companhia é o setor de varejo e alimentos brasileiro, e, estando estes setores ligados ao consumo, no segundo semestre a economia de forma geral apresenta níveis de crescimento superiores aos observados no primeiro semestre de cada ano. Eventos comerciais como Natal e outras comemorações de ano novo também contribuem significativamente para o aumento do consumo no segundo semestre.

e) principais insumos e matérias primas:

A Companhia é uma empresa de Papel e Embalagem integrada, com base florestal própria. A essência dos seus negócios é a otimização do uso da floresta plantada de *pinus* (fibra longa), através do seu multiuso, buscando agregar valor a todas as etapas do processo produtivo, bem como a cada produto de origem florestal: celulose, papel para embalagens, embalagem papelão ondulado, madeiras, resinas e biomassa para energia. Na essência dos negócios da Companhia está a utilização de recursos naturais. A Companhia utiliza como matéria-prima dos seus produtos a floresta de *pinus* plantada e as aparas de papel de reciclagem.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, um único cliente representava 12,0% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia, equivalente a R$ 57.749 mil. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum outro cliente.

No trimestre encerrado em 31 de março de 2012, um único cliente representava 10,7% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia, equivalente a R$ 12.630 mil.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

O segmento operacional Embalagem Papelão Ondulado é afetado pela receitas provenientes de um único cliente que representou 20,2% da receita líquida deste segmento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

No trimestre encerrado em 31 de março de 2012, um único cliente representou 18,7% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada do segmento Embalagem Papelão Ondulado. Nos demais segmentos operacionais não há concentração de vendas de percentuais acima de 10% para nenhum cliente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para condução de suas atividades, além das licenças comuns a qualquer empreendimento (habite-se, autorização do corpo de bombeiros competente, etc) e inscrições federais (CNPJ), estaduais e municipais, conforme o caso, a Companhia precisa de licenças ambientais e para autoprodução de energia elétrica.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 ("Lei nº 6.938/81"), determina que a instalação, construção, ampliação e operação de empreendimentos que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, estão condicionados ao prévio licenciamento do órgão ambiental competente. Ainda, as licenças emitidas necessitam de renovação periódica, a qual deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Dessa forma, o processo de licenciamento ambiental, regulado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 237, de 19 de dezembro de 1997 ("Resolução CONAMA nº 237/1997"), compreende um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente, quais sejam: (i) Licença Prévia ("LP"); (ii) Licença de Instalação ("LI"); e, (iii) Licença de Operação ("LO"). Ademais, impõe-se a emissão de licença ambiental quando é alterada ou ampliada alguma instalação do empreendimento.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 estabelece, ainda, que compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos ao seu território, bem como a imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Resta ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a competência para proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional, bem como aos órgãos ambientais municipais, o licenciamento de empreendimentos com impacto local.

A Companhia busca manter-se regularizada quanto ao licenciamento ambiental de seus empreendimentos. Atualmente, a Companhia necessita das seguintes autorizações governamentais para exercer suas atividades industriais: (i) licenças de Operação; (ii) outorga de uso de água, quando existir captação de rios e lençóis freáticos ou descarga de efluentes líquidos; (iii) Cadastro Técnico Federal ("CTF") do IBAMA; (iv) autorização para transporte e destinação de resíduos sólidos; (v) Certificado de Licença e Funcionamento emitido pela Polícia Federal para utilização de produtos químicos; (vi) Certificado de Registro emitido pelo Exército Brasileiro referente a produtos controlados pelo órgão; (vii) Autorização para Operação emitida pelo Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), referente a material radioativo; (viii) Documento de origem florestal, emitido pelo IBAMA; e (ix) licença de posse e uso de motoserra. As licenças são tratadas juntamente com cada órgão ambiental estadual e são renovadas de forma sistemática antes do término de sua validade.

A Companhia também necessita licenças ambientais para as atividades de cultivo, corte e venda de madeira e silvicultura em geral. Atualmente, a Companhia não possui tais licenças, embora já as tenha solicitado aos órgãos competentes e o processo esteja em curso. No curso dos negócios da Companhia uma relação bastante próxima tem sido mantida com os órgãos responsáveis por autorizações governamentais em geral, de forma a adaptar os negócios às exigências de tais órgãos sem qualquer prejuízo ao desempenho do plano de negócios. O histórico de relação da Companhia com os órgãos responsáveis pela emissão destes documentos é baseado em transparência e pró-atividade.

A construção de novas unidades industriais ou a ampliação das unidades existentes podem sofrer atraso devido à dificuldade ou à demora na obtenção das licenças necessárias, ou mesmo devido à dificuldade de atendimento às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento. A implantação de novos empreendimentos normalmente acarreta a execução de terraplanagens, assim como, em muitos casos, a supressão ou poda de vegetação. Essas atividades dependem da prévia autorização dos órgãos ambientais competentes. Como condições para emissão de tais autorizações, tais órgãos poderão exigir medidas compensatórias como, por exemplo, o plantio de novas árvores e até mesmo a aquisição de áreas de florestas com extensão no mínimo equivalente às áreas impactadas. Intervenções não autorizadas nessas áreas ou o corte ou poda de árvores protegidas caracterizam infração ambiental, sujeitando o responsável à responsabilização nas esferas civil, administrativa e criminal.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes para o exercício de atividades potencialmente poluidoras sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas que podem culminar em multas de R$500,00 a R$10.000 mil, bem como à responsabilidade pela reparação do dano ambiental na esfera civil. Contudo, cumpre destacar que a multa máxima apenas é imposta quando a conduta irregular enseja um grande risco ambiental, causando graves danos ao meio ambiente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Independentemente das multas, devem ser consideradas, ainda, penalidades de embargo, desativação e demolição, dentre outras. Ademais, vale ressaltar que, de acordo com o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, as penalidades acima mencionadas também são aplicáveis no caso de descumprimento das condicionantes previstas nas licenças ambientais.

Cadastro Técnico Federal

A Lei Federal nº 6.938/1981, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu como instrumento de promoção ao meio ambiente o CTF do IBAMA. Estão sujeitas ao registro no CTF as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora, tal como a atividade de papel e embalagem. De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981, a ausência de registro perante o CTF sujeita o empreendedor à penalidade de multa, cujo valor pode variar de R$ 900,00 a R$ 9.000,00, proporcionalmente ao tamanho do empreendedor. Ademais, a não apresentação dos Relatórios Anuais de Atividades junto ao IBAMA, conforme estabelecido pela Instrução Normativa do IBAMA nº 07/2011, sujeita o infrator à penalidade de multa de R$ 1.000,00 a R$ 100.000,00. A Companhia busca obter os registros junto ao IBAMA necessários para a condução das suas atividades.

Unidades de Conservação

No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental instalados a partir de julho de 2000, conforme Lei Federal nº 9.985, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidades de Conservação, por meio do pagamento de uma compensação ambiental, nos termos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação ("SNUC"). O montante de recursos a ser destinado para essa finalidade, no valor de até 0,5% dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, terá o percentual fixado pelo órgão ambiental competente, conforme o grau de impacto ambiental detectado no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente ("EIA/RIMA"). As diretrizes gerais relativas à metodologia de cálculo do valor de compensação ambiental foram regulamentadas pelo CONAMA e pelo Governo Federal por meio do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Ainda, conforme determina o Decreto Federal nº 6.514/2008, o descumprimento de medida compensatória, por meio da implantação e manutenção de uma área ambientalmente protegida, enseja, independentemente da aplicação de sanções penais, a aplicação de penalidades administrativas, tais como multa, de R$10.000,00 a R$1.000.000,00, embargo ou suspensão das atividades, dentre outras.

Áreas de Preservação Permanente

As Áreas de Preservação Permanente ("APPs") são áreas especialmente protegidas, em virtude da sua importância ambiental. De acordo com o Código Florestal Brasileiro, são consideradas APPs, dentre outras, a faixa marginal de corpos d'água, nascentes e topos de morro. A supressão de vegetação e/ou qualquer intervenção em área localizada em APPs dependerá de autorização prévia do órgão competente e será apenas admitida em casos de utilidade pública ou de interesse social, quando inexistir alternativa técnica e locacional do empreendimento. O desmate de florestas ou demais formações nativas, bem como a exploração de qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas em APPs, sem a correspondente autorização do órgão competente, configuram infração administrativa ambiental. Nos termos do Decreto nº 6.514/2008, aplica-se a penalidade de multa, cujo valor pode variar entre R$ 300,00 (trezentos reais) a R$ 500,00 (quinhentos reais), por hectare ou fração. A Companhia busca preservar as APPs existentes em seus empreendimentos.

Reserva Legal

Consoante o Código Florestal, 20% da vegetação de cada propriedade rural deve ser preservada, exceção feita para as áreas de floresta e cerrado situadas na Amazônia Legal, nas quais as áreas são, respectivamente, 80% e 35% de cada imóvel, deve ser destinada para conservação ambiental, constituindo a reserva legal. As APPs não devem ser computadas nesses percentuais, de acordo com as leis vigentes em 31 de março de 2012, a não ser em casos admitidos por lei e mediante anuência do órgão ambiental competente. Referida área deve ser averbada na matrícula do imóvel respectivo, sendo vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área. Consoante o Decreto n.º 6.514/2008, a partir de 11 de junho de 2012, a não averbação de reserva legal em propriedade rural sujeitará o infrator à penalidade de advertência e multa diária de R$50 a R$500,00 por hectare ou fração de área de reserva legal. Caso o proprietário ou possuidor de imóvel rural não atenda à exigência de manutenção da Reserva Legal, o Código Florestal estabelece alternativas, tais como: (i) recomposição através do plantio de espécies nativas, (ii) condução da regeneração natural da Reserva Legal ou (iii) compensação da Reserva Legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, pertencente ao mesmo ecossistema e localizada na mesma microbacia. A Companhia possui 7.642 hectares de reserva legal averbados no estado de Santa Catarina, equivalente a 25,6% da área total de terras da Companhia neste Estado. A averbação das áreas de reserva legal nas áreas de terras da Companhia no estado do Rio Grande do Sul encontra-se em andamento, tendo sido protocolados os pedido de averbação no Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP)/Secretaria do Meio

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ambiente do mesmo estado, órgão este responsável pela análise e liberação dos pedidos de averbação de reserva legal, em 13 de abril de 2012. Aguarda-se análise deste órgão para posterior averbação nas devidas matrículas dos imóveis.

Novo Código Florestal

O Congresso Nacional brasileiro aprovou o novo código florestal, que ainda aguarda sanção presidencial. Embora a Companhia entenda que não haverá qualquer impacto adverso relevante aos seus negócios e operações, como atualmente redigida, essa lei pode ser vetada pelo Presidente da República e voltar para discussão no Congresso, podendo sofrer novas alterações que eventualmente causem impactos à Companhia.

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente. Está incluída nessas atividades a captação de água de poços artesianos particulares. A captação ou o lançamento realizado sem outorga sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como advertência, embargo, interdição e multa, que pode variar de R$100,00 até R$10.000,00. Estão dispensadas da outorga as atividades cujo volume de água/efluente não seja significativo (uso doméstico, por exemplo) e as empresas cuja captação ou lançamento sejam efetuados diretamente por meio da rede pública. No estado de Santa Catarina, os órgãos que concedem outorga para o uso dos recursos hídricos são os Comitês de Bacia Hidrográfica. No caso da Companhia, será o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó/Irani, que foi recém formado, iniciando suas atividades neste ano e ainda não está concedendo as outorgas. No estado de São Paulo, quem concede outorga é o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). A Companhia protocolou a documentação aplicável em 13 de outubro de 2011 e até o momento a outorga ainda não foi concedida. No estado do Rio Grande do Sul está pendente o protocolo dos documentos para a concessão da outorga.

Patrimônio Histórico e Arqueológico

Em áreas com potencial de ocorrência de sítios arqueológicos e áreas de interesse histórico e cultural, é necessária, previamente à execução de obras, a realização de pesquisa autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN") e coordenada por arqueólogos devidamente registrados. A Companhia não possui empreendimentos com potencial de ocorrência de sítios arqueológicos ou de interesse histórico e cultural.

Resíduos Sólidos

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, delineada pela Lei Federal nº 12.305/2010, a disposição inadequada dos resíduos sólidos, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos, pode ser um fator de contaminação de solo e de águas subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. Ainda, a legislação ambiental brasileira regula a disposição adequada de resíduos, incluindo aqueles oriundos da construção civil. A violação das regras pode resultar em penalidades. Vide subitem "Responsabilidade Ambiental". A Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, alterada pela Resolução CONAMA nº 348, de 16 de agosto de 2004, estabelece critérios para a gestão dos resíduos da construção civil, de modo a minimizar os impactos ambientais. Tais normas prevêem expressamente a impossibilidade de destinação de tais resíduos a aterros domiciliares, áreas de "bota-fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e em outras áreas protegidas por lei sem que seja obtida a devida licença ambiental. Nos casos em que o licenciamento ambiental da atividade não seja exigível, um Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ("PGRCC") deverá ser apresentado juntamente com o projeto do empreendimento para análise pelo órgão competente do poder público municipal. A Companhia busca obter todas as licenças ambientais necessárias para a gestão dos resíduos da construção civil e apresenta o projeto de dos seus empreendimentos para análise do órgão competente, sendo que apenas apresenta os PGRCCs quando exigido.

Uso de Produtos Químicos Controlados

O uso de insumos químicos que possam ser destinados à elaboração de substâncias entorpecentes e à fabricação de explosivos está sujeito à obtenção de autorizações por parte da Polícia Federal e do Exército Brasileiro, respectivamente. Ainda, as Polícias Civis de alguns estados também regulam o controle de certos produtos. A ausência de tais autorizações pode ensejar as penalidades de apreensão dos produtos irregulares, suspensão da autorização e multa, cujo valor pode chegar a R$1.064.100,00 no caso de infração às disposições da Polícia Federal.

A utilização e armazenamento de forma inapropriada de produtos químicos pode ser fonte de passivos ambientais, bem como dar origem à contaminação de solo e água. Em 2006, a Companhia foi autuada pela Polícia Ambiental em razão do armazenamento irregular de produtos químicos e o respectivo Inquérito Penal encontra-se em curso. Ainda, em 2008, uma auditoria técnica identificou irregularidades quanto ao mesmo assunto na unidade faril de Vargem Bonita (SC).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo e/ou águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível. Em outras palavras, a responsabilidade por dano ambiental não se extingue por decurso de prazo. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.

Cada Estado membro possui uma Secretaria do Meio Ambiente ou Agência Ambiental. Os órgãos ambientais têm adotado posturas cada vez mais severas com relação ao gerenciamento de áreas contaminadas, inclusive com o estabelecimento de padrões ambientais orientadores para a qualidade do solo e águas subterrâneas. Destaca-se que, conforme a Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009, o Estado de São Paulo é aquele que tem exigências mais restritas nesta área, já dispondo de norma segundo a qual o responsável legal por um terreno, ou aqueles considerados solidariamente responsáveis (como exemplo, o superficiário, o detentor da posse efetiva e o beneficiário), ao detectar indícios ou suspeita de contaminação, deve comunicar o fato aos órgãos ambientais e de saúde, sob pena de multa de até R$50.000.000,00. Vale destacar que a penalidade máxima somente é imposta caso a contaminação acarrete grave dano ao meio ambiente.

Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal. Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar-lhe responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a (“Lei de Crimes Ambientais”), regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental. As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multa, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil ambiental é objetiva o que significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) do agente. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, ao responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei nº 6.938/81). Além disso, caso a atividade seja realizada por mais de um agente e não seja possível identificar a contribuição de cada agente para o dano ambiental constatado, os órgãos públicos e o Judiciário têm aplicado a teoria da responsabilidade solidária, segundo a qual um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base no art. 942 do Código Civil. Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, quanto a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nos seus empreendimentos, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação e a realização de terraplanagens, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados, caso os terceiros não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais. Por essa razão, considerando que poderão ser responsabilizados civilmente aqueles que concorrerem indiretamente para a ocorrência de eventual dano ambiental, é fundamental que haja uma gestão conjunta dos riscos inerentes a todos os envolvidos no desenvolvimento do projeto específico, bem como exijam e fiscalizem o cumprimento de uma política ambiental adequada de seus clientes, de modo a minimizar os riscos que possam surgir em virtude de uma eventual responsabilização solidária. Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento da doutrina a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Para que seja configurada a responsabilidade criminal da

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Companhia, é necessária que a infração seja cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. Cabe ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

Licenças para a autoprodução de energia

A Companhia possui as seguintes outorgas para a autoprodução de energia elétrica:

	Ato de Outorga	Renovação	Prazo
PCH Flor do Mato	Decreto 22.235 datado de 06.12.46	1ª Renovação: Decreto 76.898 datado de 23.12.1975	Vencido em: 14/10/2005 (em processo de renovação)
PCH São Luiz	Decreto 51.956/1963 – A datado de 26.04.1963	1ª Renovação: Portaria DNAEE nº. 924/93 datada de 24.08.1993	Vencimento: 28/06/2023
PCH Salto Cristo Rei	Portaria MME 1274 datada de 19.10.1988	-	Vencimento: 19/10/2018
Termoelétrica IRANI	Resolução autorizativa 19-datada de 27.01.2005	-	Vencimento: 27/01/2035

Todas as outorgas para a Companhia foram concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo prazo de 30 (trinta) anos, sendo que as outorgas para PCH Flor do Mato e para a PCH São Luiz foram prorrogadas, ambas pelo prazo de 30 (trinta) anos. O prazo da primeira prorrogação concedida à PCH Flor do Mato, expirou em 14 de outubro de 2005. Depois do vencimento do prazo da primeira prorrogação concedido para a Companhia, para a exploração das atividades de geração da PCH Flor do Mato, a Companhia apresentou à ANEEL, cerca de um mês antes do vencimento da outorga para PCH Flor do Mato, requerimento de segunda prorrogação da outorga para PCH Flor do Mato, pelo prazo de 20 anos, nos termos da legislação vigente acerca da matéria. A Companhia entende que não há nenhuma restrição ou limitação em operar a PCH Flor do Mato durante o processo de prorrogação.

O processo de prorrogação das concessões, de acordo com o que prevê a legislação e regulamentação a respeito, que se encontra atualmente em vigor, pressupõe as seguintes etapas: (i) solicitação da prorrogação, que deve ser feita pelo agente em até 36 (trinta e seis) meses antes do vencimento do prazo da outorga. Quando do pedido de prorrogação, o agente interessado deve comprovar a qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e a regularidade fiscal, nos termos da legislação em vigor; (ii) instrução técnica, pela ANEEL, do pedido de renovação e recomendação pela prorrogação ou não do prazo da concessão/autorização (deve ser votada pela Diretoria Colegiada); (iii) remissão da recomendação da ANEEL ao Ministério de Minas e Energia – MME; (iv) decisão, pelo MME, pela aprovação ou não do pedido de renovação.

O requerimento de prorrogação da PCH Flor do Mato foi encaminhado para a análise da Diretoria Colegiada da ANEEL, a quem caberá – após a instrução do pedido de prorrogação – encaminhar ao MME recomendação pela prorrogação ou não da outorga para PCH Flor do Mato. Devido ao grau de discricionariedade conferido ao MME para prorrogação das concessões e autorizações de geração de energia elétrica, e em vista das particularidades da outorga da PCH Flor do Mato, a Companhia não pode garantir que esta será renovada. Importa apontar, entretanto, que em janeiro de 2010, a Procuradoria Geral da ANEEL pronunciou-se pela possibilidade de prorrogação, desde que a ANEEL e o MME entendam que a prorrogação se adequará ao interesse público e desde que comprovada a inexistência de penalidades e a adimplência das obrigações setoriais por parte da Companhia.

Lei de Terras

A aquisição de terras rurais por estrangeiros e empresas brasileiras controladas por estrangeiros, ainda que autorizadas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a funcionar no Brasil, deverão observar as restrições e limites estabelecidos na legislação aplicável (Lei Federal nº 5.709/1971, seu Decreto regulamentador nº 74.965/1974, bem como na Lei Federal nº 8.629/1993, dentre outras aplicáveis à matéria). A maioria dos imóveis da Companhia encontra-se em áreas rurais, portanto enquanto vigerem tais leis e a Companhia mantiver a propriedade de tais imóveis rurais, o seu controle societário, direto e indireto, deverá ser detido por brasileiros.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Companhia tem uma política ambiental definida, comunicada e entendida por todas as partes interessadas, e tem plena consciência da importância em preservar o meio ambiente, exercer a responsabilidade social, praticar o desenvolvimento sustentável, utilizar tecnologias limpas e reduzir impactos ambientais. A política ambiental da Companhia está descrita no item 7.8 abaixo.

Em seu cotidiano, trata as questões ambientais, sociais, da qualidade e de segurança do trabalho, de forma integrada, buscando a sinergia, com ênfase no planejamento e na busca por resultados, mantendo altos níveis de competência, profissionalismo, transparência, responsabilidade e confiança.

A Companhia compromete-se a:

- Atender a legislação ambiental vigente no País e promover a atuação responsável corporativa em nível local, regional e global;
- Adotar em suas atividades, medidas e dispositivos de proteção ambiental tecnicamente comprovados e economicamente viáveis;
- Considerar a pesquisa e transferência tecnológica em todas as suas atividades;
- Manter um sistema de gestão ambiental que busque a melhoria contínua de suas atividades;
- Satisfazer clientes e acionistas da Companhia por meio da agregação de valor aos produtos e serviços da Companhia, decorrentes de práticas ambientalmente saudáveis e socialmente justas;
- Fomentar o uso sustentável em suas áreas florestais por meio de padrões nacionalmente consagrados e difundir esses conceitos para seus colaboradores; e
- Incluir critérios ambientais em seus contratos e atividades com fornecedores, prestadores de serviços, integrados e demais colaboradores.

Os custos incorridos para manter o sistema de gestão ambiental são aprovados pela diretoria anualmente a elaboração do orçamento anual.

A Companhia adota como padrão efetuar e manter um sistema de controle de emissões atmosféricas, qualidade do ar, emissão e remoção de gases de efeito estufa, consumo de água, geração de efluentes, geração de resíduos, educação ambiental e outras. As práticas são todas pautadas e orientadas pelas normas da série 14.000, em especial a ISO 14001 referente ao sistema de gestão ambiental e certificação FSC (*Forest Stewardship Council*) que garante que a madeira produzida ou utilizada pela empresa vem de uma floresta manejada de forma ecologicamente correta, socialmente justa e economicamente viável. A empresa tem dois projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo aprovados pela ONU e em uma iniciativa inédita no país, a Companhia foi a primeira empresa do Brasil a certificar o seu Inventário de gases de efeito estufa de acordo com a norma internacional ISO 14.064-1:2006.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas registradas de titularidade da Companhia: Irani, Meu Móvel de Madeira, Brastilo, Hardsystem, Hardtank, Hardbox, Hardcustom, Flashkraft, Finekraft, Flexikraft, Flatkraft, Fancykraft, Envelokraft, Bagkraft, Flypack, Flybox, Carbono Neutro por Natureza, irani.com.br.

Não temos patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Temos três registros de desenho industrial concedidos pelo INPI: Configuração Aplicada em Caixa de Papelão (data de depósito: 28/08/2001), Configuração Aplicada em Bandeja Descartável para Copos (data de depósito: 30/08/2001) e Configuração Aplicada em Suporte para Copos (data de depósito: 16/03/2004).

Em 2009 e 2010, realizamos depósitos de Modelos de Utilidade junto ao INPI, os quais aguardam exame técnico, denominados: Configuração Construtiva Em Embalagem Auto-Empilhável Para Alimentos (em 2009) e Disposição Introduzida em Embalagem De Papelão Ondulado Retornável Para Transporte (em 2010).

Em 2011, foram realizados os depósitos junto ao INPI de um Modelo de Utilidade denominado Embalagem de Papelão

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ondulado Antiviolação e também o Privilégio de Invenção denominado Palete Sustentável a Base de Resíduo, sendo que ambos aguardam exames técnicos junto ao INPI.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes no último exercício social:

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

As receitas líquidas de venda de bens e/ou serviços da Companhia provenientes dos clientes atribuídos ao país sede (Brasil) totalizaram R$ 424.611 mil e sua participação na receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia correspondeu a 88,2% no exercício de 2011.

No primeiro trimestre de 2012, as receitas líquidas de venda de bens e/ou serviços da Companhia provenientes dos clientes atribuídos ao país sede (Brasil) totalizaram R$ 102.150 mil, com participação na receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada de 86,8% no período.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor; e c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

As receitas líquidas de venda de bens e/ou serviços da Companhia proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros (mercado externo) totalizaram R$ 56.902 mil, representando 11,8% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia em 2011, e R$ 15.508 mil referente ao primeiro trimestre de 2012, o que representa 13,2% da receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia. A receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada está distribuída por diversos países, em 2011 e no primeiro trimestre de 2012, conforme segue:

Trimestre encerrado em 31.03.12 Consolidado

País	Rec. Líquida Exportação (em milhares de R$)	% na Receita Líquida Total
Argentina	3.164	2,7%
Holanda	2.578	2,2%
Arábia Saudita	2.254	1,9%
França	1.210	1,0%
Chile	1.039	0,9%
Venezuela	839	0,7%
Peru	799	0,7%
Paraguai	770	0,7%
Africa do Sul	447	0,4%
Espanha	426	0,4%
Noruega	390	0,3%
Bolívia	303	0,3%
Turquia	243	0,2%
Uruguai	204	0,2%
Colômbia	185	0,2%
Alemanha	180	0,2%
Estados Unidos	156	0,1%
Outros países	321	0,3%
	15.508	13,2%

Exercício social encerrado em 31.12.11 Consolidado

País	Rec. Líquida Exportação (em milhares de R$)	% na Receita Líquida Total
Holanda	13.799	2,9%
Arábia Saudita	9.486	2,0%
Argentina	9.270	1,9%
França	4.503	0,9%
Paraguai	3.426	0,7%
Chile	2.451	0,5%
Africa do Sul	2.223	0,5%
Peru	2.161	0,4%
Alemanha	1.715	0,4%
Bolívia	1.573	0,3%
Noruega	942	0,2%
Coreia	888	0,2%
Espanha	882	0,2%
Venezuela	717	0,1%
Estados Unidos	612	0,1%
Outros países	2.256	0,5%
	56.902	11,8%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A Companhia está sujeita à legislação de todos os países referidos no item 7.6, especificamente no que se refere à regulamentação de suas atividades comerciais, como, por exemplo, as normas locais de concorrência, societária e de mercado.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário:

Políticas Sócioambientais Adotadas pela Companhia:

Assumir a sustentabilidade nos negócios significa atuar de acordo com um modelo de gestão que busca equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. A Companhia assumiu esse desafio e adotou esse modelo porque quer ser mais competitiva e acredita que o equilíbrio e a sinergia entre esses pilares produzem resultados duradouros e admiráveis.

A Companhia emite anualmente e de forma voluntária, desde 2006, um Relatório de Sustentabilidade. Este é um documento através do qual, a empresa mede, informa e presta contas às partes interessadas sobre o desempenho organizacional. A transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais torna-se um componente fundamental nas relações com os *stakeholders* e com o mercado em geral. A metodologia adotada segue as diretrizes do GRI – *Global Reporting Initiative*, em sua versão G3. O Relatório de Sustentabilidade de 2010 alcançou o nível de aplicação A+ do GRI e está disponível nos sites da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como as edições anteriores. A Companhia pretende disponibilizar o Relatório de Sustentabilidade de 2011 até final de julho de 2012.

Gestão do Desempenho Ambiental

A Companhia identifica, analisa, desenvolve e investe em ações que permitem minimizar os impactos ambientais causados por suas atividades produtivas, procurando atuar sempre em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as melhores práticas.

Como destaques na área ambiental estão os projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) da usina de co-geração e do tratamento de efluentes e o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Estes projetos contribuem para minimizar o aquecimento global e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, viabilizando a comercialização de créditos de carbono.

Além de investir em tecnologias para preservar o meio ambiente, a Companhia, com o objetivo de conscientizar os colaboradores e moradores das cidades de entorno, apóia e incentiva projetos no âmbito de educação ambiental. Por meio desses projetos, a Companhia dissemina a cultura de preservação e conservação do meio ambiente e procura fortalecer o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável.

Indicadores de Desempenho Ambiental

As reduções de emissões de gases de efeito estufa na Companhia se concretizaram com o desenvolvimento de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) de pequena escala. Com o intuito de direcionar atividades com responsabilidade socioambiental a Companhia implantou a usina de co-geração, em 2005, e modernizou a estação de tratamento de efluentes, em 2008, projetos que permitiram a geração de créditos de carbono pelo Protocolo de Kyoto. A Companhia reconheceu em 2011 redução de custos com geração de créditos de carbono equivalente a R$ 2.500 mil, já líquidos das despesas de intermediação da venda desses créditos. No primeiro trimestre de 2012 foram reconhecidas reduções de custo no montante de R$ 353 mil líquidos.

MDL – Usina de Co-geração

O projeto da usina de co-geração, na unidade papel para embalagens, foi aprovado em 2006 e está registrado na Organização das Nações Unidas (ONU) como “Irani Biomass Electricity Generation Project”.

O projeto proporciona diminuir emissões de GEE (gases do efeito estufa), uma vez que os insumos usados para queima no processo são procedentes de resíduos de base florestal (biomassa), substituindo o uso de recursos naturais não renováveis. Entre 2005 e 2011, as reduções certificadas de emissões obtidas totalizaram 1.103.696 toneladas de CO2eq.

O primeiro período de 7 anos de validação deste projeto encerrou em setembro de 2011 e estamos em processo de revalidação do projeto junto à ONU em 2012.

MDL – Modernização da Estação de Tratamento de Efluentes

Da mesma forma, a modernização da estação de tratamento de efluentes, na unidade papel para embalagens, está registrada na ONU como “Irani Wastewater Methane Avoidance Project” e foi aprovado em 2008.

O projeto possibilita redução de emissões de GEE com a substituição da degradação anaeróbia (sem oxigênio) pela

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

degradação aeróbia (com oxigênio) da matéria orgânica. Entre 2007 e 2011 as reduções certificadas de emissões obtidas totalizaram 175.815 toneladas de CO2eq.

Em 2011, as ações direcionadas ao meio ambiente receberam investimentos totais de R$ 7.899 mil. A maior parte desse recurso, R$ 3.701 mil, foi aplicada na construção da subestação rebaixadora de energia de 138 KV para 23,1 KV, que tem por objetivo tornar a empresa consumidora de 100% de energia limpa.

Inventário de GEE (Gases de Efeito Estufa)

Anualmente a Companhia realiza a verificação do inventário de GEE através de organismo certificador. A auditoria é realizada de acordo com a NBR ISO 14064:2006. Durante os anos de 2006 a 2011 foi constatado que a Companhia é carbono positivo ou carbono neutro “por natureza”, ou seja, remove mais GEE da atmosfera do que emite.

A partir da verificação do Inventário por organismos externos, a Companhia objetiva obter uma declaração independente sobre a qualidade do inventário, para assegurar aos usuários do documento maior confiabilidade nos resultados de suas emissões. A remoção de carbono na Companhia ocorre em função do grande volume de florestas plantadas. Como benefício aos clientes da Companhia e à sociedade como um todo, para cada tonelada de papel produzido foram sequestradas em 2011 3,5 toneladas de CO2eq.

O inventário de emissões de gases de efeito estufa, além de orientar ações de redução de impactos ambientais, procura identificar oportunidades de novos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), aumenta a transparência em sustentabilidade ambiental da Companhia; fortalece a confiança dos investidores; auxilia na identificação de riscos e facilita o plano de gestão ambiental da Companhia. Com o inventário de emissões de gases de efeito estufa, a Companhia se tornou a primeira empresa brasileira a obter o certificado pela norma internacional ISO 14.064 (2006) relacionada à quantificação e à verificação de GEE.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras Informações relevantes:

Vantagens Competitivas

Operações integradas que resultam em custos de produção mais baixos e menos voláteis

As operações da Companhia são integradas verticalmente, gerando custos de produção mais baixos e menor exposição à variação dos custos de matéria prima. A Companhia controla todas as etapas da cadeia produtiva, desde a gestão das florestas, passando pelo beneficiamento da celulose e fabricação de papel, até a produção da embalagem papelão ondulado. A Companhia tem a sua disposição grande quantidade de terras, o que nos propicia uma robusta base florestal e autossuficiência quanto ao fornecimento de madeira. A Companhia entende que as empresas que possuem base florestal e produção de celulose próprias possuem vantagens competitivas de médio e longo prazo, tanto para garantir a qualidade de seus produtos quanto para reduzir a volatilidade dos resultados devido a variações dos preços das aparas. Além disso, a Companhia conta com alto índice de geração própria de energia, reduzindo seus custos de produção e riscos operacionais.

Localização estratégica das florestas e unidades produtivas da Companhia

A localização estratégica de florestas e unidades de produção da Companhia a proporciona custos de transporte mais baixos. A distância média das florestas da Companhia até sua unidade industrial de produção de celulose e papel é de cerca de 20 km, 77% inferior que média no Brasil, segundo dados da Bracelpa, resultando em eficiências logísticas. Além disso, as unidades de produção de embalagem de papelão ondulado estão localizadas próximas aos principais clientes da Companhia. Isso oferece vantagem competitiva na venda de produtos, uma vez que os clientes da Companhia são, em grande maioria, empresas da indústria de alimentos, que demandam agilidade na entrega das embalagens, uma vez que lidam com produtos perecíveis.

Excelência no manejo florestal

A Companhia opera com excelência no manejo de florestas para a produção de celulose, conforme evidenciado pela certificação FSC. A Companhia investe na gestão florestal, inclusive na pesquisa e desenvolvimento de sementes e mudas e técnicas de plantio. Como resultado, as florestas de pinus possuem uma das melhores taxas de crescimento do País. Em 2010, a taxa de crescimento das florestas da Companhia destinadas à produção de celulose de fibra longa (*pinus*) foi de 40 m^3/hectare por ano, enquanto que a taxa média de crescimento das florestas foi de 37 m^3/hectare por ano no Brasil, 5 m^3/hectare por ano nos principais países produtores do hemisfério norte e 18 m^3/hectare por ano nos países produtores do hemisfério sul, de acordo com a ABRAF, em seu relatório de 2010.

Instalações produtivas modernas

As unidades industriais da Companhia, têm tecnologias e processos de produção modernos, especialmente em decorrência de investimentos realizados nos anos de 2007 e 2008. A tecnologia e os processos de produção avançados utilizados nas unidades industriais da Companhia permitem utilizar um menor volume de matérias primas, principalmente aparas de papel, o que reduz custos de produção. As chapas e caixas de papelão ondulado produzidas possuem gramatura menor que a dos concorrentes da Companhia, o que confere vantagem competitiva uma vez que a sua compra é tipicamente feita por quantidades unitárias, e não toneladas.

Base de clientes sólida e diversificada

A Companhia tem relacionamentos de longo prazo com uma base bem diversificada e fiel de clientes, alguns dos quais são clientes da Companhia há mais de 30 anos. Com a produção de embalagem papelão ondulado, atende-se principalmente a clientes no setor de alimentos, de fruticultura, cerâmico, *fast-food*, laticínios, agroindustrial, têxtil e convertedores de papel, dentre outros. Os clientes da Companhia são, em sua maioria, grandes empresas tais como Brasil Foods, Habib's, McDonald's, Kellog's, JBS - Friboi, Nestle, Arcor, Seara, Nissin, Bauducco, Aurora Alimentos, Cartrom Embalagens, Antilhas Embalagens, Schneider, Imballagio, Cyklop e 3M. A Companhia trabalha para desenvolver novas soluções de embalagem que satisfaçam as necessidades de negócio de cada cliente. Isso permite estar ao lado dos clientes, juntando-se a eles na superação dos seus desafios, fidelizando-os, diferenciando os produtos e serviços da Companhia e, com isso, aumentando sua proposta de valor.

Inovação e qualidade de produtos da Companhia

A Companhia possui um intenso programa de inovação e qualidade de produtos, processos e serviços, que possibilita a criação de valor diferenciado para seus clientes e maior valor agregado aos seus produtos. A Companhia desenvolve não apenas produtos padronizados, como também embalagens de papelão ondulado customizadas e papéis de gramaturas diversas, o que permite melhor atender às especificações técnicas e de qualidade de seus clientes. Além disso, como a legislação nacional determina que apenas papéis fabricados exclusivamente com celulose (fibra virgem) podem entrar em

7.9 - Outras informações relevantes

contato direto com alimentos, essa parte da produção customizada e de alta qualidade da Companhia é voltada para a indústria alimentícia.

Administração experiente e comprometida

A administração da Companhia é profissionalizada e possui executivos extremamente capacitados, dedicados e com experiência nos segmentos em que atua. A grande parte dos administradores da Companhia está na empresa há mais de dez anos, período no qual desenvolveram e sistematizaram suas atividades e negócios que, em conjunto com visão de longo prazo e percepção para captar novas oportunidades, acredita-se ter colocado a Companhia em posição diferenciada em relação aos seus concorrentes.

Estratégias da Companhia

Implementar o Plano de Expansão

O Plano de Expansão consiste na ampliação da produção de celulose, na aquisição de uma nova máquina de papel e na construção de duas fábricas de embalagens, dentre outras melhorias incrementais da produtividade da Companhia ("Plano de Expansão"). A Companhia acredita que a ampliação de sua capacidade produtiva permitirá melhor aproveitar a demanda relacionada ao potencial de crescimento do setor de embalagens nacional, em especial para o atendimento do setor de consumo e alimentos, cuja tendência é expandir com o aquecimento da economia nacional.

Assegurar e aumentar participação da Companhia no mercado de embalagens no Brasil

A Companhia acredita que o setor de embalagens de papelão ondulado e de papel brasileiro possui forte potencial de crescimento. Pretende-se assim utilizar as vantagens competitivas da Companhia para aumentar a sua participação no mercado local. A estratégia da Companhia passa: (i) pelo desenvolvimento de produtos com maior valor agregado e/ou menor custo (como, por exemplo, papéis de mais baixa gramatura); (ii) pelo aumento das vendas em clientes atuais, acompanhando a expansão deles; (iii) por expandir atividades para outras regiões, explorando o potencial de crescimento destes mercados e acompanhando o crescimento do mercado geográfico de clientes da Companhia; e, (iv) pela conquista de mercados atendidos por produtores menos eficientes ou informais.

Manter a integração vertical e alto nível de eficiência operacional

A Companhia pretende manter a integração vertical do seu negócio, com o controle de todas as etapas de sua cadeia produtiva (da floresta até a produção de papel para embalagens e embalagem papelão ondulado), com uma combinação equilibrada de suprimento de matéria prima entre celulose (fibra virgem) e aparas (fibra reciclada) de aproximadamente 50% de cada fonte, conforme condições de mercado. Pretende-se ainda manter um alto nível de eficiência operacional e com isso diminuir custos e obter economias de escala. Para os próximos anos, busca-se ampliar o nível de automação das fábricas e incorporar novas tecnologias de forma a aumentar a produtividade.

Manter a disciplina financeira

O saldo da dívida bruta da Companhia consolidada em 31 de março de 2012 era de R$374.543 mil, dos quais R$119.379 mil (31,9%) representavam dívidas de curto prazo e R$255.164 mil (68,1%) dívidas de longo prazo. A Companhia está trabalhando para reduzir os custos de dívida e melhorar ainda mais o seu perfil, a fim de alongar o prazo de vencimento de endividamento e reduzir o seu custo.

Aquisições estratégicas

A Companhia pretende avaliar eventuais oportunidades de aquisições estratégicas de empresas, caso identifique-se oportunidades que apresentem taxas de retorno vantajosas ou possibilidade de atuação em regiões e nichos de mercado compatíveis com a estratégia de negócios da Companhia. Tendo em vista o alto nível de pulverização do setor de embalagens, a Companhia pode tornar-se potencial consolidadora a partir do seu crescimento sustentável e obtenção de ganhos de escala.

Indicadores de Desempenho Social

Desenvolvimento Humano

A Companhia encerrou o ano de 2011 com um quadro efetivo de 1.722 empregados, já em 31 de março de 2012 são 1.757 empregados. Comprometida com a melhoria do clima organizacional interno, a Companhia investe em capacitação de seus empregados, benefícios, saúde, segurança e qualidade de vida, além de priorizar a comunicação direta entre

7.9 - Outras informações relevantes

lideranças e equipes, visando sempre a gestão participativa e valorizando a diversidade dos seus colaboradores.

Em 2011 foram investidos R$ 10.490 mil em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde, R$ 1.787 mil em capacitação e aprimoramento pessoal e R$ 3.197 mil no programa de participação nos resultados – PPR. No primeiro trimestre de 2012 foram investidos em benefícios de alimentação, transporte, seguro de vida e plano de saúde o montante de R$ 2.646 mil, R$ 437 mil em capacitação e aprimoramento pessoal e R$ 1.710 mil no programa de participação nos resultados – PPR.

A Companhia mantém cinco programas estruturais de desenvolvimento de pessoas, alinhados com sua missão e visão: Programa Cresce, Programa Motiva, Programa Supera, Programa Gera e Programa Cuida. O Programa Cresce, que engloba um conjunto de capacitações e treinamentos, busca desenvolver as pessoas nas competências organizacionais e individuais. O Programa Motiva busca promover a gestão do clima organizacional, estabelecendo um ambiente de trabalho harmônico, motivador e desafiador. O Programa Supera busca avaliar o desempenho de cada um dos empregados da Companhia e atribuir uma remuneração variável em função da performance de cada um. O Programa Gera cujo objetivo é assegurar que todas as pessoas contratadas estejam adequadas e integradas à cultura organizacional; que possam ser acompanhadas em seu desenvolvimento e, que ao fim do vínculo profissional, a evidência de crescimento de ambos seja individuais. E, por fim, o Programa Cuida que tem como objetivo aprimorar a cultura existente, estimulando mudanças comportamentais em relação aos temas de saúde e segurança e melhorar as condições físicas do ambiente de trabalho, tornando-os mais seguros. Com estes programas a administração da Companhia entende que está zelando pela produção e fortalecimento do capital humano, indispensável à concretização dos seus planos.

Sociedade

Como parte de suas ações em benefício da sociedade, a Companhia incentiva e patrocina projetos educacionais, culturais e esportivos visando sempre a continuidade das ações e o auto-desenvolvimento dos públicos. Dentre os projetos desenvolvidos destacam-se a parceria com a *Junior Achievement* nas unidades de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul que estimula o voluntariado empresarial e a disseminação de temas relacionados à sustentabilidade e empreendedorismo; Programa Sesi Atleta do Futuro, em parceria com o Sesi/SC e as Prefeituras Municipais de Vargem Bonita (SC), Irani (SC) e Ponte Serrada (SC); Projeto Broto do Galho em parceria com o Sebrae/SC e novamente a Prefeitura de Vargem Bonita (SC); e o Projeto Protetor Ambiental, desenvolvido em parceria com esta mesma Prefeitura, Polícia Militar Ambiental de Concórdia (SC) e Escola de Educação Básica Galeazzo Paganelli. Para estes projetos, outras doações e patrocínios sociais foram destinados um total de R$ 313 mil em 2011. No primeiro trimestre de 2012 já foram destinados R$ 34 mil para esses projetos.

7.9. Outras informações relevantes:

Seguros

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens. Em 31 de março de 2012, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral. Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. a) Controladores diretos e indiretos

Na data deste Formulário de Referência, a Irani Participações S.A., Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Companhia Comercial de Imóveis e Companhia Habitasul de Participações são acionistas controladoras diretas da Companhia.

A tabela abaixo mostra os acionistas detentores de mais de 5% do capital votante da Companhia (considerando as ações já desdobradas)(1):

Acionistas Diretos	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Quantidade de ações Ordinárias	Participação ON %	Quantidade de ações Preferenciais	Participação PN %	Quantidade de ações Total	Participação Total %
Irani Participações S.A.	**Brasileira**	**86.861.515/0001-00**	**83.931.260**	**56,22%**	**5.375.080**	**41,96%**	**89.306.340**	**55,10%**
Habitasul Desenvolv. Imobiliários S.A.	**Brasileira**	**03.078.261/0001-12**	**25.442.780**	**17,04%**	**2.000.300**	**15,61%**	**27.443.080**	**16,93%**
Companhia Comercial de Imóveis	**Brasileira**	**92.752.377/0001-15**	**4.597.773**	**3,08%**	**-**	**-**	**4.597.773**	**2,84%**
Companhia Habitasul de Participações	**Brasileira**	**87.762.563/0001-03**	**19.888.540**	**13,32%**	**1.188.560**	**9,28%**	**21.077.100**	**13,00%**
Ações em tesouraria			**1.338.040**	**0,90%**	**2.626.100**	**20,50%**	**3.964.140**	**2,45%**
Outros acionistas			**14.081.347**	**9,43%**	**1.620.220**	**12,65%**	**15.701.567**	**9,69%**
Total			**149.279.740**	**100%**	**12.810.260**	**100%**	**162.090.000**	**100%**

(1) Em 19 de abril de 2012, foi aprovado o desdobramento das ações ON e PN da Companhia na proporção 1:20. Para mais informações, checar o item 3.3 deste Formulário de Referência.

Obs: Estão contempladas na tabela acima as alterações em participação acionária relevante conforme divulgado no Comunicado ao Mercado de 02.04.2013, onde a controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis, alienou a totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia que detinha, representativas de 9,21% do total de ações preferenciais. A controladora direta, Irani Participações S.A., adquiriu 1.180.240 ações preferenciais, elevando sua participação de 32,75% para 41,96% do total de ações preferenciais de emissão da Companhia.

Os quadros societários da Irani Participações S.A., Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A., Companhia Comercial de Imóveis e Companhia Habitasul de Participações encontram-se no item 15.1 deste Formulário de Referência.

b) Controladas e coligadas

A Companhia detém participações em diversas sociedades controladas, conforme a tabela abaixo:

		Participação do Emissor em sociedade do grupo			
Denominação Social	Sociedade	31.03.2012	2011	2010	2009
Irani Trading S.A.	**controlada**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Habitasul Florestal S.A.	**controlada**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	**controlada**	**99,93%**	**99,93%**	**99,93%**	**99,77%**
HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda	**controlada**	**99,98%**	**99,98%**	**99,98%**	**99,98%**
Brastilo, Inc.(1)	**controlada**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	**controlada**	**99,99%**	**99,99%**	**-**	**-**

(1) Empresa não operacional.

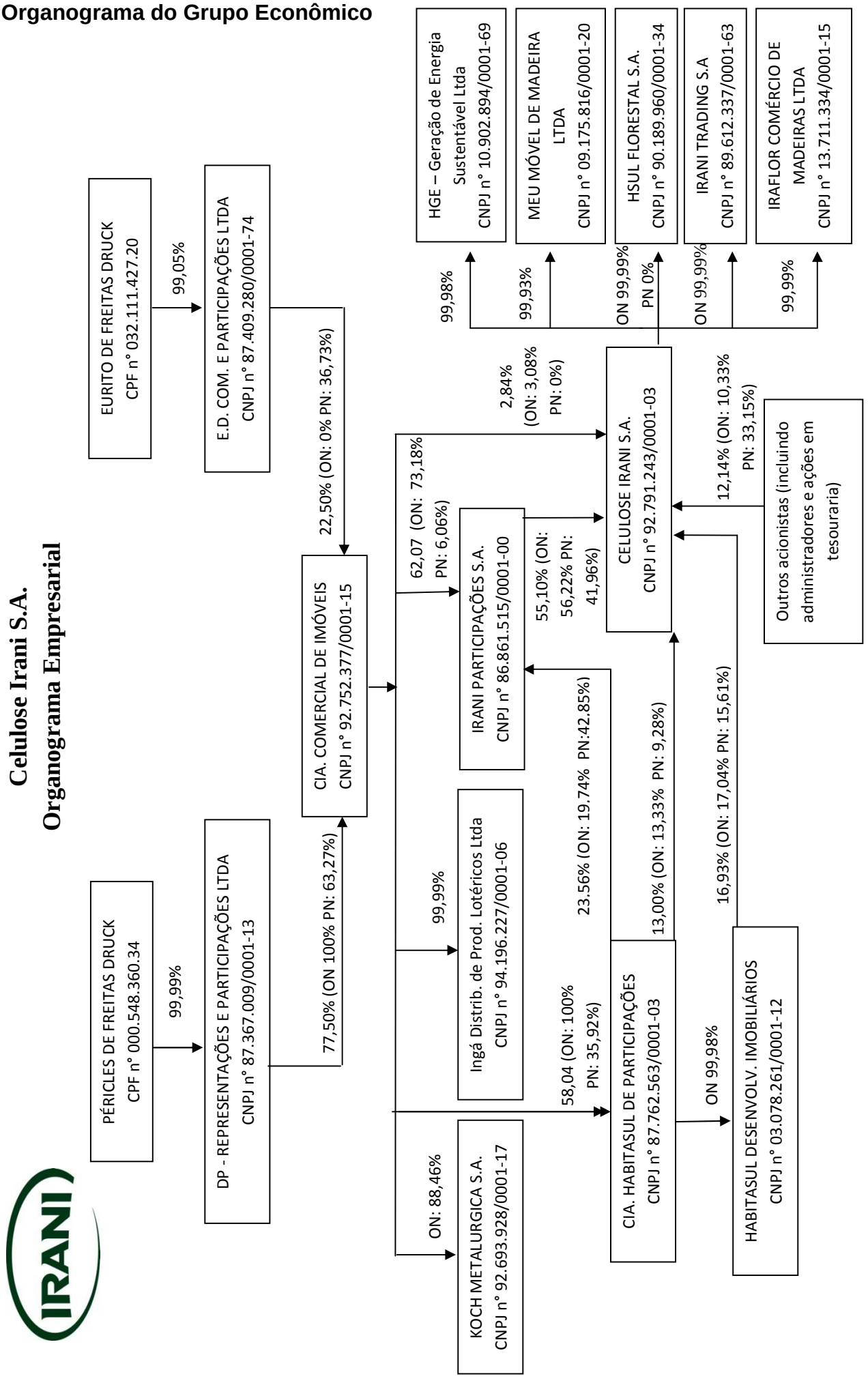
c) participações da Companhia em sociedades do grupo
Não há outras participações da Companhia em sociedades do grupo além daquelas já descritas.

d) participações de sociedades do grupo na Companhia
Não há participações de sociedades do grupo na Companhia além das descritas no item 8.1 a.

e) sociedades sob controle comum
As Sociedades sob controle comum são: (i) Koch Metalúrgica S.A.; (ii) Companhia Habitasul de Participações; e (iii) Ingá Distribuidora de Produtos Lotéricos Ltda.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico:



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações a respeito de operações de reestruturação, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário e aquisições e alienações de ativos importantes nos 3 últimos exercícios sociais e em 31 de março de 2012, favor consultar o item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 19 de abril de 2012, foram realizadas Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas e Assembleia Geral de Acionistas Preferencialistas, nas quais foram aprovadas e ratificadas, conforme o caso, as seguintes propostas relevantes, entre outras: (1) alterar as vantagens antes atribuídas às ações preferenciais da Companhia para que tenham as seguintes características: (i) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia; (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas às ações integrantes do bloco de controle da Companhia; e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias; (2) desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, de modo que cada ação ordinária seja desdobrada em 20 ações ordinárias e cada ação preferencial seja desdobrada em 20 ações preferenciais de emissão da Companhia; e (3) outorga aos acionistas da Companhia do direito de conversão facultativa e definitiva, objetivando a formação de *units* (i) de ações ordinárias em ações preferenciais, sendo que a cada lote de cinco ações ordinárias, quatro ações ordinárias poderão ser convertidas em quatro ações preferenciais; e (ii) de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, sendo que a cada lote de cinco ações preferenciais, uma poderá ser convertida em uma ação ordinária, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer o prazo e demais condições para a conversão.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia: (no último exercício social)

Em 31 de março de 2012, a Companhia operava com 4 unidades fabris e possuía escritórios em São Paulo (SP), Joaçaba (SC) e matriz em Porto Alegre (RS).

A Companhia possui aproximadamente 46.100 hectares de terras próprias. A base florestal da Companhia é constituída por aproximadamente 26.100 hectares de florestas plantadas e 20.500 hectares de florestas nativas e áreas de preservação. A Companhia é proprietária de aproximadamente 29.800 hectares de terras localizadas no Estado de Santa Catarina, cujas florestas de *pinus* nos asseguram autossuficiência de madeira, e 16.300 hectares de terras no Estado do Rio Grande do Sul, cujas florestas são destinadas ao mercado de madeira e produzem a goma resina para a fábrica de resinas da Companhia. As florestas da Companhia em Santa Catarina estão localizadas a um raio médio de 20 km da fábrica de celulose e papel, cerca de 77% menor que a distância média de transporte floresta-fábrica no Brasil, que é de 88 km, segundo dados da BRACELPA de 2009, resultando em eficiência logística.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de papel kraft	Brasil	SC	Vargem Bonita	Alugada
Fábrica de embalagem de papelão ondulado	Brasil	SC	Vargem Bonita	Alugada
Fábrica de embalagem de papelão ondulado	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
Produção de breu e terebintina	Brasil	RS	Balneário Pinhal	Alugada
Produção de móveis (atividades foram paralisadas em Outubro/2010)	Brasil	SC	Rio Negrinho	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Marcas registradas de titularidade da Companhia: Irani, Meu Móvel de Madeira, Brastilo, Hardsystem, Hardtank, Hardbox, Hardcustom, Flashkraft, Finekraft, Flexikraft, Flatkraft, Fancykraft, Envelokraft, Bagkraft, Flypack, Flybox, Carbono Neutro por Natureza, irani.com.br.
Não há patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrados no ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Atua no cultivo de Pinus e a industrialização e comércio de madeiras em geral, atuando de forma exclusiva no Rio Grande do Sul.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2012	0,630000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2011	-4,100000	0,000000	24.052.585,49	Valor contábil	31/03/2012	115.756.509,39
31/12/2010	20,170000	0,000000	9.420.104,04			
31/12/2009	264,910000	0,000000	2.183.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada faz parte do negócio da Companhia

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda	10.902.894/0001-69	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Atua na geração de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtora independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos. Encontra-se em fase pré-operacional.	99,980000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2012	-3,540000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2012	3.403.586,84
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada faz parte do negócio da Companhia.

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Iraflor Comércio de Madeiras Ltda	13.711.334/0001-15	-	Controlada	Brasil	SC	Vargem Bonita	Realiza a compra e venda de madeira para a Companhia e também para o mercado.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2012	12,190000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2011	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2012	42.778.279,45
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada faz parte do negócio da Companhia

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Atua principalmente na administração de bens imóveis, atuando também na exportação e importação por conta própria ou de terceiros, bens, mercadorias, produtos e serviços.	99,990000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2012	3,100000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2011	6,430000	0,000000	8.315.273,97	Valor contábil	31/03/2012	93.322.328,82
31/12/2010	11,840000	0,000000	5.447.895,96			
31/12/2009	2309,570000	0,000000	357.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada faz parte do negócio da Companhia

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	09.175.816/0001-20	-	Controlada	Brasil	SC	Rio Negrinho	Atua no comércio varejista de móveis e produtos de decoração de interiores, revendendo produtos que adquire no mercado, atendendo a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio da internet.	99,930000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2012	10,450000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2011	-10,010000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/03/2012	1.500.995,03
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A controlada faz parte do negócio da Companhia

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes:

A Companhia encerrou as atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC). As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia mantém a estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passou a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet. Companhia não mais produz os móveis vendidos e passou a adquirí-los no mercado.

Complemento ao item 9.1 a)

Observação: Aluguel dos imóveis da fábrica de Papel e Embalagem SC com a controlada Irani Trading S.A. e do imóvel da fábrica de Resinas com a controlada Habitasul Florestal S.A.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para cumprir com todas as suas obrigações de curto e longo prazo, gerindo suas estratégias financeiras e de negócio. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, a receita de venda de bens e/ou serviços consolidada (receita líquida de vendas) da Companhia foi de R$117.658 mil, representando um crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2011. No primeiro trimestre de 2012, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R$ 3.497 mil, 11,9% inferior ao mesmo período de 2011, e o EBITDA Ajustado consolidado foi de R$28.209 mil, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2011. Com isso, a margem do EBITDA Ajustado consolidado da Companhia foi de 24,0% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 contra 24,3% do mesmo período de 2011. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada que era 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011, passou para 2,55 vezes no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012. Em 31 de março de 2012, 31,9% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R$119.379 mil, conforme demonstrado no item 10.1 (f) abaixo, sendo que a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados totalizavam R$92.084 mil. Em 19 de abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, o desdobramento das ações da Companhia passando elas para 149.279.740 ordinárias e 12.810.260 preferenciais, assim como a distribuição de 25% do lucro líquido consolidado ajustado da Companhia, que, em 31 de dezembro de 2011, foi de R$39.044 mil.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R$481.513 mil, apresentando um crescimento de 8,8% em relação a 2010, cujo montante foi de R$442.686 mil. Em 2011, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R$9.354 mil, 72,8% inferior ao lucro líquido de 2010 que foi R$34.360 mil. O EBITDA Ajustado consolidado foi de R$110.536 mil, apresentando incremento de 19,9% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a R$92.199 mil de 31 de dezembro 2010. Com isso a margem EBITDA consolidada foi de 23,0% em 2011 contra 20,8% de 2010. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,04 vezes em 2010, passou para 2,58 vezes em 2011. Em 31 de dezembro de 2011, 34,8% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R$128.278 mil, sendo que a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados totalizava R$83.396 mil. Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no valor de R$90.000 mil com prazo total de 6 anos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R$ 442.686 mil, apresentando um crescimento de 26,5% em relação a 2009, cujo montante foi R$349.997 mil. O lucro líquido consolidado de 2010 foi de R$34.360 mil, apresentando um crescimento de 56,5% quanto ao lucro líquido consolidado de 2009, de R$ 21.951 mil. O EBITDA Ajustado consolidado ficou praticamente estável perfazendo R$92.199 mil em 2010 comparado a R$92.395 mil em 2009. Com isso a margem EBITDA consolidada foi de 20,8% em 2010 contra 24,4% de 2009. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,12 vezes em 2009, passou para 3,04 vezes em 2010. Em 31 de dezembro de 2010, 38,6% do endividamento total consolidado da Companhia estava no curto prazo, em montante de R$127.700 mil, com a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados em R$50.846 mil. Já em 31 de dezembro de 2009, as dívidas no curto prazo da Companhia representavam 44,4% do total do endividamento consolidado, com a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados de R$15.227 mil. A Companhia emitiu, em 25 de março de 2010, debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, no montante de R$100.000 mil, com prazo total de 5 anos e em 03 de agosto de 2010 captou, através de operação de securitização juntamente com sua controlada Irani Trading S.A., estruturada na forma de Cédulas de Crédito Imobiliário e Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, R$40.833 milhões, com prazo de 3 anos. Tais operações tiveram como objetivos principais fazer frente à necessidade de refinanciamento verificada para 2010 e 2011.

A Diretoria da Companhia entende que um índice de alavancagem operacional na casa das 2,5 vezes propicia uma estrutura de capital ideal, mantidos prazos médios de liquidação das dívidas em aproximadamente 30 meses e um saldo mínimo de caixa consolidado de aproximadamente R$30.000 mil. A tabela a seguir mostra um resumo dos principais índices de alavancagem financeira da Companhia para os exercícios e períodos indicados:

R$ mil	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Dívida Líquida Consolidada (1)	282.459	285.345	280.358	288.273
EBITDA Ajustado Consolidado (2)	28.209	110.536	92.199	92.395

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dívida líquida Consolidada/ EBITDA Ajustado Consolidado	2,55	2,58	3,04	3,12

(1) A Dívida Líquida é calculada conforme item 10.1 (b) deste Formulário de Referência.
(2) EBITDA Ajustado é calculado conforme item 3.2 (c) deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) estrutura de capital consolidada e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

(R$ mil) Dados Consolidados	Em 31.03.2012	ah%	Em 31.12.2011	ah%	Em 31.12.2010	ah %	Em 31.12.2009
Total de dívidas *	374.543	1,6	368.741	11,3	331.204	9,0	303.806
Caixa e equivalentes de caixa	85.085	13,9	74.722	85,1	40.362	1.234,3	3.025
Bancos conta vinculada*	6.999	(19,3)	8.674	(17,3)	10.484	(14,1)	12.202
Dívida líquida	282.459	(1,0)	285.345	1,8	280.358	(2,8)	288.579
Patrimônio líquido	467.747	0,8	464.250	(0,6)	467.130	5,5	442.721
Capital social realizado	103.976	64,0	63.381	-	63.381	-	63.381
Índice de endividamento líquido	0,60		0,61		0,60		0,65

*Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, debêntures, CDCA e operação do CRI.
*Bancos conta vinculada (Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil): representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo oriundas de pré pagamento de exportação firmado com Credit Suisse e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

O patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31 de março de 2012 era de R$467.747 mil, o que significa um crescimento de 0,8%, ou R$3.497 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2011, representando o lucro líquido consolidado acumulado do período, e sua dívida líquida consolidada de R$282.459 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 55,5% de capital próprio e 44,5% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$464.250 mil, o que significa uma redução de 0,63%, que equivale a R$2.880 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2010, principalmente em função dos dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido ajustado consolidado referente ao exercício encerrado em 2011, que foi de R$9.761 mil. Além disso, em 2011, a Companhia diminuiu seu patrimônio líquido consolidado mediante recompra de ações de sua própria emissão que permanecem em tesouraria no montante de R$1.761 mil. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta consolidada da Companhia era de R$368.741 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 55,7% de capital próprio e 44,3% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2010, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$467.130 mil, o que significa um crescimento de 5,51%, equivalente a R$24.409 mil, em relação ao patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2009, principalmente em função do crescimento do lucro líquido consolidado apurado no exercício de 2010, que foi de R$34.361 mil, e sua dívida bruta consolidada de R$331.204 mil, demonstrando uma estrutura de capital de 58,5% de capital próprio e 41,5% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$442.721 mil e a sua dívida bruta consolidada de R$303.806 mil, resultando na relação de 59,3% de capital próprio e 40,7% de capital de terceiros. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de alavancagem atuais (capital de terceiros/capital próprio) estão adequados para uma estrutura de capital eficiente.

Em 24 de novembro de 2010 o Conselho de Administração aprovou a recompra de ações no mercado de até 10% das ações em circulação para posterior cancelamento ou alienação. Tal plano de recompra de ações encerrou-se em 23 de novembro de 2011. Com a conclusão do programa em 23.11.2011, foram adquiridas no total 62.300 ações ordinárias e 13.700 ações preferenciais, as quais permanecem em tesouraria para posterior decisão sobre alienação ou cancelamento das mesmas.

Na data deste Formulário de Referência, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 162.090.000 ações, dividido em 149.279.740 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. As ações foram desdobradas 20:1 conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 19 de abril de 2012. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos
A Diretoria da Companhia entende que seu fluxo de caixa operacional, incluindo suas disponibilidades de caixa e equivalentes e saldos de Bancos conta vinculada, e EBITDA Ajustado, nos patamares apresentados, permitem os pagamentos dos compromissos da estrutura de dívida da Companhia assumida no curto e no longo prazo, inclusive com relação aos índices financeiros (*covenants*) previstos nos contratos firmados pela Companhia, assumindo a não ocorrência de mudanças relevantes nos cenários econômico e de crédito nacional e internacional. Como demonstrado no quadro 10.1(a) acima, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada foi sendo reduzida progressivamente nos últimos anos, de 3,12 vezes em 31 de dezembro de 2009 para 3,04 vezes em 31 de dezembro de 2010 e 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de março de 2012, a relação dívida líquida/EBITIDA Ajustado consolidada foi de 2,55 vezes. Em 31 de março de 2012, os financiamentos e outros passivos consolidados a serem cumpridos no exercício de 2012 correspondiam a um valor de R$166.902 mil, enquanto a receita líquida de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia foi de R$117.658 mil e o conjunto dos ativos a receber consolidados entre eles, Caixa e Equivalentes, Banco Conta Vinculada e Contas a Receber de Clientes a vencer que representava R$186.729 mil. A Companhia tem ainda como alternativa, para sustentar seus projetos, a manutenção ou obtenção de linhas de financiamento de longo prazo, as quais acredita que continuarão disponíveis considerando o cenário atual de mercado e a constante evolução na qualidade de crédito da Companhia, melhoria do perfil de sua dívida em relação a prazo, custo e outros fatores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas
A Companhia financia o seu capital de giro, quando necessário, por meio de operações de crédito, de curto prazo e longo prazos, junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. Alguns exemplos dessas operações são: • Os Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) emitidos pela Companhia em 20 de junho de 2011, no valor nominal de R$90.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A. Tais títulos estão vinculados aos direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produto Rural (CPR) Física, emitidas pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. A credora de tais CPRs é a própria Companhia; • Debêntures, não conversíveis em ações, emitidas em março de 2010, no valor de R$100.000 mil; e • Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) emitidas em 2010 pela controlada Irani Trading S.A. e cedidas para a Brazilian Securities Companhia de Securitização, que então emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O preço da cessão foi de R$40.833 mil. Os recursos desta operação realizada pela controlada Irani Trading S.A. foram repassados para a Companhia por meio da subscrição, pela Irani Trading S.A., de debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia em 19 de agosto de 2010, no valor de R$40.000 mil. Os investimentos mais relevantes em ativos não circulantes consistem na manutenção, modernização e ampliação das unidades produtivas da Companhia, essenciais para a continuidade dos negócios da Companhia. O referido investimento tem sido financiado por fluxo de caixa próprio e pelas linhas de crédito bancárias, principalmente linhas de repasse de longo prazo do BNDES.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez
A Diretoria acredita que a geração interna de caixa da Companhia, juntamente com os limites de crédito de curto e longo prazo disponíveis junto a instituições financeiras, serão suficientes para equacionar satisfatoriamente seus compromissos. Se houver eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de crédito com instituições financeiras, tanto para linhas de capital de giro quanto para investimentos de manutenção, sendo essas linhas de crédito avaliadas e negociadas caso a caso.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo ainda (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas á companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de controle societário

A tabela abaixo demonstra as dívidas brutas e líquida de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:

Indicadores Econômicos Financeiros Consolidados (R$ mil)	Em 31.03.2012	ah%	Em 31.12.2011	ah%	Em 31.12.2010	ah%	Em 31.12.2009
Dívidas de curto prazo							
Moeda Nacional	81.913	(13,9)	95.135	(5,1)	100.208	53,9	64.820
Moeda estrangeira	37.466	13,0	33.143	20,6	27.492	(60,7)	69.955
Total curto prazo	119.379	(6,9)	128.278	0,5	127.700	(5,5)	134.775
Dívidas de longo prazo							
Moeda Nacional	168.400	(8,5)	184.061	40,3	131.155	104,5	64.126
Moeda estrangeira	86.764	53,8	56.402	(22,0)	72.349	(30,8)	104.599
Total longo prazo	255.164	6,1	240.463	18,2	203.504	20,6	168.725
Total de divídas(1)	374.543	1,6	368.741	11,3	331.204	9,0	303.500
(-) Disponibilidades(2)	92.084	10,4	83.396	64,0	50.846	233,9	15.227
Dívida líquida	282.459	(1,0)	285.345	1,8	280.358	(2,8)	288.273
Patrimônio líquido	467.747	0,8	464.250	(0,6)	467.130	5,5	442.721
Capital social realizado	103.976	64,0	63.381	-	63.381	-	63.381

(1) Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, Debêntures e operação de CRI.
(2) Disponibilidades: Composta por caixa, equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas do pré pagamento de exportação firmado com Credit Suisse e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

Níveis de Endividamento

Em 31 de março de 2012, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R$374.543 mil, do quais R$119.379 mil (31,9%) representavam dívidas de curto prazo e R$255.164 mil (68,1%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R$368.741 mil, dos quais R$128.278 mil (34,8%) representavam dívidas de curto prazo e R$240.463 mil (65,2%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R$331.204 mil, dos quais R$127.700 mil (38,6%) representavam dívidas de curto prazo e R$203.504 mil (61,4%) dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida bruta consolidada da Companhia era de R$ 303.500 mil, dos quais R$134.775 mil (44,4%) representavam dívidas de curto prazo e R$168.725 mil (55,6%) dívidas de longo prazo.

A dívida líquida consolidada da Companhia (dívida bruta consolidada menos a soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) foi de R$282.459 mil em 31 de março de 2012, R$285.345 mil em 31 de dezembro de 2011, R$280.358 mil em 31 de dezembro de 2010 e R$288.273 mil em 31 de dezembro de 2009.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A tabela abaixo mostra o endividamento bruto consolidado da Companhia em 31 de março de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(R$ mil)	31.03.12	31.12.11	31.12.10	31.12.09
Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	7.068	8.604	10.252	12.947
Capital de giro	19.408	30.666	63.308	50.301
Capital de giro - CDCA	15.971	15.505	-	-
Leasing financeiro	1.139	1.102	602	1.572
Debêntures	25.069	26.000	12.788	-
Cédula de Crédito Imobiliário - operação de CRI	13.258	13.258	13.258	-
Total moeda nacional	81.913	95.135	100.208	64.820
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	2.404	2.475	2.199	2.297
Adiantamento de contrato de câmbio	7.336	5.641	322	7.339
Banco Votorantim	-	-	1.186	3.122
Banco Itaú BBA	4.279	-	-	11.511
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	-	347	375
Toronto Dominion Bank	173	177	310	324
Banco Credit Suisse	19.919	20.256	16.824	34.273
Banco C.I.T.	705	942	863	972
Banco Santander (Brasil)	1.656	1.638	1.400	1.536
Banco Santander	994	2.014	1.840	2.074
Banco Santander Pré pagto.de exportação	-	-	2.201	6.132
Total moeda estrangeira	37.466	33.143	27.492	69.955
Total do circulante	**119.379**	**128.278**	**127.700**	**134.775**
Não Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	9.417	9.240	15.066	25.807
Capital de giro	23.825	25.643	5.174	37.900
Capital de giro - CDCA	82.005	78.367	-	-
Leasing financeiro	2.001	1.492	694	419
Debêntures	45.628	60.480	88.124	-
Cédula de Crédito Imobiliário - operação de CRI	5.524	8.839	22.097	-
Total moeda nacional	168.400	184.061	131.155	64.126
Leasing financeiro	1.137	1.164	3.601	6.800
Banco Votorantim	-	-	-	1.261
Banco Itaú BBA	35.296	-	-	4.796
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	-	-	375
Toronto Dominion Bank	-	-	155	485
Banco Credit Suisse	48.675	53.600	63.090	77.115
Banco C.I.T.	-	-	863	1.944
Banco Santander (Brasil)	1.656	1.638	2.800	4.609
Banco Santander	-	-	1.840	4.148
Banco Santander Pré pagto. de exportação	-	-	-	3.066
Total moeda estrangeira	86.764	56.402	72.349	104.599
Total do não circulante	**255.164**	**240.463**	**203.504**	**168.725**
Total	**374.543**	**368.741**	**331.204**	**303.500**

Estão apresentados abaixo, os índices de atualização dos empréstimos, bem como sua exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de março de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Financiamentos em moeda nacional:

a) Finame: A Companhia possui 45 contratos de repasse de linhas de Finame do BNDES celebrados com as seguintes instituições financeiras: Banco Votorantim S.A., Banrisul S.A., Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A., BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul S.A. e Banco do Brasil S.A., no valor total de R$ 16.485 mil. Todos estes contratos têm por objeto o financiamento de máquinas e equipamentos. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,73% a.a., com vencimento final em 2019. Todos os equipamentos financiados por meio da linha Finame estão onerados ao respectivo credor. Além disso, alguns dos agentes repassadores exigem garantias adicionais de imóveis de propriedade da Companhia. Em 31 de março de 2012, os imóveis dados em garantia para tais credores representavam aproximadamente 4.741 hectares de terras da Companhia.

b) Capital de Giro: A Companhia possui 9 contratos de financiamento para capital de giro com as seguintes instituições financeiras: Banrisul S.A., Banco Safra S.A. e Banco do Brasil S.A., no valor total de R$ 43.233 mil. Tais financiamentos estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,19% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2015. Em garantia de tais operações, a Companhia cedeu fiduciariamente recebíveis e deu em penhor mercantil papel kraft, que, em 31 de março de 2012, representavam R$ 14.420 mil e R$ 5.000 mil, respectivamente.

c) CDCA: Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu um Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R$60.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A. e um CDCA no valor de R$30.000 mil em favor do Banco Rabobank International do Brasil S.A. Os CDCAs estão vinculados a direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produto Rural (CPR) físicas emitidas pela Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. A Companhia é a única credora destas CPRs. A remuneração consiste na variação do IPCA acrescido de 10,22% a.a. Principal e remuneração serão pagos em seis parcelas anuais a partir de junho de 2012. O custo de transação desta operação foi de R$3.636 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) de 16,15%. Abaixo é apresentado o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	642
2013	763
2014	634
2015 e acima	903
	2.942

A Companhia constituiu as seguintes garantias reais, que em 31 de março de 2012, representavam montante aproximado de R$91.631 mil:

- Cessão Fiduciária em favor dos credores do CDCA sobre direitos creditórios oriundos da(s) CPR(s) – Cédula(s) de Produtor Rural vinculadas ao CDCA;
- Hipoteca de imóveis da Companhia, equivalentes a 9.213 hectares de terras; e
- Alienação fiduciária de ativos florestais (*pinus* e *eucalyptus*) de propriedade da Companhia e da controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., existentes sobre os imóveis objeto da hipoteca descrita acima.

d) Leasing Financeiros: A Companhia possui 20 contratos de leasing financeiros celebrados com as seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Toyota S.A., , no valor total de R$ 3.140 mil. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,08% a.a. com vencimento final em 2014. Os equipamentos objetos de tais *leasings* foram dados em garantia às respectivas arrendadoras.

e) Operação de CRI: Em 03 de agosto de 2010, a controlada Irani Trading S.A. emitiu Cédulas de Créditos Imobiliários – CCI, lastreadas em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A., na qualidade de locadora, e a Companhia, na qualidade de locatária. A Irani Trading S.A. cedeu as CCIs para a Brazilian Securities Companhia de Securitização (Securitizadora). Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu, em regime fiduciário, Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão das CCIs, no montante de R$40.833 mil, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa fixa de 14,70% a.a. Esta operação possui no total 37 parcelas mensais e consecutivas fixas no valor de R$1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devida pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação. A Companhia constituiu as seguintes garantias reais em favor da Securitizadora, que em 31 de março de 2012, representavam montante aproximado de R$35.555 mil:

- Hipoteca de imóveis da Companhia, representando aproximadamente 2.572 hectares de terras;
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (*pínus* e *eucalyptus*) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior; e
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos Creditórios (recebíveis), em montante equivalente a 3 (três) parcelas mensais devidas pela Companhia à controlada Irani Trading S.A., por força do contrato de locação que serve de lastro para a operação.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Debêntures:

(f.1) Primeira Emissão Pública de Debêntures da Companhia: A Companhia emitiu, em 25 de março de 2010, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$100.000 mil, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição. As debêntures vencerão em março de 2015. Sua amortização ocorrerá em oito parcelas semestrais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em setembro de 2011. A remuneração consiste na variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência. Esta operação incorreu num custo de transação de R$3.623 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	637
2013	852
2014	892
2015	227
	2.608

A Companhia constituiu as seguintes garantias reais em favor dos debenturistas, que em 31 de março de 2012, representavam montante aproximado de R$157.924 mil, conforme segue:

- Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia, representando 6.410 hectares de terras;
- Alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Irani Trading, que representa a unidade industrial de Vargem Bonita;
- Penhor Agrícola de ativos florestais da Companhia; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 25% do saldo devedor de principal das debêntures.

(f.2) Primeira Emissão Privada de Debêntures da Companhia: A Companhia emitiu privadamente, em 19 de agosto de 2010, debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R$40.000 mil. A totalidade das debêntures desta emissão foram subscritas pela controlada Irani Trading S.A. Elas vencerão em parcela única em agosto de 2015 e sua remuneração consiste na variação do IPCA acrescido de 6%. A remuneração será paga juntamente com a amortização do valor nominal das debêntures em agosto de 2015. Esta emissão não contou com qualquer garantia.

g) CCE: A Companhia celebrou em 23 de março de 2012 contrato de Cédula de Crédito de Exportação (CCE) com o Banco Itaú BBA S.A., no valor de R$ 40.000 mil e juros de CDI acrescido de 2,21% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas semestrais com vencimento final em 23 de março de 2017. Como garantia desta operação, a Companhia cedeu fiduciariamente direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 11,25% do saldo devedor de principal do contrato, além de hipoteca em segundo grau das matrículas 2479, 2481 e 8535. Na mesma data a Companhia contratou um Swap de Fluxo de Caixa, trocando os juros de CDI acrescido de 2,21% ao ano para a variação cambial do dólar mais 5,80% fixos ao ano. O valor em referência atribuído na data da contratação é equivalente a US$ 21.990 mil.

Financiamentos em moeda estrangeira:

Os financiamentos em moeda estrangeira em 31 de março de 2012 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 8,11% a.a. para operações em dólar e de 4,78% a.a. para operações em Euro.

a) Leasing Financeiro: A Companhia celebrou em 04 de agosto de 2008 contrato de leasing financeiro com o Banco C.I.T. (Capita Corporation), no valor total de US$ 7.700 mil. O saldo do contrato é atualizado pela variação cambial do dólar. Tal contrato está sujeito a juros de Libor acrescidos de 5,95% a.a. e são pagos em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013. O equipamento objeto do leasing foi dado em garantia à respectiva arrendadora.

b) Adiantamentos Contrato de Câmbio (ACCs): A Companhia possui 2 contratos de adiantamento de contrato de câmbio celebrados com o Banco de La Provincia de Buenos Aires, no valor total de US$ 4.000 mil. O valor devido em tais contratos é atualizado pela variação cambial do dólar e pagos em parcela única, sendo o último vencimento no primeiro semestre de 2013. Tais contratos estão sujeitos a taxas de juros médias de 3,95% a.a. Estes contratos não possuem qualquer garantia da Companhia.

c) Toronto Dominion Bank: A Companhia celebrou em 04 de outubro de 2006 contrato de financiamento com o Toronto Dominion Bank, no valor de US$939 mil e juros de LIBOR acrescido de 1,375% a.a.. Este contrato é pago em parcelas semestrais, com vencimento final no primeiro semestre de 2012. O equipamento objeto do financiamento foi dado em garantia ao banco financiador.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) Banco Credit Suisse: A Companhia celebrou em 16 de fevereiro de 2007 contrato de pré-pagamento de exportação (*Credit and Export Prepayment Agreement*) com o Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, no valor de US$60.000 mil com juros de 8% a.a. até 19 de fevereiro de 2009 e, a partir desta data, 9,90% a.a. Em 30 de novembro de 2007 foi negociado aditivo no valor de US$10.000 mil. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015. A Companhia celebrou, em 12 de abril de 2010 e em 31 de maio de 2011, contratos de Swap Fluxo de Caixa com relação aos juros deste financiamento. Em 20 de abril de 2012, a Companhia liquidou estas operações de Swap Fluxo de Caixa. Esta operação incorreu num custo de transação de R$ 5.310 mil e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 19,12%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	812
2013	1.063
2014	1.284
2015	1.469
	4.628

Além disso, a Companhia constituiu as seguintes garantias em favor do Credit Suisse, que em 31 de março de 2012 representavam valor aproximado de R$185.079 mil:

- Alienação fiduciária das ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.;
- Hipoteca de imóveis da Companhia, objeto das matrículas nº 795, 8452, 8449, 1172 e 1484 dos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Catanduvas- SC e Ponte Serrada – SC, equivalentes a aproximadamente 1.800 hectares de terras. A hipoteca abrange as florestas plantadas em tais imóveis;
- Alienação fiduciária da máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba, Estado de São Paulo e da caldeira marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da unidade papel da Companhia;
- Cessão em garantia de recebíveis de exportação e contas correntes de titularidade da Companhia, nas quais a totalidade dos montantes relativos aos recebíveis de exportação descritos são depositados;
- Alienação fiduciária das ações que a controladora Irani Paricipações detém da Companhia; e
- Duas Notas Promissórias, emitidas pela Celulose Irani S.A., no valor de US$39.793.589,00 cada.

Nos trimestres encerrados em 30 de junho e 30 de setembro de 2011 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não foi capaz de manter os níveis mínimos de EBITDA sobre despesas financeiras exigido pelo *Credit and Export Prepayment Agreement*. Adicionalmente, no trimestre encerrado em 30 de junho de 2011, a Companhia não foi capaz de manter os níveis máximos de dívida líquida em dólares exigido pelo *Credit and Export Prepayment Agreement*. Tais descumprimentos contratuais foram, contudo, perdoados pelos credores. A Companhia não pode garantir que tais credores voltarão a perdoar qualquer descumprimento contratual semelhante no futuro. Qualquer inadimplência dos termos dos contratos de financiamento, que não for aprovada pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida relevante. Isto, também, pode resultar na execução das garantias e no vencimento antecipado das dívidas de outros contratos de financiamento em virtude das provisões de inadimplências e aceleração cruzada.

Em 27 de abril de 2012, a Companhia celebrou um aditamento ao contrato de Pré-Pagamento de Exportação – PPE com o Banco Credit Suisse Brasil (Bahamas) Limited, entre outros, aumentando o prazo médio de pagamento, passando o vencimento final de agosto de 2015 para fevereiro de 2017. Na repactuação também foram liberadas certas garantias da operação conforme abaixo:

- Hipoteca de imóveis da Companhia, objeto das matrículas nº 795, 8452, 8449, 1172 e 1484 dos Cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Catanduvas- SC e Ponte Serrada – SC, equivalentes a aproximadamente 1.800 hectares de terras. A hipoteca abrange as florestas plantadas em tais imóveis;
- Alienação fiduciária da máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba, Estado de São Paulo e da caldeira marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da unidade papel da Companhia; e
- As ações de emissão da Companhia detidas pela Irani Participações S.A. e que estavam oneradas em favor dos Credores da operação. Após a celebração dos aditamentos, apenas as ações de emissão da Habitasul Florestal detidas pela Companhia, a cessão em garantia de recebíveis de exportação e contas correntes e as notas promissórias permaneceram em garantia da operação.

No aditamento, também foram ajustados alguns indicadores financeiros restritivos, que a partir desta data tem a seguinte estrutura:

- Dívida Líquida / Ebitda: mantido em 3,75 vezes até o fim do contrato;
- Ebitda / Despesa Financeira: mantido em 2,00 vezes até o fim do contrato;
- Limitação da dívida líquida em dólar: Excluído; e
- Limitação de investimentos (*capital expenditures*): Excluído.

As condições econômicas, inclusive a taxa de juros do contrato, não foram alteradas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) Banco C.I.T. (Capita Corporation): A Companhia celebrou em 28 de novembro de 2007 contrato de financiamento com o Banco C.I.T. (Capita Corporation), no valor de €1.445 mil e juros EURIBOR mais 4,59% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em 20 (vinte) parcelas trimestrais com vencimento final em 19 de dezembro de 2012. Vinte notas promissórias no valor individual de cada parcela e equipamentos foram dados em garantia ao banco financiador.

f) Banco C.I.T. (Capita Corporation): A Companhia celebrou em 13 de dezembro de 2007 contrato de financiamento com o Banco C.I.T. (Capita Corporation), no valor de €491mil e juros EURIBOR acrescido 4,79% ao ano. O principal de juros deste contrato são pagos em 20 (vinte) parcelas trimestrais com vencimento final em 13 de dezembro de 2012. Vinte notas promissórias no valor individual de cada parcela e um sistema de transporte de cargas foram dados em garantia ao banco financiador.

g) Banco Santander : A Companhia celebrou em 19 de junho de 2007 contrato de financiamento, na modalidade repasse de empréstimo externo, com o Banco Santander S.A., no valor de €3.675 mil e juros de EURIBOR acrescido de 0,95% ao ano. Principal e juros deste contrato são pagos em parcelas semestrais com vencimento final em 03 de agosto 2012. Como garantia desta operação, a Companhia cedeu fiduciariamente direitos creditórios de titularidade da Companhia no valor de 13% do saldo devedor de principal do contrato, constituiu hipotecas sobre imóveis da Companhia e emitiu notas promissórias com aval correspondente ao valor total do financiamento.

h) Banco Santander (Brasil): A Companhia celebrou em 22 de junho de 2007 contrato de financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de €3.650 mil e juros de EURIBOR acrescido de 0,125% ao ano. O principal e juros deste contrato são pagos em parcelas anuais com vencimento final em 15 de maio de 2013. Em garantia desta operação, a Companhia ofereceu os direitos da sua carteira de créditos de carbono, oriundos do projeto de co-geração de energia, negociados até 2012.

ii) outras operações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia e suas controladas ofereceram garantias reais para os credores descritos no item (i) deste Quadro 10.1(f). Tais credores possuem, portanto, até o valor das respectivas garantias, prioridade no caso de falência da Companhia. As demais dívidas da Companhia são da espécie quirografária. A Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.

iv) eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos financeiros da Companhia impõem de forma geral limites de endividamento para a Companhia, como também restrições para a contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório (ou seja, 25% do lucro líquido ajustado da Companhia), alienação e oneração de ativos da Companhia e à emissão de novos valores mobiliários (exceto ações, na medida em que não resulte em alteração de controle). São descritas a seguir as principais cláusulas financeiras restritivas (*covenants* financeiros) contidas nos contratos de financiamento da Companhia. Todas elas são calculadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditadas ou revisadas, conforme o caso, para os períodos indicados nas respectivas cláusulas. A definição de EBITDA constante dos contratos financeiros da Companhia refere-se ao EBITDA Ajustado calculado pela Companhia e descrito nos itens 10.1(a) deste Formulário.

i) CDCA, Operação de CRI e Debêntures (dados consolidados):

a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado, no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal ("Trimestre Referência"), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Companhia fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
b) A relação entre o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para o trimestre fiscal findo em 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos documentos da emissão, 2,50x.
c) A relação entre o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos documentos da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

emissão.

ii) *Credit and Export Prepayment Agreement* (Credit Suisse) (dados consolidados):

a) A relação dívida líquida sobre EBITDA (conforme definido no *Credit and Export Prepayment Agreement*) não poderá ser superior a 3,75 vezes até o final do contrato.
b) A relação entre o EBITDA (conforme definido no *Credit and Export Prepayment Agreement*) dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 2,0 vezes até o final do contrato.

iii) Repasse Empréstimo Externo Banco Santander (Brasil) (dados consolidados):

a) Margem de EBITDA Ajustado igual ou maior a 17%.
b) Relação dívida líquida sobre EBITDA Ajustado de 3 vezes.
a) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido no contrato.

Em 31 de março de 2012, a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima. A Diretoria da Companhia entende que continuará a atender tais índices ao longo da vigência dos respectivos instrumentos, salvo na ocorrência de mudanças relevantes no cenário econômico e/ou mercado financeiro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados
Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía aproximadamente R$ 452.967 mil de limites de crédito, sendo que R$ 389.056 mil estavam contratados e estão registrados na sua posição de endividamento naquela data.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas a seguir derivam das demonstrações financeiras da Companhia para os trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, as quais foram elaboradas de acordo com o BRGAAP e as IFRS e em atendimento às normatizações da CVM no Brasil.

1. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado dos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011

	Período de três meses encerrado em 31 de março de		
	2012	**ah%**	**2011**
	(em milhares de R$)		
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	**117.658**	**1,8**	**115.605**
Custo dos produtos vendidos	(84.186)	0,2	(84.042)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-
RESULTADO BRUTO	**33.472**	**6,0**	**31.563**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	(10.101)	0,4	(10.065)
Gerais e administrativas	(9.158)	2,0	(8.978)
Outras receitas operacionais	541	(31,9)	794
Outras despesas operacionais	(771)	117,8	(354)
Participação dos administradores	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.983	7,9	12.960
Resultado Financeiro	(11.911)	50,1	(7.937)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	**2.072**	**(58,8)**	**5.023**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(245)	(82,0)	(1.361)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.670	347,7	373
Participação de acionistas minoritários		-	(1)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	**3.497**	**(13,3)**	**4.034**
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	-	(63)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.497**	**(11,9)**	**3.971**

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços

As receitas de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) aumentaram aproximadamente 1,8%, sendo R$117.658 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 em relação a R$115.605 mil no mesmo período em 2011, impactada positivamente, principalmente, por aumentos do volume de produção e de preços praticados nos dois principais segmentos operacionais da Companhia (Embalagem Papelão Ondulado e Papel para Embalagens). No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, o volume de vendas dos segmentos de Embalagem Papelão Ondulado e Papel para Embalagens foi de 30,1 mil toneladas e 19,2 mil toneladas, respectivamente, enquanto que no mesmo período em 2011 o volume destes mesmos segmentos foi de 29,6 mil toneladas e 17,4 mil toneladas, representando um aumento de 1,7% para o segmento de Embalagem Papel Ondulado e 10,3% para o segmento de Papel para Embalagens. O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagem Papelão Ondulado reduziu 4,2% para R$2.990/ton no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 em

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

relação a R$3.121/ton no mesmo período em 2011; e (ii) Papel para Embalagens aumentou 7,8% para R$2.421/ton no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 em relação a R$2.245/ton no mesmo período em 2011.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, aproximadamente 60% da receita de venda de bens e/ou serviços da Companhia originou-se da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira. Outros 29% da receita de venda de bens e/ou serviços foi proveniente da venda de papel para clientes que convertem o papel produzido pela Companhia em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro, o que também foi consistente com o período anterior. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, aproximadamente 87% da receita líquida da Companhia referem-se a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consolidado manteve-se estável, sendo R$84.186 mil em 31 de março de 2012 e R$84.042 mil em 31 de março de 2011. Como percentual da receita líquida de vendas, nossos custos apresentaram pequena redução, sendo de 72,70% no primeiro trimestre de 2011 e 71,55% no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 1,15 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

Não houve reconhecimento da variação do valor justo dos ativos biológicos nos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011.

Resultado Bruto (Lucro Bruto)

Como resultado de efeitos combinados de aumento da receita de venda de bens e/ou serviços, e da manutenção do custo dos produtos vendidos, o resultado bruto da Companhia no período cresceu 6,0%, para R$33.472 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 frente aos R$31.563 mil no mesmo período em 2011.

Despesas Operacionais

Com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 0,4%, para R$10.101 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 contra os R$10.065 mil registrados no mesmo período em 2011, principalmente em função do próprio crescimento das vendas, que é a principal fonte geradora das despesas variáveis aplicadas, tais como comissões e fretes de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia mantiveram-se estáveis, sendo de 8,71% no primeiro trimestre de 2011 e 8,59% no primeiro trimestre de 2012, uma redução de 0,12 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Gerais e administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas aumentaram 2,0%, para R$9.158 mil no mesmo período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 em relação aos R$8.978 mil no mesmo período em 2011. Este aumento foi gerado devido ao crescimento natural de despesas gerais e administrativas, principalmente quanto à reposição salarial das equipes administrativas, principal componente dessas despesas. Como percentual de receitas de venda de bens e/ou serviços, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia manteve-se estável, sendo de 7,77% no primeiro trimestre de 2011 e 7,78% no primeiro trimestre de 2012, uma evolução de 0,02 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Outras receitas operacionais

(em milhares de R$)	trimestres encerrado em	
	31.03.2012	31.03.2011
Receita de bens alienados	30	456
Outras receitas operacionais	511	338
	541	794

As outras receitas operacionais da Companhia apresentaram uma redução de 31,9%, passando para R$541 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, contra R$794 mil no mesmo período em 2011, devido, principalmente, à diminuição das receitas de bens alienados no período em relação à 31 de março de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras despesas operacionais

(em milhares de R$)	trimestres encerrado em	
	31.03.2012	31.03.2011
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(485)	(168)
Outras despesas operacionais	(286)	(186)
	(771)	(354)

As outras despesas operacionais da Companhia aumentaram 117,8%, para R$771 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, em relação aos R$354 mil no mesmo período em 2011, devido principalmente a (i) Custo dos Bens alienados em razão da venda de casas de madeira da Companhia no período de três meses findos em 31 de março de 2012; e (ii) a variação das Outras despesas operacionais em virtude do reconhecimento do valor do Parcelamento FNDE no período de três meses findos em 31 de março de 2012.

Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Como resultado do explicado acima, o Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos aumentou 7,3%, totalizando R$13.983 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, em relação aos R$12.960 mil no mesmo período em 2011.

Resultado Financeiro (Receitas (despesas) financeiras, líquidas)

(em milhares de R$)	trimestres encerrado em	
	31.03.2012	31.03.2011
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.890	903
Juros	255	262
Descontos obtidos	33	62
	2.178	1.227
Variação cambial		
Variação cambial ativa	9.155	2.874
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	143	1.378
Variação cambial passiva	(8.091)	(1.075)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(266)	(869)
Variação cambial líquida	941	2.308
Despesas financeiras		
Juros	(14.602)	(11.164)
Descontos concedidos	(41)	(38)
Deságios/despesas bancárias	(274)	(4)
Outros	(113)	(266)
	(15.030)	(11.472)
Resultado financeiro líquido	(11.911)	(7.937)

A receita (despesa) financeira líquida (ou resultado financeiro consolidado) é composta pela somatória das receitas financeiras, variação cambial líquida e das despesas financeiras. As receitas financeiras totalizaram R$2.178 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, comparado com R$1.227 mil no mesmo período em 2011, como resultado, principalmente, do rendimento apurado nas aplicações financeiras da Companhia, que apresentaram aumento de 109,3% no período. A variação cambial líquida representou uma receita de R$941 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, comparado a R$2.308 mil no mesmo período em 2011, efeito este relacionado diretamente à flutuação das cotações das moedas estrangeiras (dólar e euro), que atualizam as operações financeiras ativas e passivas da Companhia. As despesas financeiras líquidas da Companhia cresceram 31,0%, totalizando R$15.030 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, em relação aos R$11.472 mil no mesmo período em 2011, principalmente em função de juros incorridos no período que também cresceram, na mesma proporção das operações financeiras tomadas pela Companhia no período.

Sendo assim, o resultado financeiro consolidado da Companhia cresceu 50,1%, representando uma despesa de R$11.911 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, em relação aos R$7.937 mil no mesmo período em 2011. Como percentual de receitas de venda de bens e/ou serviços, o resultado financeiro na Companhia aumentou de 6,87% no primeiro trimestre de 2011 para 10,12% no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 3,25 pontos percentuais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro (Lucro Operacional antes dos Efeitos Tributários)

Como resultado do explicado acima, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia reduziu 58,7%, totalizando R$2.072 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, em relação aos R$5.023 mil no mesmo período em 2011.

Resultado líquido das operações descontinuadas (Prejuízo Líquido de Operação Descontinuada)

A Companhia não registrou qualquer valor como prejuízo de operação descontinuada nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2012. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia registrou R$63 mil com prejuízo de operações descontinuadas em razão do encerramento das atividades de fabricação de móveis da fábrica de Rio Negrinho, Estado de Santa Catariana.

Resultado de operação descontinuada (em milhares de R$)	**trimestres encerrado em**
	31.03.11
Receita líquida	(73)
Custo dos produtos vendidos	(11)
Prejuízo (lucro) bruto	(84)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(261)
Resultado financeiro	(83)
Outras receitas e despesas operacionais	333
Prejuízo operacional antes dos efeitos tributários	(95)
Imposto de renda e contribuição social	32
Prejuízo líquido de operação descontinuada	(63)

Resultado líquido do período (Lucro Líquido)

Como resultado do explicado acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R$3.497 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, 11,9% menor que os R$3.971 mil no mesmo período em 2011. A margem líquida foi de 2,97% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012, contra 3,43% no mesmo período em 2011.

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2011 e 2010

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (em milhares de R$)		
	2011	**ah%**	**2010**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**481.513**	**8,8**	**442.686**
Custo dos produtos vendidos	(353.393)	10,4	(320.090)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	14.327	(71,8)	50.738
LUCRO BRUTO	**142.447**	**(17,8)**	**173.334**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	(42.353)	12,5	(37.661)
Gerais e administrativas	(41.172)	(15,0)	(48.458)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52.515)	26,2	(41.619)
Outras receitas operacionais	6.900	63,3	4.226
Outras despesas operacionais	(2.466)	(39,9)	(4.102)
Participação dos administradores	(5.251)	37,5	(3.818)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	**5.590**	**(86,7)**	**41.902**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social	(2.127)	(44,5)	(3.831)
Imposto de renda e contribuição social	5.896	2.604,6	218
Participação de acionistas minoritários	(5)	400,0	(1)
LUCRO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	**9.354**	**(75,6)**	**38.288**
PREJUÍZO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	-	-	(3.928)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**9.354**	**(72,8)**	**34.360**

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas aumentaram aproximadamente 8,8%, sendo R$481.513 mil em 2011 em relação a R$442.686 mil em 2010, impactada positivamente, principalmente, à boa performance operacional das unidades industriais da Companhia e aos aumentos de preços dos principais produtos comercializados devido ao aquecimento do mercado interno. Dentre as principais variações na receita líquida de vendas da Companhia, destacam-se o aumento de aproximadamente: (i) 6,04% na receita líquida das vendas de Embalagem de Papelão Ondulado, de R$269.610 mil em 2010 para R$285.886 mil em 2011; (ii) 8,48% na receita líquida das vendas de Papel para Embalagens, de R$134.887 mil em 2010 para R$146.324 mil em 2011; (iii) 23,43% na receita líquida das vendas de madeira e resinas, de R$31.778 mil em 2010 para R$39.225 mil em 2011; e (iv) 57,20% na receita líquida das vendas de móveis, de R$6.411 mil em 2010 para R$10.078 mil em 2011. O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagem Papelão Ondulado aumentou para R$3.091/ton em 2011 em relação a R$2.907/ton no em 2010; e (ii) Papel para Embalagem aumentou para R$2.367/ton em 2011 em relação a R$2.206/ton no mesmo período em 2010. Os volumes de vendas do segmento de Embalagem Papelão Ondulado apresentaram acréscimo de 0,3% no período, de 123,350 ton em 2010 para 123.754 ton em 2011.

Em 2011, aproximadamente 60% da receita líquida da Companhia se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira, mantendo-se constante com relação ao ano de 2010. Outros 29% da receita líquida de 2011 da Companhia foram provenientes da venda de papel para seus clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro, o que também foi consistente com o período anterior. Em 2011, aproximadamente 88,2% da receita líquida da Companhia se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 88,9% em 2010.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 10,4%, sendo R$353.393 mil em 2011 e R$320.090 mil em 2010, devendo-se, principalmente, ao crescimento dos volumes vendidos e à reclassificação, na rubrica de custo de produtos vendidos, de alguns gastos relacionados diretamente às unidades produtivas que estavam sendo considerados em despesas gerais e administrativas. Como percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos representou 73,4% em 2011 e 72,3% em 2010, um aumento de 1,1 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

O resultado da variação no valor dos ativos biológicos da Companhia reduziu 71,8%, sendo R$14.327 mil em 2011 e R$50.738 mil em 2010, devido, principalmente, ao menor crescimento dos preços da madeira no mercado, que sofreram grande aumento no exercício social anterior em virtude do ajuste de preço no mercado após a crise econômica global em 2008/2009.

Lucro Bruto

Como resultado de efeitos combinados de aumento da receita líquida de vendas, da considerável diminuição do valor justo dos ativos biológicos e do aumento do custo dos produtos vendidos, o lucro bruto da Companhia diminuiu 17,8%, para R$142.447 mil em 2011 de R$173.334 mil em 2010.

Despesas Operacionais

Com Vendas

As despesas operacionais com vendas aumentaram aproximadamente 12,5%, para R$42.353 mil em 2011 contra os R$37.661 mil registrados em 2010, principalmente em função do aumento no volume total de vendas e aos reajustes naturais das despesas, tais como, com pessoal e despesas variáveis de vendas (comissões e fretes de vendas). Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas da Companhia aumentaram de 8,51% em 2010 para 8,80% em 2011, um aumento de 0,29

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ponto percentual da receita líquida de vendas.

Gerais e administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas reduziram aproximadamente 15%, para R$41.172 mil em 2011 em relação aos R$48.458 mil em 2010. Esta redução foi gerada devido a Companhia ter adequado a classificação de alguns gastos relacionados diretamente às unidades produtivas ao custo dos produtos vendidos e que anteriormente estavam sendo consideradas despesas gerais e administrativas, tais como o custo com expedição dos produtos da Companhia e os gastos com estrutura de controle florestal necessários para a produção de madeira utilizada no processo produtivo da indústria. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas operacionais gerais e administrativas da Companhia reduziram de 10,95% em 2010 para 8,55% em 2011, uma redução de 2,4 pontos percentuais da receita líquida de vendas.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Resultado Financeiro)

(em milhares de R$)	Exercício Social encerrado em	
	31.12.2011	**31.12.2010**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.742	4.737
Juros	1.479	986
Descontos obtidos	175	215
	7.396	5.938
Variação cambial		
Variação cambial ativa	17.945	28.831
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	5.247	1.999
Variação cambial passiva	(27.783)	(26.641)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(2.415)	(4.549)
Variação cambial líquida	(7.006)	(360)
Despesas financeiras		
Juros	(51.117)	(44.518)
Descontos concedidos	(78)	(181)
Deságios/despesas bancárias	(98)	(552)
Outros	(1.612)	(1.946)
	(52.905)	(47.197)
Resultado financeiro líquido	(52.515)	(41.619)
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada	-	(1.124)

A receita financeira (despesas) líquida (ou resultado financeiro) é composta pela somatória das receitas financeiras, variação cambial líquida e das despesas financeiras. As receitas financeiras totalizaram R$7.396 mil em 2011, comparado com R$5.938 mil em 2010, como resultado, principalmente, do aumento (i) dos rendimentos de aplicações financeiras que representaram R$5.742 mil em 2011 e R$4.737 mil em 2010 devido ao maior volume de recursos aplicados no período; e (ii) dos descontos obtidos junto a fornecedores e juros cobrados de clientes no período, de R$1.479 mil em 2011, contra R$986 mil em 2010. A variação cambial é determinada pela oscilação do dólar e do euro (moedas em que alguns dos contratos financeiros da Companhia estão denominados ou indexados). A variação cambial líquida representou uma despesa de R$7.006 mil em 2011, comparado a uma despesa de R$360 mil em 2010, devido, principalmente, à continuação da apreciação do Real frente ao dólar e ao euro e à avaliação dos derivativos contratados pela Companhia a seu valor justo. As despesas financeiras líquidas da Companhia cresceram 12,08%, totalizando R$52.905 mil em 2011, em relação aos R$47.197 mil em 2010, principalmente em função do aumento da variação cambial negativa e da despesa com juros pagos nas operações financeiras da Companhia, no valor de R$6.599 mil, que foi resultado da alta das taxas de juros em geral no Brasil em 2011.

O Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada deve-se ao encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC), bem como a alienação de seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia mantém a estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passou a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet.

Sendo assim, o resultado financeiro da Companhia diminuiu 26,2%, representando uma despesa de R$52.515 mil em 2011, em relação à despesa de R$41.619 mil em 2010. Como percentual da receita líquida de vendas, nosso resultado financeiro aumentou

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 9,40% em 2010 para 10,91% em 2011, um aumento de 1,51 ponto percentual da receita líquida de vendas.

Outras receitas operacionais

(em milhares de R$)	Exercício Social encerrado em 31.12.2011	31.12.2010
Receita de bens alienados	2.298	2.059
Estorno de contingências	-	174
Outras receitas operacionais	4.602	1.212
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	-	781
	6.900	4.226

As outras receitas operacionais da Companhia apresentaram um crescimento de aproximadamente 63,3%, passando para R$6.900 mil em 2011, contra R$4.226 mil em 2010, devido, principalmente, à reversão de provisões para perda em processo tributário reconhecida anteriormente.

Outras despesas operacionais

(em milhares de R$)	Exercício Social encerrado em 31.12.2011	31.12.2010
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(1.405)	(2.780)
Outras despesas operacionais	(1.061)	(1.112)
Provisão para perda em controlada	-	(210)
	(2.466)	(4.102)

As outras despesas operacionais da Companhia reduziram 39,9%, para R$2.466 mil em 2011, em relação aos R$4.102 mil em 2010, em função, principalmente, da redução do custo dos bens sinistrados e alienados da Companhia.

Participação dos administradores

A despesa com participação dos administradores cresceu 37,5%, para R$5.251 mil em 2011, contra os R$3.818 mil em 2010. Dos valores pagos em 2011, R$ 3.790 mil se referem à participação dos empregados nos resultados da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

Não houve qualquer valor registrado nos exercícios de 2011 e 2010 como resultado de equivalência patrimonial.

Lucro operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado do explicado acima, em especial quanto à variação do valor justo dos ativos biológicos, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia reduziu 86,7%, totalizando R$5.590 mil em 2011, em relação aos R$41.902 mil em 2010.

Prejuízo líquido de operação descontinuada

A Companhia não registrou qualquer valor como prejuízo de operação descontinuada em 2011 separadas às demonstrações financeiras das demais operações, sendo que as despesas para manutenção da planta industrial que teve as operações encerradas em 2010, foram registradas como despesas operacionais da Companhia. Em 2010, a Companhia registrou uma despesa de R$3.928 mil em função do encerramento das atividades de fabricação de móveis da fábrica em Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do exposto acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R$9.354 mil no exercício encerrado em 2011, 72,8% menor que os R$34.360 mil no mesmo período em 2010. A margem líquida foi de 1,94% em 2011, contra 7,76% apurada em 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2010 e 2009

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (em milhares de R$)		
	2010	**ah%**	**2009**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**442.686**	**26,5**	**349.997**
Custo dos produtos vendidos	(320.090)	19,8	(267.207)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	50.738	1.272,8	3.696
LUCRO BRUTO	**173.334**	**100,4**	**86.486**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	(37.661)	5,1	(35.832)
Gerais e administrativas	(48.458)	42,2	(34.073)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(41.619)	(424,0)	12.845
Outras receitas operacionais	4.226	(92,2)	54.029
Outras despesas operacionais	(4.102)	(89,1)	(37.768)
Participação dos administradores	(3.818)		-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	**41.902**	**(8,3)**	**45.687**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.831)	776,7	(437)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218	(101,1)	(19.657)
Participação de acionistas minoritários	(1)	-	(1)
LUCRO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	**38.288**	**49,6**	**25.592**
PREJUÍZO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(3.928)	7,9	(3.641)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**34.360**	**56,5**	**21.951**

Receita Líquida de Vendas

As receitas líquidas de vendas aumentaram aproximadamente 26,5%, sendo R$442.686 mil em 2010 em relação a R$349.997 mil em 2009, impactada positivamente, principalmente, devido ao crescimento no volume de vendas da Companhia no seu principal segmento operacional (Embalagem Papelão Ondulado), resultado do retorno dos investimentos realizados pela Companhia em 2007 e 2008, no âmbito de um projeto chamado "Superação", que modernizou e aumentou a capacidade de produção de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado da Companhia. Em 2010, o volume de vendas deste segmento foi de 123,3 mil toneladas, enquanto que, em 31 de dezembro de 2009, ele foi de 104,2 mil toneladas. O preço médio por tonelada dos segmentos de (i) Embalagem Papelão Ondulado aumentou para R$2.907/ton em 2010 em relação a R$2.612/ton no em 2009; e (ii) Papel para Embalagem aumentou para R$2.206/ton em 2010 em relação a R$1.914/ton no mesmo período em 2009.

Em 2010, aproximadamente 60% da receita líquida da Companhia se originaram da venda de embalagens de papelão ondulado, as quais foram destinadas, principalmente, à indústria alimentícia e de consumo brasileira, mantendo-se constante com relação ao ano de 2009. Outros 30% da receita líquida de 2010 da Companhia foram provenientes da venda de papel para embalagens para seus clientes que convertem o papel por ela produzido em sacos e sacolas destinados ao comércio de varejo brasileiro, o que também foi consistente com o período anterior. Em 2010, aproximadamente 88,9% da receita líquida da Companhia se referem a vendas para o mercado local, sendo o remanescente derivado de exportações para os mercados latino americano, asiático e europeu, comparado a 79,9% ao mercado local em 2009.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos aumentou 19,8%, sendo R$320.090 mil em 2010 e R$267.207 mil em 2009, devendo-se, principalmente, ao crescimento dos volumes vendidos. O custo em relação à receita líquida de vendas representou 72,3% em 2010 e 76,3% em 2009, uma redução de 4,0 pontos percentuais, devido ao ganho de eficiência da Companhia em decorrência do

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

projeto Superação.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

O resultado da variação do valor dos ativos biológicos da Companhia aumentou 1.272,8%, sendo R$50.738 mil em 2010 e R$3.696 mil em 2009, devido, principalmente, ao aumento dos preços da madeira verificado durante o ano de 2010, que sofreram grande aumento em virtude do ajuste de preço no mercado após a crise econômica global em 2008/2009, o que impactou positivamente o resultado da Companhia no exercício de 2010.

Lucro Bruto

Como resultado de efeitos combinados de aumento da receita líquida de vendas, do considerável aumento do valor justo dos ativos biológicos e do aumento em menor proporção do custo dos produtos vendidos, o lucro bruto da Companhia cresceu 100,4%, para R$173.334 mil em 2010 de R$86.486 mil em 2009.

Despesas Operacionais

Com Vendas

As despesas operacionais com vendas, tais como pessoal, comissões, fretes de vendas, aumentaram 5,1%, para R$37.661 mil em 2010, contra os R$35.832 mil de 2009, principalmente em função do aumento no volume total de vendas. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas da Companhia com vendas diminuíram de 10,24% em 2009 para 8,51% em 2010, uma diminuição de 1,72 ponto percentual gerada principalmente em função da adequação da força de venda às práticas de mercado quanto a representação e venda interna.

Gerais e administrativas

As despesas operacionais gerais e administrativas cresceram 42,2%, para R$48.458 mil em 2010 em relação aos R$34.073 mil em 2009, devido, principalmente, ao pagamento de remuneração variável aos empregados da Companhia e ao reenquadramento salarial implementado para acompanhar os movimentos de mercado. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram de 9,74% em 2009 para 10,95% em 2010, um aumento de 1,21 ponto percentual.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Resultado Financeiro)

	Exercício Social encerrado em	
(em milhares de R$)	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.737	269
Juros	986	1.165
Descontos obtidos	215	514
	5.938	1.948
Variação cambial		
Variação cambial ativa	28.831	73.590
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.999	-
Variação cambial passiva	(26.641)	(14.774)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(4.549)	-
Variação cambial líquida	(360)	58.816
Despesas financeiras		
Juros	(44.518)	(43.719)
Descontos concedidos	(181)	(928)
Deságios/despesas bancárias	(552)	(2.971)
Outros	(1.946)	(301)
	(47.197)	(47.919)
Resultado financeiro líquido	(41.619)	12.845
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada	(1.124)	(256)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A receita financeira (despesas) líquidas (ou resultado financeiro) é composto pela somatória das receitas financeiras, variação cambial líquida e das despesas financeiras. As receitas financeiras totalizaram R$5.938 mil em 2010, comparado com R$1.948 mil em 2009, como resultado, principalmente, do aumento dos rendimentos de aplicações financeiras que representaram R$4.737 mil em 2010 devido ao maior volume de recursos aplicados no período. A variação cambial é determinada pela oscilação do dólar e do euro (moedas em que alguns dos contratos financeiros da Companhia estão denominados ou indexados). A variação do Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada deve-se principalmente pela variação cambial líquida. A variação cambial líquida representou uma despesa de R$360 mil em 2010, contra um ganho de R$58.816 mil em 2009, devido, principalmente, à apreciação do real no exercício em face do dólar e euro e ao repagamento de parte das dívidas da Companhia denominadas em moeda estrangeira durante o ano de 2010. As despesas financeiras líquidas da Companhia se mantiveram praticamente estáveis, totalizando R$47.197 mil em 2010, em relação aos R$47.919 mil em 2009.

Sendo assim, o resultado financeiro da Companhia reduziu 424,0%, representando uma despesa de R$41.619 mil em 2010, em relação ao ganho de R$12.845 mil em 2009. Como percentual da receita líquida de vendas, o resultado financeiro da Companhia foi de 9,40% em 2010 contra um ganho de 3,67% em 2009.

Outras receitas operacionais

	Exercício Social encerrado em	
(em milhares de R$)	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Receita de bens alienados	2.059	29.344
Benefícios parcelamento REFIS	-	18.367
Estorno de contingências	174	4.211
Outras receitas operacionais	1.212	1.380
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	781	727
	4.226	54.029

As outras receitas operacionais da Companhia apresentaram uma redução de 92,2%, passando para R$4.226 mil em 2010, contra os R$54.029 mil em 2009, devido, principalmente: (i) à venda de imóveis em 2009 de propriedade da Companhia para Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda. por aproximadamente R$27.500 mil; e (ii) a benefícios auferidos em 2009 por meio do recálculo e reduções concedidas no âmbito do Programa REFIS em decorrência da migração dos parcelamentos fiscais anteriormente adotados pela Companhia perante a Receita Federal do Brasil e a Previdência Social, que concederam redução de multa de mora e de ofício em percentual que varia de 60% a 100%, redução de multa isolada em percentual que varia de 20% a 40%, reduação de juros de mora em percentual que varia de 25% a 45%, todos em função do número de parcelas aplicadas em cada um dos parcelamentos, além de redução de 100% dos encargos; e da Medida Provisória 470/2009 em decorrência da sua utilização para liquidação de débitos federais objeto de autos de infração que possibilitou o pagamento a vista de débitos tributários oriundos do aproveitamento indevido de crédito de IPI Presumido (alíquota zero e não tributado) e do crédito prêmio do IPI, com redução de 100% das multas de mora e de ofício vinculadas, 90% das multas de ofício isoladas, 90% dos juros de mora e 100% dos encargos legais, e ainda, possibilitar a liquidação da dívida com prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

Outras despesas operacionais

	Exercício Social encerrado em	
(em milhares de R$)	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Provisão IPI extemporâneo	-	(6.836)
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(2.780)	(28.275)
Outras despesas operacionais	(1.112)	(2.077)
Provisão para perda em controlada	(210)	-
Provisão contingências civeis e trabalhistas	-	(580)
	(4.102)	(37.768)

As outras despesas operacionais da Companhia reduziram 89,1%, para R$4.102 mil em 2010, em relação aos R$37.768 mil, em função, principalmente, das mesmas operações descritas na rubrica outras receitas operacionais, referindo-se: (i) a provisão de IPI extemporâneo ao reconhecimento de crédito de IPI ao resultado do exercício, que se relaciona aos benefícios de parcelamento no âmbito do REFIS; e (ii) o custos dos bens sinistrados e alienados aos imóveis de propriedade da Companhia alienados para a Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda. por aproximadamente R$27.500 mil em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Participação dos administradores

A despesa com participação dos administradores totalizou R$3.818 mil em 2010. A Companhia não contabilizou despesas relativas à participação dos administradores em 2009.

Resultado de equivalência patrimonial

Não houve qualquer valor registrado nos exercícios de 2010 e 2009 como resultado de equivalência patrimonial.

Lucro operacional antes dos efeitos tributários

Como resultado do explicado acima, o lucro operacional antes dos efeitos tributários da Companhia apresentou uma redução de 8,3%, totalizando R$41.902 mil de 2010, em relação aos R$45.687 mil de 2009.

Prejuízo líquido de operação descontinuada

A Companhia registrou um crescimento de 7,9% no prejuízo de operação descontinuada, totalizando R$3.928 mil em 2010, em relação aos R$3.641 mil de 2009, em função de terem sido tomadas no período as medidas finais de encerramento da operação de fabricação de móveis em Rio Negrinho (SC) que geraram despesas adicionais as existentes no período anterior.

Lucro líquido do exercício

Como resultado do explicado acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R$34.360 mil em 2010, 56,5% maior que o registrado em 2009, que foi de R$21.951 mil. A margem líquida foi de 7,76% em 2010, contra 6,27% apurada em 2009.

2. BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia no trimestre encerrado em 31 de março de 2012 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Ativo

ATIVO	31.03.2012	31.12.2011
	(em milhares de R$)	
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	85.085	74.722
Contas a receber de clientes	94.091	92.231
Estoques	38.550	38.356
Impostos a recuperar	7.084	8.687
Bancos conta vinculada	4.439	5.143
Outros ativos	12.639	12.350
Ativos mantidos para venda	192	195
	242.080	231.684
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Impostos a recuperar	1.813	2.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.596	16.632
Depósitos Judiciais	1.278	1.258
Bancos conta vinculada	2.560	3.531
Outros ativos	1.261	1.422
Ativos mantidos para venda	657	657
Propriedade para investimento	4.997	4.997
Imobilizado	674.126	679.414

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativos biológicos	236.812	239.997
	941.100	950.070
TOTAL DO ATIVO	**1.183.180**	**1.181.754**

Os ativos totais consolidados da Companhia mantiveram-se estáveis no trimestre encerrado em 31 de março de 2012, quando comparados com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Em 31 de março de 2012, os ativos totais consolidados da Companhia totalizaram R$1.183.180 mil, enquanto que, em 31 de dezembro de 2011, eram de R$1.181.754 mil. As principais alterações nas contas do ativo são comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

(em milhares de R$)	31.03.12	31.12.11
Fundo fixo	21	21
Bancos	1.404	2.477
Aplicações financeiras	83.660	72.224
	85.085	74.722

O saldo do caixa e equivalentes de caixa consolidado apresentou um crescimento de 13,9% totalizando R$ 85.085 mil em 31 de março de 2012, contra os R$ 74.722 mil registrados em 31 de dezembro de 2011, justificado, principalmente, pela manutenção em caixa de valores para fazer frente aos compromissos a serem cumpridos no início de 2012 e pelas aplicações financeiras, as quais foram aplicadas em renda fixa (CDB) e remuneradas a uma taxa média de 102,33% do CDI.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia sofreram aumento de 2,0%, totalizando R$94.091 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$92.231 mil em 31 de dezembro de 2011. Este crescimento está diretamente relacionado ao crescimento da receita de vendas nesses períodos, e ainda, pelo aumento do prazo médio de vendas.

(em milhares de R$)

	31.03.12	31.12.11
Contas a receber de:		
Clientes - mercado interno	93.132	94.577
Clientes - mercado externo	7.503	4.198
	100.635	98.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.544)	(6.544)
	94.091	92.231

A composição das contas a receber consolidado por idade de vencimento é como segue:

(em milhares de R$)

	31.03.1	31.12.11
A vencer	84.919	83.628
Vencidos até 30 dias	6.008	7.125
Vencidos de 31 a 60 dias	1.350	386
Vencidos de 61 a 90 dias	740	124
Vencidos de 91 a 180 dias	683	180
Vencidos há mais de 180 dias	6.935	7.331
	100.635	98.775

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Estoques

Os estoques consolidados da Companhia sofreram um ligeiro aumento de 0,5%, totalizando R$38.550 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$38.356 mil em 31 de dezembro de 2011. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

(em milhares de R$)	31.03.12	31.12.11
Produtos acabados	6.168	7.442
Materiais de produção	19.837	18.364
Materiais de consumo	11.783	11.924
Outros estoques	762	626
	38.550	38.356

Bancos conta vinculada

O ativo bancos conta vinculada consolidado sofreu diminuição de 19,3%, totalizando R$6.999 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$8.674 mil em 31 de dezembro de 2011, em função de resgate realizado pela Companhia das parcelas liberadas durante o período.

(em milhares de R$)	31.03.12	31.12.11
Banco do Brasil - Nova York	3.324	3.840
Banco Credit Suisse - Brasil	3.675	4.834
	6.999	8.674
Parcela do circulante	4.439	5.143
Parcela do não circulante	2.560	3.531

Banco do Brasil – New York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em maio de 2012.
Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que estão ocorrendo em 8 parcelas semestrais iniciadas em setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB. Em 20 de abril de 2012 a Companhia liquidou a operação de Swap de Fluxo de Caixa, com isso o valor retido no Banco Credit Suisse Brasil está liberado.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo consolidado sofreu um aumento de 5,8%, totalizando R$17.596 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$16.632 mil em 31 de dezembro de 2011, tendo em vista que a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tais valores serão compensados com impostos futuros, suportados por projeções orçamentárias da Companhia:

(em milhares de R$)	31.03.12	31.12.11
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	12.002	11.293
Sobre prejuízo fiscal	932	932
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	4.326	4.071
Sobre base de cálculo negativa	336	336
	17.596	16.632

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Biológico

Os ativos biológicos consolidados da Companhia sofreram redução de 1,3%, totalizando R$236.812 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$239.997 mil em 31 de dezembro de 2011, devido à sua exaustão pelo consumo no processo produtivo, e compreendem o cultivo e plantio de florestas de *pinus* para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens e vendas de toras de madeira para terceiros. Os saldos dos ativos biológicos consolidados da Companhia foram atualizados a valor justo em 31 de dezembro de 2011, em decorrência do atendimento pela Companhia ao BRGAAP e as IFRS, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Em 31 de março de 2012 não houve avaliação a valor justo dos ativos biológicos. Os valores estão assim compostos:

(em milhares de R$)	31.03.12	31.12.11
Custo de formação dos ativos biológicos	76.050	74.107
Diferencial do valor justo	160.762	165.890
Ativo biológico a valor justo	236.812	239.997

Passivo e Patrimônio Líquido

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.03.2012	31.12.2011
	(em milhares de R$)	
CIRCULANTE		
Captações	81.052	89.020
Fornecedores	33.712	37.713
Obrigações sociais e previdenciárias	15.315	19.021
Obrigações tributárias	9.270	7.900
Parcelamentos tributários	4.881	4.682
Debêntures	25.069	26.000
Cédula de crédito imobiliário - CCI	13.258	13.258
Adiantamento de clientes	1.381	1.159
Dividendos a pagar	5.607	5.607
Outras contas a pagar	8.395	9.333
	197.940	213.693
NÃO CIRCULANTE		
Exigível a longo prazo		
Captações	204.012	171.144
Debêntures	45.628	60.480
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	5.524	8.839
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	40.900	41.717
Parcelamentos tributários	9.965	10.839
Obrigações Tributárias	12.440	11.062
Outras contas a pagar	220	219
Imposto de renda e contribuição social	198.805	199.511
	517.493	503.811
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	103.976	63.381
Ações em tesouraria	(2.038)	(2.038)
Reserva de reavaliação	9.599	9.688
Reserva legal	468	3.331
Reserva de ativos biológicos	73.701	74.743
Ajustes de avaliação patrimonial	246.450	248.859
Reserva de retenção de lucros	35.571	66.266
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	467.727	464.230
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	20	20
	467.747	464.250

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.183.180**	**1.181.754**

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 0,12%, totalizando R$ 1.183.180 mil em 31 de março de 2012, em comparação com R$1.181.754 mil em 31 de dezembro de 2011, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Passivo

Captações

O saldo da conta captações consolidado apresentou redução de 9,0% no curto prazo, totalizando R$ 81.052 mil no primeiro trimestre de 2012, contra os R$ 89.020 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, e aumento de 19,2% no longo prazo, totalizando R$ 204.012 mil no primeiro trimestre de 2012, contra os R$ 171.144 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. As variações nas contas de captações, debêntures e cédula de crédito imobiliário – CCI/ operação de CRI estão representadas no item 10.1. Comentários dos Diretores sobre: f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores consolidado apresentou redução de 10,6%, atingindo R$33.712 mil no primeiro trimestre de 2012, contra os R$37.713 mil registrado em 31 de dezembro de 2011. A variação decorre principalmente das movimentações nos prazos médios de pagamento aos fornecedores e do volume de compras.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE	**31.03.12**	**31.12.11**
Interno		
Materiais	25.705	27.741
Ativo imobilizado	1.901	1.975
Prestador de serviços	1.618	2.603
Transportadores	4.451	5.271
Externo		
Materiais	37	123
	33.712	37.713

Parcelamentos Tributários

Os saldos dos parcelamentos tributários consolidados referentes a Refis INSS e Receita Federal e também referente ao ICMS que sofreram redução em virtude dos pagamentos realizados nos períodos.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE

	31.03.12	**31.12.11**
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.232	2.177
Parcelamento ICMS	1.796	1.693
Parcelamento INSS Patronal	830	812
Parcelamento FNDE	23	-
	4.881	4.682

NÃO CIRCULANTE

	31.03.12	**31.12.11**
Parcelamento REFIS Receita Federal	5.736	6.253
Parcelamento ICMS	2.505	2.784
Parcelamento INSS Patronal	1.638	1.802
Parcelamento FNDE	86	-
	9.965	10.839

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários consolidados apresentou redução de 2,0%, atingindo R$40.900 mil no primeiro trimestre de 2012, contra os R$41.717 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. A Diretoria da Companhia, amparada em pareceres e opiniões dos assessores internos e externos da Companhia, mantém provisões para os processos judiciais e administrativos cuja perda é classificada como provável (acima de 50% chance de perda). Atualmente são mantidas provisões trabalhistas para reclamações formalizadas por ex- funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. As provisões tributárias são aumentadas em razão de a Companhia realizar compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas.

(em milhares de R$)

	31.03.12	31.12.11
Provisão cíveis	1.328	1.308
Provisão trabalhistas	546	566
Provisão tributárias	39.026	39.843
	40.900	41.717
Parcela do circulante	-	
Parcela do não circulante	40.900	41.717

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido consolidado entre 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são apresentadas abaixo:

Capital Social

O capital social consolidado da Companhia em 31 de março de 2012 é de R$ 103.976 mil, contra R$ 63.381 mil em 31 de dezembro de 2011. O aumento se deu mediante a capitalização das contas de reserva legal e de reserva de retenção de lucros no montante de R$ 40.595 mil, a qual foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012.

Ações em tesouraria

A Companhia mantém em tesouraria, ações de sua própria emissão de acordo com os termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração em 24.11.2010. Não houve variação no período avaliado.

Reserva de Reavaliação

Esta reserva foi constituída por reavaliação de alguns ativos, edificações, terrenos e florestas, a valor de mercado em 1994. A mesma vem sendo realizada pela depreciação e exaustão dos referidos ativos.

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de lucros a realizar e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e foi diminuída no primeiro trimestre de 2012 por capitalização do saldo de 31 de dezembro de 2011 de R$ 2.863 mil. A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura por ocasião da adoção inicial das IFRS e também para o BRGAAP a partir da vigência do pronunciamento específico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Em 31.12.2011 esta reserva foi transferida para a reserva de ativos biológicos, criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do CPC 29 que determina a mensuração do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS e BRGAAP a partir da vigência do pronunciamento específico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação de prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo consolidado desta esta reserva era de R$66.266 mil sendo que o valor de R$37.732 mil foi capitalizado no primeiro trimestre de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reserva de ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2011, foram transferidos para a esta reserva (consolidado) R$74.743 mil, constituída no pressuposto de aprovação da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29.02.2012, com o objetivo de manter os valores a realizar referentes aos ajustes da adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS e BRGAAP a partir da vigência do pronunciamento específico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e que antes eram registrados em reserva de lucros a realizar. O saldo consolidado desta reserva em 31 de março de 2012 é de R$ 73.701 mil sendo que a redução dá-se pela realização durante o período.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial consolidada são decorrentes da opção pela Companhia, da atribuição de custo ao ativo imobilizado (*deemed cost*). Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresa especializada. Os saldos variam pela sua realização que se dará pela respectiva depreciação do valor do custo atribuído.

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia dos exercícios encerrados em 2011 e 2010

Ativo

ATIVO	**31.12.2011**	**ah%**	**31.12.2010**
CIRCULANTE	(em milhares de R$)		
Caixa e equivalentes de caixa	74.722	85,1	40.362
Contas a receber de clientes	92.231	16,9	78.900
Estoques	38.356	(1,7)	39.007
Impostos a recuperar	8.687	0,4	8.650
Bancos conta vinculada	5.143	(19,9)	6.419
Outros ativos	12.350	46,2	8.445
Ativos mantidos para venda	195	(63,2)	530
	231.684	27,1	182.313
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	2.162	(10,0)	2.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.632	16,7	14.252
Depósitos Judiciais	1.258	(83,3)	7.513
Bancos conta vinculada	3.531	(13,1)	4.065
Outros ativos	1.422	(72,2)	5.118
Ativos mantidos para venda	657	(90,0)	6.560
Propriedade para investimento	4.997	-	-
Imobilizado	679.414	(0,7)	684.323
Ativos biológicos	239.997	0,7	238.215
	950.070	(1,3)	962.447
TOTAL DO ATIVO	**1.181.754**	**3,2**	**1.144.760**

Os ativos totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 3,2%, totalizando R$1.181.754 mil em 2011, em comparação com R$1.144.760 mil em 2010, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Caixa e equivalentes de caixa

(em milhares de R$)

	31.12.2011	31.12.2010
Fundo fixo	21	21
Bancos	2.477	2.445
Aplicações financeiras	72.224	37.896
	74.722	40.362

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentaram um crescimento de 85,1%, totalizando R$74.722 mil em 2011, contra os R$40.362 mil em 2010, justificado, principalmente, pelas operações de crédito de maior volume realizadas pela Companhia em 2011 e a manutenção em caixa de valores para fazer frente aos compromissos a serem cumpridos no início de 2012. As aplicações financeiras foram feitas em renda fixa (CDB) e remuneradas a uma taxa média de 102,5% do CDI.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia sofreram aumento de 16,9%, totalizando R$92.231 mil em 2011, em comparação com R$78.900 mil em 2010. Este crescimento está diretamente relacionado ao crescimento da receita de vendas nesses períodos, e ainda, por algum aumento de prazo médio de vendas.

(em milhares de R$)

	31.12.2011	31.12.2010
Contas a receber de:		
Clientes - mercado interno	94.577	82.357
Clientes - mercado externo	4.198	2.949
	98.775	85.306
Provisão para créditos de liquidação	(6.544)	(6.406)
	92.231	78.900

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

(em milhares de R$)

	31.12.2011	31.12.2010
A vencer	83.628	75.644
Vencidos até 30 dias	7.125	2.203
Vencidos de 31 a 60 dias	386	563
Vencidos de 61 a 90 dias	124	288
Vencidos de 91 a 180 dias	180	48
Vencidos há mais de 180 dias	7.332	6.560
	98.775	85.306

Estoques

Os estoques da Companhia sofreram diminuição de 1,7%, totalizando R$38.356 mil em 2011, em comparação com R$39.007 mil em 2010. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

(em milhares de R$)

	31.12.2011	31.12.2010
Produtos acabados	7.442	7.975
Materiais de produção	18.364	20.370
Materiais de consumo	11.924	10.340
Outros estoques	626	322
	38.356	39.007

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Bancos Conta Vinculada

O ativo bancos conta vinculada sofreu diminuição de 17,3%, totalizando R$8.674 mil em 2011, em comparação com R$10.484 mil em 2010, em função de resgate realizado pela Companhia das parcelas liberadas durante o período.

(em milhares de R$)	31.12.2011	31.12.2010
Banco do Brasil - Nova York	3.840	5.976
Banco Credit Suisse - Brasil	4.834	4.508
	8.674	10.484
Parcela do circulante	5.143	6.419
Parcela do não circulante	3.531	4.065

Banco do Brasil – New York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em fevereiro de 2012.
Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo sofreu um aumento de 16,7%, totalizando R$16.632 mil em 2011, em comparação com R$14.252 mil em 2010, tendo em vista que a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tais valores serão compensados com impostos futuros, suportados por projeções orçamentárias da Companhia:

(em milhares de R$)	31.12.2011	31.12.2010
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	11.293	9.206
Sobre prejuízo fiscal	932	1.272
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	4.071	3.316
Sobre base de cálculo negativa	336	458
	16.632	14.252

Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia permaneceram praticamente estáveis entre 2011 e 2010 com variação de 0,7%, totalizando R$239.997 mil em 2011, em comparação com R$238.215 mil em 2010 e compreendem o cultivo e plantio de florestas de *pinus* e *eucalyptus* para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, em decorrência do atendimento pela Companhia das normas do IFRS, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

(em milhares de R$)	31.12.2011	31.12.2010
Custo de formação dos ativos biológicos	74.107	44.003

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Diferencial do valor justo	165.890	194.212
Ativo biológico a valor justo	239.997	238.215

Passivo e Patrimônio Líquido

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2011	ah%	31.12.2010
	(em milhares de R$)		
CIRCULANTE			
Captações	89.020	(12,4)	101.654
Fornecedores	37.713	(4,8)	39.632
Obrigações sociais e previdenciárias	19.021	92,3	9.889
Obrigações tributárias	7.900	6,3	7.432
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	-	-
Parcelamentos tributários	4.682	13,8	4.113
Debêntures	26.000	103,3	12.788
Cédula de crédito imobiliário - CCI	13.258	-	13.258
Adiantamento de clientes	1.159	(40,3)	1.941
Partes relacionadas	-	-	-
Dividendos a pagar	5.607	(42,6)	9.775
Outras contas a pagar	9.333	1,3	9.214
	213.693	1,9	209.696
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Captações	171.144	83,5	93.283
Debêntures	60.480	(31,4)	88.124
Cédula de Crédito Imbobiliário - CCI	8.839	(60,0)	22.097
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	41.717	4,5	39.928
Parcelamentos tributários	10.839	(25,9)	14.624
Obrigações Tributárias	11.062	77,6	6.230
Outras contas a pagar	219	(64,7)	621
Imposto de renda e contribuição social diferidos	199.511	(1,7)	203.027
	503.811	7,7	467.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria	(2.038)	559,5	(309)
Reserva de reavaliação	9.688	(3,5)	10.044
Reserva legal	3.331	16,3	2.863
Reserva de lucros a realizar	-	(100,0)	79.770
Reserva de ativos biológicos	74.743	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	248.859	(9,1)	273.631
Reserva de retenção de lucros	66.266	75,6	37.736
Lucros acumulados	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	464.230	(0,6)	467.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	20	42,9	14
	464.250	(0,6)	467.130
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.181.754**	**3,2**	**1.144.760**

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 3,2%, totalizando R$1.181.754 mil em 2011, em comparação com R$1.144.760 mil em 2010, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo

Captações

O saldo da conta captações apresentou redução de 12,4% no curto prazo, totalizando R$89.020 mil em 2011, contra os R$101.654 mil em 2010, e aumento de 83,5% no longo prazo, totalizando R$ 171.144 mil em 2011, contra R$ 93.283 mil em 2010. As variações nas contas de captações, debêntures e operação de CRI estão representadas no item 10.1(f) - "Comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas".

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou redução de 4,8%, atingindo R$37.713 mil em 2011, contra os R$39.632 mil em 2010. A variação decorre principalmente das movimentações nos prazos médios de pagamento aos fornecedores.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE	31.12.2011	31.12.2010
Interno		
Materiais	27.741	32.695
Ativo imobilizado	1.975	291
Prestador de serviços	2.603	2.160
Transportadores	5.271	3.825
Partes relacionadas	-	-
Externo		
Materiais	123	661
	37.713	39.632

Parcelamentos Tributários

Os saldos dos parcelamentos tributários referente a Refis INSS e Receita Federal e também referente ao ICMS que sofreram redução em virtude dos pagamentos realizados nos períodos. O INSS Patronal teve reconhecimento em 2010 e a redução para 2011 também ocorreu em função do pagamento das parcelas.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE

	31.12.2011	31.12.2010
Parcelamento REFIS INSS	-	674
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.177	1.418
Parcelamento ICMS	1.693	1.321
Parcelamento CSLL	-	-
Parcelamento INSS Patronal	812	700
	4.682	4.113

NÃO CIRCULANTE

	31.12.2011	31.12.2010
Parcelamento REFIS INSS	-	608
Parcelamento REFIS Receita Federal	6.253	8.353
Parcelamento ICMS	2.784	3.509
Parcelamento CSLL	-	-
Parcelamento INSS Patronal	1.802	2.154
	10.839	14.624

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários apresentou aumento de 4,5%, atingindo R$41.717 mil em 2011, contra os R$39.928 mil em 2010. A Companhia, amparada em pareceres e opiniões dos assessores internos e externos da Companhia, mantém provisões para os processos judiciais e administrativos cuja perda é classificada como provável. A redução

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

nas provisões cíveis deu-se em razão de compensação de provisão registrada relativa a aluguéis de exercícios passados, registrada em função de uma ação cível, com os respectivos depósitos judiciais por reversão desses em nome da outra parte, sendo que esta compensação não impactou o resultado do exercício. Atualmente são mantidas provisões cíveis para pedidos de indenização de rescisões contratuais de representação comercial. Atualmente são mantidas provisões trabalhistas para reclamações formalizadas por ex- funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. As provisões tributárias são aumentadas em razão de a Companhia realizar compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas.

(em milhares de R$)	31.12.2011	31.12.2010
Provisão cíveis	1.308	7.669
Provisão trabalhistas	566	575
Provisão tributárias	39.843	31.684
	41.717	39.928
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	41.717	39.928

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são apresentadas abaixo:

Ações em tesouraria

A variação na conta de ações em tesouraria é decorrente da aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão de acordo com os termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração em 24.11.2010. O prazo da operação foi de 365 dias (até 23.11.2011). A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R$ 229 mil, e até 23.11.2011, quando o programa foi encerrado, mais 66.900 no valor de R$ 1.761. Ainda estão registradas em tesouraria ações adquiridas de ex-diretores que se desligaram dos cargos em períodos anteriores no valor de R$47 mil (em 2011) e R$80 mil (em 2010).

Reserva de Reavaliação

Esta reserva foi constituída por reavaliação de alguns ativos, edificações, terrenos e florestas, a valor de mercado em 1994. A mesma vem sendo realizada pela depreciação e exaustão dos referidos ativos.

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de lucros a realizar e Reserva de retenção de lucros. A Reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Em 2010, o valor destinado para constituição desta reserva foi de R$2.049 mil e em 2011 foram destinados R$468 mil para esta reserva. A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura por ocasião da adoção inicial ao IFRS. Em 2010 está registrado nesta conta o valor de R$79.770 mil. Em 31 de dezembro de 2011 esta reserva foi transferida para a reserva de ativos biológicos, criada para manter os valores a realizar referente a adoção inicial do ajuste ao Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS. A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação de prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Em 2011, o saldo desta esta reserva é de R$66.266 mil e em 2010, o saldo era de R$37.736 mil, reservados para futuros investimentos em ativo imobilizado aprovados pelo Conselho de Administração.

Reserva de ativos biológicos

Em 31 de dezembro de 2011, foram transferidos para a esta reserva R$74.743 mil, constituída no pressuposto de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de manter os valores a realizar referente à adoção inicial do Valor Justo dos Ativos Biológicos para fins de IFRS (CPC 29) e que antes eram registrados em reserva de lucros a realizar.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes da opção pela Companhia, da atribuição de custo ao ativo imobilizado (*deemed cost*). Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresa especializada. Os saldos variam pela sua realização que se dará pela respectiva depreciação do valor do custo atribuído.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados da Companhia dos exercícios encerrados em 2010 e 2009

Ativo

ATIVO	**31.12.2010**	**ah%**	**31.12.2009**
CIRCULANTE		(em milhares de R$)	
Caixa e equivalentes de caixa	40.362	1.234,3	3.025
Contas a receber de clientes	78.900	28,4	61.457
Estoques	39.007	19,4	32.659
Impostos a recuperar	8.650	27,7	6.775
Bancos conta vinculada	6.419	(47,4)	12.202
Outros ativos	8.445	(22,9)	10.948
Ativos mantidos para venda	530	-	-
	182.313	43,5	127.066
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Impostos a recuperar	2.401	(52,3)	5.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.252	23,7	11.518
Depósitos Judiciais	7.513	(0,8)	7.570
Bancos conta vinculada	4.065	-	-
Outros ativos	5.118	207,8	1.663
Ativos mantidos para venda	6.560	-	-
Investimentos	-	-	458
Imobilizado	684.323	(3,5)	709.409
Ativos biológicos	238.215	19,3	199.743
	962.447	2,9	935.399
TOTAL DO ATIVO	**1.144.760**	**7,7**	**1.062.465**

Os ativos totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 7,7%, totalizando R$1.144.760 mil em 2010, em comparação com R$1.062.465 mil em 2009, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa apresentaram um crescimento de 1.234,3%, totalizando R$40.362 mil em 2010, contra os R$3.025 mil em 2009, justificado, principalmente, pelas operações de crédito de maior volume realizadas pela Companhia em 2010 e a manutenção em caixa de valores para fazer frente aos compromissos a serem cumpridos no início de 2011. Ainda, em 2011, a Companhia adotou política financeira de manter em caixa valores para pagamento de compromissos de curto prazo que não sejam atendidos pelo seu fluxo de caixa, justificando a variação no período.

(em milhares de R$)	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Fundo fixo	21	20
Bancos	2.445	3.005
Aplicações financeiras	37.896	-
	40.362	3.025

As aplicações financeiras foram feitas em renda fixa (CDB) e remuneradas a taxa média de 102,5% do CDI.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia sofreram aumento de 28,4%, totalizando R$78.900 mil em 2010, em comparação com R$61.457 mil em 2009. Este crescimento está diretamente relacionado ao crescimento da receita de vendas nesses períodos, e ainda, pelo aumento de prazo médio de vendas.

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
Contas a receber de:		
Clientes - mercado interno	82.357	63.258
Clientes - mercado externo	2.949	4.241
	85.306	67.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.406)	(6.042)
	78.900	61.457

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como:

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
A vencer	75.644	55.979
Vencidos até 30 dias	2.203	3.612
Vencidos de 31 a 60 dias	563	1.000
Vencidos de 61 a 90 dias	288	139
Vencidos de 91 a 180 dias	48	78
Vencidos há mais de 180 dias	6.560	6.691
	85.306	67.499

Estoques

Os estoques da Companhia sofreram aumento de 19,4%, totalizando R$39.007 mil em 2010, em comparação com R$32.659 mil em 2009. A Diretoria da Companhia entende que os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares compatíveis com as operações.

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
Produtos acabados	7.975	6.475
Materiais de produção	20.370	16.684
Materiais de consumo	10.340	9.333
Outros estoques	322	167
	39.007	32.659

Bancos Conta Vinculada

O ativo bancos conta vinculada sofreu diminuição de 14,1%, totalizando R$10.484 mil em 2010, em comparação com R$12.202 mil em 2009, em função de liberação de valor vinculado por alienação de terras em 12 de fevereiro de 2010 no valor de R$8.399 mil. Em contrapartida no mesmo período houve nova operação em que o valor de R$5.976 mil permaneceu retido, para garantir amortização de parcelas trimestrais de empréstimo de pré-pagamento de exportações.

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
Banco do Brasil - Nova York	5.976	-
Banco Credit Suisse - Brasil	4.508	3.803
Alienação de terras		- 8.399
	10.484	12.202
Parcela do circulante	6.419	12.202
Parcela do não circulante	4.065	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco do Brasil – New York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em fevereiro de 2012.

Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB.

Alienação de Terras – representado pelo valor retido em conta vinculada até a certificação do georreferenciamento pelo INCRA de área de terras vendida no ano de 2009. O valor foi liberado em 12 de fevereiro de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo sofreu um aumento de 23,7%, totalizando R$14.252 mil em 2010, em comparação com R$11.518 mil em 2009, tendo em vista que a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Tais valores serão compensados com impostos futuros, suportados por projeções orçamentárias da Companhia.

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre provisões temporárias	9.206	6.159
Sobre prejuízo fiscal	1.272	2.308
Contribuição social diferida ativa		
Sobre provisões temporárias	3.316	2.220
Sobre base de cálculo negativa	458	831
	14.252	11.518

Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia sofreram um aumento de 19,3%, totalizando R$238.215 mil em 2010, em comparação com R$199.743 mil em 2009 em razão do aumento de seu valor justo apurado em 31 de dezembro de 2010, este impulsionado por aumento de preços desses ativos e também pelo incremento de volumes das florestas no período. Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de *pinus* e *eucalyptus* para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, em decorrência do atendimento pela Companhia das normas do IFRS, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

(em milhares de R$)

	31.12.2010	31.12.2009
Custo de formação dos ativos biológicos	44.003	42.816
Diferencial do valor justo	194.212	156.927
Ativo biológico a valor justo	238.215	199.743

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo e Patrimônio Líquido

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.10	ah%	31.12.09
	(em milhares de R$)		
CIRCULANTE			
Captações	101.654	(24,6)	134.775
Fornecedores	39.632	6,1	37.352
Obrigações sociais e previdenciárias	9.889	37,7	7.184
Obrigações tributárias	7.432	(5,0)	7.826
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	-	1.038
Parcelamentos tributários	4.113	13,6	3.620
Debêntures	12.788	-	-
Cédula de crédito imobiliário - CCI	13.258	-	-
Adiantamento de clientes	1.941	25,5	1.547
Partes relacionadas	-	-	306
Dividendos a pagar	9.775	152,5	3.872
Outras contas a pagar	9.214	23,1	7.485
	209.696	2,3	205.005
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Captações	93.283	(44,7)	168.725
Debêntures	88.124	-	-
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	22.097		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	39.928	44,3	27.664
Parcelamentos tributários	14.624	2,3	14.292
Obrigações Tributárias	6.230	959,5	588
Outras contas a pagar	621	(40,7)	1.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.027	0,3	202.422
	467.934	12,8	414.739
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	63.381	-	63.381
Ações em tesouraria	(309)	286,3	(80)
Reserva de reavaliação	10.044	(3,5)	10.409
Reserva legal	2.863	251,7	814
Reserva de lucros a realizar	79.770	(6,3)	85.165
Reserva de ativos biológicos	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	273.631	(0,3)	274.479
Reserva de retenção de lucros	37.736	341,6	8.545
Lucros acumulados	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	467.116	5,5	442.713
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	14	75,0	8
	467.130	5,5	442.721
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.144.760**	**7,7**	**1.062.465**

O passivo e patrimônio líquido totais consolidados da Companhia sofreram aumento de 7,7%, totalizando R$1.144.760 mil em 2010, em comparação com R$1.062.465 mil em 2009, explicado principalmente pelas variações nas rubricas comentadas abaixo:

Passivo

Captações

O saldo da conta captações apresentou redução de 24,6% no curto prazo, totalizando R$101.654 mil em 2010, contra os R$134.775 mil em 2009, e também redução de 44,7% no longo prazo, totalizando R$ 93.283 mil em 2010, contra R$ 168.725 mil em 2009. As variações nas contas de captações, debêntures e operação de CRI estão representadas no item 10.1(f) - "Comentários dos Diretores sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas".

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores apresentou aumento de 6,1%, atingindo R$39.632 mil em 2010, contra os R$37.352 mil em 2009. A variação decorre principalmente das movimentações nos prazos médios de pagamento aos fornecedores.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE	31.12.2010	31.12.2009
Interno		
Materiais	32.695	28.077
Ativo imobilizado	291	658
Prestador de serviços	2.160	2.823
Transportadores	3.825	4.735
Partes relacionadas	-	802
Externo		
Materiais	661	257
	39.632	37.352

Parcelamentos Tributários

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

(em milhares de R$)

CIRCULANTE

	31.12.2010	31.12.2009
Parcelamento REFIS INSS	674	1.226
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.418	1.407
Parcelamento ICMS	1.321	970
Parcelamento CSLL	-	17
Parcelamento INSS Patronal	700	-
	4.113	3.620

NÃO CIRCULANTE

	31.12.2010	31.12.2009
Parcelamento REFIS INSS	608	1.137
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.353	9.274
Parcelamento ICMS	3.509	3.881
Parcelamento INSS Patronal	2.154	-
	14.624	14.292

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

O saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários apresentou aumento de 39,1%, atingindo R$39.928 mil em 2010, contra os R$28.702 mil em 2009. A Diretoria da Companhia, amparada em pareceres e opiniões dos assessores internos e externos da Companhia, mantém provisões para os processos judiciais e administrativos cuja perda é classificada como provável (acima de 50% chance de perda). São mantidas provisões trabalhistas para reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. As provisões tributárias são aumentadas em razão de a Companhia realizar compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(em milhares de R$)	31.12.2010	31.12.2009
Provisão cíveis	7.669	7.667
Provisão trabalhistas	575	2.159
Provisão tributárias	31.684	18.876
	39.928	28.702
Parcela do circulante	-	1.038
Parcela do não circulante	39.928	27.664

Patrimônio Líquido

As principais variações nas contas do patrimônio líquido entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são apresentadas abaixo:

Ações em tesouraria

Encontram-se registradas em tesouraria ações adquiridas de ex-diretores que se desligaram dos cargos em períodos anteriores no valor de R$80 mil (em 2010 e 2009).

Reserva de Reavaliação

Esta reserva foi constituída por reavaliação de alguns ativos, edificações, terrenos e florestas, a valor de mercado em 1994. A mesma vem sendo realizada pela depreciação e exaustão dos referidos ativos.

Reservas de lucros

As reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de lucros a realizar e Reserva de retenção de lucros. A Reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Em 2009 foi destinado o valor de R$814 mil para constituição desta reserva. A Reserva de lucros a realizar foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura por ocasião da adoção inicial ao IFRS. Em 2009 e 2010 estão registrados nesta conta os valores de R$85.165 mil e R$79.770 mil, respectivamente. A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação de prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Em 2010, o saldo era de R$37.736 mil e em 2009 era de R$8.545 mil, reservados para investimentos em ativo imobilizado aprovados pelo Conselho de Administração.

Ajuste de avaliação patrimonial

As principais variações na conta de ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes do custo atribuído ao ativo imobilizado (*deemed cost*). Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresa especializada. Os saldos variam pela sua realização que se dará pela respectiva depreciação do valor do custo atribuído.

Análise do Fluxo de Caixa

Análise do Fluxo de Caixa para os períodos encerrados em 31 de março de 2012 e 2011

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia no período de três meses findos em 31 de março de 2012 e no período de 3 meses findos em 31 de março de 2011.

(em milhares de R$)	31.03.12	31.03.11
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	74.722	40.362
Atividades operacionais	8.538	8.244
Atividades de investimentos	(4.784)	(4.049)
Atividades de financiamento	6.609	(13.714)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	85.085	30.843

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R$ 8.538 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2012 e de R$ 8.244 mil no período de três meses findos em 31 de março de 2011, com um acréscimo na geração de caixa das atividades operacionais de R$ 294 mil. Não houve variações significativas nas atividades operacionais para os períodos em análise exceto o aumento de receita líquida de 1,8%, que foi gerado devido o aumento nos preços médios de papel para embalagens de 7,8%.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou diminuição de caixa de R$ 4.784 mil no período de três meses findos em 31 de março de 2012 e de R$4.049 mil no mesmo período em 2011, com um aumento nos gastos necessários às atividades de investimento de R$735 mil, sendo o principal motivo a alienação de bens do ativo permanente (principalmente máquinas e equipamentos mantidos para venda originados na operação descontinuada em 2010, no valor de R$ 505 mil), resultando no recebimento de caixa que não se repetiu em 2012.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou geração de caixa de R$ 6.609 mil no período de três meses findos em 31 de março de 2012 e diminuição de R$ 13.714 mil no mesmo período em 2011, com acréscimo na geração de caixa de R$ 20.323 mil, principalmente devido ao aumento das captações de R$ 34.753 mil, sendo a principal captação com o Banco Itaú BBA S.A no valor de R$ 39.575 mil em 23 de março de 2012, parcialmente compensada pelo aumento de pagamentos de empréstimos de R$ 15.224 mil no primeiro trimestre de 2012 comparado ao primeiro trimestre de 2011, destacando o pagamento da parcela do principal das debêntures de R$12.500 mil no primeiro trimestre de 2012.

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia dos exercícios sociais findos em 2011 e 2010.

(em milhares de R$)

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.362	3.025
Atividades operacionais	74.956	35.959
Atividades de investimentos	(29.992)	(18.698)
Atividades de financiamento	(10.604)	20.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	74.722	40.362

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R$74.956 mil no exercício social de 2011 e de R$35.959 mil no exercício social de 2010, com um acréscimo na geração de fluxo de caixa das atividades operacionais de R$38.997 mil. A principal contribuição para este aumento de geração de caixa nas atividades operacionais no período foi o aumento na receita líquida em 8,8% no período, alavancada por aumentos de preços médios de embalagens de papelão ondulado de 6,3% e de papeis para embalagens de 7,3%. Embora as despesas operacionais com vendas tenham aumentado aproximadamente 12,5% em função do aumento no volume total de vendas no período, as despesas operacionais gerais e administrativas reduziram aproximadamente 15% e, no total, as despesas operacionais não afetaram negativamente, de modo significativo, a geração de caixa de Companhia.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou diminuição de caixa de R$29.992 mil no exercício social de 2011 e de R$18.698 mil no exercício social de 2010, com um aumento nos gastos necessários às atividades de investimento de R$ 11.294 mil, principalmente desembolsos referente a obra da substação rebaixadora 138 KV no valor de R$ 3.103 mil e no desembolso para aquisição de terras na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R$ 5.000 mi, o que contibuiu para o aumento dos gastos com aquisição de imobilizado no valor de R$ 10.579 mil no exercício social de 2011 em relação ao exercício social de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou diminuição de caixa de R$10.604 mil no exercício social de 2011 e geração de caixa de R$20.076 mil no exercício social de 2010, com uma diminuição na geração de caixa de R$ 30.680 mil principalmente devido á diminuição de R$78.868 nas captações, sendo no exercício social de 2011 a principal captação Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA de R$ 90.000 mil em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A, e em 2010 sendo as principais captações: Debêntures de R$ 100.575 mil; Cédula de Crédito Imobiliário-CCI de R$ 35.355 mil; Exim Banco Safra S.A de R$ 27.000 mil; Exim Banco Itaú BBA S.A de R$ 15.000 mil. A diminuição nas captações foi parcialmente compensada pela diminuição de pagamentos de empréstimos de R$ 59.772 em relação aos exercícios sociais de 2011 e de 2010, destacando a liquidação do saldo de empréstimo de capital de giro Banco Safra S.A de R$ 27.661 mil e a liquidação do saldo de empréstimo de capital de giro Itaú BBA S.A de R$ 31.200 mil no exercício social de 2010.

Análise do Fluxo de Caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Apresenta-se a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia dos exercícios sociais findos em 2010 e 2009.

(em milhares de R$)

	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.025	1.370
Atividades operacionais	35.959	6.052
Atividades de investimentos	(18.698)	1.188
Atividades de financiamento	20.076	(5.585)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.362	3.025

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou geração de caixa de R$35.959 mil no exercício social de 2010 e de R$ 6.052 mil no exercício social de 2009, com um acréscimo na geração de fluxo de caixa das atividades operacionais de R$29.907 mil. A principal contribuição para este aumento de geração de caixa nas atividades operacionais no período foi o aumento na receita líquida em 26,5%, principalmente decorrente dos investimentos realizados em 2007 e 2008 no âmbito do projeto Superação, que conferiu maior competitividade e maior capacidade de produção de embalagem de papelão ondulado e de papel para embalagens. Também em 2010 houve aumentos nos preços médios de venda de embalagens de papelão ondulado de 15,5% e de preços médios de venda de papéis para embalagens em 15,3% em relação a 2009.

Atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos apresentou diminuição de caixa de R$18.698 mil no exercício social de 2010 e geração de caixa de R$1.188 mil no exercício social de 2009, com um aumento nos gastos necessários as atividades de investimento de R$19.886 mil em relação aos exercícios sociais de 2010 e de 2009, sendo a maior variação a diminuição dos recebimentos com alienação de ativos no valor de R$26.854 mil no exercício social de 2010 em relação ao exercício social de 2009.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou geração de caixa de R$ 20.076 mil no exercício social de 2010 e diminuição de caixa de R$5.585 mil no exercício social de 2009, com um aumento na geração de caixa de R$25.661 mil, sendo as principais variações o aumento das captações de R$106.028 mil em relação aos exercícios sociais de 2010 e de 2009, sendo a principal captação debêntures de R$100.575 mil em 12 de abril de 2010, parcialmente compensada pelo aumento de pagamentos de empréstimos de R$76.324 mil, destacando a liquidação do saldo de empréstimo de capital de giro Banco Safra S.A de R$27.661 mil e a liquidação do saldo de empréstimo de capital de giro Itaú BBA S.A de R$31.200 mil no exercício social de 2010.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia.

Segundo dados da ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição em metros quadrados de papelão ondulado no primeiro trimestre de 2012 foi em 1,5% superior ao primeiro trimestre 2011, praticamente o mesmo crescimento apresentado pela Companhia em seu segmento de embalagens de papelão ondulado, que foi de 1,6%. De forma consistente com os anos anteriores, o segmento de embalagens de papelão ondulado representou aproximadamente 60% das receitas de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidadas da Companhia no primeiro trimestre de 2012. A receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidada da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2012 foi de R$117.658 mil, representando um crescimento de 1,8% em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho deve-se principalmente a aumentos de volumes e de preços praticados nos dois principais segmentos da Companhia que são Embalagens de Papelão Ondulado e Papel para Embalagens. O dólar fechou com queda de 2,9% no primeiro trimestre de 2012, quando comparado a 31 de dezembro de 2011, o que contribuiu para reduzir em Reais a dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes ou inferiores aos recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas estrangeiras. No primeiro trimestre de 2012, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R$ 3.497 mil, 11,9% inferior ao mesmo período de 2011. O EBITDA Ajustado consolidado foi de R$28.209 mil, mantendo-se estável em relação ao mesmo período de 2011. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 24,0% no primeiro trimestre de 2012 contra 24,3% do mesmo período de 2011. A relação dívida líquida/EBITDA Ajustado consolidada que era 2,58 vezes em 31 de dezembro de 2011, passou para 2,55 vezes em 31 de março de 2012. Em 31 de março de 2012, 31,9% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R$119.379 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) totalizavam R$92.084 mil.

O ano de 2011 foi marcado pela estabilidade financeira e econômica brasileira, o que proporcionou crescimento moderado do país de 2,7%, inferior ao crescimento do PIB de 2010 que foi de 7,5%. Segundo dados da ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição em metros quadrados de papelão ondulado em 2011 foi em 1,0% superior a 2010, mesmo crescimento apresentado pela Companhia em seu segmento de embalagens de papelão ondulado, que representa aproximadamente 60% do seu faturamento. A receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidada da Companhia em 2011 foi de R$481.513 mil, apresentando um crescimento de 8,8% em relação a 2010, cujo montante foi de R$442.686 mil. Este desempenho deveu-se principalmente à boa performance operacional das fábricas que tiveram ganhos de eficiência e por aumentos de preços que compensaram os aumentos dos custos registrados no período. O dólar fechou com alta de 12,6% no ano de 2011 em relação a 2010, o que contribuiu para aumentar em Reais a dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes ou inferiores aos recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas estrangeiras. Em 2011, o lucro líquido consolidado da Companhia foi de R$9.354 mil. O EBITDA Ajustado foi consolidado de R$110.536 mil, apresentando incremento de 19,9% em 31 de dezembro de 2011 quando comparado a R$92.199 mil de 31 de dezembro 2010. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 23,0% em 2011 contra 20,8% de 2010, aumento de 2,4 pontos percentuais. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,04 vezes em 2010, passou para 2,58 vezes em 2011. Em 31 de dezembro de 2011, 34,8% do total do endividamento consolidado da Companhia estava no curto prazo, no montante de R$128.278 mil, sendo que as disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) totalizavam R$83.396 mil. Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) no valor de R$90.000 mil com prazo total de 6 anos.

Já o ano de 2010 foi marcado pela recuperação da crise financeira e econômica que marcou os anos de 2008 e 2009. O PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 em relação a 2009, o que gerou forte demanda por embalagens de papelão ondulado. De acordo com a ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição de papelão ondulado em 2010 foi 13% superior ao ano de 2009 em metros quadrados, sendo que a Companhia teve crescimento de 24,5% no mesmo período, superior, portanto, à performance do setor, o que permitiu a Companhia elevar sua participação no mercado para 5,5%. Este resultado foi possível em função dos investimentos realizados em 2007 e 2008 no Projeto Superação, que conferiu a Companhia maior competitividade e ampliou a capacidade de produção das plantas de papelão ondulado localizadas em Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina, e Indaiatuba, no Estado de São Paulo. A receita de venda de bens e/ou serviços (receita líquida de vendas) consolidada da Companhia consolidada teve um crescimento de 26,5% em 2010 em relação a 2009, cujo montante foi de R$349.997 mil. Esse bom desempenho se deve aos investimentos realizados em 2007 e 2008 no âmbito de um projeto de investimentos da Companhia, chamado Projeto Superação, que conferiu maior competitividade e maior capacidade de produção de papel e embalagem. Em 2010 também se verificaram aumentos dos preços dos produtos, que compensaram os aumentos dos custos no período.

O dólar fechou praticamente estável no ano de 2010 em relação a 2009, o que contribuiu para manter a estabilidade em reais da dívida denominada em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desencaixes adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O ano de 2010 foi também marcado pela mudança das normas contábeis, que com reflexos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, deixando-as mais precisas e adequadas em relação a sua real situação financeira e patrimonial. Os impactos da adoção das novas normas contábeis estão contidos nas notas explicativas às demonstrações financeiras. O lucro líquido consolidado de 2010 foi de R$ 34.360 mil, apresentando um crescimento quanto ao lucro líquido consolidado de 2009, de R$21.951 mil. O EBITDA Ajustado consolidado ficou praticamente estável perfazendo R$ 92.199 mil em 2010 comparado a R$ 92.395 mil em 2009. Com isso a margem EBITDA Ajustado consolidada foi de 20,8% em 2010 contra 26,4% de 2009. A relação dívida líquida/EBITDA consolidada que era 3,12 vezes em 2009, passou para 3,04 vezes em 2010. Em 31 de dezembro de 2010, 38,6% do endividamento total consolidado da Companhia estava no curto prazo, em montante de R$127.700 mil, com disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) de R$50.846 mil. Já em 31 de dezembro de 2009, as dívidas consolidadas no curto prazo da Companhia representavam 44,4% do total do endividamento consolidado, com disponibilidades (soma do caixa e equivalentes de caixa e dos saldos de Bancos conta vinculada do ativo circulante e não circulante consolidados) de R$15.227 mil. A Companhia emitiu, em 25 de março de 2010, debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, no montante de R$100.000 mil, com prazo total de 5 anos e em 03 de agosto de 2010 captou, através de operação de securitização juntamente com sua controlada Irani Trading S.A., estruturada na forma de Cédulas de Crédito Imobiliário e Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, R$ 40.833 mil, com prazo de 3 anos. Tais operações tiveram como objetivos principais fazer frente à necessidade de refinanciamento verificada para 2010 e 2011.

Em relação a 2009, o ano ficou marcado pela forte crise financeira e econômica mundial iniciada em 2008 e como o ano da consolidação dos investimentos feitos em 2007 e 2008. Em meio à crise, a Companhia teve suas margens de geração de caixa crescendo substancialmente, assim como sua participação no segmento de embalagem papelão ondulado, resultado do novo patamar de competitividade alcançado após os investimentos do Projeto Superação. Também, em 2009, foram implementadas medidas de redução de custos em todas as unidades, buscando adequar a estrutura operacional à nova realidade trazida pela crise. A receita de venda de bens e/ou serviços consolidada da Companhia permaneceu praticamente estável em 2009, com redução de apenas 1,4% em relação a 2008. Esse bom desempenho, verificado pela Companhia num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial, ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens de papelão ondulado em suas duas plantas: em Indaiatuba, Estado de São Paulo, onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. A fábrica de papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagem papelão ondulado.

O lucro líquido consolidado da Companhia é fortemente afetado pela volatilidade do câmbio. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira onde suas liquidações são equivalentes aos recebimentos em moeda estrangeira, de modo que o fluxo de caixa, nestas moedas, seja equilibrado. No entanto, devido à volatilidade das moedas estrangeiras em relação ao Real, que são usadas para atualizar o estoque da dívida denominados nestas moedas, ocorre a contabilização de valores relevantes, positivos e negativos, na conta de variação cambial. Esta contabilização, de efeito apenas econômico, provoca impactos significativos nos resultados da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos impactos de itens tais como: exposição cambial, taxas de câmbio, e taxa de inflação:

Impacto da variação da taxa de câmbio

A condição financeira e os resultados das operações da Companhia tem sido, e continuarão sendo, afetados pela taxa de câmbio do Real frente ao dólar dos EUA, tendo em vista que parte significativa das dívidas da Companhia está denominada em dólares dos EUA e, portanto, os respectivos pagamentos de principal e juros devem ser realizados em dólares dos EUA.

A tabela abaixo mostra a cotação cambial ao final de cada um dos períodos.

	31.03.2012	2011	2010	2009
Cotação ao final do período – US$ 1,00	R$ 1,82	R$ 1,88	R$ 1,66	R$ 1,74

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e de 2010, essas operações apresentam exposição passiva líquida consolidada conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida consolidada em moeda estrangeira é equivalente a 22 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2011, e 20 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos 03 meses findos em 31 de março de 2012. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

Dados consolidados (em R$ mil)			
	31.03.2012	31.12.2011	31.12.2010
Contas a receber	7.503	4.198	2.949
Créditos de carbono a receber	6.794	6.378	5.789
Bancos conta vinculada	6.999	8.674	10.484
Adiantamento de clientes	(218)	(661)	(207)
Fornecedores	(37)	(123)	(661)
Empréstimos e financiamentos	(124.230)	(89.545)	(99.841)
Exposição líquida	(103.189)	(71.079)	(81.487)

O endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 52,4% do endividamento da Companhia em 2009. Em 2010, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 27,9% em 2010. Em 2011, 23,9% do endividamento da Companhia correspondia ao endividamento consolidado em dólares dos EUA. No trimestre encerrado em 31/03/2012, o endividamento consolidado em dólares dos EUA representava 22,7% do endividamento da Companhia. Desta forma, quando o Real se valoriza em relação ao dólar dos EUA:

- os custos de juros das dívidas da Companhia denominadas em dólares dos EUA diminui em Reais, e tal diminuição afeta positivamente o resultado de nossas operações em Reais;
- o valor de nossas dívidas denominadas em dólares dos EUA diminui em Reais, e o valor total de nossas dívidas diminui em Reais;
- nossas despesas financeiras líquidas tendem a diminuir como resultado dos ganhos com variação cambial incluídos em nossos resultados**.**

A depreciação do dólar dos EUA contra o Real tem efeito contrário.

Impacto da variação de Taxas de juros

O resultado financeiro da Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Inflação

O Brasil tem historicamente experimentado altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos na economia brasileira, principalmente antes de 1995. As taxas de inflação foram de 4,2% em 2009, 5,9% de 2010, 6,5% em 2011 e 5,2% no primeiro trimestre de 2012, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os custos de caixa e despesas operacionais da Companhia são substancialmente feitos em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, uma vez que os fornecedores e prestadores de serviços da Companhia geralmente aumentam os preços para refletir a desvalorização da moeda. A inflação, as ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente influenciar os resultados operacionais apresentados pela Companhia.

Impacto da Variação de Preços de Papel e Embalagem

A demanda dos produtos da Companhia está diretamente relacionada à atividade econômica geral, em especial ao setor de consumo doméstico brasileiro. Desta forma os preços dos principais produtos comercializados pela Companhia estão sujeitos às variações da demanda no cenário interno. Aumentos significativos nos preços dos produtos da Companhia e, por consequência, nos preços que esta consegue cobrar, provavelmente devem aumentar a receita líquida da Companhia e seus resultados operacionais na medida em que a Companhia consiga manter suas margens operacionais e o aumento de preços não reduza o volume de vendas. Por outro lado, reduções significativas nos preços internacionais dos produtos da Companhia e, consequentemente, nos preços que a Companhia pode cobrar por seus produtos, provavelmente devem diminuir a receita líquida e resultado das operações da Companhia caso esta não consiga aumentar suas margens operacionais e a redução de preços não aumente o volume de vendas.

	31.12.2011	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**Variação 2011 x 2010**	**Variação 2010 x 2009**
Preços médios Segmento Papel para Embalagem (R$/ton)	R$ 2.367	R$ 2.206	R$ 1.914	+7,3%	+15,3%
Preços médios Segmento Embalagem Papelão Ondulado (R$/ton)	R$ 3.091	R$ 2.907	R$ 2.612	+6,3%	+11,3%

	31.03.2012	**31.03.2011**	**Variação 31.03.2012 X 31.03.2011**
Preços médios Segmento Papel para Embalagem (R$/ton)	R$ 2.421	R$ 2.245	+7,8%
Preços médios Segmento Embalagem Papelão Ondulado (R$/ton)	R$ 2.990	R$ 3.121	-4,2%

Fonte: IRANI

Impacto da Variação de Preços dos Principais Insumos

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo da Companhia são celulose (fibra virgem) e aparas de papelão (reciclado). Uma grande parte da celulose (fibra virgem) consumida pela Companhia é produzida em suas próprias propriedades, desta forma o impacto de uma possível variação no seu preço é minimizado. As aparas de papelão, todavia, são adquiridas no mercado. Estas estão sujeitas a variações adversas nos preços ou até mesmo falta no mercado, o que provavelmente pode afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Nos últimos três anos e no 1° trimestre de 2012 os preços médios das aparas adquiridas pela Companhia foram de:

	31.03.2012	**2011**	**2010**	**2009**
Preços médios das aparas (R$/ton)	402,91	390,04	450,26	291,53

Fonte: IRANI

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional
Em 2011, não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Em 2010 a Companhia optou por encerrar as atividades de fabricação de móveis, que são parte do segmento móveis, permanecendo com as operações de comercialização. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC). As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia mantém a estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passou a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet. A Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional durante o ano de 2009.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Em 2011, a Companhia constituiu a controlada Iraflor Comércio de Madeira Ltda. e, ainda em 2011, aumentou o seu capital mediante um aporte de florestas plantadas da Companhia para integralização de capital no valor de R$37.475 mil. No primeiro trimestre de 2012 foram integralizados R$ 3.360 mil. Ainda estão previstos aportes adicionais de florestas ao capital de tal controlada, no valor de R$56.478 mil. Em 2010, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda. no montante de R$ 3.000 mil. Em 2009, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading S.A. pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R$ 38.172 mil, com a finalidade de captar recursos através de uma oferta pública de certificado de recebíveis imobiliários lastreado em contrato de locação. Também em 2009, a Companhia adquiriu a participação de 99,98% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda. com quotas a serem integralizadas até o final de 2012.

c) eventos ou operações não usuais
Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2011, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, que pudessem gerar efeitos nas suas demonstrações contábeis.

Em 2010 e comparativamente ao exercício 2009 quando fez a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

Os novos pronunciamentos contábeis adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados a seguir:

CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo. Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas.

CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior. O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis. A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos. As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas demonstrações financeiras consolidadas. O valor referente a ágio na aquisição de controladas foi baixado no balanço de abertura em 01.01.09, em contrapartida a variação do valor justo dos ativos biológicos mantido em conta de reserva no patrimônio líquido da Companhia.

CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n° 11.638/07.

A Lei n° 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados. De acordo com o BRGAAP, a Companhia reconheceu despesas pré-operacionais como ativo diferido e vem amortizando pelo prazo de 10 anos. De acordo com o IFRS, as despesas pré-operacionais não poderiam ser ativadas e foram reconhecidas como despesa no balanço de abertura.

CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2011, não houve alteração nas práticas contábeis adotada pela Companhia. Em 2010 os impactos das alterações das práticas contábeis adotadas pela Companhia estão apresentados a seguir:

Patrimônio Líquido

	01.01.09	31.12.09	31.12.10
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	49.943	89.625	89.620
Valor justos dos ativos biológicos	139.192	120.983	113.748
IR/CSLL sobre valor justo dos ativos biológicos	(41.326)	(35.819)	(33.979)
Custo atribuido ao imobilizado	427.055	415.220	414.033
IR/CSLL sobre custo atribuido ao imobilizado	(145.204)	(140.740)	(140.401)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	(3.970)	(3.970)	(3.970)
Prejuízo acumulado no período	(1.024)	(2.586)	-
Destinação dos ajustes para reserva legal	-	-	1.840
Destinação dos ajustes para reserva de retenção de lucros	-	-	26.225
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	374.723	353.088	377.496
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	424.666	442.713	467.116

Demonstrações dos Resultados

	Consolidado	
	2009	2010
Lucro liquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	43.590	3.798
Variação do valor justo dos ativos biológicos	3.696	50.738
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	(12.120)	(13.453)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	-	4.107
Outras receitas / despesas operacionais	(21.685)	101
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	8.470	(7.535)
Destinação da participação dos administradores sobre os efeitos	-	(3.396)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	(21.639)	30.562
Lucro liquido de acordo com os novos pronunciamentos	21.951	34.360

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor
O pareceres de auditoria externa sobre as demonstrações de 2011 e de 2010 incluem parágrafo de ênfase sobre a prática adotada de avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Diretoria da Companhia e de suas controladas, de julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos que, por sua vez, afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras estão incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo, bem como a avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, realização de créditos tributários diferidos, além de redução do valor recuperável de ativos. Como o julgamento da Diretoria envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As premissas para a apuração do resultado seguem o regime de competências de exercícios incluindo rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais sobre ativos e passivos circulantes de longo prazo e eventuais efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

Os diferimentos de recolhimento de impostos concedidos pelo governo são tratados pela Companhia como subvenções governamentais sendo mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxa de juros praticadas no mercado.

Adicionalmente, são aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) em conformidade com os pronunciamentos técnicos e a legislação societária brasileira. As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e que divergem do IFRS quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde de acordo com o IFRS seria registrados a custo ou valor justo.

Os princípios contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. O detalhamento completo das práticas contábeis adotadas pela Companhia está apresentado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras do exercício 2011.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Desta forma, estão apresentados abaixo as práticas e os respectivos motivos que consideram as mesmas como críticas na avaliação da Diretoria da Companhia.

a) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão registradas pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, acrescidos da variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas pelo departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser

10.5 - Políticas contábeis críticas

constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com histórico ou sua totalidade.

b) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Esta prática requer o uso de estimativas, tanto na determinação do custo atribuído dos ativos imobilizados, quanto na eventual redução ao seu valor recuperável, e que podem eventualmente distorcer a posição real do Ativo Imobilizado da Companhia.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. Também para estimativa de vida útil de cada ativo, são utilizadas premissas que podem em algum caso específico não representar a exata condição de utilização do bem.

Sendo assim a Administração da Companhia considera as práticas contábeis utilizadas no ativo imobilizado como pratica crítica, uma vez que a mesma depende de estimativas e ainda, uma vez que o Ativo Imobilizado é item representativo no seu ativo total.

c) Ativo biológico

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos**.** As premissas utilizada para a determinação do valor justo dos ativos biológicos está apresentada na nota explicativa 15 das demonstrações financeiras do exercício 2011.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

e) Imposto de renda e contribuição social (diferido)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto. As posições do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo estão representadas nas notas explicativas 12 e 20 respectivamente, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

f) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utiliza também seu julgamento para definir os cenários e valores apresentados na análise de sensibilidade, demonstrada na nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros são designados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e os seus resultados são mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado e reconhecidos no resultado financeiro.

Quaisquer alterações nas premissas utilizadas para os cálculos envolvendo o valor justo de instrumentos financeiros poderiam afetar drasticamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, já que são reconhecidos no resultado de cada período, nas receitas ou despesas financeiras.

10.5 - Políticas contábeis críticas

g) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Com base na opinião dos advogados e consultores legais, a Administração reconhece provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários cuja chance de perda é considerada provável.

As premissas utilizadas pelos advogados e consultores legais da Companhia, podem em algum caso, não representar a condição mais adequada para o seu reconhecimento, o que torna esta prática contábil crítica na opinião da sua Administração.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las
Os Diretores da Companhia acreditam que o sistema de elaboração das demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a precisão dos dados e a confiabilidade da elaboração das demonstrações financeiras, não tendo havido imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente
Não houve deficiências e recomendações relevantes sobre os controles internos no relatório dos auditores independentes

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
A Companhia realizou oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/09 no montante de R$100.000 mil os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos foram utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010 e para as suas atividades operacionais. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada. Em 19 de agosto de 2010, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada. A emissão totalizou 40 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em valor total de R$40.000 mil, e foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de julho de 2010. As debêntures foram emitidas em 19 de agosto de 2010, tendo sido integralmente subscritas e integralizadas pela Irani Trading S.A., e os recursos obtidos com a referida emissão foram utilizados para financiar o capital de giro e despesas gerais da Companhia. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada. Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI lastreada em Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A. A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R$40.833 mil. Esta operação será liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)
A Companhia não detém outros ativos e passivos relevantes, bem como qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados ou evidenciados em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras
Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia b) natureza e propósito da operação c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação
Não há.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

i) Investimentos

Os investimentos consolidados realizados contabilmente nos três últimos exercícios apresentaram-se como segue:

	2011	2010	2009
Terrenos	R$ 5.473 mil	-	-
Prédios e Construções	R$ 41 mil	R$ 178 mil	R$ 1.704 mil
Equipamento e Instalações	R$ 27.930 mil	R$ 15.757 mil	R$ 14.640 mil
Bens em arrendamento mercantil	R$ 2.564 mil	R$ 984 mil	R$ 366 mil
Florestamento e reflorestamento	R$ 7.818 mil	R$ 3.963 mil	R$ 3.587 mil
Investimento em desenvolvimento	R$ 479 mil	-	-
Total	**R$44.305 mil**	**R$20.882 mil**	**R$20.297 mil**

Os investimentos de 2009 e 2010 foram direcionados basicamente para manter e modernizar as fábricas e operações industriais, com objetivo de melhorar os processos, a produtividade e os produtos fornecidos pela Celulose Irani S.A. e controladas. Em 2011, o investimento mais importante foi a aquisição de uma subestação de energia elétrica para interligação da planta industrial de Vargem Bonita – SC ao parque eólico instalado em Água Doce – SC.

Adicionamente, a Companhia possui um plano de expansão, o qual envolverá (i) o aumento da sua capacidade produtiva, (ii) a reforma de suas máquinas de papel, (iii) adequações na sua estação de tratamento de efluentes, tendo a vista a sua nova capacidade, (iv) a repotencialização de suas PCHs, aquisição de nova cadeira, (v) aquisição de novas impressoras industriais, (vi) a maior automaçao da sua linha de produção, e (vii) instalação de novas plantas de produção. O valor estimado de tais investimentos é de aproximadamente R$1.2 bilhão.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos de 2009, 2010 e 2011, passíveis de financiamento, tiveram como fonte instituições financeiras locais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia. Os investimentos futuros serão financiados por capital próprio da Companhia, financiamentos ou ainda outra forma de captação, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia, incluindo, sem limitar, uma emissão pública de ações.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) bem como a alienação de seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010. Por conta disso, está em andamento a alienação dos ativos daquela unidade.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

11.1 A Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 20, da Instrução CVM nº 480/2009.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. PROJEÇÕES

11.2 A Companhia não divulga projeções, nos termos do artigo 20, da Instrução CVM nº 480/2009.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) atribuições de cada órgão e comitê

A Administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujos mandatos serão unificados e terão a duração de 2 (dois) anos, contados da data de eleição, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela Assembleia Geral. Compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente, este no caso de ausência ou impedimento do primeiro, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, incluído necessariamente o Presidente, quando este não estiver ausente ou impedido. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiro Independentes.

A Companhia atualmente não possui Conselheiros Independentes, no entanto, esta disposição diz respeito às cláusulas mínimas para o ingresso da Companhia no segmento de listagem Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA e somente terão eficácia após a publicação do anúncio de início da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia.

Compete ao Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia:

(a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
(b) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto;
(c) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
(d) Convocar anualmente a Assembleia Geral Ordinária, e a Extraordinária, quando julgar conveniente;
(e) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
(f) Escolher e destituir os auditores independentes;
(g) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, bem como sobre a alienação de ações em tesouraria ou sua destinação para plano de opção de compra de ações (*stock option*) aprovado pela Assembleia Geral;
(h) Deliberar sobre a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
(i) Deliberar sobre a emissão de novas ações, nos termos previstos no Artigo 7º do Estatuto Social;
(j) Deliberar sobre a distribuição, entre os administradores da Companhia, da remuneração global que lhes tiver sido fixada pela Assembleia Geral;
(k) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, fixando-lhes as respectivas condições;
(l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações;
(m) Deliberar e autorizar a emissão, recompra, amortização e/ou resgate de ações, debêntures, cédulas pignoratícias e hipotecárias, notas promissórias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, para colocação pública;
(n) Aprovar os planos orçamentários anuais de negócios da Companhia e de suas controladas;
(o) Aprovar o processo e procedimentos de gestão interna da Companhia e suas controladas;
(p) Aprovar quaisquer operações, financiamentos e acordos que impliquem oneração de bens e direitos da Companhia, se não previstos no plano orçamentário anual de negócios;
(q) Aprovar a alienação, cessão de uso, locação, arrendamento ou gravame de qualquer ativo da Companhia, não previstos no plano orçamentário anual de negócios, e que represente, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, valor igual ou superior a 1% (um por cento) do ativo imobilizado;
(r) Aprovar a celebração de contratos ou acordos, bem como a realização de qualquer pagamento, dispêndio ou investimento não previstos no plano orçamentário anual de negócios da Companhia e que represente, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, valor igual ou superior a 1% (um por cento) do ativo imobilizado;
(s) Deliberar sobre a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações próprias previstas no plano orçamentário anual da Companhia e que represente, em uma única operação ou em operações sucessivas no curso de um mesmo exercício social, valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do ativo imobilizado;
(t) Aprovar a celebração de quaisquer contratos: (a) entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ou por meio de terceiros, assim como com Companhias nas quais o Acionista Controlador tenha influência significativa, nos termos previstos na Lei 6.404/76; e (b) entre a Companhia e qualquer de seus acionistas titulares de participação maior ou igual a 5% (cinco por cento) do capital social; e (c) entre a Companhia e seus administradores ou membros do Conselho Fiscal;

(u) Formular e aprovar o voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais de Companhias nas quais a Companhia detenha participação;

(v) Atribuir os honorários fixos e remunerações variáveis, estabelecidos globalmente pela Assembleia Geral a cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(w) Criar comitês e comissões, permanentes ou temporários, bem como eleger seus membros, com o objetivo de dar apoio ao Conselho de Administração da Companhia;

(x) Fixar as regras para a emissão e cancelamento de certificados de depósito de ações ("Units");

(y) Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(z) Definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Nível 2 de Governança Corporativa; e

(aa) Exercer outras atribuições previstas neste Estatuto e deliberar sobre qualquer matéria não prevista neste Estatuto Social.

Diretoria:

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração.

Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, que não sejam de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, quais sejam:

(a) Representar a Companhia em juízo ou fora dele;

(b) Celebrar contratos de qualquer natureza, adquirir, alienar ou gravar propriedades, contrair empréstimos e outorgar garantias de qualquer natureza, observado o disposto no Estatuto e na legislação pertinente, assim como os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

(c) Nomear procuradores "ad judicia" e "ad negotia", determinando o prazo de seus mandatos, que no caso de procuração "ad negotia" não poderá ser superior a um ano;

(d) Abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques e notas promissórias, emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio, endossar "warrants", conhecimentos de depósito e conhecimentos de embarque, respeitadas as disposições deste Estatuto e os limites estabelecidos para o Conselho de Administração;

(e) Contratar e demitir funcionários, estabelecendo seus deveres e salários;

(f) Submeter à Assembleia Geral as demonstrações financeiras exigidas por lei e a proposta para a destinação dos resultados do exercício, após o parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso este último esteja em funcionamento;

(g) Receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir, e assinar termos de responsabilidade, observados os termos deste Estatuto e a legislação pertinente, assim como os limites estabelecidos para o Conselho de Administração;

(h) Praticar todos os atos de gestão necessários a consecução dos objetivos sociais;

(i) Manifestar o voto da Companhia nas assembleias gerais das Companhias da qual a Companhia participe, de acordo com a orientação prévia do Conselho de Administração;

(j) Segurar e manter segurados, adequadamente, por seguradora renomada, todos os ativos da Companhia passíveis de serem segurados, contra todos os riscos em relação aos quais Companhias que efetuam atividades iguais ou semelhantes geralmente se protegem por meio de seguro, visando o pleno ressarcimento do valor de reposição do ativo;

(k) Aprovar a abertura e fechamento de filiais, escritórios, agências ou estabelecimentos da Companhia;

(l) Aprovar a aquisição, ou concessão a terceiros, de licença de uso ou qualquer outra de marca, patente ou propriedade industrial e intelectual, incluindo know-how; e

(m) Aprovar o início, pela Companhia, de qualquer processo judicial e/ou administrativo, e a transigência relativa a qualquer processo judicial ou administrativo que envolva a Companhia, não previsto no orçamento anual de negócios.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A designação dos títulos dos cargos de Diretores e a fixação das respectivas atribuições serão estabelecidas em resolução específica do Conselho de Administração.

Ademais, compete aos Diretores da Companhia sua representação, que será realizada da seguinte forma:

a) se extrajudicialmente, deverá ser realizada por 2 (dois) Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto;
b) se judicialmente, deverá ser realizada pelo Diretor a quem esta competência for atribuída pelo Conselho de Administração, na Resolução de que trata o parágrafo 1º do Artigo 14 do Estatuto Social, ou por um procurador especialmente constituído para este fim.Nas matérias competentes à Diretoria previstas nos itens (c), (f) e (i) acima, a representação extrajudicial da Companhia deverá sempre contar com a assinatura do Diretor-Presidente.

Conselho Fiscal:

A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas nas hipóteses previstas em lei.

O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, que serão eleitos e empossados por Assembleia Geral.

As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia. Caso instalado, o Conselho Fiscal se reunirá quando necessário, por convocação de um de seus membros ou da Diretoria da Companhia. Independente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião á qual a totalidade de seus membros comparecer. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria de seus membros.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Até o momento não houve nenhum pedido de instauração do Conselho Fiscal.

A Companhia não possui comitês.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia adota mecanismos formais de avaliação do desempenho para o conselho de administração e diretoria, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração cumprem com seus deveres e responsabilidades em conformidade com a Lei n° 6.404/76 e demais regulamentações aplicáveis bem como com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

A performance do Conselho de Administração é avaliada anualmente de forma interna pelo Presidente do Conselho de Administração levando em consideração metas que também estão atreladas à remuneração variável deste órgão, como: Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado, evolução do valor de mercado da Companhia e Dívida Líquida (somente para o Presidente e Vice-presidente do Conselho de Administração). Estas metas são avaliadas e planejadas anualmente durante os ciclos de planejamento estratégico em conjunto com a Diretoria.

Diretoria:

O desempenho da Diretoria é avaliado periodicamente (no mínimo, trimestral) em conjunto com o Conselho de Administração, que busca alinhar o interesse dos acionistas aos dos administradores e também estimular a visão de longo prazo dos administradores. Tal avaliação é realizada de acordo com metas que são estabelecidas anualmente**.** Os indicadores de desempenho que são levados em considerados, sendo também atrelados à remuneração variável da Diretoria, estão relacionados aos resultados da Companhia, como: Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado, EBITDA da Cadeia de Negócio*, evolução do valor de mercado da Companhia e Dívida Líquida. Além destas metas, o Conselho de Administração realiza uma Avaliação de Desempenho Individual de cada Diretor.

* EBITDA da Cadeia de Negócio: Se refere ao EBITDA gerado pela cadeia de negócio vinculada a cada Diretoria, e que tem por objetivo a premiação do seu desempenho operacional.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Conforme o previsto no artigo 14 do Estatuto Social e seus parágrafos, compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, que não sejam de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, sendo a Companhia representada, extrajudicialmente, por 2 (dois) Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por 2 (dois) procuradores em conjunto; e judicialmente, pelo Diretor a quem esta competência for atribuída pelo Conselho de Administração, em Resolução especifica, ou por um procurador especialmente constituído para este fim. Desta forma, compete a todos os Diretores, representar a Companhia judicialmente e administrativamente perante Administração Pública, direta e indireta, federal, estadual e municipal; instituições financeiras, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras; clientes e fornecedores; podendo firmar compromissos; assinar contratos e realizar transações; constituir procuradores; constituir ônus reais e prestar garantias a terceiros, quando autorizados por este Conselho.

Compete, individualmente, ao Diretor Presidente:
i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais, Conselho de Administração e zelar para que seja cumprido o Estatuto Social; ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; iii) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia; iv) aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional; v) coordenar e dirigir os demais Diretores; vi) coordenar e dirigir a elaboração dos orçamentos anuais e plurianuais de operações e investimentos e submetê-los à aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração; vii) coordenar e dirigir as áreas de Desenvolvimento de Pessoas, Controladoria, Gestão para Excelência e Marketing, estabelecendo as diretrizes para sua atuação; viii) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional.

Compete, individualmente, ao Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores:
i) fazer o acompanhamento da Política Financeira da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração; ii) representar a Companhia perante os órgãos de supervisão do mercado em que seus valores mobiliários estejam admitidos à negociação, em especial a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, BM&F BOVESPA e público investidor; iii) coordenar e dirigir as áreas relacionadas a Administração, Finanças e Relações com Investidores, estabelecendo as diretrizes para sua atuação.

Compete, individualmente, ao Diretor de Negócios Papel e Embalagem:
i) coordenar e dirigir as áreas comercial, logística, industrial das Unidades de Papel para Embalagens e Embalagem Papelão Ondulado, abrangendo a produção e venda de produtos; ii) coordenar e dirigir a realização de análises de mercado e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais;

Compete, individualmente, ao Diretor de Negócios Florestais:
i) coordenar e dirigir todas as atividades relacionadas às operações florestais da Companhia, próprias e arrendadas, bem como todo o processo de terceirização dos serviços florestais de forma a assegurar o suprimento de matéria-prima.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia adota mecanismos formais de avaliação do desempenho para os membros do conselho de administração e da diretoria, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

Remuneração Fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para estas metas da parcela variável da remuneração são Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado e a evolução do valor de mercado da Companhia;

Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Longo Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para estas metas da parcela variável da remuneração são EBITDA Ajustado Consolidado e a evolução do valor de mercado da Companhia.

Diretoria:

Remuneração Fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para esta metas da parcela variável da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

remuneração são Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado, EBITDA da cadeia de negócio*, evolução do valor de mercado da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual;
* EBITDA da Cadeia de Negócio: Se refere ao EBITDA gerado pela cadeia de negócio vinculada a cada Diretoria, e que tem por objetivo a premiação do seu desempenho operacional.

Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Longo Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para as metas da parcela variável da remuneração são EBITDA Consolidado e a evolução do valor de mercado da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação
A Companhia não adota prática diferenciada com relação ao previsto na legislação societária em vigor no Brasil.

b) competências
A assembleia geral dos acionistas reúne-se, ordinariamente, sempre dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise
Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, situada na Rua General João Manoel, 157 – 9° andar, CEP 90010-030, Porto Alegre/RS e também através dos website: www.irani.com.br/ri, bem como dos sites da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e BM&FBOVESPA.

d) identificação e administração de conflitos de interesses
Exceto pela cláusula compromissória de arbitragem descrita no item 12.5 abaixo, não há mecanismos e regras formais para a identificação e administração de conflitos de interesses relativos às Asembleias Gerais.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto
A Companhia não dispõe de mecanismos para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico
A representação depende de depósito, na sede da Companhia, até 3 (três) dias antes da Assembleia, dos respectivos instrumentos de mandato. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias
A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias
A Companhia não transmite ao vivo e/ou áudio das assembleias

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas
Não há mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formulados por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	07/03/2012
		Jornal do Commercio - RS	07/03/2012
		Valor Econômico - SP	07/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	04/04/2012
			05/04/2012
			09/04/2012
		Jornal do Commercio - RS	04/04/2012
			05/04/2012
			09/04/2012
		Valor Econômico - RS	05/04/2012
			09/04/2012
		Valor Econômico - SP	04/04/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	26/04/2012
		Jornal do Commercio - RS	26/04/2012
		Valor Econômico - SP	26/04/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	30/03/2011
		Jornal do Commercio - RS	30/03/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	29/03/2011
			30/03/2011
			31/03/2011
		Jornal do Commercio - RS	29/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
		Valor Econômico - SP	29/03/2011
			30/03/2011
			31/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
		Jornal do Commercio - RS	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
		Valor Econômico - SP	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	20/05/2011
		Jornal do Commercio - RS	20/05/2011
		Valor Econômico - SP	20/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	16/03/2010
		Jornal do Commercio - RS	16/03/2010
		Valor Econômico - SP	16/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	14/04/2010
			15/04/2010

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	16/04/2010
		Jornal do Commercio - RS	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
		Valor Econômico - SP	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	25/06/2010
		Jornal do Commercio - RS	25/06/2010
		Valor Econômico - SP	25/06/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

a) frequência das reuniões
O Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, reunindo-se 26 vezes em 2011, focando suas atenções para temas estratégicos da Companhia, como riscos dos negócios, relações com o mercado, políticas corporativas, investimentos e acompanhamentos dos resultados. Competirá ao Presidente ou ao Vice-Presidente, este no caso de ausência ou impedimento do primeiro, convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, as quais se instalarão e funcionarão, validamente, com a presença de, no mínimo, metade de seus membros, incluindo necessariamente o Presidente, quando este não estiver impedido.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho
Não há disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses
Exceto pela cláusula compromissória de arbitragem descrita no item 12.5 abaixo, não há mecanismos e regras formais para a identificação e administração de conflitos de interesses relativos ao Conselho de Administração.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal são obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia. A Cidade de São Paulo será o local da arbitragem, sendo esta conduzida pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada por árbitro único ou tribunal arbitral composto de três árbitros, de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Túlio César Reis Gomes	51	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2013	02 (dois) anos
450.850.806-53	Engenheiro Florestal	Diretor de Negócios Florestais	02/05/2013	Não
n/a				
Sérgio Luiz Cotrim Ribas	46	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2013	02 (dois) anos
451.745.049-04	Administrador de Empresa	Diretor de Negócios Papel e Embalagem	02/05/2013	Não
n/a				
Odivan Carlos Cargnin	38	Pertence apenas à Diretoria	02/05/2013	02 (dois) anos
767.695.189-53	Advogado e Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	02/05/2013	Não
Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores				
Eurito de Freitas Druck	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	02 (dois) anos
032.111.427-20	Diretor de Empresa	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2013	Sim
n/a				
Paulo Sergio Viana Mallmann	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	02 (dois) anos
228.565.950-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Sim
n/a				
Péricles de Freitas Druck	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	02 (dois) anos
000.548.360-34	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	06/05/2013	Sim
n/a				
Paulo Rabello de Castro	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	02 (dois) anos
202.955.617-34	Economista e advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	02/05/2013	Sim
n/a				
Pericles Pereira Druck	47	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	02 (dois) anos
432.252.410-91	Engenheiro Agrônomo	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2013	Sim
Reeleito como Diretor Presidente em 02/05/2013 e posse na mesma data.				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				

Túlio César Reis Gomes - 450.850.806-53

Engenheiro florestal, formado pela Universidade Federal de Viçosa (MG) e pós-graduado em Comércio Exterior pela UNA - Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte (MG). Durante o período de Agosto/11 a Fevereiro/12, atuou na Copap Latin America como consultor em vendas de celulose de fibra longa importada. Foi Diretor Comercial na Ibema Cia. Brasileira de Papel durante o período de Março/07 a Julho/11, sendo responsável pela negociação comercial com clientes no Brasil, América Latina e Europa. Atuou como Superintendente Comercial na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra entre Dezembro/03 a Janeiro/2007, sendo responsável pelo gerenciamento da equipe comercial e assinatura de contratos de médio e longo prazo com clientes na Europa, Ásia, Américas (inclusive Brasil) e Oriente Médio. Atuou também como Diretor de Mercado no Sinpapel-MG e Diretor na Portocel durante os anos de 2003-2007. Possui experiência em gestão e pesquisa florestal, bem como gestão comercial e logística na comercialização de celulose e papel cartão no Brasil, Ásia, Américas e Europa. Atualmente é Diretor de Negócios Florestais na Celulose Irani S.A. Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Sérgio Luiz Cotrim Ribas - 451.745.049-04

Administrador de Empresas, é Pós-Graduado em administração pela Faculdade Getúlio Vargas (FGV-SP), pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Boston University (EUA). Anteriormente, atuou nas áreas de consultoria de gestão estratégica e marketing na Roland Berger Strategy Consultant e na gerência de marketing do Banco do Brasil. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor de Marketing e Vendas da Celulose Irani S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Negócios Papel e Embalagem. Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Odivan Carlos Cargnin - 767.695.189-53

Advogado e contador, formado em Ciências Contábeis e Direito pela UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina. Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial, Custos e Controladoria. Nos últimos 5 anos exerceu o cargo de Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores da Celulose Irani S.A.Em 28.06.2011 foi aprovado, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Termo de Compromisso proposto pelo Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores, Sr. Odivan Carlos Cargnin, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ2010/16605. O Diretor de Relações com Investidores apresentou proposta de pagamento à CVM de R$90.000,00 de forma a extinguir o processo administrativo relativo à informação equivocada, constante em nota explicativa às demonstrações contábeis do 1º ITR de 2010, no sentido de que a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos de qualquer natureza, ao passo que na CETIP havia registro de operação contratada pela companhia com posição em aberto e não liquidada em 31.03.10. Em 31 de novembro de 2011, o Colegiado determinou o arquivamento do processo tendo em vista o cumprimento do acordo pelo Sr. Odivan Carlos Cargnin. O acordo não representou, nos termos da lei, qualquer reconhecimento de culpa ou condenação.Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Eurito de Freitas Druck - 032.111.427-20

Diretor de empresas, atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Diretoria da Companhia Habitasul de Participações. É diretor da Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda. e membro do Conselho de Administração da Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. É Conselheiro da Irani Participações S.A. e membro da Diretoria da Companhia Comercial de Imóveis. É Vice-Presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A.Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Paulo Sergio Viana Mallmann - 228.565.950-49

Advogado formado Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é sócio da Druck Mallmann Oliveira & Advogados Associados e Conselheiro da Celulose Irani S.A. Possui o título de Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou adminstrativa, que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Péricles de Freitas Druck - 000.548.360-34

Empresário, advogado, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A. Além disso, é presidente do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia Habitasul de Participações, membro do Conselho da Irani Participações S.A. (controladora direta) e da Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. e diretor da Companhia Comercial de Imóveis. Membro do Conselho Deliberativo da Federasul; presidente do Conselho Consultivo da Associação Junior Achievement do RS e membro do Conselho de Administração da Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul.O Sr. Péricles de Freitas Druck, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, foi um dos investigados em um inquérito policial instaurado no ano de 2006 pela Polícia Federal para investigar supostos delitos e irregularidades na emissão de licenças ambientais de empreendimentos localizados em Florianópolis, dentre os quais está incluído o “Il Campanário”, em Jurerê Internacional, desenvolvido pelo Grupo Habitasul. O Sr. Péricles de Freitas Druck foi indiciado no âmbito de tal inquérito policial por crimes ambientais e contra a administração pública. O inquérito foi encerrado em 2007 e até a presente data não foi oferecida denúncia por parte do Ministério Público Federal. Somente após eventual denúncia do Ministério Público Federal e sua aceitação por um juiz competente é que seria instaurado um processo contra o Sr. Péricles de Freitas Druck. Caso a denúncia seja oferecida e, após a instauração e conclusão de todas as etapas do devido processo legal, em todas as instâncias, seja proferida uma sentença condenatória irrecorrível, é que o Sr. Péricles de Freitas Druck poderá, dependendo da pena, que vai de multa à reclusão, se tornar inelegível para o cargo de administrador da Companhia.Adicionalmente, favor verificar processo criminal constante do item 4.3 (V) deste Formulário de Referência.Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Paulo Rabello de Castro - 202.955.617-34

Formado em Economia pela UFRJ e em Direito pela UERJ, Doutor em Economia (M.A. e Ph.D) pela Universidade de Chicago (EUA). É membro do Conselho de Administração da Petropar S.A. e de outras empresas nacionais. Diretor-Presidente da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, que atua no mercado desde 1993. Fundador da RC Consultores, em 1979, empresa de Previsão Econômica e Análises de Mercado. Presidente da Macroconsulting, empresa de Projetos & Estruturação de Negócios, com foco especial nos ramos do agronegócio, da aviação civil, previdência complementar e estudos setoriais de Investimentos. Preside o Conselho Superior de Economia da Fecomercio/SP. Presidente do Lide Economia e integrante do Comitê de Gestão do Lide – Grupo de Líderes Empresariais. Contribui para diversas mídias, como colunista e comentarista, entre os quais o jornal Brasil Econômico, Jovem Pan, e vários blogues de opinião. É Presidente do Instituto Atlântico, entidade de políticas públicas fundada em 1993 e fundador da OSCIP Instituto Maria Stella que já formou mais de 2.000 alunos carentes na iniciação à informática como ferramenta de estudo e trabalho. É autor de mais de 10 livros, solo ou em co-autoria com diversos colegas.Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Pericles Pereira Druck - 432.252.410-91

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e graduado no Owner/President Management Program na Harvard Business School. Iniciou no Grupo Habitasul em 1995 representando o acionista controlador e em 1998 passou a integar a equipe diretiva da Companhia, passando por várias áreas de responsabilidade. Nos últimos 7 anos atuou como membro do Conselho de Administração e Diretor Superintendente da Celulose Irani S.A., tendo sido reeleito para estes cargos desde 2005. Durante o período de Maio/2009 até Maio/2010 acumulou também o cargo de Diretor de Celulose e Papel na Celulose Irani S.A. Foi eleito Diretor-Presidente da Celulose Irani S.A. em 27 de abril de 2012 e reeleito para o mesmo cargo em 02 de maio de 2013. É também membro do Conselho de Administração e Diretor Superintendente nas controladas Habitasul Florestal S.A. e Irani Trading S.A., e Diretor nas controladas HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda.Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, de qualquer natureza ou que tenha suspendido ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	
Conselheiro (efetivo)				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	
Conselheiro				
Observação				
Habitasul Florestal é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	
Conselheiro (efetivo)				
Observação				
Irani Trading S.A. é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00	
Conselheiro (Efetivo)				
Observação				
Irani Participações é controladora da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15	
Diretor				
Observação				
A Companhia Comercial de Imóveis é controladora indireta da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Iraflor Comércio de Madeiras Ltda	13.711.334/0001-15	
Diretor				
Observação				
Iraflor Comércio de Madeiras Ltda é uma controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Companhia Habitasul de Participações	87.762.563/0001-03	
Vice presidente do Conselho de Administração, Diretor vice-presidente e de Relações com Investidores				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda	87.919.437/0001-01	
Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12	
Conselheiro				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	
Conselheiro (efetivo) e Diretor Presidente				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	
Diretor Superintendente e Conselheiro (Efetivo)				
Observação				
Habitasul Florestal S.A. é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	
Conselheiro (efetivo) e Diretor				
Observação				
Irani Trading S.A. é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Meu Móvel de Madeira Ltda	09.175.816/0001-20	
Diretor				
Observação				
Meu Móvel de Madeira Ltda é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda	10.902.894/0001-69	
Diretor				
Observação				
HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda é controlada da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00	
Conselheiro (Efetivo) e Diretor				
Observação				
Irani Participações S.A. é controladora direta da Celulose Irani S.A.				
Administrador do emissor ou controlada				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Companhia Habitasul de Participações	87.762.563/0001-03	
Conselheiro				
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2011

Administrador do Emissor

Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Druck, Mallmann, Oliveira e Advogados Associados	01.443.205/0001-04		
Sócio			

Observação

Os administradores da Celulose Irani S.A., Sr. Péricles de Freitas Druck e Paulo Sergio Viana Mallmann são também administradores da empresa Druck, Mallmann, Oliveira e Advogadaos Associados, fornecedora de serviços jurídicos da Companhia.

Administrador do Emissor

Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Fornecedor
Vice presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	01.443.205/0001-04		
sócio			

Observação

Os administradores da Companhia, Srs. Pericles de Freitas Druck e Paulo Sergio Viana Mallmann são também administradores da empresa Druck & Mallmann, Oliveira & Advogadaos Associados, fornecedora de serviços jurídicos da Companhia

Exercício Social 31/12/2010

Administrador do Emissor

Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Credor
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Superintendente			
Observação			
A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.			
Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Credor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.			
Administrador do Emissor			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Conselheiro (Efetivo)			
Observação			
A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.			

Exercício Social 31/12/2009

Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Controlada Direta
Vice-presidente do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34		
Conselheiro (efetivo)			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlada Direta
Conselheiro (efetivo) e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34		
Conselheiro (efetivo) e Diretor Superintendente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Presidente do Conselho de Administração			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Administrador do Emissor

Eurito de Freitas Druck | 032.111.427-20 | Controle | Controlada Direta

Vice-presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A. | 89.612.337/0001-63

Conselheiro (Efetivo)

Observação

Administrador do Emissor

Pericles Pereira Druck | 432.252.410-91 | Controle | Controlada Direta

Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A. | 89.612.337/0001-63

Conselheiro e Diretor

Observação

Administrador do Emissor

Pericles Pereira Druck | 432.252.410-91 | Controle | Controlada Direta

Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Meu Móvel de Madeira Ltda | 09.175.816/0001-20

Diretor

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlada Direta
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda	10.902.894/0001-69		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Controlador Direto
Vice-presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		
Conselheiro (Efetivo)			
Observação			
Administrador do Emissor			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlador Direto
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		
Conselheiro (Efetivo) e Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15		
Diretor			
Observação			
A Companhia Comercial de Imóveis tem relação de fornecimento de aluguel com a Celulose Irani S.A durante os anos de 2008 e 2009. A Companhia Comercial de Imóveis é controlador indireto da Companhia.			
Administrador do Emissor			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Fornecedor
Vice-presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15		
Diretor			
Observação			
A Companhia Comercial de Imóveis tem relação de fornecimento de aluguel com a Celulose Irani S.A durante os anos de 2008 e 2009. A Companhia Comercial de Imóveis é controlador indireto da Companhia			
Administrador do Emissor			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Credor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
Observação			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			
Administrador do Emissor			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Credor
Vice Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		
Conselheiro (Efetivo)			
Observação			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			
Administrador do Emissor			
Jorge Juerecy Oliveira da Cunha	198.903.540-04	Controle	Credor
Conselheiro (Efetivo)			
Pessoa Relacionada			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		
Diretor			
Observação			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou em 2010 Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores, o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento ou reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos que eventualmente causarem a terceiros ou à Companhia. Para esta cobertura, a Companhia pagou o prêmio no valor de R$ 41 mil. Este seguro abrange membros do Conselho de Administração, da Diretoria e administradores (posição executiva ou gerencial equivalente), enquanto estiverem a serviço ou atuando nas funções.

Este seguro foi recontratado em 03 de novembro 2011 com vigência até 03 de novembro de 2012, tendo sido pago o prêmio no valor de R$ 31 mil. As demais condições permanecem as mesmas. O limite máximo de indenização da apólice é de R$ 10.000 mil. As exclusões da cobertura incluem: (i) cometimento de ato doloso ou com culpa grave equiparável ao dolo, de qualquer gênero e espécie, pelo próprio segurado ou por terceiro em seu benefício somente na hipótese de confissão do segurado atestando sua conduta dolosa ou de decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral final em que reste declarado. (ii) ato, omissão ou fato que já tenha sido objeto de uma reclamação anteriormente apresentado contra o segurado ou o tomador do seguro. (iii) responsabilidade civil do tomador do seguro ou, quando aplicável, controladas e/ou subsidiárias, decorrente da prestação defeituosa ou viciada de serviços ou do fornecimento de produtos com defeito ou vício, salvo nos casos em que tal responsabilidade recaia diretamente sobre os segurados de tais entidades em função da desconsideração das personalidades jurídicas destas com relação a tal vício ou defeito. (iv) reclamação iniciado e/ou dívida de qualquer natureza contra o tomador do seguro, ou quando aplicável às controladas e/ou subsidiárias, exceto nos casos em que ao longo da vigência da apólice, tal reclamação recaia diretamente contra o segurado, e não recorra de operações/atividades com valores mobiliários, e desde que o tomador do seguro e/ou as controladas e/ou subsidiárias não sejam instituições financeiras. (v) danos corporais, salvo em relação à responsabilidade civil e criminal do segurado por danos corporais ocorridos em virtude de suas atividades para o tomador do seguro ou controladas e/ou subsidiárias, envolvendo seus empregados, prepostos ou terceiros. (vi) se a reclamação apresentada estiver parcialmente excluída da cobertura, a responsabilidade da seguradora estará restrita tão somente áquela parcela coberta pela apólice. (vi) quaisquer reclamações decorrentes e/ou relacionadas a custos de remoção, limpeza e/ou despoluição, ainda que recaiam diretamente sobre o segurado. (vii) quaisquer reclamações contra controladas e/ou subsidiárias cometidas em data anterior à aquisição ou posterior transferência do controle pelo tomador.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Práticas de Governança Corporativa e as Recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (accountability); e (iv) responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, adotamos, entre outras, as seguintes:

(i) Estatuto Social claro quanto à (a) forma de convocação da Assembleia Geral; (b) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (c) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(ii) elaboração de relatórios anuais das atividades da Companhia no exercício social encerrado, comparativamente aos exercícios anteriores e de acordo com os padrões internacionais de contabilidade;

(iii) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;

(iv) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal;

(v) convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia e sempre visando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

(vi) regras de votação bem definidas e disponíveis aos acionistas desde a publicação do anúncio de convocação;

(vii) previsão estatutária de que, na hipótese de alienação da totalidade do bloco de controle, o adquirente dirigirá oferta pública de aquisição de ações a todos os acionistas nas mesmas condições dadas ao controlador (tag along); e

(viii) dispersão de ações (free float), visando a liquidez dos títulos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Conselho de Administração:

A prática de remuneração do conselho de administração busca:

i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento;
iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Diretoria:

A prática de remuneração da diretoria busca:
i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas;
ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos administradores;
iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento;
iv) atrair, reter e motivar os administradores.

Conselho Fiscal:

Não possuímos Conselho Fiscal instalado atualmente. A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago anualmente aos diretores.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

A remuneração do conselho de administração está baseada em 3 (três) parcelas:

A – Honorários Fixos: (previsto para todos os conselheiros) e Benefícios (previsto para o presidente do Conselho de Administração);

B – Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestral: previsto para o presidente e vice-presidente do Conselho de Administração;

C – Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos: previsto para o presidente e vice-presidente do Conselho de Administração.

Observada a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 25 de maio de 2012, está prevista para 2012 remuneração extraordinária representada por um prêmio de liquidez a ser paga sujeito aos termos e condições a serem aprovados em referida Assembleia Geral Extraordinária.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria Estatutária está baseada em 3 (três) parcelas:

A – Honorários Fixos e Benefícios;

B – Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestral;

C – Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Comitês

A remuneração dos comitês, quando instalados, será baseada somente em honorários fixos. De acordo com o item 12.1 (b) deste Formulário de Referência, a Companhia não possui comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A - Honorários Fixos: correspondem a aproximadamente 50% a 100% da remuneração anual dos conselheiros, dependendo do alcance das metas da Remuneração Variável de Curto Prazo (parcela B). Somente o presidente do conselho e o vice-presidente recebem Remuneração Variável de Curto Prazo.

B - Remuneração Variável de Curto Prazo – Bônus trimestral: correspondem de 0% a 50% da remuneração anual do presidente do conselho e do vice-presidente, dependendo do alcance das metas estabelecidas.

C - Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos: representa de 0% a 100% adicional à remuneração anual das parcelas A + B do presidente do conselho e do vice-presidente para o período de referência.

Diretoria Estatutária

A - Honorários Fixos: correspondem de 50% a 100% da remuneração anual do executivo, dependendo do alcance das metas da remuneração variável (parcela B).

B - Remuneração Variável de Curto Prazo – Bônus trimestral: correspondem de 0% a 50% da remuneração anual do executivo, dependendo do alcance das metas estabelecidas.

C - Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos: representa de 0% a 100% adicional à remuneração anual das parcelas A + B para o período de referência.

Comitês

A remuneração dos comitês, quando instalados, será baseada somente em honorários fixos. De acordo com o item 12.1 (b) deste Formulário de Referência, a Companhia não possui comitês.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Os elementos da remuneração são determinados em função das melhores práticas de mercado e o reajuste é feito em função das variações observadas no mercado para cada função.

Diretoria Estatutária

Os elementos da remuneração são determinados em função das melhores práticas de mercado e com base em pesquisas salariais para cargos de responsabilidades similares, considerando a estratégia de posicionamentos da Companhia, bem como outros fatores como desempenho individual, experiência e maturidade de cada executivo.

Comitês

A companhia ainda não implementou os comitês, mas prevê uma remuneração em linha com as práticas de mercado, caso implementado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

A - Honorários Fixos: é a remuneração fixa mensal dos conselheiros e leva em consideração a experiência, o tempo de dedicação e a qualidade e representatividade dos serviços prestados.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

B - Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus trimestral: Aplicável ao presidente e ao vice-presidente do Conselho de Administração, é determinada em função do atingimento das metas de curto prazo da companhia. A Remuneração Variável de Curto Prazo busca remunerar a dedicação e o envolvimento do presidente e do vice-presidente na gestão da Companhia.

C - Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos: Aplicável ao presidente e ao vice-presidente do conselho, busca remunerar a dedicação e o envolvimento do presidente e vice-presidente nos planos de longo prazo da Companhia.

Diretoria Estatutária

A - Honorários Fixos: é a remuneração fixa mensal dos executivos e leva em consideração a experiência, o tempo de dedicação, a qualidade e representatividade dos serviços prestados;

B - Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestral: É determinada em função do atingimento das metas de curto prazo da companhia. A Remuneração Variável de Curto Prazo busca focar os executivos na conquista dos resultados de curto prazo da Companhia.

C - Remuneração Variável de Longo Prazo – Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos: Busca remunerar a dedicação, o comprometimento e compartilhar os resultados de longo prazo conquistados pela Companhia;

Comitês

Alguns membros dos comitês farão jus, quando implementados os comitês, a honorários fixos mensais que buscam remunerar o tempo dedicado e a qualidade dos serviços profissionais prestados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração:

Remuneração Fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para as metas da parcela variável da remuneração são Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado e a evolução do valor de mercado da Companhia;

Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Longo Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para as metas da parcela variável da remuneração são EBITDA Ajustado Consolidado, Dívida Líquida e a evolução do valor de mercado da Companhia.

Diretoria:

Remuneração Fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para as metas da parcela variável da remuneração são Resultado Líquido Consolidado, EBITDA Ajustado Consolidado, EBITDA da Cadeia de Negócio*, evolução do valor de mercado da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual;
* EBITDA da Cadeia de Negócio: Se refere ao EBITDA gerado pela Cadeia de Negócio vinculada a cada Diretoria, e que tem por objetivo a premiação do seu desempenho operacional.

Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Longo Prazo: os principais indicadores de desempenho utilizados para as metas da parcela variável da remuneração são EBITDA Ajustado Consolidado, Dívida Líquida e a evolução do valor de mercado da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Remuneração Fixa: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Curto Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado trimestralmente e anualmente. Para cada indicador de desempenho é atribuído um peso e três faixas de atingimento das metas que são: Incentivo, Objetivo e Superação, sendo que cada uma das faixas corresponde a um percentual de premiação. O objetivo corresponde a 100% do alcance das metas. Caso as metas sejam superadas, a premiação cresce até o limite de 150% do Objetivo. Existe uma faixa de tolerância abaixo das metas, até um mínimo, como Incentivo, onde a premiação atinge o limite de 50% do Objetivo e abaixo disso não há premiação;

Benefícios: não há indicadores de desempenho que são levados em consideração;

Incentivos de Longo Prazo: o acompanhamento dos indicadores é realizado a fim de verificar a evolução do valor de mercado da Companhia. Busca-se premiar os membros da administração em função do aumento do valor de mercado da Companhia. Neste sentido são levados em conta a evolução do EBITDA Ajustado Consolidado da Companhia e a sua Dívida Líquida de modo a capturar a sua valorização de mercado no longo prazo. É estabelecido uma base teórica de ações para cada membro participante do programa sobre a qual incide o percentual de valorização da Companhia. Este programa tem apuração trianual.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Como explicitado no item b (i), cada elemento da remuneração cumpre um papel no curto, médio e longo prazo. Como há um vínculo forte com resultados, a Companhia assegura uma remuneração sustentável, sem comprometimento de quaisquer outros investimentos.

Remuneração Fixa: salário base (conselho de administração e diretoria). Objetivo: reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado);

Incentivos de Curto Prazo: Bônus Trimestral (diretoria executiva e presidente e vice-presidente do conselho de administração). Objetivo: premiar o alcance e superação de metas da empresa, área e individuais, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e concorrência;

Benefícios: Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Carro (diretoria executiva e presidente e vice-presidente do conselho de administração) Objetivo: complementar benefícios da assistência social;

Incentivos de Longo Prazo: Programa Upside, que tem como premissas o valor teórico das ações no ano de sua implantação e no futuro planejado, e que atribui a cada participante uma remuneração com base em quantidade teórica de ações, e que deverá ter pagamento em dinheiro na data da apuração; e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos (diretoria executiva e presidente e vice-presidente do conselho de administração) Objetivo: reforçar a retenção dos funcionários e alinhar interesses com acionistas na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns diretores recebem remuneração fixa e participação nos resultados das subsidiárias, em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas. Vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

A partir de maio de 2012, os administradores da emissora não irão mais receber remuneração fixa e participação nos resultados das controladas.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários. Sujeito à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para o próximo dia 25 de maio de 2012 e a realização de uma oferta publica, a Companhia efetuará o pagamento do prêmio liquidez, conforme demonstrado nos itens 13.2 e 13.3 deste Formulário de Referência.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.256.760,00	2.874.000,00		4.130.760,00
Benefícios direto e indireto	0,00	150.000,00		150.000,00
Participações em comitês	198.000,00	0,00		198.000,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	736.000,00	1.760.000,00		2.496.000,00
Participação de resultados	709.000,00	1.656.200,00		2.365.200,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	4.900.000,00	2.700.000,00		7.600.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros (prêmio liquidez): o pagamento do prêmio liquidez está condicionado à aprovação de seus termos e condições em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 25 de maio de 2012.	Outros (prêmio liquidez): o pagamento do prêmio liquidez está condicionado à aprovação de seus termos e condições em Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 25 de maio de 2012		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00

Observação	2012: A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenhoda companhia, adicionalmente a remuneração global aprovada. A participação nos resultados dos administradores em geral suporta a Remuneração Variável de Longo Prazo (parcela "C" do item 13.1 "b" acima).A remuneração baseada em ações não está incluída na remuneração total global aprovada em Assembleia Geral. Com relação ao Programa I de remuneração baseado em ações, do ponto de vista contábil, a Companhia não estima ter qualquer despesa decorrente do presente plano, uma vez que a opção de compra está sendo outorgada pelo valor médio que a Companhia adquiriu as ações no mercado, no âmbito do Programa de Recompra de Ações. Deste modo, os beneficiários do plano, ao adquirirem as ações, compensarão a Companhia pelas despesas que a mesma teve em sua aquisição, cujo valor será o mesmo que foi pago, em média, pela Companhia. Com relação ao Programa II de remuneração baseado em ações, considerando que: (i) tal programa está sujeito à aprovação de seus termos e condições em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012; (ii) o preço das ações outorgadas no âmbito do Programa II será equivalente ao preço das ações no âmbito da oferta, o qual ainda é incerto; e (iii) os beneficiários de referido plano terão o prazo de 3 (três) anos para exercer as referidas opções, não havendo limitação no plano a respeito da quantidade de opções que poderá ser exercida em cada ano, a Companhia informa que não dispõe de meios, no presente momento, para estimar o impacto contábil do Programa II de remuneração baseada em ações para o exercício social corrente. O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012.	2012: A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, adicionalmente a remuneração global aprovada. A participação nos resultados dos administradores em geral suporta a Remuneração Variável de Longo Prazo (parcela “C” do item 13.1 “b” acima).A remuneração baseada em ações não está incluída na remuneração total global aprovada em Assembleia Geral. Com relação ao Programa I de remuneração baseado em ações, do ponto de vista contábil, a Companhia não estima ter qualquer despesa decorrente do presente plano, uma vez que a opção de compra está sendo outorgada pelo valor médio que a Companhia adquiriu as ações no mercado, no âmbito do Programa de Recompra de Ações. Deste modo, os beneficiários do plano, ao adquirirem as ações, compensarão a Companhia pelas despesas que a mesma teve em sua aquisição, cujo valor será o mesmo que foi pago, em média, pela Companhia. Com relação ao Programa II de remuneração baseado em ações, considerando que: (i) tal programa está sujeito à aprovação de seus termos e condições em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012; (ii) o preço das ações outorgadas no âmbito do Programa II será equivalente ao preço das ações no âmbito da oferta, o qual ainda é incerto; e (iii) os beneficiários de referido plano terão o prazo de 3 (três) anos para exercer as referidas opções, não havendo limitação no plano a respeito da quantidade de opções que poderá ser exercida em cada ano, a Companhia informa que não dispõe de meios, no presente momento, para estimar o impacto contábil do Programa II de remuneração baseada em ações para o exercício social corrente. O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.		
Total da remuneração	7.799.760,00	9.140.200,00		16.939.960,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.640,00	2.693.897,60		2.702.537,60
Benefícios direto e indireto	0,00	141.174,96		141.174,96
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00

Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.729.097,29		1.729.097,29
Participação de resultados	0,00	1.460.459,03		1.460.459,03
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.	2011: A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da Companhia, adicionalmente a remuneração global aprovada. A participação nos resultados dos administradores em geral suporta a Remuneração Variável de Longo Prazo (parcela “C” do item 13.1 “b” acima). O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.		
Total da remuneração	8.640,00	6.024.628,88		6.033.268,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,67	5,58		12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.640,00	2.249.555,20		2.258.195,20
Benefícios direto e indireto	0,00	104.005,41		104.005,41
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

Bônus	0,00	2.394.451,40		2.394.451,40
Participação de resultados	0,00	3.817.818,11		3.817.818,11
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.	2010: A participação nos resultados dos administradores é distribuída a critério do Conselho de Administração, conforme art. 24 do Estatuto Social, em função do desempenho da companhia, adicionalmente a remuneração global aprovada. A participação nos resultados dos administradores em geral suporta a Remuneração Variável de Longo Prazo (parcela “C” do item 13.1 “b” acima). O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.		
Total da remuneração	8.640,00	8.565.830,12		8.574.470,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,50	5,42		11,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.320,00	2.070.823,20		2.081.143,20
Benefícios direto e indireto	0,00	86.318,40		86.318,40
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	381.262,79		381.262,79
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N° 03/2012.	O número de membros de cada órgão foi apurado de forma a corresponder à média anual do número de membros de cada órgão aferido mensalmente, com duas casas decimais, conforme detalhado no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°03/2012.		
Total da remuneração	10.320,00	2.538.404,39		2.548.724,39

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

Não há conselho fiscal constituído.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2009

(em R$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	6,50	5,42	11,92
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	122.374,40	122.374,70
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	1.814.092,80	1.814.092,80
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.209.395,20	1.209.395,20
Valor efetivamente reconhecido – três últimos exercícios sociais	n/a	381.262,79	381.262,79
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.12.2010

(em R$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	6,67	5,58	12,25
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.215.745,28	2.215.745,28
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.477.163,52	1.477.163,52
Valor efetivamente reconhecido	n/a	2.394.451,40	2.394.451,40
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	3.817.818,11	3.817.818,11

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2011

(em R$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7,00	6,00	13,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.382.887,81	2.382.887,81
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.784.948,00	1.784.948,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	1.729.097,29	1.729.097,29
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.279.100,00	1.279.100,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	1.460.459,03	1.460.459,03

Remuneração variável – previsto para o exercício social de 2012

(em R$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5,00	4,00	9,00
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.104.000,00	2.640.000,00	3.744.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	736.000,00	1.760.000,00	2.496.000,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	709.000,00	1.656.200,00	2.365.200,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a
Outros (prêmio liquidez)*	4.900.000,00	2.700.000,00	7.600.000,00

*outras remunerações são representadas por prêmio de liquidez, o qual está sujeito à aprovação de seus termos e condições em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: a) termos e condições gerais; b) principais objetivos do plano; c) forma como o plano contribui para esses objetivos; d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor; e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; f) número máximo de ações abrangidas; g) número máximo de opções a serem outorgadas; h) condições de aquisição de ações; i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; j) critérios para fixação do prazo de exercício; k) forma de liquidação; l) restrições à transferência das ações; m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não há atualmente plano de remuneração baseado em ações para o conselho de administração e diretoria estatutária. Em 25 de maio de 2012 haverá uma Assembleia Geral Extraordinária para analisar e aprovar o Programa I e o Programa II da Companhia. Caso aprovados, seguem principais informações sobre referidos planos:

a) Termos e condições gerais

Os participantes do Programa I são os membros que atualmente ocupam cargo de administrador, superintendente ou gerente da Companhia ("Participante I" ou "Participantes I"), os quais farão jus a outorga de opções para compra de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia.

O Programa I, a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, outorga aos Participantes I opções para compra de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, que atualmente se encontram em tesouraria, podendo as mesmas serem entregues em forma de *Units* caso venham a ser emitidas pela Companhia.

As opções de compra outorgadas aos Participantes I são intransferíveis, sendo vedada: (i) qualquer cessão, alienação ou outra forma de negociação, por parte dos Participantes I, das opções recebidas; (ii) a criação de qualquer ônus ou gravame sobre as opções; e (iii) a sua utilização como garantia de qualquer operação realizada pelos Participantes I.

Os participantes do Programa II são os membros que atualmente ocupam cargo de administrador da Companhia ("Participante II" ou "Participantes II"), os quais farão jus a outorga de opções para compra de ações ordinárias e/ou preferenciais na proporção para a formação de *Units* de emissão da Companhia.

O Programa II, a ser aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, outorga aos Participantes II opções para compra de ações ordinárias e/ou preferenciais e/ou *Units* de emissão da Companhia, que deverão ser emitidas para esse fim por deliberação do Conselho de Administração.

As opções de compra outorgadas aos Participantes II são intransferíveis, sendo vedada: (i) qualquer cessão, alienação ou outra forma de negociação, por parte dos Participantes II, das opções recebidas; (ii) a criação de qualquer ônus ou gravame sobre as opções; e (iii) a sua utilização como garantia de qualquer operação realizada pelos Participantes II.

b) Principais objetivos do plano

O Programa I foi elaborado com os seguintes objetivos: (i) alinhar os interesses dos administradores e funcionários chave da Companhia aos dos acionistas; (ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de longo prazo dos administradores e funcionários chave da Companhia; (iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento dos administradores e funcionários chave da Companhia; e (iv) atrair, reter e motivar os administradores e funcionários chave da Companhia. O Programa é instituído nos termos do art. 168 §3º, da Lei 6.404/76, e tem por objetivo, além dos citados acima, premiar os administradores e funcionários chave Companhia pelo seu comprometimento com a valorização Companhia no mercado, verificada no corrente exercício e esperada para os próximos exercícios.

O Programa II tem o intuito de (i) alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas; (ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de longo prazo dos administradores da Companhia; (iii) estimular o sentimento de comprometimento dos administradores da Companhia; e (iv) atrair, reter e motivar os administradores da Companhia. Além dos acima citados, premiar os administradores pelo seu comprometimento com a valorização Companhia no mercado, verificada no corrente exercício e esperada para os próximos exercícios.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ambos os programas buscam estimular o comprometimento dos participantes e alinham os interesses destes com os dos acionistas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Os planos de opção de ações são um instrumento de alinhamento de interesses entre os administradores e funcionários chave da Companhia e os acionistas da Companhia, uma vez que buscam vincular os benefícios auferidos por referidos administradores e funcionários aos bons resultados decorrentes de sua gestão, que se refletem especialmente na valorização das ações da Companhia.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Como existirá um período de "vesting" e um período de carência para a venda das ações após o exercício da opção de compra para os participantes do Programa I, o plano busca como retorno de curto e médio prazo a retenção dos participantes e o comprometimento com a competitividade da Companhia. Para o longo prazo, o plano estimula os participantes a buscarem a valorização do valor de mercado da Companhia.

Para o Programa II, como existirá um período de "vesting" das opções/Units após o exercício da opção de compra, o plano busca como retorno de curto e médio prazo a retenção dos participantes e o comprometimento com a competitividade da Companhia. Para o longo prazo o plano estimula os participantes a buscarem a valorização do valor de mercado da Companhia.

f) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas pelo Programa I será de 1.612.040 ações de emissão da Companhia (1.338.040 ações ordinárias e 274.000 ações preferenciais), considerando o número de ações após o desdobramento, que atualmente encontram-se em tesouraria.

O número máximo de ações abrangidas pelo Programa II será de 13.320.000 ações a serem emitidas para esse fim por deliberação do Conselho de Administração.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções será equivalente, no máximo, ao número de ações conforme item "f" acima.

h) condições de aquisição de ações

Para o Programa I, o preço de aquisição das ações mediante o exercício das opções será de R$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por ação ordinária e preferencial. A opção poderá ser exercida total ou parcialmente, observada a quantidade máxima de ações que poderá ser adquirida conforme plano proposto. Findo o prazo estabelecido para o exercício de opção, os participantes perderão o direito referente à opção. A aquisição das ações objeto das opções exercidas por cada Participante I deverá ser realizada mediante pagamento em uma única parcela, em até 5 (cinco) dias após a transferência das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de (i) cheque nominal a Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Participante I, por escrito. O exercício das opções está condicionado à permanência na Companhia por parte dos participantes até 31 de dezembro de 2012.

Para o exercício das opções, cada Participante I deverá comunicar a Companhia, por escrito, sobre a sua decisão de exercer suas opções, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que pretende exercer suas opções. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Participante I com a Companhia até a data do efetivo exercício das opções. O exercício das opções far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das respectivas ações.

As ações adquiridas pelos Participantes I em razão do exercício das opções outorgadas na forma deste Programa I, ficarão caucionadas em favor da Irani até 31 de dezembro de 2013, sendo sua cessão, alienação, oneração ou qualquer outra forma de negociação vedada até esta data.

Para o Programa II, o preço de aquisição das ações mediante o exercício das opções será o preço da ação/Unit na oferta pública de ações (determinado no bookbuiding) a ser realizado pela Companhia.

Para o exercício das opções, cada Participante II deverá comunicar a Companhia, por escrito, sobre a sua decisão de exercer suas opções, informando a quantidade de ações/Units que vai exercer, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que pretende exercer suas opções. O Conselho de Administração, neste prazo, deverá providenciar a emissão das ações/Units que serão objeto do exercício das opções.

O exercício das opções far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das respectivas ações. O exercício das

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

opções objeto do Programa II por parte dos Participantes II está condicionado à sua permanência na Companhia até o último dia de cada ano de referência, quando o Participante II adquirirá o direito ao exercício. Cumprida a condição para exercício, os beneficiários poderão adquirir as ações/Units objeto da opção nas quantidades estabelecidas no regulamento do Programa II.

A opção poderá ser exercida total ou parcialmente, observada a quantidade máxima de ações/Units que poderá ser adquirida conforme disposto no regulamento do Programa II. Findo o prazo estabelecido para o exercício de opção, que será de três anos, os participantes perderão o direito referente à opção.

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para as opções outorgadas pelo Programa I, o preço de exercício da opção de compra será equivalente ao preço médio de aquisição das ações no âmbito do programa de recompra efetuado pela Companhia entre 24 de novembro de 2010 e 23 de novembro de 2011.

Para as opções outorgadas pelo Programa II, o preço de exercício das opções de compra de ações foi fixado exclusivamente com base no preço da ação/Unit na oferta de pública de ações (determinado no bookbuiding) quando realizada a oferta.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

Para o Programa I, o prazo de exercício corresponde ao tempo em que a Companhia pretende reter os Participantes I. Para o Programa II, o prazo de exercício corresponde às práticas de mercado para esse tipo de programa.

k) forma de liquidação

Para o Programa I, a forma de liquidação das opções será realizada mediante pagamento em uma única parcela, em até 5 (cinco) dias após a transferência das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de (i) cheque nominal a Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Participante I, por escrito. O exercício das opções far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das respectivas ações.

Para o Programa II, a forma de liquidação das opções deverá ser realizada mediante pagamento em uma única parcela, em até 30 (trinta) dias após a transferência das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de (i) cheque nominal a Companhia; (ii) transferência bancária para conta indicada pela Companhia; ou (iii) qualquer outra forma de pagamento expressamente permitida pela Companhia e previamente comunicada ao Participante II, por escrito. O exercício das opções far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das respectivas ações.

l) restrições à transferência das ações

As ações adquiridas pelos participantes, no âmbito do Programa I, em razão do exercício das opções outorgadas ficarão caucionadas em favor da Companhia até 31 de dezembro de 2013, sendo sua cessão, alienação, oneração ou qualquer outra forma de negociação até esta data vedada.

As opções de compra, outorgadas aos participantes, no âmbito do Programa II, são intransferíveis, sendo vedada: (i) qualquer cessão, alienação ou outra forma de negociação, por parte dos participantes, das opções recebidas; (ii) a criação de qualquer ônus ou gravame sobre as opções; e (iii) sua utilização como garantia de qualquer operação realizada pelos participantes.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Programa I entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que sobre ele deliberar, e poderá ser extinto ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia, ao seu exclusivo critério.

O Programa II entrará em vigor com a aprovação de seus termos e condições pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que sobre ele deliberar, e poderá ser extinto ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia, ao seu exclusivo critério.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para o Programa I, o participante que se desvincular a qualquer título da Companhia, por sua iniciativa ou iniciativa da Companhia, antes de 31 de dezembro de 2012, independente do motivo, perderá o direito ao exercício das suas opções, as quais restarão automaticamente canceladas, e não farão jus a qualquer benefício ou indenização em decorrência do Programa I. Caso o participante se desvincule da Companhia, após o exercício das opções e antes de 31 de dezembro de 2013, deverá devolver as ações adquiridas e será indenizado pelo valor pago sem qualquer acréscimo a título de juros ou correção monetária.

Para o Programa II, o participante que se desvincular da Companhia antes do final de cada ano de referência perderá o direito ao exercício das opções.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31.12.2011	Emissora - Participação direta		Emissora - Participação indireta							
	Celulose Irani S.A.		Celulose Irani S.A.		Irani Participações S.A. (controladora direta)		Irani Trading S.A. (controlada)		Habitasul Florestal S.A. (controlada)	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Ações detidas pelo:										
Conselho de Administração	40.400	10.374	6.075.423	387.744	3	-	3	-	131	-
Diretoria Estatutária	11.302	13.550	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 31.12.2011	Meu Móvel de Madeira Com. de Móveis e Decorações Ltda (controlada)	Iraflor Comércio de Madeiras Ltda (controlada)
Cotas detidas pelo:		
Conselho Administração	3	4.091
Diretoria Estatutária	-	-

Em 19 de abril de 2012, foi aprovado o desdobramento das ações ON e PN da Companhia na proporção 1:20. As informações contidas nesta Seção não refletem o desdobramento.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i) data de outorga, ii) quantidade de opções outorgadas, iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis, iv) prazo máximo para exercício das opções, v) prazo de restrição à transferência das ações, vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social, expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não havia plano de remuneração baseado em ações em vigor nos três últimos exercícios sociais.

Com relação ao Programa I, do ponto de vista contábil, a Companhia não estima ter qualquer despesa decorrente do presente plano, uma vez que a opção de compra está sendo outorgada pelo valor médio que a Companhia adquiriu as ações no mercado, no âmbito do Programa de Recompra de Ações. Deste modo, os beneficiários do plano, ao adquirirem as ações, compensarão a Companhia pelas despesas que a mesma teve em sua aquisição, cujo valor será o mesmo que foi pago, em média, pela Companhia.

Com relação ao Programa II, considerando que: (i) tal programa está sujeito à aprovação de seus termos e condições a em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de maio de 2012; (ii) o preço das ações outorgadas no âmbito do Programa II será equivalente ao preço das ações no âmbito da oferta, o qual ainda é incerto; e (iii) os beneficiários de referido plano terão o prazo de 3 (três) anos para exercer as referidas opções, não havendo limitação no plano a respeito da quantidade de opções que poderá ser exercida em cada ano, a Companhia informa que não dispõe de meios, no presente momento, para estimar o impacto contábil do Programa II de remuneração baseada em ações para o exercício social corrente.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções ainda não exercíveis: i) quantidade ii) data em que se tornarão exercíveis iii) prazo máximo para exercício das opções iv) prazo de restrição à transferência das ações v) preço médio ponderado de exercício vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; d) em relação às opções exercíveis: i) quantidade ii) prazo máximo para exercício das opções iii) prazo de restrição à transferência das ações iv) preço médio ponderado de exercício v) valor justo das opções no último dia do exercício social vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há planos de opções em aberto para o conselho de administração e diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas informar: i) número de ações ii) preço médio ponderado de exercício iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; d) em relação às ações entregues informar: i) número de ações ii) preço médio ponderado de aquisição iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável. Não há remuneração baseada em ações do conselho de administração e diretoria estatutária nos três últimos exercícios sociais.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d) forma de determinação da volatilidade esperada; e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, em função da impossibilidade de mensuração, conforme explicado no item 13.6 deste Formulário de Referência.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: a) órgão; b) número de membros; c) nome do plano; d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; e) condições para se aposentar antecipadamente; f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	6,00	5,58	5,42	7,00	6,67	6,50
Valor da maior remuneração(Reais)	1.095.961,13	1.205.572,47	570.146,79	1.440,00	1.440,00	1.440,00
Valor da menor remuneração(Reais)	369.453,57	364.702,69	444.039,22	1.440,00	1.440,00	1.440,00
Valor médio da remuneração(Reais)	760.694,98	850.898,21	468.340,29	1.440,00	1.295,35	1.587,69

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2011	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010
31/12/2010	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010
31/12/2009	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2009. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

Conselho de Administração	
31/12/2011	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.
31/12/2010	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010. O número de membros de cada órgão corresponde à media anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.
31/12/2009	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2009. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais, conforme Ofício Circular N° 03/2010.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

ORGÃO	dez/09
Diretoria Estatutária	44,40%
Conselho de Administração	86,05%
Conselho Fiscal	n/a

ORGÃO	dez/10
Diretoria Estatutária	49,63%
Conselho de Administração	83,33%
Conselho Fiscal	n/a

ORGÃO	dez/11
Diretoria Estatutária	47,06%
Conselho de Administração	83,33%
Conselho Fiscal	n/a

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável, visto que não houve valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária por outra razão senão a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os valores abaixo referidos foram pagos em decorrência de participações nos Conselhos de Administração e Diretorias Estatutárias das controladas (Controladas do emissor) e também por participação nos Conselhos de Administração e Diretorias Estatutárias dos controladores diretos e indiretos (Controladores diretos e indiretos do emissor).

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social 2009

(em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	290.025,50	55.733,33	345.758,83
Controladores diretos e indiretos do emissor	367.200,00	-	367.200,00

Exercício social 2010

(em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	297.414,36	-	297.414,36
Controladores diretos e indiretos do emissor	367.200,00	-	367.200,00

Exercício social 2011

(em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	309.753,84	-	309.753,84
Controladores diretos e indiretos do emissor	367.200,00	-	367.200,00

Observação: Esta remuneração refere-se a honorários e participação dos administradores. Os administradores que recebem a remuneração participam do Conselho de Administração e também da Diretoria Estatutária do emissor, para não haver duplicidade de informações, a remuneração recebida nas Controladas e nos Controladores está sendo considerada no Conselho de Administração.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. RECURSOS HUMANOS

14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

		Quantidade de funcionários			
Grupo	**Localização Geográfica**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Escritório Corporativo, Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Matriz	Matriz – Porto Alegre (RS)	9	10	10	11
	Corporativo – Joaçaba (SC)	59	68	63	66
	Corporativo – Vargem Bonita (SC)	32	34	47	51
Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado	Vargem Bonita (SC)	336	323	310	311
Fabricação de papel para embalagens	Vargem Bonita (SC)	711	679	687	702
Escritório Comercial	São Paulo (SP)	12	10	10	10
Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado.	Indaiatuba (SP)	316	336	352	362
Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.	Balneário Pinhal (RS)	57	54	54	57
Fabricação de movéis de pínus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)	Rio Negrinho (SC)	206	11	09	9
Total		1.738	1.525	1.542	1.579

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

		Quantidade de funcionários			
Grupo	**Localização Geográfica**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Escritório Corporativo, Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Matriz	Matriz – Porto Alegre (RS)	0	0	1	1
	Corporativo – Joaçaba (SC)	1	2	2	2
	Corporativo – Vargem Bonita (SC)	0	0	0	0
Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado	Vargem Bonita (SC)	169	197	210	214
Fabricação de papel para embalagens	Vargem Bonita (SC)	424	383	433	401
Escritório Comercial	São Paulo (SP)	0	1	1	1

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado.	Indaiatuba (SP)	85	54	34	7
Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.	Balneário Pinhal (RS)	154	0	0	0
Fabricação de movéis de pínus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)	Rio Negrinho (SC)	115	9	9	9
Total		948	646	690	635

c) Índice de rotatividade

Índice de Rotatividade -					
2009	**2010**	**2011**	**2012 (até 31.03.12)**	**LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA**	**ATIVIDADE DESEMPENHADA**
13,46	**20,75**	**16,38**	**0,79**	**Joaçaba-SC, Vargem Bonita-SC e Porto Alegre-RS**	**Escritório Corporativo, Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Matriz**
12,06	**12,73**	**13,98**	**2,66**	**Vargem Bonita-SC**	**Fabricação de papel para embalagens.**
31,08	**21,40**	**21,48**	**0,16**	**Vargem Bonita-SC**	**Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado.**
39,25	**64,06**	**0**	**0**	**Rio Negrinho-SC**	**Fabricação de movéis de pínus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)**
23,72	**24,54**	**24,85**	**3,77**	**Indaiatuba-SP**	**Fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado.**
9,71	**63,96**	**11,11**	**2,63**	**Balneário Pinhal-RS**	**Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.**
31,25	**22,73**	**30,00**	**0**	**São Paulo-SP**	**Escritório Comercial**

Índice de Rotatividade Geral:

	2009	**2010**	**2011**	**2012 (até 31.03.12)**
Rotatividade Geral	22,83	28,71	24,87	4,82

d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Devido às atividades normais de seu processo produtivo, a Companhia está exposta a passivos trabalhistas, principalmente aqueles relacionados à insalubridade e periculosidade. Para amenizar os riscos, possui campanhas, programas e ações de prevenção e conscientização de danos que possam vir a afetar a saúde de seus colaboradores, bem como departamentos internos que cuidam exclusivamente de estudos para diminuição desses fatores, promovendo assim, um melhoramento significativo na qualidade de vida de seus colaboradores.

Com relação às campanhas, programas e ações de prevenção aos riscos à saúde de seus colaboradores, conforme mencionado anteriormente podemos citar: Programa Qualidade Auditiva do Trabalhador (PQAT); Programa Ergonomia Participativa; Diálogos de Segurança e Excelência (DSE); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Treinamentos de Capacitação da Brigada de Emergência; Disponibiliza e Fiscaliza o uso de EPI´s (equipamento de proteção individual).

Para maiores detalhes sobre contingências trabalhistas, vide item 4.3 deste Formulário.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Em 2010, houve o encerramento das atividades da unidade fabricante de móveis de Rio Negrinho (SC), razão pela qual o número de colaboradores diminuiu e o percentual de rotatividade aumentou sensivelmente. Outra mudança importante foi a primarização das atividades de resinagem, anteriormente terceirizadas, na Unidade de Balneário Pinhal (RS). As atividades antes desempenhadas por terceiros passaram a ser realizadas por colaboradores admitidos na subsidiária Habitasul Florestal. Por este motivo deixaram de existir colaboradores terceirizados naquela Unidade. O aumento significativo na rotatividade da unidade de Balneário Pinhal (RS) deve-se, principalmente, ao aquecimento da atividade de produção de breu e terebintina, o que ocasionou uma maior movimentação das pessoas entre as empresas da região.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) **política de salários e remuneração variável**

A Companhia busca uma prática de remuneração competitiva no mercado em que atua, pagando salários fixos compatíveis com a mediana do mercado e buscando diferenciação por meio de programas de remuneração variável mais agressivos. Os salários fixos são estabelecidos com base em pesquisas atualizadas periodicamente e corrigidas pelos índices das convenções coletivas. A evolução salarial fixa é obtida por meio do crescimento na estrutura da Companhia, ou seja, pelas promoções, sempre baseadas no desempenho atual e potencial do colaborador. Já a remuneração variável é composta em parte pelos resultados da Companhia e em parte pelo desempenho individual do colaborador, avaliado por programa específico de gestão de desempenho.

b) **política de benefícios**

A Companhia também busca ter uma estrutura de benefícios competitiva e em linha com as práticas do mercado onde está inserida. Os benefícios são estendidos a todos os colaboradores e alguns deles também aos dependentes diretos.

São eles:

- Restaurante Industrial ou Ticket Refeição;
- Cesta Básica ou Ticket Alimentação;
- Plano de Saúde – estendido aos dependentes;
- Plano de Assistência odontológica – estendido aos dependentes;
- Seguro de Vida – estendido aos dependentes;
- Subsídio Educação;
- Transporte.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável visto que não existem planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

Os sindicatos são considerados partes importantes entre os públicos de relacionamento da Companhia, razão pela qual busca constantemente manter relações de cordialidade e respeito, com vistas a ganhos mútuos de forma duradoura, conciliando os interesses de todas as partes envolvidas nas negociações coletivas. Por várias vezes a cada ano, a Companhia se reúne com os sindicatos representantes dos trabalhadores para discutir diversos acordos coletivos, como: bancos de horas, turnos de revezamento e horários de trabalho, convenções coletivas de trabalho, compensações de horas, programas de participação nos resultados entre outros menos frequentes, além das visitas de rotina e dos contatos telefônicos constantes onde são tratados assuntos rotineiros de trabalho. A Companhia se relaciona com os seguintes sindicatos profissionais:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de Joaçaba e região – SITIAPAPEL (SC);

- Sindicato dos Papeleiros de Salto e Região (SP);

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho (SC);

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Viamão (RS);

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Osório (RS).

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda					
87.919.437/0001-01	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012	
56.440	0,040000%	4.860	0,040000%	61.300	0,040000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Irani Participações S.A.					
86.861.515/0001-00	Brasileira-RS	Não	Sim	02/04/2013	
83.931.260	56,220000%	5.375.080	41,960000%	89.306.340	55,090000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
CIACOI - Administração de Imóveis Ltda					
78.621.174/0001-69	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
400.127	0,270000%	0	0,000000%	400.127	0,250000%
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda					
91.904.912/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012	
161.520	0,110000%	13.860	0,110000%	175.380	0,110000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	19/04/2012	
19.888.540	13,320000%	1.188.560	9,280000%	21.077.100	13,000000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	02/04/2013	
4.597.773	3,080000%	0	0,000000%	4.597.773	2,840000%
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Sim	19/04/2012	
25.442.780	17,040000%	2.000.300	15,610000%	27.443.080	16,930000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
13.463.260	9,020000%	1.601.500	12,500000%	15.064.760	9,290000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 05/06/2012					
1.338.040	0,900000%	2.626.100	20,500000%	3.964.140	2,450000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
TOTAL					
149.279.740	100,000000%	12.810.260	100,000000%	162.090.000	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
CIACOI - Administração de Imóveis Ltda				**78.621.174/0001-69**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira	Não	Não	02/04/2013	
36.030	99,940000	0	0,000000	36.030	99,940000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
20	0,060000	0	0,000000	20	0,060000
TOTAL					
36.050	100,000000	0	0,000000	36.050	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda				**91.904.912/0001-43**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
2	0,020000	0	0,000000	2	0,020000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
7.714	99,980000	0	0,000000	7.714	99,980000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
7.716	100,000000	0	0,000000	7.716	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.				**03.078.261/0001-12**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000

TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda				**87.919.437/0001-01**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
4.490.427	14,280000	0	0,000000	4.490.427	14,280000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
26.945.899	85,710000	0	0,000000	26.945.899	85,710000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
913	0,010000	0	0,000000	913	0,010000
TOTAL					
31.437.239	100,000000	0	0,000000	31.437.239	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Irani Participações S.A.				**86.861.515/0001-00**	

Companhia Comercial de Imóveis

92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
1.111.951	73,180000	18.253	6,060000	1.130.204	62,070000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000000

Companhia Habitasul de Participações

87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
299.862	19,740000	129.158	42,850000	429.020	23,560000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000000

Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda

91.904.912/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.452	0,230000	38.232	12,680000	41.684	2,290000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000000

Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.

03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
91.301	6,010000	115.753	38,410000	207.054	11,370000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Irani Participações S.A.				**86.861.515/0001-00**	
OUTROS					
12.806	0,840000	0	0,000000	12.806	0,710000
TOTAL					
1.519.372	100,000000	301.396	100,000000	1.820.768	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.152.762	100,000000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,000000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda				**91.904.912/0001-43**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
2	0,020000	0	0,000000	2	0,020000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
7.714	99,980000	0	0,000000	7.714	99,980000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
7.716	100,000000	0	0,000000	7.716	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.				**03.078.261/0001-12**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000

TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.				**03.078.261/0001-12**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000

TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.				**03.078.261/0001-12**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000

TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13		Não	Não	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74		Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	100,000000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,000000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,000000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	99,980000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34		Não	Não	02/04/2013	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	02/04/2013	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.				**03.078.261/0001-12**	
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000

TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Habitasul de Participações				**87.762.563/0001-03**	
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.152.762	99,980000	2.148.545	35,920000	5.301.307	58,040000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	3.832.378	64,080000	3.832.380	41,960000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34		Não	Não	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91		Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20		Não	Não	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20		Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Comercial de Imóveis				**92.752.377/0001-15**	
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
DP - Representações e Participações Ltda				**87.367.009/0001-13**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
ED - Administração e Participações Ltda				**87.409.280/0001-74**	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2011	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2011	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	616
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	44
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	13.150.940	8,810000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	1.164.440	9,090000%
Total	14.315.380	8,830000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.

Vide item 8.2.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

(a) partes, (b) data de celebração, (c) prazo de vigência, (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle, (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, (f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las, (g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos 3 exercícios sociais:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos 3 exercícios sociais.

Em 27 de abril de 2011, ocorreu a renúncia dos Conselheiros Paulo Antonio Schmidt e Ernani Medaglia Muniz Tavares, a qual visa atender a reestruturação da gestão da empresa, tendo em vista especialmente a intenção da Companhia de ingressar no Segmento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Também na mesma data, ocorreu a renúncia do Sr. Péricles de Freitas Druck ao cargo executivo de Diretor Presidente da Companhia, para o qual, foi nomeado o então Diretor Superintendente Péricles Pereira Druck.

Em 02 de abril de 2013, ocorreram as seguintes alterações em participação acionária relevante, em conformidade com o artigo 12 da Instrução CVM n° 358/02:
- A controladora indireta, Companhia Comercial de Imóveis (CCI), alienou a participação acionária relevante que detinha em ações de emissão da Companhia, totalizando 1.180.240 (um milhão, cento e oitenta mil, duzentos e quarenta) ações preferenciais, representativas de 9,21% do total de ações preferenciais. Desta forma, a participação da CCI no capital preferencial da Companhia passou a corresponder a zero por cento do total de ações preferenciais emitidas pela Companhia.
- A controladora direta, Irani Participações S.A., adquiriu 1.180.240 (um milhão, cento e oitenta mil, duzentos e quarenta) ações preferenciais, elevando sua participação de 32,75% para 41,96% do total de ações preferenciais emitidas pela Companhia.
As referidas variações não alteram a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há mais informações que consideramos ser relevantes. Todas as informações já foram divulgadas acima.

Informações complementares ao item 15.3:

Obs.: Número de ações em circulação: São todas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores e daqueles mantidos em tesouraria (ICVM 480/09 – Art. 62). Está sendo considerado aqui as informações sobre a quantidade de ações constante após o desdobramento de ações aprovado em 19.04.2012 e considerando as ações que constam em tesouraria em decorrência do exercício do direito de recesso.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

As transações entre a Companhia e as suas partes relacionadas são todas referente a operações comerciais existentes e baseadas em práticas e valores de mercado. Desta forma, a Companhia não possui regra ou política formal definida para essas transações, seguindo as normas e legislações aplicáveis a cada assunto. Todas as operações com partes relacionadas são avaliadas periodicamente pela Administração da Companhia, reconhecidas e amplamente divulgadas nas Demonstrações Contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Irani Trading S.A.	19/08/2010	40.000.000,00	Em 31.03.2012: R$ 47.206.000,00	não aplicável	Agosto de 2015	SIM	6,000000
Relação com o emissor	controlada						
Objeto contrato	Emissão de Debêntures privadas						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	integralização de debêntures privadas. Taxa de juros cobrada: IPCA mais 6% a.a.						
Irani Trading S.A.	01/01/2010	1.364.000,00	Em 31.03.2012: R$ 1.364.000,00	não há	Abril de 2015	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de imóvel industrial						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel a pagar. Montante envolvido no negócio: R$ 1.364.000,00 mensais						
Irani Trading S.A.	31/12/2007	1.788.000,00	Em 31.03.2012: R$ 1.871.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Transferência de importância através de mútuo financeiro.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo a pagar						
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	03/06/2011	0,00	Em 31.03.2012: R$ 8.446.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fornecimento de matéria prima						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de matéria prima a pagar						
MCFD Administração de Imóveis Ltda	03/01/2011	87.000,00	Não há	Não há	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação de imóvel industrial						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel a pagar. Taxa: IGPM (índice geral de preços do mercado). Montante envolvido no negócio: R$ 87.000,00 mensais.						
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	01/06/2006	17.000,00	Não há	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Parte relacionada						
Objeto contrato	Serviços de assessoria jurídica						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de serviços. Taxa: INPC (índice nacional de preço ao consumidor). Montante envolvido no negócio: R$ 17.000,00 mensais em 31.03.2012.						
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	01/12/2008	9.000,00	Não há	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Locação de imóvel comercial						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel a pagar. Taxa: IGPM (Indice Geral de Preços do Mercado). Montante envolvido no negócio: R$ 9.000,00 mensais em 31.03.12						
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	25/11/2009	9.000,00	Não há	Não há	Não há	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Aquisição de cotas da empresa HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	25/11/2009	728.000,00	Não há	Não há	Não há	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Reembolso de custos diretos e indiretos para implementação de projeto de Parques Eólicos.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	06/05/2011	5.357.000,00	Não há	Não há	Não há	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Aquisição de imóvel						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Irani Trading S.A.	31/12/2011	0,00	Em 31.03.2012: R$ 3.774.000,00	Não há	Não há	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Irani Trading S.A.	02/01/2007	0,00	Em 31.03.2012: R$ 63.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Serviço de intermediação de exportações						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de serviços a pagar						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2006	965.000,00	Em 31.12.2010: R$ 13.258.000,00 Em 31.03.2012: não há	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Transferência de importância através de Mútuo Financeiro						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo a pagar						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2007	0,00	Em 31.03.2012: R$ 1.415.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Operação comercial de fornecimento de matéria prima						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de matéria prima a pagar						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2011	0,00	Em 31.03.2012: R$ 3.972.000,00	Não há	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	31/12/2008	0,00	Em 31.03.2012: R$ 1.894.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Operação comercial de fornecimento de mercadorias						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos a receber						
Irani Participações S.A.	08/08/2009	40.000,00	Não há	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Prestação de serviços na área administrativa						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de serviços a pagar.						
HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda	31/12/2009	0,00	Em 31.03.2012: R$ 785.000,00	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Integralização de capital a pagar						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável - Integralização de capital a pagar						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

A Companhia adota medidas de controle para todas as operações com partes relacionadas, a fim de mitigar possíveis conflitos de interesses em transações com empresas ligadas. Medidas importantes como análise jurídica e tributária das operações, análise financeira e de viabilidade econômica quando aplicáveis e outras avaliações de riscos são realizadas antes de qualquer operação entre a Companhia e empresas ligadas. A Administração da Companhia avalia antecipadamente qualquer possível operação entre as partes, e usualmente aprova as operações pertinentes aos negócios e que não irão gerar nenhum conflito de interesses.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;
As operações entre partes relacionadas são realizadas nas mesmas condições àquelas praticadas no mercado e vigente à época de cada transação.

Os negócios e operações relevantes da Companhia com partes relacionados estão representados conforme segue:

- Contrato de Locação: A Companhia tem firmado contrato de locação de Imóvel Industrial da fábrica de Embalagem localizada em Indaiatuba (SP) com a MCDF Administração de Imóveis Ltda. (empresa detida pelas filhas do Presidente do Conselho de Administração da Companhia). O contrato tem prazo de 20 anos do termo de início da locação que se deu em 26.12.2006 e o valor locatício é de R$ 174.000,00 mensais, sendo que 50% do valor deste contrato deve ser pago pela Companhia à MCFD Administração de Imóveis Ltda. e os outros 50% pagos pela Companhia à parte não relacionada.

- Contratos de Locação: A Companhia tem firmado contrato de locação de Imóveis Industrial com a controlada Irani Trading S.A., onde estão localizadas as Unidades de Papel para Embalagens e Embalagem Papelão Ondulado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010, e o valor locatício é de R$ 1.364 mil mensais.

- Contratos de Prestação de Serviços: A Companhia mantém contrato de prestação de serviços junto a controlada Irani Trading S/A e a controladora Irani Participações S.A. referentes a serviços de operacionalização de exportações e serviços de registros societários respectivamente. O valor pago por estes serviços estão condizentes com os valores de mercado para os mesmos serviços.

- Contrato de Prestação de Serviços: A Companhia mantém contrato de prestação de serviços jurídicos com a Druck & Mallmann que tem como sócios os conselheiros da Companhia Sr. Péricles de Freitas Druck e Sr. Paulo Sérgio Viana Mallmann referente a serviços advocatícios em determinadas ações judiciais. O valor pago pelos serviços prestados são condizentes com os respectivos valores de mercado para os mesmos serviços.

- Operações comerciais entre as partes: A Companhia mantém operações comerciais de aquisição de matéria prima e fornecimento de produtos com as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda., respectivamente. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados.

- Contratos de mútuos: A Companhia mantém contratos de mútuos passivos com as controladas Habitasul Florestal S.A. e Irani Trading S.A., referente à captação de recursos com essas empresas, e que tiveram origem as operações comerciais entre as partes. Também mantém contrato de mútuo ativo com a controlada Meu Móvel de Madeira Ltda referente à captação de recursos com essa empresa, e que tiveram origem operações comerciais entre as partes.

- A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, não conversíveis em ações, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. As debêntures vencerão em uma parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

- Em 03 de junho e em 31 de agosto de 2011 a Companhia transferiu para a Iraflor R$ 37.475 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
19/04/2012	0,00		300.000.000	600.000.000	900.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/02/2012	Assembleia Geral Extraordinária	29/02/2012	40.594.997,12	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
19/04/2012	7.463.987	640.513	8.104.500	149.279.740	12.810.260	162.090.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não efetou reduções no capital social nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

Complemento ao item 17.2 do Formulário de Referência:

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29.02.2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia, mediante capitalização das contas de Reserva Legal e da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 40.594.997,12, passando o Capital Social de R$ 63.381.494,07 para R$ 103.976.491,19, sem emissão de novas ações. Não houve aumentos de capital nos exercícios findos em 31.12.2009, 31.12.2010 e 31.12.2011.

Complemento ao item 17.1 e 17.3 do Formulário de Referência:

Não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações ocorridos nos (3) três últimos exercícios sociais. Conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19.04.2012, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, de modo que cada ação ordinária seja desdobrada em 20 (vinte) ações ordinárias e cada ação preferencial seja desdobrada em 20 (vinte) ações preferenciais de emissão da Companhia, sem alteração na proporção entre ações ordinárias e preferenciais. Em conseqüência do desdobramento, o capital social da Companhia passará a ser representado por 162.090.000 ações, sendo 149.279.740 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas escriturais sem valor nominal. A Companhia não possui no mercado, títulos conversíveis em ações.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Será distribuída a todos os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social Consolidado da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, a distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes adicionais.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais asseguram aos seus titulares o direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Será distribuída a todos os acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social Consolidado da Companhia.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Ações preferenciais conferem ao titular o direito de voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias, conforme previsto no parag. 4° do Art. 5° do Estatuto Social: (a) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal o estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) Escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 35 do Estatuto Social; e (e) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Às ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social da Companhia nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, a distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	A Companhia poderá criar novas classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe de ações preferenciais existentes sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, observando para as ações preferenciais, sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Nos aumentos de capital, por subscrição ou por capitalização de lucros e reservas, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e classes de ações de emissão da Companhia. As ações preferenciais possuem o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas às ações integrantes do bloco de controle da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	809.332	28,00	25,00	R$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.104.214	27,00	22,10	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	597.997	26,49	20,00	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	137.088	23,00	19,01	R$ por Unidade
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	123.000	30,49	25,00	R$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	91.818	28,79	28,69	R$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	153.250	28,50	26,50	R$ por Unidade
30/06/2011	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	16.655.994	1.044.224,37	1.033.905,10	R$ por Unidade
31/12/2011	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	20.964.393	929.581,44	909.134,65	R$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/03/2011	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/09/2011	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	513.101	35,00	23,50	R$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	179.221	32,00	28,50	R$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	271.220	30,00	26,50	R$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	362.314	27,00	24,99	R$ por Unidade
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	112.693	34,00	21,41	R$ por Unidade

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2010**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.140	30,95	30,95	R$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.181	30,00	25,01	R$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.700	26,00	25,00	R$ por Unidade
30/09/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	4.269.379	1.068.093,00	1.065.099,92	R$ por Unidade
31/03/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
30/06/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade
31/12/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R$ por Unidade

Exercício social **31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	55.059	27,00	18,60	R$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	133.497	23,49	19,40	R$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	218.522	23,00	20,00	R$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	783.573	23,00	20,00	R$ por Unidade
31/03/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.323	23,23	20,00	R$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.383	19,99	17,99	R$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.883	20,01	18,00	R$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.464	23,10	19,21	R$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1°Emissão de Debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, com garantia real
Data de emissão	25/03/2010
Data de vencimento	25/03/2015
Quantidade (Unidades)	100
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados. A colocação das Debêntures foi realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência
Outras características relevantes	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência. Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1° Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Com Garatia Real, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Celulose Irani S.A., firmado entre Celulose Irani S.A. ("Emissora"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), Irani Participações S.A. ("Irani Participações") e Irani Trading S.A. ("Irani Trading"), em 12 de março de 2010, conforme aditada em 24 de março de 2010 ("Escritura de Emissão"). Em 11/04/2011 foi celebrado o 2° aditamento à Escritura de emissão de debêntures com alteração na redação do item (xxviii) da Cláusula 4.11.1 relativamente a repactuação da obrigação financeira da Companhia, especificamente no tocante à relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa líquida dos últimos 12 meses (conforme definidos na escritura) a fim de refletir a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 06.04.2011.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1° Emissao Privada de Debêntures simples série única, espécie subordinada, não conversíveis em ações
Data de emissão	19/08/2010
Data de vencimento	19/08/2015
Quantidade (Unidades)	40
Valor total (Reais)	40.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Descrição da restrição	A emissão das Debêntures da 1° Emissão Privada não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), haja vista que as Debêntures da 1° Emissão Privada foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As Debêntures da 1° Emissão Privada não foram registradas para negociação no mercado secundário. A colocação das Debêntures da 1° Emissão Privada foi privada, mediante subscrição total e exclusiva pela Irani Trading S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157, 9° andar, CNPJ 89.612.337/0001-63 controlada pela Companhia.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.10 do Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários	Videm item 18.10 do Formulário de Referência. As restrições à contratação de novas dívidas impostas pelos contratos financeiros descritos no item 10.1.f.iv deste Formulário de Referência não se aplicam às debêntures da 1° Emissão Privada.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 do Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 18.10 do Formulário de Referência. Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1° Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Celulose Irani S.A., firmado entre a Companhia e Irani Trading S.A., em 20 de julho de 2010 ("Escritura de Emissão").

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2° Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real
Data de emissão	30/11/2012
Data de vencimento	30/11/2017
Quantidade (Unidades)	60
Valor total (Reais)	60.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n° 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures. Em observância ao disposto na Instrução CVM n° 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM e é destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado após transcorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição. A colocação das Debêntures foi realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.10 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Observações gerais: Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, possuem o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 2° Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Celulose Irani S.A., firmado entre Celulose Irani S.A. (''Emissora'') e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (''Agente Fiduciário'') em 30 de novembro de 2012.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Bolsa de valores (BM&F BOVESPA) e BALCÃO ORGANIZADO (CETIP)

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros: (a) **país; (b) mercado; (c) entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação; (d) data de admissão à negociação; (e) se houver, indicar o segmento de negociação; (f) data de início de listagem no segmento de negociação; (g) percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício; (h) se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações; (i) se houver, banco depositário; (j) se houver, instituição custodiante.**

A Companhia não mantém valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

A Brazilian Securities (Securitizadora) realizou em 2009 uma oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, lastreados em créditos imobiliários da controlada Irani Trading a qual não foi concluída devido às condições do mercado. Desta forma requereu-se o cancelamento da oferta que foi deferido em 02 de março de 2010.

A Companhia realizou a 1° oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 no montante de R$ 100.000 mil os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos foram utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

Em 30 de novembro de 2012, a Companhia aprovou a 2º oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 no montante de R$60.000 mil os quais foram integralizados em 26/12/2012. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão empregados na plantação, extração, aquisição de madeira “in natura” e/ou de seus derivados diretamente de produtores de madeira para produção de celulose, outras pastas e resinas, destinada a fabricação de papel, breu ou terebintina.

Para mais informações sobre os valores mobiliários descritos acima, vide item 18.5 e 18.10 deste Formulário de Referência.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

1° Emissão de Debêntures Simples

Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures simples.
Data de emissão	25/03/2010 e data de liquidação em 12/04/2010.
Data de vencimento	60 (sessenta) meses após a data de emissão.
Quantidade (Unidades)	100 (cem) debêntures.
Valor Total (Reais)	R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
Restrição à circulação	Sim.
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados. A colocação das Debêntures foi realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade de resgate	Não.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Não se aplica.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 100 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, com garantia real e esforços restritos de colocação, de valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com os termos da Instrução CVM n. 476, de 2009. Seu valor nominal será amortizado em uma única parcela, na data de seu vencimento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. da Escritura de Emissão), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário

18.10 - Outras informações relevantes

para aprovação da matéria a ser deliberada. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

Outras características relevantes

As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de *spread* de 5,00% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

Por fim, a escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado a não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados pelo Agente Fiduciário ao término de cada trimestre fiscal e apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas por auditor independente registrado na CVM:

(i) a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres fiscais findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, 3,25x (três virgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres fiscais findos em 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012 e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre fiscal findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas virgula cinquenta vezes). Ressalvado, no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal ("Trimestre Referência"), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente ("Trimestre Subsequente"), onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência;

(ii) a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres fiscais findos em 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010, 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2010, 31 de março de 2011, 30 de junho de 2011, 30 de setembro de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2012, 2,00x (duas vezes); (ii) para os trimestres fiscais findo em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes); e (iii) a partir do trimestre fiscal findo

18.10 - Outras informações relevantes

em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).

(iii) a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Para os fins da Escritura de Emissão, considera-se: (I) "EBITDA dos Últimos 12 Meses" o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos 4 (quatro) últimos trimestres; (II) "EBITDA" o somatório (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iii) da provisão do IPI – Imposto para Produtos Industrializados, conforme informado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, (iv) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (v) das despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros deduzidas das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros e (vi) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais; (III) "Dívida Bruta" o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, dívidas tributárias (salvo dívidas tributárias oriundas de provisões já devidamente constituídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora de 31 de dezembro de 2009, elaboradas e auditadas por empresa de auditoria de primeira linha) e do saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de hedge); (IV) "Dívida Líquida" a Dívida Bruta deduzida do saldo de Caixa e Aplicações Financeiras (conforme definido a seguir); (V) "Caixa e Aplicações Financeiras" o somatório do saldo em caixa, aplicações financeiras de liquidez imediata, aplicações em contas vinculadas que garantam a Dívida Bruta e do saldo a receber de operações de derivativos (incluindo operações de hedge); (VI) "Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses" o somatório das Despesas Financeiras Líquida trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres; (VII) "Despesa Financeira Líquida" o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando a, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, descontado do somatório de receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos, bem como de outras receitas financeiras, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo certo que as despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros deduzidas das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros da Emissora não deverão ser considerados para fins de apuração da Despesa Financeira Líquida; (VIII) "Receita Líquida dos Últimos 12 Meses" o somatório das receitas líquidas trimestrais consolidadas dos 4 (quatro) últimos trimestres; e (IX) "Variação Cambial" o resultado, expresso em percentagem, da diferença entre (A) o resultado da relação entre (i) a taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN por meio da Transação PTAX 800, opção 5, venda, vigente na data de encerramento do trimestre fiscal de apuração do indicador financeiro em questão e (ii) a taxa do dólar norte-americano divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil – SISBACEN por meio da Transação PTAX 800, opção 5, venda, vigente na data de encerramento do trimestre fiscal imediatamente anterior ao de apuração do indicador financeiro em questão e (B) 1 (um).

18.10 - Outras informações relevantes

Observações gerais	Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da Celulose Irani S.A., firmado entre Celulose Irani S.A. ("Emissora"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), Irani Participações S.A. ("Irani Participações") e Irani Trading S.A. ("Irani Trading"), em 12 e março de 2010, conforme aditada em 24 de março de 2010 ("Escritura de Emissão"). Em 11/04/11 foi celebrado o 2° aditamento à Escritura de emissão de debêntures com alteração na redação do item (xxviii) da Cláusula 4.11.1 relativamente a repactuação da obrigação financeira da Companhia, especificamente no tocante à relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa líquida dos últimos 12 meses (conforme definidos na escritura) a fim de refletir a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 06.04.2011.

1° Emissão Privada de Debêntures Simples

Valor mobiliário	Debêntures.
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão privada de debêntures simples.
Data de emissão	19/08/2010.
Data de vencimento	1º dia útil do 60º (sexagésimo) mês após a data de emissão.
Quantidade (Unidades)	40 (quarenta) debêntures.
Valor Total (Reais)	R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).
Restrição à circulação	Sim.
Descrição da restrição	A emissão das Debêntures da 1ª Emissão Privada não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), haja vista que as Debêntures da 1ª Emissão Privada foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As Debêntures da 1ª Emissão Privada não foram registradas para negociação no mercado secundário. A colocação das Debêntures da 1ª Emissão Privada foi privada, mediante subscrição total e exclusiva pela Irani Trading S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157, 9° andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 89.612.337/0001-63, controlada pela Companhia.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade de resgate	Sim.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	**I. hipóteses de resgate:** A Companhia poderá, a qualquer momento após a Data de Emissão, promover o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures da 1ª Emissão Privada, mediante o envio de comunicação à Irani Trading S.A., com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do resgate antecipado facultativo, informando a Data do Resgate e o procedimento de resgate ("Comunicação de Resgate").

18.10 - Outras informações relevantes

	II. fórmula de cálculo do valor de resgate: Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data de Resgate e (ii) o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 1ª Emissão Privada, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização até a data de resgate. Não haverá qualquer prêmio de reembolso ou outro pagamento no caso de resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão Privada.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 40 debêntures simples, nominativas, em série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00 (um milhão de reais). As Debêntures foram integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da sua subscrição. As Debêntures da 1ª Emissão Privada renderão juros pré-fixados de 6% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado nos termos do parágrafo acima, a partir da data da efetiva subscrição e integralização até a data de liquidação integral das Debêntures da 1ª Emissão Privada, calculados em regime de juros simples, com capitalização anual. Os juros remuneratórios serão exigíveis em um único pagamento na Data de Vencimento. A Companhia pagará *pro rata temporis* o Valor Nominal Unitário atualizado e os Juros Remuneratórios devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de vencimento ou resgate antecipado das Debêntures da 1ª Emissão Privada. Não há repactuação programada para as Debêntures da 1ª Emissão Privada, sendo prevista a possibilidade de resgate antecipado nas condições antes mencionadas. As restrições à contratação de novas dívidas impostas pelos contratos financeiros descritos no item 10.1.f.iv deste Formulário de Referência não se aplicam às debêntures da 1° Emissão Privada.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não se aplica.
Observações gerais	Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Da Celulose Irani S.A., firmado entre a Companhia e Irani Trading S.A., em 20 de julho de 2010 ("Escritura de Emissão").

2° Emissão de Debêntures Simples

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, para distribuição pública de debêntures.
Data de emissão	30/11/2012 e data de liquidação em 26/12/2012.
Data de vencimento	30/11/2017.
Quantidade (Unidades)	60 (sessenta) debêntures.
Valor Total (Reais)	R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
Restrição à circulação	Sim.
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de

18.10 - Outras informações relevantes

	colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM e é destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) as Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado após transcorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição. A colocação das Debêntures foi realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
Conversibilidade	Não.
Possibilidade de resgate	Não.
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Não se aplica.
Características dos valores mobiliários	Foram emitidas 60 debêntures, em série única, nominativas, escriturais, sem emissão de cautela ou certificados, simples, não conversíveis em ações, com garantia real e esforços restritos de colocação, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com os termos da Instrução CVM n. 476/09. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e iguais, sendo a primeira parcela devida em 30 de novembro de 2013 e a última na Data do Vencimento. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over* extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente de spread de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dia úteis ("Remuneração"). A escritura também prevê como hipótese de vencimento antecipado, entre outras, (i) o pagamento pela Emissora de juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra forma de participação no lucro estatutariamente prevista e/ou qualquer forma de remuneração aos acionistas da Emissora que, no momento da deliberação para o seu respectivo pagamento, ultrapasse o valor do dividendo mínimo obrigatório estabelecido por lei ou por seu Estatuto Social em vigor na Data de Emissão das Debêntures; (ii) alienação, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um) por cento das Debêntures em circulação, de qualquer bem integrante do ativo permanente ou do ativo imobilizado da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas, ressalvados os casos previstos na Escritura de Emissão; e (iii) a não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem acompanhados pelo Agente Fiduciário ao término de cada ano fiscal e auditados a partir das demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela Emissora, elaboradas em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e auditadas por auditor independente registrado na CVM: (i) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA não poderá ser superior a: a) para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2012: 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); b) para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013: 3,65x (três vírgula sessenta e cinco vezes); c) para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); e d) a partir do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2014: 3,00x (três vezes).

18.10 - Outras informações relevantes

	(ii) A relação entre o EBITDA e a Despesa Financeira Líquida não poderá ser inferior a 2,00x (duas vezes) para os exercícios fiscais findos a partir de 31 de dezembro de 2012. Para fins da Escritura de Emissão, considera-se: (I) "EBITDA" o EBITDA AJUSTADO anual conforme informado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; (II) "EBITDA AJUSTADO" o somatório (i) do resultado líquido do período; (ii) do imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro e participações minoritários, (iii) das despesas de depreciação, amortização e exaustão, (iv) das provisões conforme informadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, (v) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (vi) das despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros deduzidos das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros, (vii) das despesas não recorrentes ou não operacionais deduzidas das receitas não recorrentes ou não operacionais, (viii) do *stock option* ou participação de administradores conforme informada nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, e (ix) da variação do valor justo dos ativos biológicos conforme informado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora; (III) "Dívida Líquida" (i) o somatório das rubricas (a) "Empréstimos e Financiamentos", constante do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante; e (b) "Debêntures", constante do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante (ou rubricas que vierem a substituí-las no futuro); (ii) subtraindo o somatório das rubricas (a) "Caixa e Equivalentes de Caixa" constante do Ativo Circulante; e (b) "Aplicações Financeiras" constante do Ativo Circulante e Ativo não Circulante (ou rubricas que vierem a substituí-las no futuro). As rubricas acima serão consideradas conforme as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora divulgadas no sistema CVM; (IV) "Despesa Financeira Líquida" o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando a, Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, descontado do somatório de receitas de aplicações financeiras, juros recebidos, descontos obtidos, bem como de outras receitas financeiras, tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo certo que as despesas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros deduzidas das receitas com variação cambial sobre os ativos e passivos financeiros da Emissora não deverão ser considerados para fins de apuração da Despesa Financeira Líquida. O pagamento das obrigações previstas na Escritura de Emissão será garantido por hipoteca em primeiro e segundo graus de imóveis de propriedade da Emissora, cessão fiduciária de recebíveis performados de titularidade da Emissora e alienação fiduciária de florestas de pinus e eucalipto cultivadas nos imóveis hipotecados. O agente fiduciário é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n° 4.200, bloco 4, sala 514 CEP 22640-102, inscrita no CNPJ n° 17.343.682/0001-38.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração, (iii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão, deverão ser aprovados por Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10%

18.10 - Outras informações relevantes

(dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-à, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

Para efeito da constituição do quórum de instalação e deliberação a que se refere a Cláusula Sétima da Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

Outras características relevantes
Observações gerais

Termos neste item do Formulário de Referência iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, possuem o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 2° Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Celulose Irani S.A., firmado entre Celulose Irani S.A. (“Emissora”) e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) em 30 de novembro de 2012.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/11/2010	24/11/2010 à 23/11/2011	28.533.031,16	Ordinária		62.356	9,180000	62.300	25,86	R$ por Unidade	99,910000
			Preferencial		18.645	10,000000	13.700	27,72	R$ por Unidade	73,480000
O objetivo do programa: A administração entende que o valor de mercado das ações não reflete adequadamente o valor intrínseco da Companhia e, como há disponibilidade de caixa, a operação visa rentabilizar estes recursos, maximizando o valor para os acionistas. As operações para aquisição das ações serão realizadas com a intermediação das seguintes instituições financeiras: Santander Corretora de Câmbio e Valor Mobiliários S.A., com sede na cidade de São Paulo (SP), na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.235 – 24° andar e Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – 10° andar CEP 04538-132.OBS: a quantidade de ações informada neste item 19.1 considera as quantidades vigentes na época do plano de recompra, anterior ao desdobramento das ações aprovado em 2012.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/03/2012

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	66.902	1.657.998,48	24,78
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	66.902	1.657.998,48	24,78

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Preferencial		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	13.700	379.809,00	27,72
Aquisição	0	0,00	0,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	13.700	379.809,00	27,72

Exercício social 31/12/2011

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	13.502	278.842,88	20,65
Aquisição	54.400	1.411.961,00	25,96
Alienação	1.000	32.805,40	32,81
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	66.902	1.657.998,48	24,78

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Preferencial		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	1.200	30.000,00	25,00
Aquisição	12.500	349.809,00	27,98
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	13.700	379.809,00	27,72

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2010

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	5.602	79.995,88	14,28
Aquisição	7.900	198.847,00	25,17
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	13.502	278.842,88	20,65

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Preferencial		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	0	0,00	0,00
Aquisição	1.200	30.000,00	25,00
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	1.200	30.000,00	25,00

Exercício social 31/12/2009

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ordinária		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial	3.081	43.996,00	14,28
Aquisição	2.521	35.999,88	14,28
Alienação	0	0,00	0,00
Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	5.602	79.995,88	14,28

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Ordinária			6.900	25,25	R$ por Unidade	01/07/2011	1,100000
Ordinária			14.200	26,00	R$ por Unidade	29/06/2011	2,300000
Ordinária			5.300	23,15	R$ por Unidade	15/04/2011	0,900000
Ordinária			7.000	25,16	R$ por Unidade	05/04/2011	1,100000
Ordinária			3.000	28,00	R$ por Unidade	31/03/2011	0,500000
Ordinária			2.200	27,66	R$ por Unidade	01/03/2011	0,400000
Ordinária			4.000	27,12	R$ por Unidade	21/02/2011	0,600000
Ordinária			3.000	26,88	R$ por Unidade	16/02/2011	0,500000
Ordinária			1.000	26,84	R$ por Unidade	04/02/2011	0,200000
Ordinária			4.100	26,87	R$ por Unidade	03/02/2011	0,700000
Ordinária			2.500	26,54	R$ por Unidade	02/02/2011	0,400000
Ordinária			1.200	27,00	R$ por Unidade	03/01/2011	0,200000
Preferencial			900	28,50	R$ por Unidade	23/08/2011	0,500000
Preferencial			200	28,50	R$ por Unidade	12/08/2011	0,100000
Preferencial			2.400	28,50	R$ por Unidade	11/08/2011	1,400000
Preferencial			1.000	27,00	R$ por Unidade	06/07/2011	0,600000
Preferencial			1.000	26,50	R$ por Unidade	01/07/2011	0,600000
Preferencial			3.100	28,69	R$ por Unidade	05/04/2011	1,800000
Preferencial			500	28,80	R$ por Unidade	16/02/2011	0,300000
Preferencial			1.400	28,46	R$ por Unidade	03/02/2011	0,800000
Preferencial			1.400	26,70	R$ por Unidade	02/02/2011	0,800000

Preferencial	600	26,67	R$ por Unidade	03/01/2011	0,300000

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que possam ser consideradas relevantes. Todas as informações já foram fornecidas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**22/07/2002**
Cargo e/ou função	A Companhia por deliberação do Conselho de Administração aprovou política de negociação das ações de sua emissão envolvendo: acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características

Entre as principais características podemos citar: (i) todas as negociações por parte da própria Companhia e pelas pessoas acima somente serão realizadas com a intermediação de corretoras; (ii) a política de negociação não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado e deverá contar necessariamente com a adesão expressa dos acionistas controladores (diretos ou indiretos), diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas e deliberativas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia inclui a vedação de negociações, no mínimo, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP).

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que julgamos relevantes. Todas as informações já foram passadas acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de Julho de 2002, seguindo a Instrução CVM n° 358/02.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A responsabilidade de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação em todos os mercados é atribuída ao Diretor de Relações com Investidores. Todos os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, bolsa de valores ou balcão organizado. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação.

É dever das pessoas enumeradas acima guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante as quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade dos Diretores, membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e de outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia bem como alterações em suas posições, seja em nome próprio, do cônjuge e qualquer dependente e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, dado que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não existem contratos celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades principais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.